



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE ARTES VISUAIS (FAV)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROJETO E CIDADE

JESSICA PINHEIRO DE VASCONCELOS

O CÓRREGO DOS BURITIS EM GOIÂNIA: PAISAGENS E TRAJETOS INVISÍVEIS

GOIÂNIA
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Jessica Pinheiro de Vasconcelos

3. Título do trabalho

O Córrego dos Buritis em Goiânia: paisagens e trajetos invisíveis

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Christine Ramos Mahler, Professora do Magistério Superior**, em 23/09/2024, às 19:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Pinheiro De Vasconcelos, Discente**, em 05/12/2024, às 08:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4845864** e o código CRC **D550E69A**.

Referência: Processo nº 23070.043839/2024-90

SEI nº 4845864

JESSICA PINHEIRO DE VASCONCELOS

O CÓRREGO DOS BURITIS EM GOIÂNIA: PAISAGENS E TRAJETOS INVISÍVEIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, da Faculdade de Artes Visuais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Projeto de Cidade.

Área de concentração: História e Teoria da Arquitetura e da Cidade.

Linha de Pesquisa: História e Teoria da Arquitetura e da Cidade.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Christine Ramos Mahler

GOIÂNIA

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Vasconcelos, Jessica Pinheiro de
O córrego dos Buritis em Goiânia [manuscrito] : Paisagens e trajetos
invisíveis / Jessica Pinheiro de Vasconcelos. - 2024.
CDXXIII, 423 f.: il.

Orientador: Prof. Christine Ramos Mahler.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-graduação em
Projeto e Cidade, Goiânia, 2024.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, lista de tabelas.

1. Córrego dos Buritis. 2. Goiânia. 3. córrego urbano. 4. paisagem
urbana. 5. imaginário urbano. I. Mahler, Christine Ramos, orient. II.
Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE ARTES VISUAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **008/2024** da sessão de Defesa de Dissertação de **Jessica Pinheiro de Vasconcelos**, que confere o título de Mestra em Projeto e Cidade, na área de concentração em **História e Teoria da Arquitetura e da Cidade**.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de 2024, a partir das catorze horas e trinta minutos (**14h30**), por Web-Conferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“O Córrego dos Buritis em Goiânia: paisagens e trajetos invisíveis”**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Christine Ramos Mahler (FAV/UFG)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Arthur Simões Caetano Cabral (FAAC/UNESP)**, membro titular externo; Professor Doutor **Fernando Antonio Oliveira Mello (FAV/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros, com recomendação para publicação. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Christine Ramos Mahler**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **vinte e sete dias do mês de agosto de 2024**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Simões Caetano Cabral, Usuário Externo**, em 09/12/2024, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Christine Ramos Mahler, Professora do Magistério Superior**, em 09/12/2024, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Antonio Oliveira Mello, Professor do Magistério Superior**, em 09/12/2024, às 20:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5025447** e o código CRC **14FBC887**.

JESSICA PINHEIRO DE VASCONCELOS

O CÓRREGO DOS BURITIS EM GOIÂNIA: PAISAGENS E TRAJETOS INVISÍVEIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade, da Faculdade de Artes Visuais (FAV), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Projeto de Cidade.

Área de concentração: História e Teoria da Arquitetura e da Cidade.

Linha de Pesquisa: História e Teoria da Arquitetura e da Cidade.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Christine Ramos Mahler

Goiânia, 27 de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Christine Ramos Mahler – FAV/UFG

Orientadora e presidente da banca

Prof. Dr. Arthur Simões Caetano Cabral – FAAC/UNESP

Membro externo

Prof. Dr. Fernando Antonio Oliveira Mello – FAV/UFG

Membro interno

Prof.^a Dr.^a Valéria Cristina Pereira da Silva – IESA/UFG

Suplente externo

Prof.^a Dr.^a Adriana Mara Vaz de Oliveira

Suplente interno

AGRADECIMENTOS

À Deus e aos meus mentores espirituais, que me protegem e me intuem na minha caminhada.

Aos meus avós, que não tiveram as mesmas oportunidades que eu, e enfrentaram a vida árdua e as dificuldades daqueles tempos com resiliência e coragem.

Aos meus amados pais, Antônio e Rozimare, que nunca mediram esforços para nos apoiar e sempre priorizaram nossa educação.

À minha querida irmã, Joyce, que me inspira a ser uma mulher forte e corajosa.

À minha pequena Maria, que veio para colorir e adoçar a vida.

Ao meu querido companheiro Tiago, que, com amor e paciência, segue na luta ao meu lado.

À minha inestimável orientadora, Professora Christine, que, com enorme sabedoria e as palavras certas nos momentos certos, iluminou meu caminho e fez mais do que eu poderia imaginar. Seu exemplo seguirá sempre comigo.

À querida Lívia, que, sempre de prontidão para ajudar, muito contribuiu para que eu chegasse até aqui. Minhas sinceras amizade e gratidão.

A todos os professores que tive ao longo da vida, os quais sempre muito admirei e considereei verdadeiros guias. Gratidão em especial àqueles da FAV-UFG, que, desde a graduação, me surpreendem com seus ensinamentos e me encantam com suas didáticas.

Aos professores Camilo Amaral e Frederico Rabelo, que me inspiraram e despertaram o meu interesse por essa temática de pesquisa.

Ao professor Bráulio Vinícius, que, para além da Arquitetura e Urbanismo, me despertou o olhar para a fotografia e a poesia.

Às minhas queridas colegas Fernanda, Isabela, Leidiane, Letícia e Mairy, que, ao longo desses dois anos, foram companhias inigualáveis.

À toda minha família e amigos queridos, que sempre são apoios nos momentos difíceis e boas companhias nos de alegria.

À Universidade Federal de Goiás e à Faculdade de Artes Visuais - UFG, que me "acolheram" na graduação e continuam fazendo o mesmo durante minha caminhada acadêmica.

À CAPES, que concedeu o apoio financeiro necessário para a realização deste mestrado.

E a todos aqueles que, de alguma forma, se dispuseram a colaborar com a realização desta pesquisa.

o córrego dos buritis
paisagens e trajetos invisíveis
paisagens e o córrego
paisagens dos trajetos invisíveis
o córrego dos buritis invisíveis
paisagens e trajetos dos buritis
paisagens invisíveis
o córrego dos invisíveis
paisagens e buritis
paisagens dos buritis
paisagens
córrego
trajetos
buritis
invisíveis

em Goiânia.

Antes de iniciar a leitura, saiba que: esta pesquisa é sobre a existência invisível e fragmentada de um **córrego**. Contudo, é, também, sobre a costura entre **natureza** e **cidade** que o **ser humano** faz nas tramas do **tempo**, da **paisagem** e da **imaginação**.

RESUMO

Devido a um processo histórico e global de urbanização, os espaços naturais passaram a existir nas paisagens das grandes cidades contemporâneas de forma descontínua, cujos fragmentos que restam na malha urbana se encontram à mercê dos interesses políticos e econômicos em detrimento de suas próprias conformações nativas ou mesmo da legislação ambiental vigente. A realidade dos cursos hídricos de regiões urbanizadas brasileiras é, nesse caso, a expressão máxima da fragmentação da paisagem natural nas cidades pois, no processo de ocupação do território, a água é o primeiro elemento natural a ser almejado, controlado, manipulado, delimitado e disputado. Infere-se que a degradação das paisagens hídricas nas cidades contemporâneas é fruto de um processo histórico de apropriação da paisagem natural pelo ser humano, que, à mercê de forças hegemônicas, se deu de maneira irrefletida, racional e compulsória. Vítimas deste contexto, tais corpos perderam seu protagonismo na paisagem urbana, e, conseqüentemente, sua participação no imaginário coletivo sobre a natureza na cidade. Em Goiânia, o córrego dos Buritis foi gradualmente canalizado e invisibilizado pois, desde a implantação da cidade, na década de 1930, este foi encarado como um pequeno curso a ser drenado e, sua participação na paisagem urbana foi reduzida ao trecho delimitado para o Bosque dos Buritis. Diante da atual invisibilidade das águas deste córrego e da falta de reconhecimento sobre sua existência, é por meio da busca por pistas e indícios de sua participação na paisagem urbana que esta pesquisa pretende investigá-lo – retratando suas transformações paisagísticas ao longo do tempo, e investigando o imaginário urbano que o envolve. Os métodos historiográfico e de estudo de caso possibilitam o cruzamento entre a pesquisa bibliográfica e a investigação histórico-documental, o levantamento em campo do trajeto invisível do Buritis e a coleta de histórias e relatos daquelas pessoas que, de alguma forma, com ele se relacionam. Assim, com o intuito de retratar as transformações paisagísticas sofridas por este córrego e investigar seu imaginário urbano, esta pesquisa contribui não somente com a historiografia de Goiânia e com o reconhecimento e valorização da paisagem natural ligada ao Buritis, como também, pretende guiar futuras visões e abordagens que envolvam os cursos d'água e suas paisagens naturais em Goiânia.

Palavras-chave: Córrego dos Buritis; Goiânia; paisagem urbana; córrego urbano; imaginário urbano.

ABSTRACT

Due to a historical and global process of urbanization, natural spaces began to exist in the landscapes of large contemporary cities in a discontinuous way, whose remaining fragments in the urban fabric find themselves depending on political and economic interests to the detriment of their own natural way or even the current environmental legislation. The reality of water courses in Brazilian urbanized regions is, in this case, the maximum expression of the fragmentation of the natural landscape in cities then, in the process of occupying the territory, water is the first natural element to be desired, controlled, manipulated, delimited and disputed. It is inferred that the degradation of water landscapes in contemporary cities is the result of a historical process of appropriation of the natural landscape by human beings, which, at the mercy of hegemonic forces, occurred in an unreflective, rational and compulsory manner. Victims of this context, these courses lost their protagonism in the urban landscape, and, consequently, their participation in the collective imaginary about nature in the city. In Goiânia, the Buritis stream was gradually channeled and made invisible because, since the city's establishment in the 1930s, it was seen as a small course to be drained and its participation in the urban landscape was reduced to the section delimited for the Bosque of Buritis. Given the current invisibility of the waters of this stream and the lack of recognition regarding its existence, it is through the search for clues and signs of its participation in the urban landscape that this research intends to investigate it – portraying its landscape transformations over time and investigating the urban imaginary that surrounds it. The methods historiographic and case study enable the crossing between bibliographical research and historical-documentary investigation, the field survey of Buritis's invisible path and the collection of stories and reports from those people who, in some way, relate to it. Therefore, with the aim of portraying the landscape transformations undergone by this stream and investigating its urban imaginary, this research contributes not only to the historiography of Goiânia and to the recognition and appreciation of the natural landscape linked to Buritis, but also intends to guide future visions and approaches that involve watercourses and their natural landscapes in Goiânia.

Keywords: Buritis stream; Goiânia; urban landscape; urban stream; urban imaginary.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – “Stonehenge”, formação do período neolítico.. | 10 |
| Figura 2 – Lavouras diante do castelo de Lusignan (detalhe do calendário, com zodíaco, mês de março). Iluminura de Pierre de Crescens..... | 14 |
| Figura 3 – Os jardineiros se ocupam sob o olhar do mestre. Iluminura de Pierre de Crescens. | 15 |
| Figura 4 – Pintura “Paisagem com sacrifício a Apolo”, de Claude Lorrain, 1662-3 ... | 17 |
| Figura 5 – Parque Stourhead, Wiltshire, Inglaterra, projetado em 1741..... | 17 |
| Figura 6 – Desenho “Nant y Glo, Monmouthshire”, de Henry Gastineau, 1791-1876.. | 19 |
| Figura 7 – Mapa de cidade-jardim desenvolvida por Howard | 20 |
| Figura 8 – Fotografia da abertura da Avenida Central, Rio de Janeiro, 1904..... | 22 |
| Figura 9 – Fotografia da canalização do rio Tamanduateí, São Paulo, sem data..... | 23 |
| Figura 10 – Paisagismo da Avenida Goiás em Goiânia, 1950..... | 23 |
| Figura 11 – High Line, parque linear construído sobre uma ferrovia abandonada em Manhattan, Nova York, 2014. | 25 |
| Figura 12 – Parque Cheonggyecheon em Seul, Coreia do Sul, 2017..... | 25 |
| Figura 13 – Obras na Marginal Botafogo em Goiânia, onde se encontra canalizado, desde a década de 1990, o córrego Botafogo..... | 26 |
| Figura 14 – Planta de Vila Boa Capital da Capitania geral de Goiás, levantada no ano de 1782. | 34 |
| Figura 15 – Fotografia de Alois Feichtenberger “Lavadeiras no Rio Vermelho, Cidade de Goiás, 1937”..... | 40 |
| Figura 16 – Bacia do Rio Meia Ponte e local de implantação do núcleo inicial de Goiânia (centro administrativo)..... | 43 |
| Figura 17 – Mapa topográfico da bacia do córrego Botafogo..... | 45 |
| Figura 18 – Mapa das condições naturais do córrego dos Buritis no ano de 1934, em relação ao local de implantação do núcleo inicial da cidade de Goiânia..... | 48 |
| Figura 19 – Plano piloto de Goiânia elaborado por Atílio Correia Lima, 1933 | 51 |
| Figura 20 – Zoneamento no plano piloto desenvolvido por Atílio Correia Lima, 1933.. | 54 |
| Figura 21 – Vista das avenidas Tocantins, Goiás e Araguaia, do alto do Palácio das Esmeraldas, na Praça Cívica, em 1935... .. | 55 |
| Figura 22 – Vista aérea do terreno de implantação de Goiânia.. .. | 56 |
| Figura 23 – Ranchos improvisados às margens do córrego Botafogo, que serviam de moradia para muitas famílias que chegavam em Goiânia em busca de trabalho nas obras de implantação da capital..... | 57 |
| Figura 24 – Vista aérea de Goiânia de 1935..... | 59 |
| Figura 25 – Fotografia de Alois Feichtenberger, 1936, de Carros de bois nas proximidades do Parque dos Buritis..... | 60 |
| Figura 26 – Fotografia de Alois Feichtenberger, 1936, de trabalhadores em trecho do Parque dos Buritis. | 60 |
| Figura 27 – Sede do Automóvel Clube de Goiás, fundada em 28 de abril de 1937.. | 61 |

| | |
|---|----|
| Figura 28 – Dependências do Automóvel Clube de Goiás. Não há registro sobre a autoria da fotografia, que foi tirada em 1942..... | 61 |
| Figura 29 – Maternidade Dona Gercina, implantada em 1943, dentro da estrutura da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, instituição que foi inaugurada em 1937..... | 62 |
| Figura 30 – Plantas de urbanização de Goiânia elaboradas por Armando Augusto de Godói, 1938..... | 64 |
| Figura 31 – Plantas de urbanização para os setores central e norte de Goiânia elaboradas por Armando Augusto de Godói, 1938..... | 65 |
| Figura 32 – Plano de Atilio Corrêa Lima elaborado em 1933, e o plano modificado elaborado pela firma Coimbra Bueno sob a consultoria de Armando Augusto de Godoy em 1938.. | 65 |
| Figura 33 – Propaganda de venda de lotes dos setores Sul e Oeste publicada pela Folha de Goiás, em março de 1943. | 66 |
| Figura 34 – Vista Geral da Avenida Goiás, 1945..... | 70 |
| Figura 35 – Abrigo Cristo Redentor da Velhice Desamparada, década de 1940, autor da fotografia não informado..... | 71 |
| Figura 36 – Construção da Paróquia São João Bosco e do Colégio Ateneu Dom Bosco, 1941. | 71 |
| Figura 37 – Obras nas imediações da Paróquia São João Bosco, anexa ao Colégio Salesiano Ateneu Dom Bosco, inaugurado em julho de 1942. Alameda dos Buritis, nº 485, Setor Oeste. Fotografia de Hélio de Oliveira, sem indicação de data.. | 72 |
| Figura 38 – Obras nas imediações da Paróquia São João Bosco, anexa ao Colégio Salesiano Ateneu Dom Bosco, inaugurado em julho de 1942. Alameda dos Buritis, nº 485, Setor Oeste. | 72 |
| Figura 39 – Paróquia São João Bosco e, à direita, Colégio Ateneu Dom Bosco..... | 73 |
| Figura 40 – Obra na Avenida Anhanguera, na ocasião da implantação do Parque Iago das Rosas e do Setor Oeste. Fotografia de Hélio de Oliveira, 1950. | 74 |
| Figura 41 – Hospital do Pênfigo de Goiânia, na ocasião de sua inauguração, em 1952..... | 75 |
| Figura 42 – Vista aérea de Goiânia, em 1951 | 76 |
| Figura 43 – Hospital São Lucas em construção, em outubro de 1951, segundo a data impressa no canto superior esquerdo da fotografia. | 77 |
| Figura 44 – Vista aérea de Goiânia, em 1951.. | 78 |
| Figura 45 – Mapa do crescimento das manchas referentes às áreas loteadas nos intervalos de 1933 a 1939, 1939 a 1951, 1951 a 1959, 1959 a 2004..... | 80 |
| Figura 46 – Croqui de estudo para modificação do traçado do Setor Sul referente à área da nascente principal e leito principal do córrego dos Buritis | 81 |
| Figura 47 – Colagem de fotografias aéreas do setor Sul em Goiânia, tiradas na década de 1960 | 83 |
| Figura 48 – Trecho do córrego dos Buritis no setor Sul, em 1961..... | 84 |
| Figura 49 – Construção da atual sede do Colégio do Externato São José, início da década de 1960..... | 85 |
| Figura 50 – Fotografias aéreas do Bosque dos Buritis tiradas em 1950, 1954 e 1968. | 87 |

| | |
|---|-----|
| Figura 51 – Fotografia aérea do Bosque dos Buritis e Colégio Ateneu Dom Bosco, tirada em 1961.. | 88 |
| Figura 52 – Mapa da ocupação na área original do Bosque dos Buritis na década de 1960.. | 90 |
| Figura 53 – Vista aérea de Goiânia em 1961, tendo em primeiro plano a Praça Cívica..... | 90 |
| Figura 54 – Viveiro do “Seu Valdemar” localizado no interior do Bosque dos Buritis e demolido para a construção do edifício Alfredo Nasser, em aproximadamente 1958.. | 90 |
| Figura 55 – Fotografia aérea do Colégio Ateneu Dom Bosco e do edifício Alfredo Nasser, ainda em construção, tirada em 1961.. | 90 |
| Figura 56 – Fotografia aérea do Jóquei Clube de Goiás, tirada em 1961, cujo perímetro do terreno, delimitado pelas ruas 3 e 11, e pela Av. Anhanguera, está demarcado em tracejado amarelo..... | 91 |
| Figura 57 – Texto publicado pela Folha de Goiaz em 1965. O desenho que acompanha o texto diz respeito ao projeto de Paulo Mendes da Rocha, vencedor do concurso nacional..... | 92 |
| Figura 58 – Fotografia que retrata a demolição da antiga sede do Jóquei Clube em fevereiro de 1965. | 94 |
| Figura 59 – Fotografia que retrata o início das obras para a nova sede do Jóquei Clube, em agosto de 1965..... | 94 |
| Figura 60 – Croqui de Paulo Mendes da Rocha..... | 95 |
| Figura 61 – Vista externa do edifício do Jóquei Clube de Goiás, projetado por Paulo Mendes da Rocha. | 95 |
| Figura 62 – Vista aérea do início da Av. Oeste, em 1961. Em azul, o trajeto do córrego dos Buritis..... | 96 |
| Figura 63 – Estudo elaborado por Janssen para o traçado do Setor Aeroporto..... | 100 |
| Figura 64 – Fotografia aérea de 1961..... | 101 |
| Figura 65 – Fotografia aérea de 1961..... | 100 |
| Figura 66 – Fotografia aérea tirada em 1971 | 104 |
| Figura 67 – Fotografias aéreas de Goiânia em 1964, 1971, 1988 e 2006, da esquerda para a direita. | 107 |
| Figura 68 – Fotografia tirada no Clube dos Oficiais, provavelmente em meados da década de 1970..... | 108 |
| Figura 69 – Fotografia tirada no terreno do Clube dos Oficiais, provavelmente no início da década de 1960, no momento da construção da sede do clube.. | 109 |
| Figura 70 – Fotografia tirada no terreno do Clube dos Oficiais, provavelmente no início da década de 1960, no momento da construção da sede do clube.. | 109 |
| Figura 71 – Área de vereda, doada ao clube de Engenharia no ano de 1970, conhecida como “curral de Goiânia” | 111 |
| Figura 72 – Canalização feita para o córrego dos Buritis cujo objetivo era a drenagem e construção do campo de futebol do Clube de Engenharia..... | 111 |
| Figura 73 – Local do campo de futebol do Clube de Engenharia já drenado, no momento de sua construção... .. | 112 |

| | |
|--|------|
| Figura 74 – Recorte de jornal que contém uma fotografia da nascente existente no Bosque dos Buritis publicada em reportagem do Jornal O Popular do ano de 2001..... | 114 |
| Figura 75 – Imagem aérea que engloba o terreno das nascentes do córrego dos Buritis, a Avenida Cora Coralina e parte do Bosque dos Buritis. | 115 |
| Figura 76 – Tubulações que chegam da rua até o lago do Clube dos Oficiais, onde se localiza a nascente principal do córrego dos Buritis..... | 117 |
| Figura 77 – Lagoa localizada no terreno do Clube dos Oficiais, formada a partir da nascente principal do córrego dos Buritis..... | 118 |
| Figura 78 – Fotografia aérea, tirada na década de 1990, da quadra das nascentes do córrego dos Buritis. | 119 |
| Figura 79 – Cercamento do terreno desmatado para construção de comércio, localizado na Av. 136..... | 121 |
| Figura 80 – Fotografias aéreas que mostram a evolução do terreno localizado na Av. 136, nos anos de 2008, 2022 e 2023. | 122 |
| Figura 81 – Fotografia aérea, tirada da quadra das nascentes do córrego dos Buritis, 2023. | 123 |
| Figura 82 – Fotografia de terreno vazio após demolição do Abrigo dos Velhos..... | 125 |
| Figura 83 – Inauguração da sede do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em 1986..... | 126 |
| Figura 84 – Lago do Bosque dos Buritis e, ao fundo, o edifício do Tribunal de Justiça de Goiás, 1988. | 1266 |
| Figura 85 – Fotografias aéreas do Fórum e Tribunal de Justiça do Estado de Goiás nos anos de 1990, 2007, 2018 e 2020. | 127 |
| Figura 86 – Buritis morrendo no Bosque dos Buritis, em 1981. | 131 |
| Figura 87 – Vista aérea do Bosque dos Buritis no ano de 1980..... | 132 |
| Figura 88 – Maquete do projeto da Casa da Cultura..... | 132 |
| Figura 89 – Levantamento do Bosque dos Buritis em 1977..... | 133 |
| Figura 90 – Croqui da proposta paisagística para o Bosque dos Buritis elaborada por Fernando Chacel, em 1979..... | 134 |
| Figura 91 – Fotografia aérea do Bosque dos Buritis, 1992. | 135 |
| Figura 92 – Vista aérea onde é possível ver, em primeiro plano, os edifícios da CAIXEGO e da Assembleia Legislativa, e, em um plano seguinte, a Paróquia São João Bosco e o Colégio Ateneu Dom Bosco. Ao fundo, o setor Oeste já bastante verticalizado | 136 |
| Figura 93 – Outro ângulo da vista aérea anterior..... | 136 |
| Figura 94 – Demolição do edifício da CAIXEGO, data não identificada..... | 138 |
| Figura 95 – Obras de drenagem sendo realizadas no térreo do Anexo 3 (construído em 1979) do Palácio Alfredo Nasser, durante a reforma que retirou o restaurante, o estacionamento e instalou novas salas..... | 138 |
| Figura 96 – Outro ângulo da obra de instalação de novas salas no térreo do Anexo 3 do Palácio Alfredo Nasser, em duas fases diferentes.. | 139 |
| Figura 97 – Alagamento na Rua 29 no período de chuvas. | 139 |

| | |
|---|------|
| Figura 98 – Transbordamento do lago do Bosque dos Buritis, localizado ao lado do Palácio Alfredo Nasser. | 140 |
| Figura 99 – Funcionários da Assembleia Legislativa de Goiás retirando a água que invadiu o térreo do edifício principal... .. | 140 |
| Figura 100 – Caixa de passagem localizada no estacionamento dos fundos (Rua 29), onde é possível ver a água que é captada da mina e lançada na tubulação do córrego dos Buritis..... | 141 |
| Figura 101 – Local de reunião das águas do córrego e da mina localizada no Palácio Alfredo Nasser..... | 141 |
| Figura 102 – Vista aérea do Bosque dos Buritis. | 1422 |
| Figura 103 – Mina d’água localizada no interior da mata do Bosque dos Buritis, próxima ao grande lago e ao Centro Livre de Artes.. .. | 143 |
| Figura 104 – Mina d’água encontrada no interior da tubulação que leva o córrego para a rua 29 | 143 |
| Figura 105 – Zoneamento do Bosque dos Buritis elaborado pelo plano de manejo de 2005. | 144 |
| Figura 106 – Identificação dos lagos 1, 2 e 3 do Bosque dos Buritis, de acordo com a descrição do plano de manejo..... | 145 |
| Figura 107 – Pequeno lago no início do canal localizado entre os dois grandes lagos no Bosque dos Buritis. | 147 |
| Figura 108 – Fotografias aéreas Jóquei Clube de Goiás entre os anos de 2004 e 2020..... | 149 |
| Figura 109 – Meninos pulando sobre a canalização do córrego dos Buritis, descoberta com a demolição da Santa Casa de Misericórdia, em 1985..... | 151 |
| Figura 110 – Foto aérea da localização do terreno pertencente ao ferro-velho de Devair Alves Ferreira (destacado em vermelho), na rua 26-A do setor Aeroporto..... | 153 |
| Figura 111 – Ferro velho e moradia de Devair Alvez Ferreira na rua 26-A, onde foi aberta a cápsula que armazenava o céσιο-137..... | 154 |
| Figura 112 – À esquerda, os terrenos do ferro velho e moradia de Devair Alves Ferreira já desocupados e concretados, na rua 26-A. | 154 |
| Figura 113 – À esquerda, o lote da rua 57, no Setor Central, onde agentes fazem a medição da radiação na capsula encontrada no terreno da demolida Santa Casa. | 155 |
| Figura 114 – Terreno vazio após demolição da Santa Casa de Misericórdia. Ao fundo vê-se a Igreja Nossa Senhora das Graças..... | 156 |
| Figura 115 – Terreno vazio após demolição da Santa Casa de Misericórdia. Em primeiro plano vê-se a Igreja Nossa Senhora das Graças. | 156 |
| Figura 116 – Centro de Convenções de Goiânia em construção.. .. | 157 |
| Figura 117 – Em tracejado amarelo, o terreno da Santa Casa de Misericórdia em 1961, já vazio em 1992, e com o Centro de Convenções de Goiânia já construído em 2004 e 2023. Em tracejado vermelho, em todas as fotografias, destaca-se a Igreja Nossa Senhora das Graças. Em tracejado azul, o trajeto original do córrego dos Buritis. ... | 157 |
| Figura 118 – Trecho de desague do córrego dos Buritis no córrego Capim Puba.... | 159 |
| Figura 119 – Trecho de desague do córrego dos Buritis no córrego Capim Puba.... | 159 |

| | |
|---|-----|
| Figura 120 – Fotografias aéreas que mostram o trecho do córrego dos Buritis no local da Vila Cristo Redentor, nos anos de 1961, 1970 e 1992.. | 160 |
| Figura 121 – Fotografia aérea atual (2023) do trecho referente à parte final do trajeto do Buritis. Dos anos 2000 em diante os traçados das ruas 15-A (cor roxa), 25-A (cor vermelha), 26-A (cor laranja) e 17-B (cor rosa) se consolidaram e permaneceram os mesmos..... | 161 |
| Figura 122 – Esquema do traçado urbano do trecho final do córrego dos Buritis nos anos de 1961, 1970, 1992 e 2023..... | 162 |
| Figura 123 – Bueiros localizados nas ruas 15-A e 17-B. | 163 |
| Figura 124 – Bueiros localizados nas avenidas Independência e Oeste. | 163 |
| Figura 125 – Fotografias aéreas de 1961, 1970, 1992 e 2023, que demonstram a transposição do local da foz do córrego dos Buritis no córrego Capim Puba | 164 |
| Figura 126 – Mapa dos possíveis trajetos artificiais do córrego dos Buritis em seu trecho final, e das localizações original e atual de sua foz no córrego Capim Puba...165 | |
| Figura 127 – Tubulação de desague do córrego dos Buritis no córrego Capim Puba..... | 166 |
| Figura 128 – Leito do córrego Capim Puba e, à direita, a tubulação de desague do córrego dos Buritis neste primeiro córrego. | 166 |
| Figura 129 – Representações que demonstram a evolução do avanço da urbanização sobre trecho da mata ciliar do córrego Capim Puba, nos anos 1933, 1950, 1992 e 2024, que afetaram diretamente o córrego dos Buritis e sua paisagem natural..... | 167 |
| Figura 130 – Segunda foz do córrego dos Buritis no córrego Capim Puba..... | 168 |
| Figura 131 – Vista aérea parcial de Goiânia. | 169 |
| Figura 132 – Mapa de identificação dos elementos topográficos que indiciam o percurso do córrego dos Buritis na malha urbana atual de Goiânia..... | 170 |
| Figura 133 – Mapa com informações sobre o trajeto do córrego dos Buritis na malha urbana atual de Goiânia, levantadas a partir das análises histórico documental e topográfica..... | 171 |
| Figura 134 – Mapa dos indícios do córrego dos Buritis ao longo de seu trajeto invisibilizado na cidade..... | 172 |
| Figura 135 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 1 do mapa de indícios (Figura 134), localizados no campo de futebol do Clube de Engenharia. | 173 |
| Figuras 136 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 2 do mapa de indícios (Figura 134), localizados aos fundos do terreno do Serviço Geológico do Brasil.... | 173 |
| Figura 137 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 3 do mapa de indícios (Figura 134), localizados no Clube dos Oficiais. | 174 |
| Figura 138 – Fotografias da rua 87, referentes à área de alagamento “A”..... | 174 |
| Figura 139 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 4 do mapa de indícios (Figura 134), localizados na Rua 87..... | 175 |
| Figura 140 – Fotografias da avenida Cora Coralina, referentes às áreas de alagamento “A” e “B”. | 175 |
| Figura 141 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 5 do mapa de indícios (Figura 134), localizados na Avenida Cora Coralina. | 176 |

| | |
|--|-----|
| Figura 142 – Fotografias referentes à área de alagamento “C” e aos indícios do ponto 6 do mapa de indícios, localizados na Avenida Assis Chateaubriand, em frente ao Fórum e Tribunal de Justiça de Goiás – TJGO. | 176 |
| Figura 143 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 7 do mapa de indícios (Figura 134), localizados no Bosque dos Buritis.. | 177 |
| Figura 144 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 8 do mapa de indícios (Figura 134), localizados no Bosque dos Buritis.. | 177 |
| Figura 145 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 9 do mapa de indícios (Figura 134), localizados no Bosque dos Buritis.. | 178 |
| Figuras 146 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 10 do mapa de indícios (Figura 134), localizados no Jôquei Clube de Goiás.. | 179 |
| Figura 147 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 11 do mapa de indícios (Figura 134), localizados na Rua 15-A, no Setor Aeroporto.. | 179 |
| Figuras 148 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 12 do mapa de indícios (Figura 134), localizados na Avenida Independência. | 180 |
| Figura 149 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 13 do mapa de indícios (Figura 134), localizados na Rua 17-B. | 180 |
| Figura 150 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 14 do mapa de indícios (Figura 134), localizados na área próxima da foz do córrego dos Buritis no Capim Puba.. | 181 |
| Figura 151 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 15 do mapa de indícios (Figura 134), localizados sob a ponte da Avenida Marechal Rondon.. | 181 |
| Figura 152: À esquerda, imagem que retrata a Avenida Araguaia sobre o córrego Botafogo em 1989. À direita, imagem que retrata, sob o mesmo ângulo, a Avenida Araguaia sobre a Marginal Botafogo, em 1994. | 185 |
| Figura 153 – Vista aérea parcial de Goiânia. | 193 |
| Figura 154 – Vista aérea parcial de Goiânia. | 194 |
| Figura 155 – Roda d’água que recebe as águas do córrego dos Buritis no lago do Bosque dos Buritis. | 219 |
| Figura 156 – Enxurrada na Rua 15-A, no Setor Aeroporto, passando por uma vala de captação instalada nesta rua para receber o grande volume de água que desce no local durante as chuvas. | 220 |
| Figura 157 – Moto transitando na Av. Assis Chateaubriand, entre o Tribunal de Justiça de Goiás – TJGO e o Bosque dos Buritis. | 220 |
| Figura 158 – Passageiros embarcando em ônibus em ponto na Av. Assis Chateaubriand, em frente ao Bosque dos Buritis. | 221 |
| Figura 159 – Passageiros em ponto de ônibus situado na Av. Assis Chateaubriand, no mesmo local que os pontos retratados na imagem anterior (Figura 158), em frente ao Bosque dos Buritis. | 221 |
| Figura 160 – Vendedor de frutas próximo ao encontro da Av. 136 e Rua 148. | 222 |
| Figura 161 – Feira da Rua 29, ao lado do Bosque dos Buritis.. | 222 |
| Figura 162 – Senhora na feira da Rua 29, ao lado do Bosque dos Buritis. | 223 |
| Figura 163 – Água corrente em canal artificial, proveniente de nascente no interior da mata do Bosque dos Buritis. | 224 |

| | |
|--|-----|
| Figura 164 – Canal artificial proveniente de nascente no interior do Bosque dos Buritis..... | 225 |
| Figura 165 – Frente de uma das poucas casas presentes na Rua 01 na atualidade.. | 226 |
| Figura 166 – Edifícios na Rua 01. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024). | 226 |
| Figura 167 – Alunos do Centro Livre de Artes, no Bosque dos Buritis. | 227 |
| Figura 168 – Alunos do Centro Livre de Artes, no Bosque dos Buritis. | 227 |
| Figura 169 – Ponto de alimentação na Av. Cora Coralina, no Setor Sul. | 228 |
| Figura 170 – Quiosque de água de coco no Bosque dos Buritis..... | 228 |
| Figura 171 – Pato andando no Bosque dos Buritis. | 229 |
| Figura 172 – Pessoas caminhando no Bosque dos Buritis. | 229 |
| Figura 173 – Caminho da entrada do Museu de Arte de Goiânia – MAG, no Bosque dos Buritis. | 330 |
| Figura 174 – Av. Leste Oeste. Local próximo à primeira foz do córrego dos Buritis no Capim Puba. | 230 |
| Figura 175 – Canal artificial oriundo de nascente no interior da mata do Bosque dos Buritis. | 231 |
| Figura 176 – Córrego Capim Puba e a foz do córrego dos Buritis, à direita. | 232 |
| Figura 177 – Av. Cora Coralina, Setor Sul. | 232 |
| Figura 178 – Viaduto no encontro da Rua 87 com a Av. 85. | 233 |
| Figura 179 – Rua 26A, setor Aeroporto..... | 234 |
| Figura 180 – Córrego Capim Puba. Local próximo à foz do córrego dos Buritis. | 234 |
| Figura 181 – Trecho não asfaltado da Rua 7-A, no Setor Marechal Rondon, ao lado da foz do córrego dos Buritis. | 235 |
| Figura 182 – Trilha no interior da mata do Bosque dos Buritis. | 236 |
| Figura 183 – Calçada pública do Clube dos Oficiais, setor Sul. | 237 |
| Figura 184 – Caminho externo que dá acesso aos ateliês de artes do Centro Livre de Artes, no Bosque dos Buritis. | 238 |
| Figura 185 – Corredor de acesso aos sanitários masculino e feminino que atendem os funcionários da AMMA responsáveis pela manutenção do Bosque dos Buritis. | 239 |
| Figura 186 – Trilha no interior da mata do Bosque dos Buritis. | 240 |
| Figura 187 – Avenida Leste Oeste, local próximo à primeira foz do córrego dos Buritis..... | 241 |
| Figura 189 – Rua 7ª, no setor Marechal Rondon, ao lado da primeira foz do córrego dos Buritis no Capim Puba. | 241 |
| Figura 190 – Vala de drenagem no interior do Bosque dos Buritis. | 242 |
| Figura 191 – Mulher caminhando em frente à Paróquia São João Bosco. | 243 |
| Figura 192 – Homem fazendo algum tipo de reparo ou manutenção na torre da igreja da Paróquia São João Bosco..... | 244 |
| Figura 193 – Pessoas na Av. Oeste, Setor Aeroporto. | 245 |
| Figura 194 – Pessoas andando na calçada da Av. Cora Coralina, Setor Sul. | 245 |
| Figura 195 – Pessoas andando na calçada da Av. Cora Coralina, Setor Sul. | 246 |
| Figura 196 – Drenagem em calçada na Av. Cora Coralina, Setor Sul. | 246 |
| Figura 197 – Grelhas de drenagem urbana na Av. Cora Coralina, Setor Sul. | 247 |

| | |
|--|-----|
| Figura 198 – Homem atravessando a Rua 4, ao lado do Centro de Convenções de Goiânia. | 247 |
| Figura 199 – Homem de bicicleta na Av. Independência, Setor Aeroporto. | 248 |
| Figura 200 – Barraca em frente ao Tribunal de Justiça de Goiás - TJGO..... | 249 |
| Figura 201 – Mulheres atravessando faixa de pedestre no encontro da Rua 11 com a Av. Anhanguera, próximo ao Jóquei Clube de Goiás. | 250 |
| Figura 202 – Vendedores de frutas no semáforo da Av. Oeste com a Av. Independência. | 251 |
| Figura 203 – Vendedores de frutas no semáforo da Av. Oeste com a Av. Independência. | 251 |
| Figura 204 – Escada de acesso entre Av. Leste Oeste e Rua 7A, ao lado da primeira foz do córrego dos Buritis no Capim Puba. | 252 |
| Figura 205 – Tubulação do córrego dos Buritis no Bosque dos Buritis. | 253 |
| Figura 206 – Grades sobre caixa de passagem que abriga a canalização do córrego dos Buritis no encontro entre a Rua 87 e a av. Cora Coralina..... | 254 |
| Figura 207 – Grades sobre caixa de passagem que abriga a canalização do córrego dos Buritis na Rua 87, em frente ao Instituto Goiano de Oncologia e Hematologia - INGOH. | 255 |
| Figura 208 – Mulher caminhando em calçada pública do Clube dos Oficiais, Setor Sul..... | 256 |
| Figura 209 – Homem caminhando sobre ponte no córrego Capim Puba, na Av. Marechal Rondon, próximo à segunda foz do córrego dos Buritis..... | 256 |
| Figura 210 – Canal localizado ao lado do Ed. Alfredo Nasser, que leva a água do lago do Bosque dos Buritis à canalização do córrego dos Buritis na Rua 29. | 257 |
| Figura 211 – Escada na Rua 7-A, Setor Marechal Rondon..... | 258 |
| Figura 212 – Escada na Rua 7-A, Setor Marechal Rondon..... | 259 |
| Figura 213 – Pintura no chão da Rua 15-A onde, no centro de um desenho da bandeira do Brasil, está escrito “Rua do Fogo”. | 261 |
| Figura 214 – Mina d’água que, no período das chuvas, aflora no interior da tubulação que leva as águas do córrego dos Buritis no Bosque dos Buritis para a canalização da Rua 29 em diante. | 262 |
| Figura 215 – Estrutura de contenção e tubulações no Bosque dos Buritis, que levam as águas do córrego dos Buritis para a canalização da Rua 29..... | 263 |
| Figura 216 – Estrutura de contenção e tubulações no Bosque dos Buritis, que levam as águas do córrego dos Buritis para a canalização da Rua 29..... | 263 |
| Figura 217– Ocupações irregulares e vegetação às margens do córrego Capim Puba, no local de desague da segunda foz córrego dos Buritis..... | 264 |
| Figura 218 – Margem esquerda do córrego Capim Puba, próximo ao local de desague da primeira foz córrego dos Buritis..... | 264 |
| Figura 219 – Moradia precária localizada na Rua 17-A..... | 265 |
| Figura 220 – Edifícios residenciais localizados na Rua 148, no Setor Marista, em frente ao Clube dos Oficiais. | 265 |
| Figura 221 – Moradias precárias localizadas na Av. Leste Oeste..... | 266 |

| | |
|---|-----|
| Figura 222 – Vista da calçada do tribunal de Justiça de Goiás, em frente ao Bosque dos Buritis. | 266 |
| Figura 223 – Edifícios residenciais localizados na Rua 148, em frente ao Clube dos Oficiais. | 267 |
| Figura 224 – Anúncio de um edifício de auto padrão a ser construído na Rua 148, Setor Marista. | 268 |
| Figura 225 – Vista da calçada do tribunal de Justiça de Goiás, em frente ao Bosque dos Buritis. | 268 |
| Figura 226 – Clubes dos Oficiais na rua 87, e, ao fundo, edifícios residenciais da Rua 148. | 269 |
| Figura 227 – Residências às margens do córrego Capim Puba, próximas à Av. Leste Oeste e à primeira foz do córrego dos Buritis..... | 269 |
| Figura 228 – Final da Rua 17-A, no Setor Aeroporto..... | 270 |
| Figura 229 – Final da Rua 17-A, no Setor Aeroporto..... | 270 |
| Figura 230 – Mata do Clube dos Oficiais vista da rua 132, setor Sul. | 271 |
| Figura 231 – Moradias ao longo da Av. Leste Oeste, no mesmo local do trajeto natural do córrego dos Buritis. | 271 |
| Figura 232 –Terreno da quadra da nascente do córrego dos Buritis, localizado na Av. 136, após ser desmatado para a construção de um comércio..... | 272 |
| Figura 233 – Terreno da quadra da nascente do córrego dos Buritis, localizado na Av. 136, após ser desmatado para a construção de um comércio..... | 273 |
| Figura 234 – Terreno da quadra da nascente do córrego dos Buritis, localizado na Av. 136, após ser desmatado para a construção de um comércio..... | 273 |
| Figura 235 – Tribunal de Justiça de Goiás – TJGO, em frente ao Bosque dos Buritis..... | 274 |
| Figura 236 – Bosque dos Buritis, em frente ao Tribunal de Justiça de Goiás – TJGO..... | 274 |
| Figura 237 – Córrego Capim Puba sob a ponte da av. Marechal Rondon, onde existe um grande acúmulo de lixo e entulho. | 275 |
| Figura 238 – Tubulação do córrego dos Buritis no Bosque dos Buritis. | 276 |
| Figura 239 – Caixa de passagem localizada na Rua 87, em frente ao Instituto Goiano de Oncologia e Hematologia - INGOH. | 277 |
| Figura 240 – Caixa de passagem localizada na Rua 87, entre o Clube dos Oficiais e o Instituto Goiano de Oncologia e Hematologia - INGOH. | 278 |
| Figura 241 – Caixa de passagem localizada no encontro entre a Rua 87 e a Av. Cora Coralina. | 279 |
| Figura 242 – Caixa de passagem localizada no encontro entre a Rua 87 e a Av. Cora Coralina. | 280 |
| Figura 243 – Grande quantidade de bueiros localizados na av. Assis Chateaubriand, em frente ao Tribunal de Justiça de Goiás – TJGO..... | 281 |
| Figura 244 – Sistema de drenagem localizado na av. Assis Chateaubriand, em frente ao Tribunal de Justiça de Goiás – TJGO. | 282 |
| Figura 245 – Fotografia de Y. Maeda do Lago do Bosque dos Buritis transbordando rumo ao Palácio Alfredo Nasser, após grande quantidade de chuva.... | 283 |

| | |
|--|-----|
| Figura 246 – Fotografia de Y. Maeda do alagamento em frente ao Colégio Ateneu Dom Bosco, após grande quantidade de chuva.. | 283 |
| Figura 247 – Água de enxurrada que desce através da grelha de drenagem localizada na Rua 15-A e é levada para uma grande tubulação..... | 284 |
| Figura 248 – Caixa de passagem localizada na Rua 15-A sem a presença de água, pois a foto foi tirada no período de seca. | 284 |
| Figura 249 – Grelha de drenagem localizada na Rua 15-A..... | 285 |
| Figura 250 – Grelha de drenagem pluvial localizada na Av. Oeste. | 286 |
| Figura 251 – Grelha de drenagem pluvial localizada na Av. Independência. | 287 |
| Figura 252 – Grelhas de drenagem localizada na Av. Independência..... | 288 |
| Figura 253 – Entrada do subsolo (garagens) do edifício Célia Maria, na Rua 26-A, setor Aeroporto. | 289 |
| Figura 254 – Torres do edifício Célia Maria, na Rua 26-A, setor Aeroporto. | 290 |
| Figura 255 – Buritizais localizados às margens do lago do Clube dos Oficiais..... | 291 |
| Figura 256 – Coelho visto no interior da mata do Bosque dos Buritis..... | 291 |
| Figura 257 – Terreno concretado do ferro-velho onde foi aberta a capsula de Césio 137, em 1987, na Rua 26-A, setor Aeroporto. | 292 |
| Figura 258 – Terreno concretado do ferro-velho onde foi aberta a capsula de Césio 137, em 1987, na Rua 26-A, setor Aeroporto. | 292 |
| Figura 259 – Estacionamento do Jôquei Clube de Goiás..... | 293 |
| Figura 260 – Piscina do Jôquei Clube..... | 293 |
| Figura 261 – Quadra do Jôquei Clube de Goiás. | 295 |
| Figura 262 – Antiga sede do Jôquei Clube de Goiás. Fotografia sem referência de data e autoria. | 296 |
| Figura 263 – Estrutura abandonada do parque aquático do Centro de Excelência do Esporte, ao lado do Estádio Olímpico, na Av. Oeste. | 297 |
| Figura 264 – Portão de acesso ao parque aquático do Centro de Excelência do Esporte, na Av. Oeste. | 298 |
| Figura 265 – Fotografia de Tiago Aleixo, 2024, do levantamento fotográfico sobre a caixa de passagem localizada na Rua 87. | 298 |
| Figura 266 – Palácio Alfredo Nasser em reforma e todo cercado com tapume metálico devido à saída da Assembleia Legislativa e à nova ocupação pelo Tribunal de Contas do Município de Goiânia..... | 299 |
| Figura 267 – Palácio Alfredo Nasser em reforma e todo cercado com tapume metálico devido à saída da Assembleia Legislativa e à nova ocupação pelo Tribunal de Contas do Município de Goiânia. | 300 |
| Figura 268 – Palácio Alfredo Nasser em reforma e todo cercado com tapume metálico devido à saída da Assembleia Legislativa e à nova ocupação pelo Tribunal de Contas do Município de Goiânia. | 300 |
| Figura 269 – Lanchonete existente na pequena praça da Rua 29, em frente ao Colégio Ateneu Dom Bosco.). | 301 |
| Figura 270 – Lago e mata do Bosque dos Buritis. | 302 |
| Figura 271 – Água corrente que vem do Clube de Engenharia e desagua no interior da mata do Clube dos Oficiais e segue para o lago existente no mesmo local. | 303 |

| | |
|---|-----|
| Figura 272 – Cágados no lago do Bosque dos Buritis. | 303 |
| Figura 273 – Lanchonete do Centro Livre de Artes, no Bosque dos Buritis. | 304 |
| Figura 274 – Tubulação do córrego dos Buritis no Bosque dos Buritis no período de chuvas. | 304 |
| Figura 275 – Homem sentado na calçada pública do Tribunal de Justiça de Goiás – TJGO, em frente ao Bosque dos Buritis. | 305 |
| Figura 276 – Placa informativa sobre o córrego dos Buritis próximo à bica d’água responsável por desaguar no lago do bosque as águas que vem da nascente no setor Sul. | 305 |
| Figura 277 – Tubulação existente no terreno do Serviço Geológico do Brasil, próximo à divisa com o Clube dos Oficiais..... | 306 |
| Figura 278 – Piscina existente nos fundos do terreno do Serviço Geológico do Brasil, onde existe, também, uma pequena área de lazer. | 306 |
| Figura 279 –Tubulação existente no terreno do Serviço Geológico do Brasil, próximo à divisa com o Clube dos Oficiais. | 307 |
| Figura 280 –Tubulação existente no terreno do Serviço Geológico do Brasil, próximo à divisa com o Clube dos Oficiais. | 307 |
| Figura 281 – Frequentadores do Bosque dos Buritis. | 308 |
| Figura 282 – Mulher e seu bebê no Bosque dos Buritis. | 309 |
| Figura 283 – Lago no Bosque dos Buritis. | 310 |
| Figura 284 – Quiosque de água de coco no Bosque dos Buritis..... | 310 |
| Figura 285 – Vegetação em volta de canal que interliga dois dos lagos do Bosque dos Buritis. | 311 |
| Figura 286 – Canal que interliga dois dos lagos do Bosque dos Buritis. | 311 |
| Figura 287 – Frequentadores do Bosque dos Buritis. | 312 |
| Figura 288 – Cascata no Bosque dos Buritis. | 312 |
| Figura 289 – Canal que interliga dois dos lagos do Bosque dos Buritis. | 313 |
| Figura 290 – Pequenos peixes no lago do Bosque dos Buritis. | 313 |
| Figura 291 – Lago e, ao fundo, Palácio Alfredo Nasser, no Bosque dos Buritis. | 314 |
| Figura 292 – Água límpida presente no Clube dos Oficiais, oriunda da nascente do córrego dos Buritis. | 314 |
| Figura 293 – Pequena estrutura localizada no interior da mata do Clube dos Oficiais, que abriga saída de água corrente e límpida do córrego dos Buritis. | 315 |
| Figura 294 – Pequenos peixes existentes na parte rasa do lago do Clubes dos Oficiais..... | 316 |
| Figura 295 – Água corrente do córrego dos Buritis, que alimenta o lago do Clube dos Oficiais. | 316 |
| Figura 296 – Água corrente do córrego dos Buritis, que alimenta o lago do Clube dos Oficiais. | 317 |
| Figura 297 – Água corrente do córrego dos Buritis, que alimenta o lago do Clube dos Oficiais. | 317 |
| Figura 298 – Água corrente do córrego dos Buritis, que alimenta o lago do Clube dos Oficiais. | 318 |

| | |
|---|------|
| Figura 299 – Água corrente do córrego dos Buritis, que alimenta o lago do Clube dos Oficiais. | 319 |
| Figura 300 – Tubulação que direciona a água do córrego dos Buritis para o lago do Clube dos Oficiais. | 320 |
| Figura 301 – Tubulação que direciona a água do córrego dos Buritis para o lago do Clube dos Oficiais. | 320 |
| Figura 302 – Mulheres sentadas em banco no Bosque dos Buritis. | 321 |
| Figura 303 – Canal que leva as águas da nascente (interior da mata) até um dos lagos do Bosque dos Buritis. | 321 |
| Figura 304 – Nascente existente no interior da mata do Bosque dos Buritis. | 322 |
| Figura 305 – Nascente existente no interior da mata do Bosque dos Buritis. | 323 |
| Figura 306 – Alagado no interior da mata do Bosque dos Buritis. | 324 |
| Figura 307 – Lago no interior da mata do Clube dos Oficiais..... | 325 |
| Figura 308 – Lago que antecede o canal artificial existente no Bosque dos Buritis.. | 326 |
| Figura 309 – Casal tirando foto no Bosque dos Buritis. | 326 |
| Figura 310 – Lago que antecede o canal artificial existente no Bosque dos Buritis. . | 327 |
| Figura 311 – Canal artificial existente no Bosque dos Buritis. | 327 |
| Figura 312 – Trabalhadores no Palácio Alfredo Nasser, então sede Assembleia Legislativa de Goiás. | 328 |
| Figura 313 – Trabalhador no Palácio Alfredo Nasser, então sede Assembleia Legislativa de Goiás. | 328 |
| Figura 314 – Palácio Alfredo Nasser, então sede Assembleia Legislativa de Goiás.. | 329 |
| Figura 315 – Palácio Alfredo Nasser, então sede Assembleia Legislativa de Goiás.. | 329 |
| Figura 316 – Homem seguindo em direção ao Palácio Alfredo Nasser, então sede Assembleia Legislativa de Goiás..... | 3300 |
| Figura 318 – Piquenique no Bosque dos Buritis. | 330 |
| Figura 319 – Lago no Bosque dos Buritis. | 331 |
| Figura 320 – Frequentadores do Bosque dos Buritis. | 331 |
| Figura 321 – Cascata no Bosque dos Buritis. | 332 |
| Figura 322 – Frequentadores do Bosque dos Buritis. | 332 |
| Figura 323 – Frequentadores do Bosque dos Buritis. | 333 |
| Figura 324 – Exposição de arte no Museu de arte de Goiânia - MAG. | 333 |
| Figura 325 – Exposição de arte no Museu de arte de Goiânia - MAG. | 334 |
| Figura 326 – Exposição de arte no Museu de arte de Goiânia - MAG. | 335 |
| Figura 327 – Aula de pintura no Centro Livre de Artes. | 336 |
| Figura 328 – Feira de artesanato no pilotis da entrada principal do Palácio Alfredo Nasser. | 337 |
| Figura 329 – Carros estacionados em frente à igreja da Paróquia São João Bosco.. | 337 |
| Figura 330 – Crianças no Bosque dos Buritis. | 338 |
| Figura 331 – Crianças no Bosque dos Buritis. | 338 |
| Figura 332 – Canal artificial do córrego dos Buritis no interior do Bosque dos Buritis..... | 340 |
| Figura 333 – Canal que direciona a água do lago do córrego dos Buritis para a tubulação da rua 29. | 341 |

| | |
|---|-----|
| Figura 334 – Festa junina do Centro Livre de Artes que, todo ano, ocorre no próprio Bosque dos Buritis. | 342 |
| Figura 335 – Festa junina do Centro Livre de Artes que, todo ano, ocorre no próprio Bosque dos Buritis | 342 |
| Figura 336 – Festa junina do Centro Livre de Artes que, todo ano, ocorre no próprio Bosque dos Buritis. | 343 |
| Figura 337 – Lago e vegetação do Bosque dos Buritis. | 344 |
| Figura 338 – Palmeiras. Sem data. Fotografia de Alois Feichtenberger..... | 345 |
| Figura 339 – Palmeiras Buritis e copa das árvores da mata do Bosque dos Buritis... | 346 |
| Figura 340 – Igreja da Paróquia São João Bosco. | 346 |
| Figura 341 – Palmeira Buritis na mata do Bosque dos Buritis. | 348 |
| Figura 342 – Carrinho de pipoca no Bosque dos Buritis. | 349 |
| Figura 343 – Pipoqueiro no Bosque dos Buritis.. | 350 |
| Figura 344 – Garça no Bosque dos Buritis..... | 350 |
| Figura 345 – Pássaro no Bosque dos Buritis. | 351 |
| Figura 346 –Pata e seus filhotes no Bosque dos Buritis. | 351 |
| Figura 348 – Cágados e pato no lago do Bosque dos Buritis. | 352 |
| Figura 349 – Pirarucu que habita o lago do Bosque dos Buritis..... | 353 |
| Figura 350 – Entrada do Museu de Arte de Goiânia, no Bosque dos Buritis. | 354 |
| Figura 351 – Borboleta no Bosque dos Buritis | 355 |
| Figura 352 – Borboleta no Bosque dos Buritis. | 355 |
| Figura 353 – Vegetação da mata do Bosque dos Buritis. | 356 |
| Figura 354 – Vegetação da mata do Bosque dos Buritis. À esquerda, na foto, está o edifício de apoio aos trabalhadores responsáveis pela manutenção do Boque. | 357 |
| Figura 355 – Lago e vegetação da mata do Bosque dos Buritis. | 358 |
| Figura 356 – Vegetação da mata do Bosque dos Buritis. | 358 |
| Figura 357 – Vegetação e ateliês do Centro Livre de Artes. | 359 |
| Figura 358 – Vegetação da mata do Bosque dos Buritis. | 360 |
| Figura 359 – Pássaro em busca de pequenos peixes (filhotes) em canal artificial no Bosque dos Buritis | 361 |
| Figura 360 – Bosque dos Buritis. | 362 |
| Figura 361 – Bosque dos Buritis. | 363 |
| Figura 362 – Bosque dos Buritis. | 364 |
| Figura 363 – Mulher deitada em banco no Bosque dos Buritis. | 365 |
| Figura 364 – Frequentadores do Bosque dos Buritis. | 366 |
| Figura 365 – Mata do Bosque dos Buritis. | 367 |
| Figura 366 – Edifício residencial localizado na Rua 1, em frente ao Bosque dos Buritis..... | 368 |
| Figura 367 – Vegetação e campo de futebol no Serviço Geológico do Brasil, no Setor Marista. | 369 |
| Figura 368 – Vegetação e campo de futebol no Serviço Geológico do Brasil, no Setor Marista. | 369 |
| Figura 369 – Mico que habita a mata do Clube dos Oficiais.. | 370 |
| Figura 370 – Buritizal existente na mata do Clube dos Oficiais. | 370 |

| | |
|---|------|
| Figura 371 – Quadras de tenis no Clube dos Oficiais e, ao fundo, buritizal existente na mata do mesmo local. | 371 |
| Figura 372 – Fachada frontal do Centro Livre de Artes, no Bosque dos Buritis. ... | 3711 |
| Figura 373 – Centro Livre de Artes, no Bosque dos Buritis. | 372 |
| Figura 374 – Centro Livre de Artes, no Bosque dos Buritis. | 372 |
| Figura 375 – Lago e mata do Clube dos Oficiais. | 373 |
| Figura 376 – Frequentador do Bosque dos Buritis. | 374 |
| Figura 377 – Lago e vegetação do Bosque dos Buritis. | 374 |
| Figura 378 – Palmeiras Buritis e, ao fundo, torre da igreja São João Bosco. | 375 |
| Figura 379 – Lago e vegetação do Bosque dos Buritis. | 376 |
| Figura 380 – Vegetação do Bosque dos Buritis. | 377 |
| Figura 381 – Teia de aranha no Bosque dos Buritis. | 377 |
| Figura 382 – Copa de paineiras no Bosque dos Buritis. | 378 |
| Figura 383 – Corredor entre campos de futebol e mata no Clube dos Oficiais. | 379 |
| Figura 384 – Buritizal existente na mata do Clube dos Oficiais. | 380 |
| Figura 385 – Córrego Capim Puba e suas margens no Setor Marechal Rondon. ... | 381 |
| Figura 386 – Córrego Capim Puba e suas margens, próximo a Av. Leste Oeste. .. | 381 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1 A NATUREZA NA CIDADE | 7 |
| 1.1 A NATUREZA NA HISTÓRIA DAS CIDADES | 8 |
| 1.2 A EXPERIÊNCIA SENSÍVEL DA NATUREZA E O PROJETO URBANO | 27 |
| 1.3 A SINA DA ÁGUA NAS CIDADES | 30 |
| 2 UMA OUTRA NARRATIVA | 33 |
| 2.1 ÁGUA E OURO | 33 |
| 2.2 ÁGUA E PROGRESSO | 36 |
| 2.3 GOIÂNIA E SUAS ÁGUAS | 41 |
| 2.4 GOIÂNIA E O CÓRREGO DOS BURITIS | 52 |
| 2.4.1 O córrego dos Buritis no setor Sul – quadra da nascente e alterações na vazão do córrego | 107 |
| 2.4.2 Demolição do Abrigo dos Velhos e a construção do Tribunal de Justiça de Goiás..... | 124 |
| 2.4.3 Bosque dos Buritis | 128 |
| 2.4.4 Jóquei Clube de Goiás | 147 |
| 2.4.5 Demolição da Santa Casa de Misericórdia e construção do Centro de Convenções | 150 |
| 2.4.6 O trecho final do trajeto do córrego dos Buritis | 157 |
| 2.4.7 O córrego dos Buritis na atualidade | 168 |
| 3 PAISAGENS INVISÍVEIS | 196 |
| 3.1 LEGIBILIDADE DA PAISAGEM URBANA | 196 |
| 3.2 INDÍCIOS DO INVISÍVEL NO URBANO | 204 |
| 3.3 O IMAGINÁRIO E AS IMAGENS DA CIDADE | 207 |
| 3.3.1 A imagem da rua | 210 |
| 3.3.2 A imagem da natureza na cidade | 214 |
| 3.3.3 A imagem das águas urbanas | 216 |

| | |
|---|------------|
| 3.4 IMAGINÁRIO URBANO DO CÓRREGO DOS BURITIS..... | 218 |
| 3.4.1 Trajetos..... | 218 |
| 3.4.2 Rupturas..... | 261 |
| 3.4.3 Remansos | 302 |
| 4.4.4 Buritizais..... | 343 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 383 |
| REFERÊNCIAS..... | 389 |

INTRODUÇÃO

A trajetória da vida humana na Terra, no que diz respeito à evolução dos seus meios de sobrevivência, está intimamente ligada à sua permanência e apropriação de locais próximos e/ou abastecidos por mananciais, olhos d'água, nascentes, lençóis subterrâneos etc. Ou seja, a intervenção humana na paisagem natural está fundamentalmente relacionada à presença da água, e, conseqüentemente, à natureza a ela ligada. Como afirma Gorski, a água em movimento esculpiu a superfície e o subsolo terrestres ao longo das eras, sendo ela um coadjuvante para a formação da paisagem natural e cultural da Terra. Juntamente com a topografia, o solo, a atmosfera, o relevo e a vegetação, os cursos d'água formam a paisagem natural e participam da paisagem construída (Gorski, 2010). Desse modo, é a partir da sua relação com as condições impostas pela natureza que a humanidade delineou as tipologias de suas ocupações e construiu suas próprias paisagens. Esta relação é ditada não somente pelas características físicas particulares de cada terreno e o caráter sociocultural de cada povo, mas, principalmente pelos avanços técnicos e científicos conquistados a cada século.

A partir de uma perspectiva antropocêntrica, tecnologia e natureza caminham dentro de uma relação desigual – a primeira ditando todo o processo de exploração, extração e apropriação dos recursos oriundos da segunda. Nas últimas décadas, essa relação operou de tal modo que, para os pesquisadores, torna-se impossível dissociar os processos naturais daqueles desencadeados pela ação humana. Assim, a partir desse entendimento, o termo “antropoceno” foi publicado pelos cientistas Paul Crutzen e Eugene Stoermer, no ano de 2000, para designar a mais recente era geológica do planeta Terra, que se inicia aproximadamente a partir do século XVIII. Isso significa que os impactos e alterações gerados pela ação humana nos ciclos da natureza são irreversíveis, condicionando-a a uma nova forma de coexistir com a humanidade e vice-versa. Nesse contexto, as cidades são a expressão máxima da ocupação humana na Terra e, se os processos naturais estão cada vez mais ligados aos processos técnicos desenvolvidos pelos seres humanos em sua necessidade de assentar-se na terra, é principalmente no espaço urbano que a natureza ganha uma fisionomia que reflete esse panorama. Diante desse cenário, surge a demanda de um olhar para a cidade contemporânea que contemple a natureza nela presente, não como um elemento antagônico, mas como coparticipante da complexidade de sua

paisagem, e principalmente, como um elemento intrinsecamente presente no imaginário humano dentro de todos os seus movimentos para ocupar a Terra.

Desse modo, justifica-se a oportunidade de refletir sobre a relação entre natureza e cidade para compreender a realidade urbana da maioria das cidades brasileiras – no que diz respeito à situação de invisibilidade de seus cursos hídricos –, e a conjuntura na qual se insere a cidade de Goiânia. Planejada e implantada na década de 1930, dentro de um contexto de industrialização e modernização urbana do Brasil (“Marcha para o Oeste”), a nova capital goiana teve seu sítio de implantação rigorosamente escolhido e, dentre as características observadas, foram determinantes a abundância de água e a disposição topográfica da sub-bacia do córrego Botafogo (Ribeiro, 2004). Apesar da forte relação entre a implantação de Goiânia e a conformação natural ditada pelo Botafogo, o avanço da urbanização muito degradou sua paisagem natural original e o que dela restou encontra-se inibido por vias-expressas e edificações. O córrego dos Buritis, objeto de estudo desta pesquisa, – assim nomeado devido à marcante presença (no passado) de buritizais em suas margens –, localiza-se nesta sub-bacia, e, atualmente, encontra-se canalizado e invisível na paisagem urbana. Seu único trecho em contato com a superfície localiza-se no Bosque dos Buritis, no Setor Central. Pode-se dizer que este córrego participa da realidade urbana de Goiânia desde a implantação, e a sua canalização não ocorreu de imediato, mas sim de forma gradual, acompanhando o processo de urbanização da cidade. Isto é, a conformação original de seu trajeto passou por inúmeras transformações até se modificar por completo, e o ciclo de suas águas, seus conjuntos vegetativo e faunístico, e demais processos naturais ligados à sua presença, tiveram que se adaptar às novas conformações física e paisagística impostas.

Ainda que condicionado a esta realidade irreversível – uma vez que a ideia de ressuscitar seu leito na superfície da cidade, por um lado, chega a ser utópica, e por outro, saudosista –, acredita-se, como hipótese desta pesquisa, ser possível reconhecer o Buritis a partir da problemática que o envolve, isto é, da percepção de sua invisibilidade na paisagem urbana de Goiânia ao longo do tempo. A paisagem da cidade contemporânea, encarada como uma trama de camadas sobrepostas, permite inúmeras possibilidades de leitura e interpretação do espaço urbano. Ela carrega os indícios de uma natureza oculta, aquela que foi transfigurada ao longo do tempo e, muitas vezes, apesar de invisível, pode ser, de algum modo, encontrada. Assim, o encontro com este córrego será possível a partir de maneiras diversas e inusitadas,

seja ao investigar o seu passado, ao buscar na paisagem as pistas de sua existência, ou ao escutar o relato de quem com suas águas se relaciona. Acredita-se, também, ser possível, por meio dessa abordagem holística, retratar não somente as dimensões material e temporal da paisagem urbana ligada ao córrego do Buritis, como também a sua dimensão imaginária.

Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é salientar o papel dos cursos hídricos urbanos para com o reconhecimento da natureza na paisagem urbana, contribuindo, assim, para o surgimento de abordagens e soluções mais equânimes diante de problemas urbano-ambientais contemporâneos. De maneira específica, objetiva-se investigar as transformações impostas à paisagem natural do córrego dos Buritis ao longo do desenvolvimento urbano de Goiânia, como modo de reconhecê-lo enquanto um elemento importante da historiografia da cidade, de questionar a sua situação de invisibilidade, e de retratar sua dimensão imaginária.

Desse modo, por meio de uma abordagem qualitativa e de um estudo de caso sobre o córrego dos Buritis, realizou-se uma pesquisa histórico-documental e uma pesquisa bibliográfica, que se articulam para reunir informações históricas e conceitos que geram significado para a invisibilidade do córrego dos Buritis na paisagem urbana de Goiânia ao longo do tempo. Assim, as informações obtidas, a partir da busca e análise de documentos oficiais e de outras fontes – reportagens jornalísticas, fotografias, imagens, cartografias, projetos urbanos etc. –, da busca pelos vestígios das águas do córrego na superfície da cidade, a coleta de relatos e demais informações orais/informais, e a produção de cartografias, fotografias e demais representações gráficas, fornecerão base para a aplicação dos conceitos estudados, para a análise das transformações paisagísticas sofridas pelo córrego, e para a compreensão do imaginário coletivo que envolve a sua realidade urbana.

As discussões que abordam a natureza na cidade, a historiografia urbana do córrego dos Buritis, a paisagem urbana de Goiânia e o imaginário desenvolvido em torno do objeto de estudo, foram guias para a estruturação da discussão teórico-conceitual desta pesquisa. Nesse sentido, o corpo textual foi organizado da seguinte forma:

O capítulo 01, “A natureza na cidade”, se dedica à reflexão e contextualização acerca da relação construída entre humanidade e natureza e suas reverberações no estabelecimento do espaço urbanizado e na percepção da paisagem urbana, a fim de lapidar o olhar que se intenciona ter para com Goiânia e seus espaços verdes. Foram

utilizados autores que discutem a trajetória dos assentamentos humanos e o processo de urbanização no mundo e no Brasil, bem como aqueles que trazem o tema da apropriação da natureza pelo homem. Desse modo, fez-se uma reflexão sobre a presença da natureza na paisagem e cotidiano urbanos a partir da sua relação com o processo de ocupação humana na terra, que, de algum modo, influenciam na forma de vivenciar os espaços verdes nas cidades. Desse modo, foi possível, chegar a uma visão alternativa sobre o papel dos cursos hídricos urbanos devido ao seu papel de manutenção da natureza no ambiente urbano e na ampliação da experiência e capacidade imaginativa diante de tais paisagens hídricas. Tais autores são: Lewis Mumford, Jacques Le Goff, Françoise Choay, Peter Hall, Henri Lefebvre, Josep Maria Montaner, Camillo Sitte, Anne Whiston Spirn, Vladimir Bartolini, Lúcia Maria Sá Antunes Costa, Mirela Duarte, Luísa Acioli dos Santos, Edvânia Tôres Aguiar Gomes, Kaka Werá Jucupé, Ailton Krenak, Maria Ângela Faggin Pereira Leite, Ermínia Maricato, Milton Santos e Angelo Serpa.

O capítulo 02, “Narrativa das águas”, apresenta um estudo de caso sobre o córrego dos Buritis, que, a partir da reflexão desenvolvida no capítulo 01, objetivou compreender as origens da sua conformação atual no território urbano e das transformações sofridas por sua paisagem ao longo das diferentes décadas do desenvolvimento urbanístico de Goiânia. Nesse sentido, por meio da busca e interpretação de textos, mapas, fotografias, documentos oficiais, reportagens jornalísticas etc., buscou-se analisar os aspectos que guiaram a apropriação da natureza em Goiânia e retratar o processo de desaparecimento do córrego e a supressão de sua paisagem natural da superfície urbana, identificando tais fatores transformadores do espaço. Em outras palavras, este estudo historiográfico permite compreender como, dentro do contexto de criação e implantação de Goiânia, uma visão funcionalista, higienista e mercadológica sobre as suas reservas naturais locais influenciou tanto as decisões projetuais quanto o posterior crescimento urbano de Goiânia, e como isso afetou diretamente a paisagem natural ligada ao córrego dos Buritis. Para tanto, utilizou-se como referência os autores que trabalham com a historiografia e o urbanismo de Goiás e de Goiânia, como Nars N. Fayad Chaul, Luís Sérgio Duarte da Silva, Gustavo Neiva Coelho, Cristina Helou Gomide, Alexandre Ribeiro Gonçalves, Milena d’Ayala Valva, Celina Fernandes Almeida Manso, Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, José Mendonça Teles, e Maria Eliana Jubé Ribeiro. Além do mais, para complementar a discussão e, também, aprimorar a pesquisa

historiográfica, utilizou-se de textos e documentos históricos de autoria de Pedro Ludovico Teixeira, Atílio Correia Lima e Armando Augusto de Godoy, bem como dos documentos presentes nos acervos das seguintes instituições: Secretaria Municipal de Planejamento de Goiânia – SEPLANH; Museu da Imagem e do Som – MIS; Acervo Histórico Estadual; Agencia Municipal de Planejamento – AMMA; Clube de Engenharia de Goiás; Serviço Geológico Brasileiro; Clube dos Oficiais; Associação dos Oficiais da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás – ASSOF; Associação dos Subtenentes e Sargentos do Estado de Goiás - ASSEGO; Museu de Arte de Goiânia – MAG; Centro Livre de Artes – CLA; e Paróquia São João Bosco – PSJB.

O capítulo 03, “Paisagens invisíveis”, traz uma reflexão sobre a leitura e interpretação da paisagem urbana contemporânea a partir dos “vestígios” e “indícios” da natureza invisibilizada na cidade que, embora presentes no ambiente urbano, passam despercebidos devido a um excesso compositivo da paisagem urbana. Esta carrega em si, influenciada por diversos fatores que determinam sua composição material, um conjunto interminável de imagens que permitem interpretar a cidade e sua linguagem, e indiciam as invisibilidades da paisagem urbana. Desse modo, foram consideradas três categorias para a compreensão da paisagem urbana e suas invisibilidades: a imagem da rua, a imagem da natureza na cidade e as águas urbanas. O entendimento de como tais categorias podem agregar à interpretação da paisagem urbana, dando significado para as experiências do cotidiano na cidade, acarretou em pontos de conexão para reconhecer o córrego no passado, no presente, e no imaginário urbano, pois, a todo momento, participam da narrativa sobre o Buritis, e ajudam a identifica-lo na paisagem de Goiânia – seja como um vestígio no passado, um indício na paisagem atual, ou como uma imagem resgatada pelos relatos, fotografias, reportagens, etc. Assim, este terceiro capítulo, utiliza-se de autores que refletem sobre o conceito de paisagem e o relacionam com o espaço construído e o espaço natural – como Rosário Assunto, Augustin Berque, Eric Dardel, e Jean-Marc Besse –; autores que teorizam sobre a complexidade da paisagem na cidade contemporânea, permitindo assim, relacionar as suas dimensões invisíveis aos seus vestígios e indícios nela mesma presentes – como Nelson Brissac Peixoto, Lucrecia D’Aléssio Ferrara, Sandra Jatahy Pesavento, Renato Cordeiro Gomes, Willi Bolle, Carlo Ginzburg, e Walter Benjamin –; e por fim, autores que permitem compreender o conceito de imaginário e as imagens contidas nas categorias elencadas para a compreensão do córrego na paisagem de Goiânia, como Jean Jacques Wunenburger,

Gaston Bachelard, Arthur Simões Caetano Cabral, João do Rio, Alberto Pimenta, Eric Dardel, Ailton Krenak, e João Guimarães Rosa.

Este terceiro capítulo se finaliza com uma segunda categorização que busca retratar o imaginário ligado ao córrego dos Buritis através de registros sobre a paisagem e o cotidiano de Goiânia. O intuito é captar as imagens que representam direta e indiretamente a presença das águas do córrego na cidade e se fixam, de alguma maneira, no entendimento que os habitantes têm e podem vir a ter sobre ele – mesmo aqueles que o desconhecem. Essas imagens estão ligadas às categorias “trajetos” (trajetos delimitados ou trajetos espontâneos pela cidade que, de alguma forma, se relacionam ou indiciam o trajeto do córrego), às “rupturas” (onde os vestígios e indícios passam a ser força de afloramento brusco, incontrolável do córrego, ou onde as mazelas urbanas se destacam na paisagem), aos “remansos” (onde as águas fluem com facilidade e discrição, afloram timidamente ou se aglomeram pacificamente; e onde a paisagem retratada se conecta com um espaço urbano descontraído e tranquilo) e aos “buritizais” (estes só vigoram onde existe água, portanto, além de um vestígio, são a essência do córrego, e representam a presença da natureza ligada ao córrego na paisagem da cidade).

Dessa maneira, o córrego dos Buritis é compreendido para além de uma ótica ambiental e historiográfica pragmática, em busca de uma reflexão que visa trazer luz à importância das múltiplas facetas de sua existência, e guiando o seu reconhecimento na cidade. Nesta narrativa, o Buritis e sua paisagem natural serão os elementos centrais, não só na reflexão sobre o passado e o presente de Goiânia, mas também na discussão sobre o futuro da cidade.

1 A NATUREZA NA CIDADE

Embora sociedade e natureza ainda sejam tradicionalmente vistas de maneira separada no espaço, estas e seus processos se interligam, cada vez mais, à medida que o ser humano intervém na paisagem natural. Nas grandes cidades, sendo locais intensamente modificados pela ação humana, a natureza se tornou um contraponto, isto é, se diferenciou dos elementos construídos na paisagem urbana, tanto em quantidade quanto em continuidade, pois restringiu-se aos formatos e adequações impostos pela urbanização. Entretanto, mesmo diante desse contexto, a natureza não deixa de desempenhar seu papel nos processos urbanos, e muito menos de influenciá-los, pois participa da cidade, e, como afirma Spirn (1995), é a própria cidade.

Para o olhar desatento, árvores e parques são os únicos remanescentes da natureza na cidade. Mas a natureza na cidade é muito mais do que árvores e jardins, e ervas nas frestas das calçadas e nos terrenos baldios. [...] É a consequência de uma complexa interação entre os múltiplos propósitos e atividades dos seres humanos e de outras criaturas vivas e dos processos naturais que governam a transferência de energia, o movimento do ar, a erosão da terra e o ciclo hidrológico. A cidade é parte da natureza. A natureza é um *continuum*, com a floresta num dos polos e a cidade no outro. Os mesmos processos naturais operam na floresta e na cidade (Spirn, 1995, p. 20).

Nessa perspectiva, apesar de natureza e cidade não se dissociarem, a divergência com que são tratadas na prática – seja pelos cidadãos, autoridades políticas ou planejadores urbanos – é fruto de um processo histórico de apropriação do meio natural que, em determinado estágio, validou a construção de uma dicotomia entre ser humano e natureza. Ao longo do surgimento e desenvolvimento das cidades, essa relação antagônica se reforçou com o advento da industrialização que, para atender as demandas de consumo e produção da sociedade – cujo predomínio da cultura capitalista instiga o consumo excessivo e compulsório – legitimou a exploração sobre os recursos da natureza, reduzindo-a, cada vez mais, em favor do crescimento urbano e do alastramento das regiões industriais e suas áreas extratoras.

Diante desse contexto, coube aos espaços residuais das cidades abrigarem uma natureza interceptada, cujos fragmentos visíveis na paisagem urbana, extenuam os seus potenciais social e paisagístico, desconfigurando a continuidade original de rios, córregos, conjuntos vegetativos e suas formações na paisagem. É a partir deste ponto que esta pesquisa se desenrola, com o entendimento que a natureza na cidade,

devido a tais fatores, se encontra fragmentada e invisibilizada e, por isso, mesmo quando nos debruçamos sobre um único elemento de sua composição – como um córrego, ou um parque, por exemplo –, deve ser considerada não a partir dos pontos isolados na paisagem, mas como uma complexa rede entre elementos e fenômenos sociais e naturais que se expressam nas múltiplas dimensões da paisagem urbana. Para tanto, propõe-se refletir sobre os principais aspectos que permeiam esta discussão e esclarecem a condição de invisibilidade urbana do objeto estudado – o córrego dos Buritis –, sendo eles: as imagens da natureza produzidas ao longo da história das cidades e suas reverberações na produção do espaço verde nas cidades; e a contraposição entre a experiência sensível da natureza na cidade e o funcionalismo da natureza estabelecida no projeto urbano. A compreensão acerca de tais pontos contribuirá para com o entendimento sobre a relação entre a cidade contemporânea e seus espaços verdes, e como estes se colocam no imaginário urbano. Dessa maneira, será possível relacionar tais reflexões com a realidade urbana de Goiânia, seus parques e áreas verdes e compreender a abordagem adotada para o estudo de caso sobre o córrego dos Buritis, suas transformações paisagísticas e o imaginário que o envolve.

1.1 A NATUREZA NA HISTÓRIA DAS CIDADES

Diante da urbanidade atual – grandes metrópoles, densas paisagens de vidro e concreto, onde não se veem mais as árvores e os rios – não imaginamos que podemos encontrar a origem da oposição entre natureza e cidade ao estudar os primórdios da ocupação humana na Terra, quando as cidades estavam longe de existir, e o cotidiano humano ocorria em meio à natureza selvagem e primitiva. Tendenciamos achar que esse antagonismo vem a ocorrer quando o homem, já fixo na terra, transita do campo para a cidade e passa a ser notória a segregação entre tais espaços; ou quando o espaço urbano, já consolidado, recebe a sobrecarga das revoluções industriais, cujos avanços científico e tecnológico produzem utensílios e descobertas até então inimagináveis. De fato, estes momentos da trajetória da civilização humana, possuem potencial relevância, mas o antagonismo entre cidade e natureza antecede o urbano, pois é a partir da vida errante dos grupos humanos primitivos até chegar às cidades contemporâneas, que podemos encontrar uma sucessão gradual de eventos que justificam a construção de imagens que definem as

relações entre o antrópico e o natural – eventos estes que, não por acaso, estão diretamente relacionados com a origem das cidades.

De acordo com Mumford (2008), a origem da cidade está contida nas práticas primitivas nômades, e estas eram intimamente ligadas à natureza e seus processos. Merecem destaque as estruturas paleolíticas fixas do sepulcro, da caverna e do santuário, que antes de atenderem questões de sobrevivência ou de ordem prática, e em contradição aos intermináveis deslocamentos do homem nômade, estavam ligadas à contemplação da morte e dos fenômenos da natureza, inaugurando um sítio permanente para tais atividades (Mumford, 2008). Assim como as cidades, estas estruturas geraram a possibilidade do retirar-se da natureza aberta para concretizar o encontro, a socialização, a expressão artística e espiritual, as trocas de experiências, etc., e, por isso, representam os primórdios da intenção humana de produzir o meio urbano em contraste com o meio natural.

Na reunião mais remota no tempo, ao redor de uma sepultura ou de um símbolo pintado, de uma grande pedra ou de um bosque sagrado, encontram-se os primórdios de uma sucessão de instituições cívicas [...] Assim, antes mesmo que a cidade seja um lugar de residência fixa, começa como um ponto de encontro aonde periodicamente as pessoas voltam: o ímã precede o recipiente, e essa faculdade de atrair os não-residentes para o intercurso e o estímulo espiritual, não menos do que para o comércio, continua sendo um dos críticos essenciais da cidade, testemunho do seu dinamismo inerente, em oposição à forma da aldeia mais fixa e contida em si mesma, hostil ao forasteiro (Mumford, 2008, p. 9).

Figura 1 – “Stonehenge”, formação do período neolítico.



Fonte: Infoescola (2018).

Nesse sentido, nota-se que o embrião das cidades leva consigo as imagens de uma natureza elementar, rústica, mística e sagrada, cujos elementos e formações naturais possuem significados que transcendem o cotidiano humano e a banalidade material, demarcando a implantação da vida social do ser humano e construindo o imaginário a ela relacionado. Posteriormente, na transição do paleolítico ao neolítico, somou-se à natureza mágica e sagrada a possibilidade de associação, isto é, o cultivo de sementes, vegetais e o cuidado para com os animais, que forneceria para os agrupamentos humanos a oportunidade de encontrar na paisagem natural um lar, fixar sua moradia, garantir maior segurança e amplitude reprodutiva. Como afirma Mumford (2008), é do cuidado da mulher não somente para com a sua prole, mas também para com as ervas e outros mamíferos – uma relação simbiótica com a natureza – que o grupo humano, em compensação, encontra alimento e uma vida mais tranquila. Nasce, então, a aldeia, e com ela, a necessidade de delimitação, proteção, ordem e estabilidade – características mantidas na elaboração das cidades (Mumford, 2008).

Assim, surge a imagem de uma natureza feminina e maternal, provedora de suprimentos, mantenedora da fertilidade e da vida, e incorporada àquela misteriosa, intocável e hostil, tem-se uma natureza que desperta, simultaneamente, admiração e medo, gratidão e desconfiança, e assim como a cidade, ora fornece proteção e acolhimento, ora é fria e perigosa.

Até então, a relação entre natureza e ser humano tinha como base a colaboração mútua, e embora a aldeia apresentasse a característica de se fechar para o exterior natural, isso não se configura como uma ruptura com o natural. Contudo, foi a partir da nova designação do homem caçador que esta relação pacífica e ponderada sofreu uma grande inversão. Ao ser encaminhado para tarefas administrativas e bélicas – fortificação, proteção, fabricação de armas, e demais atividades agressivas – o masculino desenvolveu sua ambição pela conquista e exploração, expressa pelo domínio do território, de outras aldeias, de animais ferozes, e dos fenômenos naturais (Mumford, 2008). É dessa maneira que, por meio do anseio pela conquista da natureza e a união de várias aldeias, surgiram as grandes civilizações, uma unidade gerida por um forte chefe ou rei, cujas preocupações principais eram a de produzir alimento em grande escala, expandir os limites de seu território e possuir o poder religioso e espiritual. Percebe-se, então, a origem da imagem de uma natureza que se abriu para ser conquistada e gerou reconhecimento aos seus conquistadores – que, por se considerarem Figuras divinas, puderam controlá-la –, e quanto mais estimulada a produzir, mais poder, força e conhecimento ganhava sua civilização. Essa nova relação estabelecida com o que foi conquistado na natureza está, também, muito ligada à ascensão do conhecimento clássico, como a matemática, a astronomia, a escrita, a medicina, a física, etc., embora muito tenha sido, no futuro, revisto e aprimorado. Surgiam então as pinceladas de um antagonismo entre a natureza e humanidade, expresso por meio da sua tipologia de ocupação do território pois, pela primeira vez, o poderio de uma civilização passava a ser medido a partir do avanço sobre a paisagem natural e a compreensão de seus fenômenos.

À medida que estas aglomerações civilizatórias ganhavam maiores proporções, ultrapassando os limites entre continentes, surgiam, nas adjacências de suas aldeias e vilas, as primeiras aglomerações propriamente ditas urbanas. Essas pequenas aglomerações emergentes tinham funções específicas, como as de abrigar os governantes, as riquezas, o comércio, guerreiros, religiosos, etc., enquanto as aldeias mantiveram seu papel na produção agrícola. Como afirma Lefebvre (1999), a

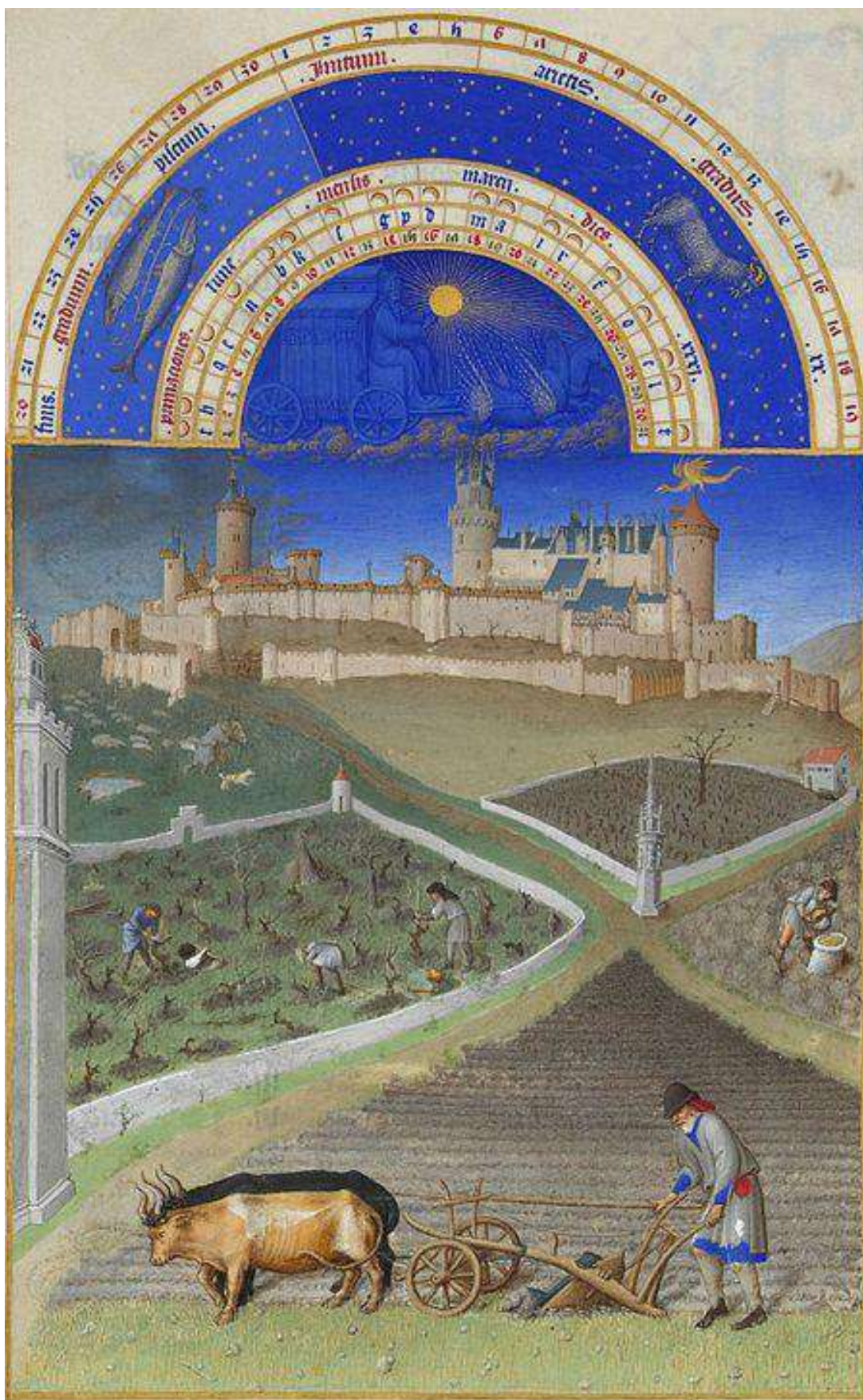
primeira tipologia de cidade, a cidade política, criada para a manutenção da ordem e controle do poder, abrigava sacerdotes, guerreiros e a nobreza, era responsável por dirigir as grandes atividades agrícolas e abrigava somente o artesanato necessário para as atividades cotidianas de seus nobres habitantes. Já a cidade mercantil, séculos depois, se sobrepôs à sua fase política, onde o comércio tomou forma e proporção incontroláveis, inaugurando a praça central, remetendo à ideia de que o espaço urbano é o lugar do encontro de objetos e de pessoas – cujas funções são a da troca, do comércio, da vivência, e da liberdade. Essas atribuições da cidade mercantil reforçaram a estrutura circular do espaço antropizado – cujas raízes estão, segundo Mumford (2008), nas influências femininas paleolíticas-neolíticas no cultivo da natureza e organização do espaço –, que partindo de um centro comercial, disputando influência e espaço com o centro político, irradiava não somente no terreno, mas também na construção de uma unidade urbana (Lefebvre, 1999). Para muitos, foi a cidade mercantil da Idade Média que inaugurou a tipologia urbana, pois nela uma série de atividades e estruturas foram substituídas e renovadas, e suas conformações mais se aproximavam da cidade atual que da cidade antiga – o fórum deu lugar à praça pública, o estádio se tornou um centro militar, a função das termas foi transferida para quarto de banho privado, o templo deu lugar às igrejas, etc. (Le Goff, 1998).

No período medieval, o agrícola e o urbano se antagonizaram, não só devido às suas funções e organizações espaciais distintas, como também pelo caráter de seus habitantes e modos de vida. Castelos e fortalezas marcaram a paisagem natural dos feudos medievais, junto às grandes lavouras e pastagens. A vida feudal possuía maior reconhecimento entre a nobreza – pois significava posse de terras e títulos, produção dos alimentos, fonte de matéria-prima e local de moradia das famílias donas de terra e seus serviçais. A cidade ocupava uma posição heterotópica (Lefebvre, 1999), onde circulavam informações, produziam-se riquezas – vindas das intensas trocas comerciais –, e acontecia a vida cultural. O fervor dos burgos medievais e seu caráter de novidade, agitação, riqueza e dinamicidade, obrigava à sobriedade do campo à sua vasta paisagem natural, às imagens do tradicional, do laborioso, e do monótono ou melancólico. A contraposição entre as Figuras do negociante que enriqueceu por conta de suas próprias habilidades na cidade e do nobre senhor feudal que sustentava seu poderio por meio da produção agrícola e do trabalho servil no campo, mais tarde se tornaria reforço para a inauguração da cidade industrial, para

onde os trabalhadores do campo migraram em busca de atividades remuneradas e melhores condições de vida.

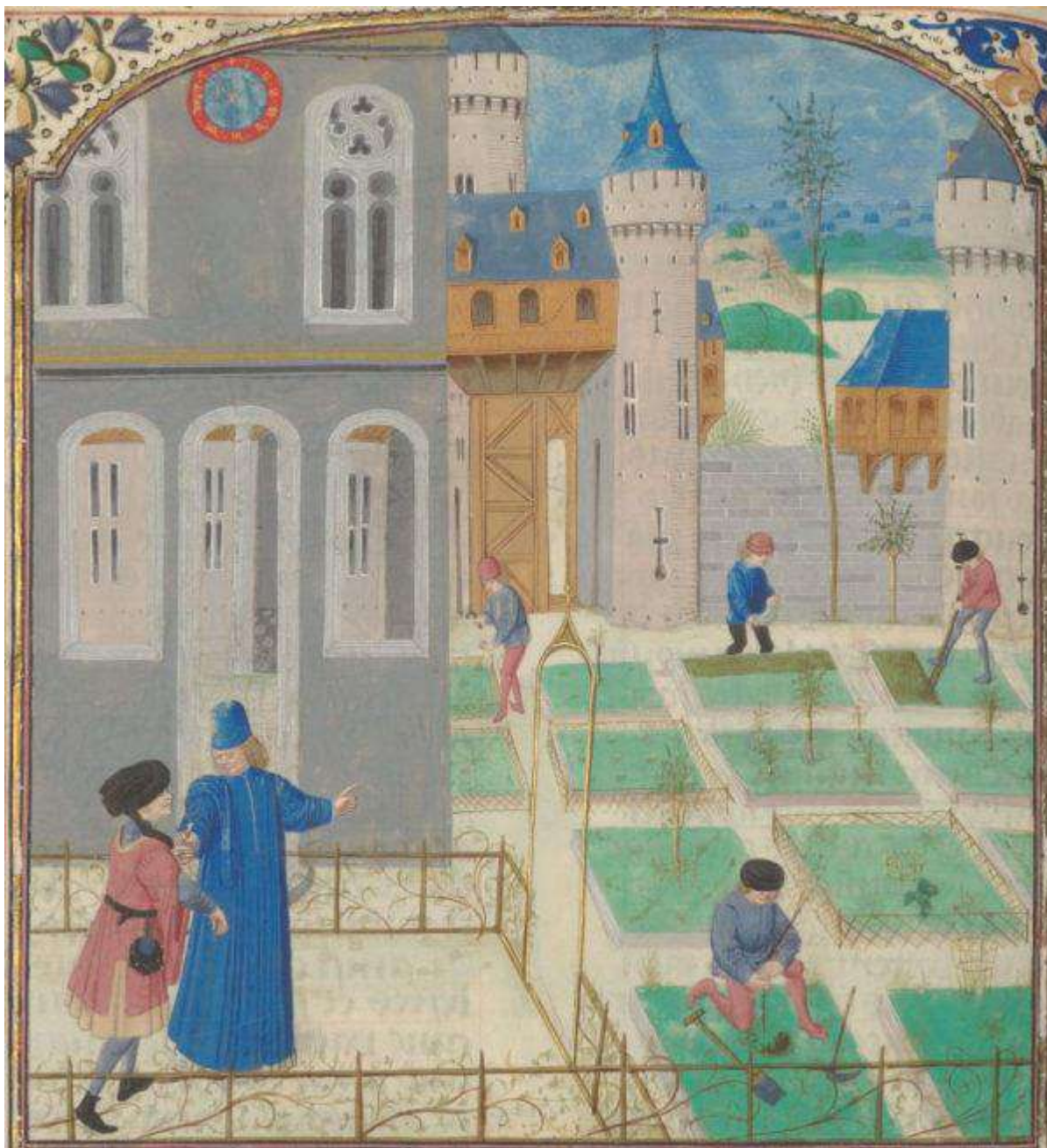
As imagens da natureza construídas até então – primitiva e mística, criadora e mantenedora da vida, fornecedora de poder e de conhecimento, laboriosa e monótona –, pareciam se tensionar frente às influências das estruturas medievais hegemônicas: a igreja, o feudo e o burgo. Foi na cidade medieval que a igreja católica se instalou com veemência, pois ao se distanciar do campo, distanciava-se também do camponês, que não era visto como um trabalhador rural por excelência, mas sim um trabalhador, antes pagão, e após cristianizado, condenado ao trabalho pesado pelo pecado original (Le Goff, 1998). Em sua intensa perseguição à cultura pagã, a igreja condenava a imagem da natureza mística e a fertilidade feminina a ela ligada, bem como a imagem da natureza cheia de aventuras e possibilidades para o empirismo científico, defendendo, assim, em concordância com a estrutura feudal, a natureza domesticada, sob o controle da exploração política e militar e da produção agrícola. Em contrapartida, o burgo, local de experimentação e troca cultural, se ligava à uma imagem da natureza como fonte do conhecimento e da liberdade, a qual em seu centro encontrava-se a Figura humana, capaz de guiar seu destino frente ao mundo desconhecido, estabelecendo os prenúncios da cultura renascentista. Entretanto, como afirma Le Goff, ainda assim, essa estrutura urbana não sofreu uma separação absoluta com o campo pois, a cidade medieval se permitiu ser penetrada pelas funções agrícolas, e pelo contato com o cultivo domiciliar da terra e, também, por espaços para pequenas criações (Le Goff, 1998). Portanto, observa-se que a natureza presente nas cidades medievais, desempenhou, entretanto, o primórdio do seu papel na contemporaneidade: o de subsistir, de algum modo, a função urbana da troca, buscando acompanhar e se moldar à produção e o consumo vigentes nestes espaços – se configurando gradativamente em outras fisionomias, até chegar ao parque urbano contemporâneo.

Figura 2 – Lavouras diante do castelo de Lusignan (detalhe do calendário, com zodíaco, mês de março).
Illuminura de Pierre de Crescens.



Fonte: Le Goff (1998).

Figura 3 – Os jardineiros se ocupam sob o olhar do mestre. Iluminura de Pierre de Crescens.



Fonte: Le Goff (1998)

Desde então, a permanência da natureza na cidade seguiu carregando em si os tensionamentos entre suas imagens já construídas e as demandas dos contextos sociais e culturais urbanos em que estava inserida. O período do Renascimento não só trouxe uma complexidade acerca da relação entre ser humano e o cosmos, e uma revolução construtiva e arquitetônica para as cidades, como também uma outra percepção sobre a paisagem natural – pois pela primeira vez, desde que o ser humano deixou de ser nômade e iniciou seu assentamento na terra, a natureza não apareceu

na paisagem sob o viés agrícola. É no campo da pintura que esse movimento instaurou a noção da natureza como paisagem, inaugurando, assim, uma imagem de natureza pitoresca, cujo jogo de luz e a perspectiva passaram a revelar o que a paisagem natural tem de transcendental e sua conexão com o pensamento e sentimento humanos. O pintor da paisagem expressa, com o suporte da tela, dentro do enquadramento escolhido, seus anseios e sentimentos diante do meio natural – como um resgate da vivência com a natureza original, sagrada, mística e feminina –, e utilizando-se de determinada técnica artística, realizava a representação desta percepção, dando visibilidade às imagens da natureza presentes no imaginário coletivo, ofuscadas pelas estruturas hegemônicas e pela história tradicional. Como afirma Brissac Peixoto, “o enigma que a pintura celebra – lembra Merleau-Ponty – não é outro senão o da visibilidade. Ela não evoca coisa alguma. Ao inverso, ela dá existência visível àquilo que a visão profana acredita invisível” (Peixoto, 2019, p. 17). Infere-se, então, que o resgate de tais imagens da natureza por meio da pintura de paisagem não só permeou, de diferentes formas, os demais movimentos artísticos que se sucederam – como a arte barroca, o romantismo, o realismo e o impressionismo, por exemplo –, como também provocou a concepção de uma imagem de natureza bela e paradisíaca. Essa paisagem embelezada, iluminada e sublime passou a guiar a construção de jardins urbanos públicos e privados. Diferentemente dos jardins das civilizações antigas, cuja função estética estava vinculada ao cultivo de frutos e vegetais comestíveis, os jardins concebidos a partir do Renascimento eram puramente ornamentais e contemplativos, e buscavam expressar o simbolismo e a grandeza da natureza assim como nas pinturas. Nota-se que a idealização da natureza a partir das imagens resgatadas e transformadas pela pintura de paisagem trouxe para este momento da história da arte a própria ideia de fragmentação da paisagem natural, pois o enquadramento e o recorte escolhidos geraram uma quebra na sua continuidade e os eventos em destaque se convergiram em um trecho isolado da natureza.

Figura 4 – Pintura “Paisagem com sacrifício a Apolo”, de Claude Lorrain, 1662-3.



Fonte: Art UK (2016).

Figura 5 – Parque Stourhead, Wiltshire, Inglaterra, projetado em 1741.



Fonte: E.H. Gombrich, 2000

A cidade medieval se desenvolveu de tal maneira que sua expansão provocou a extinção de suas muralhas, e sua ascensão se deu a partir de três novas forças, oriundas dos investimentos da burguesia: o melhoramento tecnológico com o desenvolvimento das primeiras indústrias, a busca de novos insumos e recursos por meio das grandes navegações, e a colonização de novas terras para expansão das áreas de extração de recursos (Mumford, 2008). Avistamos não só o prenúncio da cidade industrial, como também o de uma globalização da produção, do consumo, do modo de vida urbano e, conseqüentemente, da relação com a natureza. Nesse sentido, os olhares europeus se voltaram para a natureza do mundo – mais especificamente do hemisfério sul –, aquela a ser colonizada, selvagem, exótica e espetacular, mas principalmente, garantidora das trocas e do lucro comercial. Nota-se aqui, a imagem da natureza capitalizada, cujo valor é medido a partir da troca monetária e, posteriormente – com o desenvolvimento industrial nos séculos XIX e XX, marcado pela mecanização e a produção em larga escala (Mumford, 2008) – a imagem da natureza como utensílio, onde brusca e rapidamente, passou de sua condição original para o formato artificial do produto final. Na transição da cidade comercial para a cidade industrial ocorreu uma ruptura entre as atividades humanas e o tempo da natureza, cujos sintomas iam desde a introdução dos relógios urbanos no século XIV (Mumford, 2008), até a mecanização e racionalização dos transportes, da comunicação e da produção, com a criação das máquinas a vapor, do automóvel, das esteiras de montagem, das estações urbanas, etc., no século XIX.

Uma série de problemas sociais e ambientais, da ordem do planejamento urbano, surgiram na cidade industrial europeia, como, por exemplo, moradias insalubres, esgoto a céu aberto, poluição do ar e da água, crescimento populacional desordenado e a segregação social e suburbanização – o deslocamento das indústrias para as zonas periféricas das cidades fez com que a classe operária migrasse para os subúrbios (Choay, 2013). Nota-se que a relação entre campo e espaço urbanizado, e o próprio desenvolvimento e crescimento das cidades, passaram a ser mediados pela produção industrial. Enquanto a produção agrícola no campo se destinava às indústrias, os espaços verdes nas cidades, negligenciados e sobrecarregados, se tornaram fonte de doenças, pragas e maus odores, sendo estas as principais críticas feitas pelos urbanistas da época. Estes passaram a requisitar uma higienização e embelezamento do meio urbano por meio da imagem da natureza

funcional e técnica que, uma vez organizada e controlada, passava a ser fonte de bem-estar e saúde no urbano.

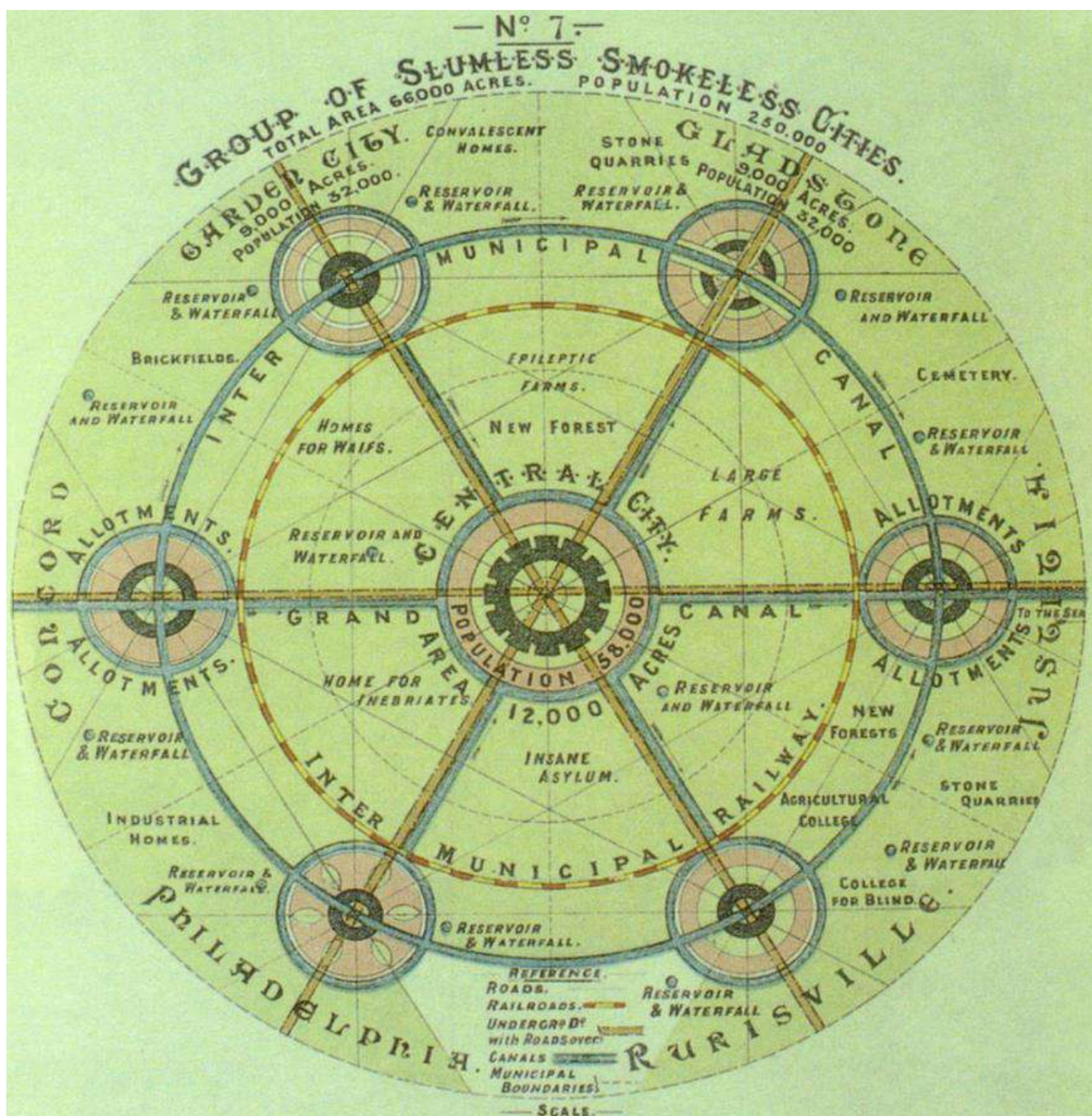
Desse modo, foi a partir da caótica realidade urbana europeia que uma série de reformas e intervenções foram planejadas e executadas nos séculos XIX e XX, caracterizando os modelos urbanos progressista, culturalista, americano, ou naturalista, fossem eles movidos pela crença na importância das técnicas e das funções, pela aversão a uma cidade mecanizada e desnaturalizada, ou pela nostalgia à relação de proximidade com a natureza (Choay, 2013). Soluções para tais problemas foram abordadas, por exemplo, pelos modelos de cidades-jardins de Levy (Paris, 1917) ou de Howard (Londres, 1919), pelo movimento City Beautiful em Chicago e Nova York, ou, posteriormente, pelo modelo urbano progressista de Le Corbusier (1920-1970) (Hall, 2013). Contudo, destacaram-se os modelos das cidades-jardim, que propunham uma associação entre campo e cidade como uma terceira alternativa ao modo de vida urbano industrial e que fugia da dualidade campo e cidade, promovendo a combinação entre as vantagens de se viver em cada um desses espaços, e valorizando o potencial estético e social da paisagem natural (Choay, 2013).

Figura 6 – Desenho “Nant y Glo, Monmouthshire”, de Henry Gastineau, 1791-1876.



Fonte: People's Collection Wales (1835).

Figura 7 – Mapa de cidade-jardim desenvolvida por Howard.



Fonte: Archdaily (2021).

“Em uma cidade, a intenção pinturesca jamais será eficaz e perene se não corresponder às condições da vida moderna” (Sitte, 1992, p. 112). Percebe-se que, dentre as diversas abordagens sobre a cidade industrial, a natureza nela presente foi pensada a partir da ideia de funcionalidade, isto é, atender as demandas e usos urbanos por meio de determinada organização técnica e/ou estética, muitas vezes inspirada em suas imagens de sublimidade, misticidade, grandeza, riqueza, beleza, primitividade etc. A condição desgastante, na qual se encontravam as cidades europeias, fez com que tais modelos urbanos alternativos fossem aplicados e experimentados nas cidades insurgentes dos países colonizados. Como afirma

Montaner, por um lado, a colonização da América foi uma extensão da cultura europeia, e por outro, um laboratório dos diferentes sistemas políticos, econômicos, urbanos e estéticos. A natureza do continente latino-americano, encarada pela Europa como sua grande reserva natural, tem uma grande contribuição planetária, tanto negativa quanto positiva, devido à sua extensa escala ambiental e territorial. Desse modo, assim como a paisagem natural foi fator determinante para a implantação das ocupações urbanas latinas, ela foi, também, a principal vítima do desenvolvimento e crescimento das mesmas (Montaner, 2014).

Ao se falar na América Latina, a grande maioria das cidades se desenvolveram a partir de um núcleo colonial, e vivenciaram no século XX a introdução do urbanismo moderno (Montaner, 2014) e uma intensa e tardia industrialização. No que diz respeito à industrialização no Brasil, é importante salientar que esta ativou um intenso processo de urbanização. De acordo com Maricato (2001), a população urbana brasileira iniciou o século XX sendo 10% do total de habitantes do país (Santos, 1993 *apud* Maricato, 2001, p. 16), foi para 26,3% em 1940, e para 81,2%, em 2000, ou seja, isso significou um massivo movimento de (re)construção das cidades coloniais no país (Maricato, 2001). Entre o final do século XIX e início do século XX, como parte do processo de modernização urbano, as cidades brasileiras foram marcadas por reformas voltadas para um embelezamento paisagístico e um higienismo sanitarista (Maricato, 2001), muito baseado nos modelos das cidades do hemisfério norte. Alguns exemplos de remodelação urbana da época são: a canalização dos rios Tietê, Tamanduateí e Anhangabaú, em São Paulo, comissionada pelos engenheiros Teodoro Sampaio e Saturnino Brito, na década de 1890; o projeto de embelezamento e saneamento do Rio de Janeiro, elaborado por Pereira Passos em 1903, a partir de influências das reformas haussmannianas em Paris; e o plano de saneamento de Santos, elaborado pelo engenheiro sanitarista Saturnino Brito, em 1904 (Villaça, 1999).

O apelo higienista e de modernização de tais planos e reformas criou centros urbanos livres de doenças, dotados de rede sanitária, arborizados, iluminados e belos. Além disso, o projeto e construção de novas cidades (Villaça, 1999) – como Belo Horizonte (1897), Goiânia (1933), e Brasília (1950) – e o investimento em infraestrutura urbana para o desenvolvimento industrial no país (Maricato, 2001), seguiram dentro do discurso modernizador e de funcionalização da natureza. Entretanto, juntamente com o impacto gerado pela ação industrial, as consequências da adoção desse urbanismo – como a segregação populacional (expulsão da classe

baixa do centro urbano para morros, áreas de várzea, matas ciliares, locais de nascentes, etc.), a ocupação desenfreada de empreendimentos do mercado imobiliário capitalista, a fragmentação dos conjuntos vegetativos para a criação de parques urbanos, e a canalização/marginalização de córregos e rios urbanos – marcaram a base da problemática ambiental urbana no Brasil e na América Latina. Isto é, tais questões, ao impulsionar o desmatamento, a degradação do solo, a ocupação irregular de áreas verdes (ligadas ou não a mananciais), a supressão de paisagens hídricas urbanas, legitimaram um planejamento ou projeto urbanos desconectados das características sociais e naturais do lugar (Leite, 1997).

Figura 8 – Fotografia da abertura da Avenida Central, Rio de Janeiro, 1904.



Fonte: Acervo O Globo (2014).

Figura 9 – Fotografia da canalização do rio Tamanduateí, São Paulo, sem data.



Fonte: Memórias do rio Tamanduateí, página do Facebook (2016).

Figura 10 – Paisagismo da Avenida Goiás em Goiânia, 1950.



Fonte: A Redação (2021).

Reflete-se que a problemática vista no processo de apropriação da natureza pela maioria das cidades de países colonizados e subdesenvolvidos é, de modo geral, a da supressão da construção de uma sólida e particular relação histórica com as suas próprias paisagens naturais, devido à imposição, em um curto intervalo temporal, de um modelo urbano deslocado de seus contextos cultural, social e ambiental pelas potências urbanizadoras. Na contemporaneidade, as grandes cidades de países desenvolvidos iniciaram um processo de revisão da sua paisagem urbana, no que diz respeito a uma ressignificação de seus espaços verdes, por meio da “descanalização” de rios e córregos, da transformação de avenidas e marginais em corredores verdes, e da apropriação coletiva e subjetiva dos espaços verdes públicos e residuais da cidade. No contexto latino-americano, observa-se que as cidades, ainda desfrutam de sua jovialidade – se comparadas às cidades da Europa por exemplo –, e, portanto, se encontram em meio a uma recente industrialização, em um processo de avanço crescente de seus limites no território. Algumas delas, em destaque as cidades brasileiras, preferem apoiar a construção de um meio urbano que artificializa e modifica bruscamente os elementos naturais na paisagem, a tirarem proveito da oportunidade que possuem de, muitas vezes, lidar de forma consciente com uma paisagem ainda em – ou próxima de – seu estado natural.

Esse é o caso de Goiânia, que, implantada e construída na década de 1930, sob um viés moderno e sanitarista, ao longo de seu desenvolvimento urbano canalizou seus principais cursos hídricos, avançou sobre as delimitações iniciais de suas áreas verdes e mata ciliares, e, apesar de receber o título de uma das cidades mais arborizadas do Brasil, fragmentou seus conjuntos naturais, a ponto de não mais ser possível reconhecer alguns de seus trajetos na paisagem da cidade.

Figura 11 – High Line, parque linear construído sobre uma ferrovia abandonada em Manhattan, Nova York, 2014.



Fonte: Archdaily (2009).

Figura 12 – Parque Cheonggyecheon em Seul, Coreia do Sul, 2017.



Fonte: Archdaily (2017).

Figura 13 – Obras na Marginal Botafogo em Goiânia, onde se encontra canalizado, desde a década de 1990, o córrego Botafogo.



Fonte: Portal 6 (2022)

Ademais, a hegemonia das imagens da natureza que tais modelos urbanos colonizadores trouxeram para as Américas, invisibilizou aquelas cultivadas pelos seus próprios povos originários, que por sinal, sempre prezaram por uma unicidade e respeito mútuos entre natureza, homem e cosmos.

A maior contribuição que os povos da floresta pode deixar ao homem branco é a prática de ser uno com a natureza interna de si. A Tradição do Sol, da Lua e da Grande Mãe ensinam que tudo se desdobra de uma fonte única, formando uma trama sagrada de relações e inter-relações, de modo que tudo se conecta a tudo. O pulsar de uma estrela na noite é o mesmo do coração. Homens, árvores, serras, rios e mares são um corpo, com ações interdependentes (Jecupé, 1998, p. 61).

Diante de uma racionalização do conhecimento científico e um predomínio da história tradicional, as culturas guiadas pela experiência e visão de mundo subjetivas foram postas como ingênuas e até mesmo inválidas. Portanto, o predomínio da técnica e da racionalidade sobre a organização do espaço urbano, dentre outros motivos, não permitiu que uma abordagem sobre a natureza como a da cultura indígena ganhasse força e participação na cultura brasileira.

Do século XX em diante, as relações do homem com a natureza passaram por uma reviravolta, fruto de uma universalização da produção – incluindo a produção

agrícola – do marketing, do capital, do modelo de utilização dos recursos, do trabalho, dos gostos, da alimentação, da cultura, etc. Essa mundialização das relações que, como vimos, se iniciou com a extensão das fronteiras comerciais no século XVI, ganhou força e corpo a partir do momento que uma nova revolução científica e técnica se impôs na sociedade (Santos, 1996). Nesse sentido, como afirma Leite, a oposição homem/cidade e natureza perdeu sentido uma vez que esta última incorporou às suas leis de transformação uma dimensão técnica, tornando-se um conjunto de atos, juízos e intervenções traduzidos por um modelo mundial que se sobrepõe à diversidade política, econômica e cultural. Ou seja, ocorreu uma integração da natureza à cidade, não como uma reconciliação, mas como uma redução de tudo ao urbano (Leite, 1997).

A urbanização, ao transformar de maneira tão intensa as relações entre a natureza e a cidade, promove entre ambas uma união completa e uma solidariedade indestrutível que não permite mais a adoção de atitudes isoladas. [...] Os problemas cotidianos das cidades são, em grande parte, decorrentes da visão de urbanização como produto e não como processo. As intensas transformações observadas nos planos econômico, político, social e cultural tornaram anacrônicos os projetos urbanos que se apoiam na diferenciação, na contraposição entre o natural e o construído (Leite, 1997, p. 144).

Portanto, discute-se, atualmente, sobre uma valorização de uma visão subjetiva e imaginativa como alternativas para a solução das problemáticas que envolvem a cidade contemporânea. A partir da compreensão de uma totalidade de relações que organizam a vida humana na Terra no Século XXI, é uma questão de ética – parafraseando Leite (1997) – repensar a relação cidade e natureza a partir de uma visão crítica e consciente de seus desdobramentos e processos históricos, culturais, sociais, paisagísticos, imaginários, afetivos e poéticos.

1.2 A EXPERIÊNCIA SENSÍVEL DA NATUREZA E O PROJETO URBANO

Tendo em vista a histórica interdependência entre civilização humana e natureza e, também, considerando uma atual necessidade de adquirir visões alternativas na solução dos problemas urbano-ambientais, destacam-se, de acordo com Gomes, duas características que comprometem o estudo e entendimento da relação entre indivíduo e meio, e conseqüentemente, podemos considerar, entre cidade e natureza. A primeira, diz respeito à adoção de uma visão histórica que privilegia a ideia ocidental de progresso associada à de evolução e lida com a natureza

e seus elementos naturais como recursos (Gomes, 1997), isto é, uma ideia que reforça a imagem de natureza a ser extraída e transformada, e não considera a unicidade entre os processos naturais e artificiais que define o antropoceno. Nesse sentido, Ailton Krenak faz uma crítica à visão extrativista de mundo, que foi implantada ao longo da história dos assentamentos humanos pelo racionalismo excessivo das “ciências duras”. Segundo o líder indígena e também ambientalista, filósofo e escritor brasileiro, estamos conformados em produzir, tanto no mundo material, quanto no mundo imaginado, uma linguagem, uma lógica e uma atuação extrativistas para com a natureza, isto é, que considera o mundo como exterioridade, do qual estamos sempre do lado de fora da paisagem – onde nos deslocamos e vivemos (Krenak, 2023).

A segunda característica é a estanqueidade dos discursos e práticas entre áreas diversas do conhecimento, ou como afirma a autora “especializações estanques” que, apesar da contribuição para com os avanços e facilidades para a humanidade, “representam no estágio atual um sério desafio a ser superado numa perspectiva de compreensão inter, multi e transdisciplinar da relação ‘natureza-sociedade’.” (Gomes, 1997, p. 146). Dessa maneira, como forma de contrapor o predomínio do racionalismo e a não interlocução entre os saberes científicos e, também, de despertar uma consciência de coadjuutores – e não de espectadores – para com a paisagem e a realidade social nas quais vivemos, Gomes propõe que a paisagem seja analisada, principalmente quando diz respeito ao meio urbano de países subdesenvolvidos, como uma “pista plausível na investigação das relações sociedade-natureza [...] que se pronuncia no mundo urbano-industrial contra o mundo urbano-industrial, contra sua fragmentação e alienação” (Gomes, 1997, p. 148).

Essa consciência, construída a partir da imersão na paisagem e suas coadunações com as realidades sociais vigentes é, também, denominada, por Duarte e Santos (2020), como uma “consciência de paisagem”, adquirida por meio da experiência sensível de suas formas, cores, sons, cheiros, sabores, texturas, imagens que despertam memórias, sentimentos e a imaginação (Duarte; Santos, 2020). Desse modo, para as autoras, o entendimento entre os seres humanos e a Terra envolve a consciência de si mesmo imerso nas diversas “dobras” que definem a paisagem – cotidiano, natureza, território, arte, patrimônio, espaço público e tempo – legitimando, assim, uma visão holística sobre a relação entre o urbano e o natural, humanidade e natureza.

Em contrapartida à uma apropriação histórica da natureza, Serpa menciona uma apropriação social da paisagem enquanto espaços naturais da cidade, que ocorre, de certo modo, por parte das experiências pessoais e coletivas de seus usuários e, entretanto, fica a desejar por parte de seus projetistas (Serpa, 2009) – justamente devido a um distanciamento do processo de projeto desta “consciência de paisagem”. Nesse sentido, a paisagem nas cidades, à mercê de um funcionalismo, se torna um meio de operação do ser humano entre o urbano e o natural, onde a experiência humana com a natureza, instrumentalizada, comedida e racionalizada, tende a se alienar. Para Serpa (2009), a operacionalização da natureza nas cidades se deve, principalmente no campo do planejamento urbano e paisagístico, à adoção de estratégias que priorizam as formas e negligenciam seus conteúdos sociais. Assim, o descompasso entre planejadores e autores de projetos de requalificação ambiental e a dimensão subjetiva da natureza – construída a partir das experiências e percepções pessoais e coletivas ligadas aos elementos naturais da paisagem – pode conduzir a um empobrecimento da experiência na apropriação social dos espaços naturais nas cidades contemporâneas (Serpa, 2009).

Tendo em vista o desalinhamento entre a experiência subjetiva, individual e coletiva da natureza na cidade e o processo de projetar e planejar tais espaços urbanos contemporâneos, torna-se necessário uma compreensão aprofundada acerca da paisagem urbana. Esta, fruto tanto de experiências sensíveis quanto de decisões racionais, que se refletem em sua complexidade temporal, cultural e social, se expressa por meio de suas inúmeras sobreposições materiais e subjetivas, criando nuances entre o visível e invisível, entre o real e o imaginário. A natureza na paisagem urbana das cidades da atualidade, não só se encontra sob o regimento de uma apropriação histórica, política, econômica e cultural como, em contrapartida, se apropria de seus próprios indícios e invisibilidades para, de alguma forma, fazer-se presente e visível. Portanto, para o que se propõe esta pesquisa – isto é, gerar reconhecimento para um córrego urbano – o Córrego dos Buritis –, por meio das transformações e apropriações paisagísticas por ele sofridas, como modo de confrontar sua invisibilidade na paisagem urbana –, para refletir o papel da natureza fragmentada e invisibilizada na paisagem urbana e para compreender o entrelaçamento entre paisagem e imaginário urbano, é que se reserva ao capítulo 2, o aprofundamento teórico necessário.

1.3 A SINA DA ÁGUA NAS CIDADES

Quando atuamos no sentido de incidir sobre o design original de um ser, seja ele humano ou não, e formatá-lo para que tenha alguma utilidade, estamos incorrendo em uma violência sobre o percurso que ele já está habilitado a percorrer aqui na Terra (Krenak, 2019, p. 50).

Considerando o histórico das apropriações humanas sobre a natureza, quando pensamos nos cursos d'água urbanos, percebemos o quão violenta foi a urbanização ao destituí-los de seus percursos originais, para atender única e exclusivamente às suas próprias necessidades imediatas. A sabedora indígena nos comunica um profundo respeito pelo ser, isto é, pela maneira que cada elemento da natureza está destinado a existir na Terra. É como se cada um, seja animal, planta, pedra ou água, tivesse um caminho a seguir, um jeito particular de se manifestar diante do cosmos. Sabemos que a água na natureza se manifesta de variadas formas – rios, córregos, riachos, olhos d'água, cachoeiras, aquíferos, lençóis subterrâneos, várzeas ou pântanos –, que estão vinculadas à própria formação do território e à formação da maior parte das cidades em todo o mundo, e portanto, participam há mais tempo do espaço humanizado (Bartalini, 2009). Desse modo, a canalização de rios e córregos nas cidades representa uma profunda desconexão ou desalinhamento entre paisagem natural e paisagem construída, entre projeto urbano e preservação ambiental, entre sociedade e natureza, pois ilustra a formatação da natureza de acordo com um conjunto de necessidades pura e unicamente humanas.

Este tipo de intervenção não somente afeta o ciclo das águas que participam do regime da bacia hidrográfica, mas também afeta direta ou indiretamente o solo local, a vegetação ciliar e a fauna envolvida. Se hoje, enfrentamos problemas urbanos relacionados a enchentes, alagamentos, crise de abastecimento de água e até mesmo irregularidade de chuvas – segundo dados da Agência Brasil em 2021, o país está passando pela pior crise hídrica registrada nos últimos 91 anos – muito se aplica à conduta de negligência para com a relação sistêmica entre os componentes de uma bacia hidrográfica no planejamento urbano, reforçando a sobreposição de um ciclo hidrossocial ao ciclo hidrológico (Tundisi, 2003). Isto é, canalizar e soterrar nascentes, arroios, córregos e riachos (e também pavimentar suas margens e áreas de várzea), sem criar medidas compensatórias eficientes para a preservação deste complexo

hídrico, é uma das significativas ações que geram impactos no balanço hídrico de uma bacia hidrográfica, sendo eles a diminuição das suas áreas de recarga de subsolo, dos meios de deslocamento das massas de água, de infiltração e de drenagem. Além disso, reduzir um curso d'água e suas margens a uma obra de concreto, significa destituir o espaço urbano de qualidade socioambiental, pois seu trajeto e o conjunto de elementos naturais que o envolvem (ou deveriam envolvê-lo), são considerados corredores biológicos e espaços livres públicos de grande valor social e afetivo, contribuindo para a experiência urbana e ampliando a possibilidade de fruição da paisagem (Costa, 2006).

Segundo Bartalini (2009), atualmente, em uma tentativa de amenizar os danos causados à malha hídrica urbana, os planos regionais e municipais no Brasil estabelecem diretrizes ambientais que objetivam a preservação e recuperação da Rede Hídrica Estrutural, propondo corredores verdes, parques e sistemas de retenção de água pluvial ligados aos cursos d'água maiores e/ou mais aparentes, pelas vantagens ambientais e paisagísticas que acarretam. Entretanto, tais planos falham em não dar a mesma atenção (ou nenhuma atenção) aos corpos d'água denominados integrantes da Rede Hídrica Capilar, componentes de uma trama menos espessa, mais discreta, por tradição considerados insignificantes frente à grandeza e complexidade da cidade (Bartalini, 2009), e por isso, foram canalizados e tamponados, invisibilizados na malha e paisagem urbanas.

São corriqueiros os casos de obliteração dos cursos d'água que compõem a trama mais fina, os capilares da rede hídrica. Podem ser encontrados em qualquer cidade, de qualquer porte. Muitos deles passam sob os quintais das casas, quando não sob as próprias edificações. Atravessam o interior das quadras que os absorvem e, assim, disfarçam a modelagem original do relevo, desfigurando-a a ponto de impedir até mesmo que se reconheçam as linhas mais fundas por onde a água passa (Bartalini, 2009).

Apesar de tamanho desrespeito com essas águas, nos enganamos ao achar que, uma vez canalizados, tais cursos somente participarão do cotidiano urbano quando silenciosos correndo dentro de seus canais, como o prisioneiro que se conforma com seu cárcere, ou quando violentos transbordando e inundando a cidade, como o fugitivo que se rebela contra seu carcereiro. Contudo, as águas urbanas são mais do que remanso e ruptura, são também trajetos e paisagens. Seus pequenos percursos, aqueles capilares, mesmo que tenham sido os primeiros a passar por obstruções, são os que, de algum modo, dão voz ao ciclo de suas bacias. Como que

em um grito de guerra, eles dissessem “Ainda estamos vivos!”, e assim, tirando proveito do desajuste a eles causados, se transformaram em seus próprios indícios na cidade: enxurradas, áreas enxarcadas, aglomerados de vegetação, poços e lagos, águas drenadas dos subsolos de edifícios, umidade nas calçadas, bueiros e construções da cidade, dentre outros sinais.

No entanto, vista a sua importante participação na formação da paisagem urbana, como respaldar o protagonismo da água diante da relação histórica de desequilíbrio entre cidade e natureza? Muitos autores propõem contemplar as vozes de personagens que foram excluídos dos registros e fatos oficiais, ou priorizar perspectivas que ofereçam visões não hegemônicas sobre determinada realidade, com o objetivo de pensar, representar e escrever a história de uma maneira mais ampla e imparcial. Talvez, devido à desmedida relação entre natureza e cidade, a água na paisagem e na história, deva ser protagonizada, para que, minimamente, construamos narrativas mais justas com a própria natureza. De fato, esta relação se desgastou ao longo dos séculos e tornou-se injusta, de modo que o ser humano, em seus processos de ocupação do território e de desenvolvimento industrial e tecnológico, viu a natureza e seus elementos, inclusive a água, como recursos a serem explorados a qualquer custo, exageradamente modificando-os e invisibilizando-os na paisagem. Contudo, os caminhos das águas na cidade, invisíveis e silenciados, formam paisagens dentro da paisagem urbana, pois representam a sina das águas, o seu “ser” no mundo, o destino cujo canal ou soterramento nenhum, apesar de arbitrário e imperativo, conseguiu, até este momento, desviar. Seja em lugares pouco – ou nada – modificados pela ação humana, ou (principalmente) nas cidades, a natureza, de alguma forma, se desenvolve e se mantém, sempre no sentido da vida, no sentido da água, formando paisagens únicas, mesmo que, em um primeiro momento, não sejamos capazes de percebê-las, ou, como propõem os indígenas, de nos perceber como parte delas.

Nesse sentido, é por meio do estudo de caso de um córrego invisível, localizado em uma cidade brasileira implantada à luz dos ideais urbanos modernistas, que esta pesquisa pretende costurar o papel da água com as (trans)formações paisagísticas urbanas oriundas da idealização, apropriação, experimentação e imaginação da natureza e seus elementos, seja no passado, presente ou futuro desta mesma cidade.

2 UMA OUTRA NARRATIVA

2.1 ÁGUA E OURO

A partir da colonização portuguesa, muito do desenvolvimento social, político, econômico e ambiental do Brasil foi definido pela exploração compulsiva de seus recursos naturais. Em outras palavras, sua trajetória histórica e econômica foi marcada por ciclos exploratórios que dominaram não só as atividades realizadas no seu período colonial, como, também, influenciaram na consolidação de sua urbanização e industrialização pós-independência. A madeira, a cana-de-açúcar, o ouro e a terra foram, de maneira geral, os pilares dessa trajetória, a decadência de um levou ao apogeu de outro, sempre no sentido de manter, a qualquer custo, o lucro a partir da comercialização de uma natureza extraída e transformada, da negligência de seus aspectos sociais e paisagísticos, da exploração de uma mão-de-obra escrava ou muito barata, e de um apagamento da cultura indígena muito antes aqui já estabelecida.

Destaca-se aqui o período aurífero do Brasil colonial, entre os séculos XVII e XVIII. De acordo com Coelho, a mineração brasileira, embora tendo um curto período de duração, foi a atividade econômica que mais propiciou desenvolvimento à colônia, e estabeleceu uma nova estruturação espacial para os núcleos urbanos, de algum modo ligados às áreas de mineração. A grande quantidade populacional que passou a migrar e circular nas regiões inseridas nos ciclos auríferos – primeiro em Minas Gerais, depois Mato Grosso e, por último, Goiás –, fez com que novos núcleos de ocupação fossem implantados nesses estados, isto é, uma população rural que passou a se portar de forma diferenciada e urbana (Coelho, 2007).

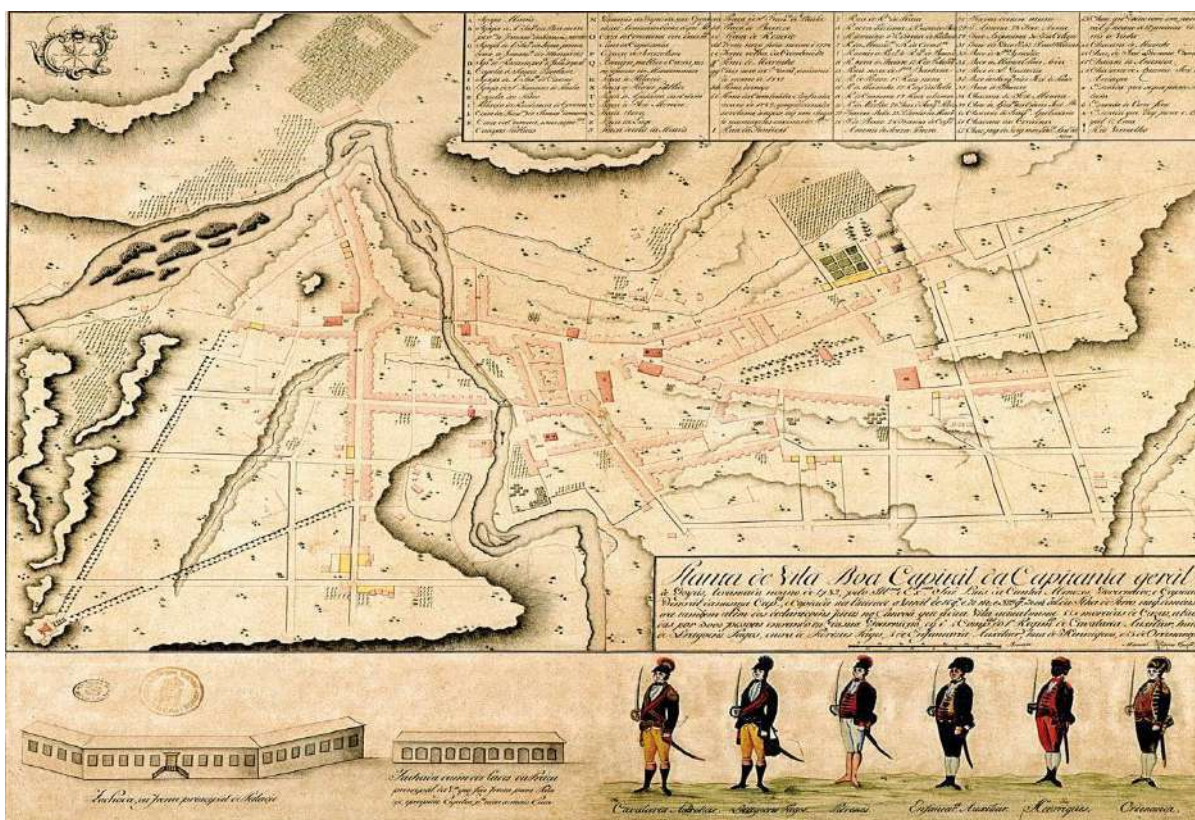
Tais assentamentos possuíam intrínseca relação com a condição natural ditada pela hidrografia dos seus locais de implantação, pois se formavam em proximidade com os cursos d'água dos quais se extraía o minério – o ouro de aluvião –, e desenvolviam o traçado de suas ruas acomodando-os da melhor forma à topografia, até tornando-o, em alguns casos, orgânicos (Coelho, 2007). As atividades do cotidiano doméstico urbano da época se desenrolavam às margens dessas águas, como o trabalho das lavadeiras de roupas, a captação de água para abastecer as casas, e as brincadeiras das crianças. A partir da relação entre o curso dos rios e as primeiras ocupações, estabelecia-se alguns eixos norteadores para o assentamento em

formação, sendo o principal deles a “Rua Direita”, que se ligava a uma estrada principal que levava a outras localidades. Desse modo, estrada e rio se comportavam como as principais vias de circulação e comunicação da atividade aurífera e da formação desses núcleos urbanos no Brasil (Coelho, 2007).

A implantação de Vila Boa – atual cidade de Goiás –, por meio da Carta Régia de 1736, segundo Coelho, marcou o início da conformação urbana da futura capital da Capitania Geral de Goyás, pois deu aos primeiros assentamentos mineradores fundados às margens do rio Vermelho – o Arraial de Sant’Ana – a possibilidade de um parcelamento urbano para a construção de residências, com o intuito de orientar o crescimento da vila (Coelho, 1997).

Goiás entra na História como as Minas dos Goyazes. [...] Pouco depois de seu retorno Bueno funda solenemente o primeiro arraial, o arraial de Sant’Anna, numa quebrada no sopé da Serra Dourada muito próximo das nascentes do Rio Vermelho [...] há ouro e água, isto basta. Este será o critério com que irão surgindo os demais arraiais (Palacín *apud* Chaul; Silva, 2004, p. 7).

Figura 14 – Planta de Vila Boa Capital da Capitania geral de Goyás, levantada no ano de 1782.



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (1998)

O imediatismo para com o enriquecimento através da extração do ouro em Vila Boa dos séculos XVII e XVIII deixou em segundo plano, para as suas autoridades administrativas, o investimento em melhorias urbanas, a solução de problemas sociais e o incentivo ao crescimento de outras atividades, como a agricultura (Coelho, 2007). Desse modo, infere-se que tais fatores, aliados à exploração intensa e desmedida das águas do Rio Vermelho – principal fonte de abastecimento da população vilaboense – definiram o contexto socioambiental problemático da cidade que se configurava no início do século XX, e que, de forma emblemática, fomentou a construção de uma nova capital.

De acordo com Coelho (2007), o esgotamento do ouro goiano ocorreu no final do século XVIII e na primeira década do século XIX, e, assim, iniciou-se um período crítico para a economia de Goiás (Coelho, 2007). Para Gomide, o fim do ciclo do ouro representa, para a história goiana, um primeiro grande vazio, marcado pela diminuição do fluxo de pessoas em Vila Boa e pelo surgimento de uma imagem de decadência e abandono da então capital goiana – sendo a transferência da capital, na década de 1930, o segundo grande vazio que corroborou para com esta imagem (Gomide, 2004). Segundo Chaul (2018), essa imagem de decadência pós mineração, foi amplamente divulgada pelos documentos, livros, jornais, poesia, música e registros de viajantes. Foi construída dentro de um contexto de transição econômica, onde a pecuária e a agricultura passaram a ganhar espaço no cenário goiano, e, posteriormente, incorporada aos discursos políticos mudancistas – que apoiavam a mudança da capital goiana (Chaul, 2018).

[...] o conceito de decadência é uma representação que foi gestada pelos cronistas e governadores de província e, posteriormente, reproduzida pela historiografia goiana, com base no isolamento da província, na visão europeizante dos estrangeiros que vieram a Goiás e na ilusão daquilo que pensavam ter existido (o fausto e a riqueza) na sociedade mineradora. [...] Para conquistar mais poder em nome da modernidade, os representantes políticos no exercício do poder pós-30 utilizaram-se de todo o manancial de ideias que atestavam a decadência e o atraso de Goiás, julgando-as como representantes dos velhos tempos (Chaul, 2018, pp. 100-101).

Nesse sentido, Vila Boa, que nasceu em meio à euforia aurífera, ao adentrar o século XX não mais atraía os olhares por sua prosperidade econômica, mas sim, pelo fervor de seu cenário político e a gravidade de seus problemas urbanos, uma vez que, ao ter se perdido em meio a ganância do ouro e a despreocupação com a administração de seu futuro, passou a ser a “batata quente” de seus governadores.

Em outras palavras, foi uma cidade que teve seu valor enquanto suas águas e sua terra podiam oferecer fonte de riqueza, mas que se tornou inútil para os interesses hegemônicos do país quando a natureza nela presente foi sinônimo de mazelas urbano-sociais.

Assim, diante de tais conjunturas histórica, política e econômica, por trás de um discurso técnico e racional – que construiu a ideia de uma decadência –, nascia a intenção de esquecer o “velho” e implantar o “novo”. Isto é, Goiânia nasceu a partir da possibilidade de se apropriar de novas terras, isentas dos problemas urbanos ambientais criados em Vila Boa, e aberta a novas possibilidades de manipular e desenhar a sua paisagem natural. Em relação às condições naturais e urbanas ligadas às águas turvas e lamacentas do rio Vermelho, a nova capital de Goiás deveria se opor pela sua modernidade, e ser implantada em um local com água em abundância, bom clima e topografia adequada (Monteiro, 1937), requisitos estes, ideais para o desenvolvimento de uma cidade saudável.

2.2 ÁGUA E PROGRESSO

A chegada do século XX inaugurou uma reorientação da economia brasileira, muito marcada pela necessidade de viabilizar novas terras, capazes de acompanhar o avanço da economia agrícola do sudeste brasileiro e de atender a demanda da industrialização no país – isto é, novas terras para o cultivo, para receber as ondas migratórias e para a dinamização da produção industrial nacional de acumulação e exportação. Nesse sentido, de acordo com Chaul (1988), a ocupação da região do centro-sul do estado de Goiás, cujas terras eram baratas, férteis e próximas dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, tornou-se inevitável para uma economia capitalista que se estruturava como economia nacional. Esse avanço fez parte de um processo global, uma vez que o contexto internacional, marcado pela Primeira Guerra, incentivava o acúmulo de captais e o investimento industrial (Chaul, 1988).

Desse modo, em meio a disputas políticas, Goiás assume seu caráter agrário ao longo do século XIX e início do século XX – cuja produção se destinava às regiões do país em industrialização –, e a penetração da visão de mundo capitalista no estado veio acompanhada do padrão urbano (Chaul, 1988). A construção de Goiânia, na

década de 1930, um período de transição política, econômica, social e ideológica no contexto nacional, representa bem esse momento.

Nesse período podemos observar que os elementos 'velho', configurados na Primeira República, se mesclam com o pretense 'novo' do pós-30. [...] Por fim, vamos notar Goiânia como uma consolidação possível entre o urbano e o rural, capaz de absorver os elementos existentes e as ideias em trânsito, o velho e o novo, a oligarquia e a revolução, a agricultura e o comércio. Enfim, Goiânia será também uma obra deste período de transição (Chaul, 1988, pp. 46-47).

A ideia de construir uma nova capital para o estado de Goiás, apesar de já mencionada pelos governadores Conde dos Arcos, em 1754, e Marechal de Campo Miguel Lino de Moraes, em 1830, só veio a se concretizar durante o governo de Pedro Ludovico Teixeira, como Interventor Federal do Estado de Goiás, na década de 1930 (Monteiro, 1938). Diante de um contexto de aclamação ao moderno, ao industrial e ao urbano, e da necessidade de uma localização que favorecesse as novas demandas políticas e econômicas do estado, a escolha do local de construção de Goiânia, bem como a elaboração de seus planos urbanos iniciais se deram a partir de um discurso técnico-científico que há muito já havia se legitimado como justificativa para a transferência da capital.

Como afirma Chaul (2018), Goiânia foi pensada e projetada para ser “o símbolo maior da modernidade ou do progresso em Goiás” (Chaul, 2018, p. 178), sustentada pela dicotomia entre as imagens do atraso e do progresso, do velho e do novo, do moderno e do tradicional, e, inevitavelmente, do urbano e do rural (Chaul, 2018). Esses ideais permearam um imaginário global do século XX, de ruptura com o passado como sinônimo de atraso, muito reforçado pelo advento da Segunda Revolução Industrial na segunda metade do século XIX, que relacionou as cidades, de maneira geral, às imagens da velocidade, da eletricidade, e da técnica. É nesse sentido que, dentro de uma nova lógica urbanizadora capitalista, a dimensão racional da relação entre homem e natureza – adquirida já com o Renascimento europeu – começa a ser associada com a ideia de progresso técnico e científico, ou seja, a relação entre cidade e natureza ganha uma dimensão funcional ditada pela técnica e pela ciência. Portanto, no espaço urbano moderno a natureza passa a afirmar a dicotomia entre o velho e novo, isto é, entre natureza original/campestre e natureza conduzida e moldada pela ciência, pois expressa determinadas funcionalidades na paisagem urbana, sempre a favor do progresso humano na Terra.

Entre a perplexidade e a fascinação, a ideia de progresso iria sustentar as propostas políticas dos homens dos anos 30 em Goiás, traçando caminhos sinuosos e arquitetando novas formas de representação. Nessa época, todas as dicotomias [...] vão se tornar o centro das discussões políticas no estado. Estas dicotomias, como já mostramos, são antigas e estão relacionadas a representações construídas desde o Renascimento europeu. Nessa época de grandes transformações, foram propostas novas formas de se pensar a relação homem-mundo, homem-natureza. O projeto de domínio do homem sobre a natureza, por meio da razão, da ciência e da técnica, vai se formando pouco a pouco. [...] Com o advento da sociedade capitalista, o moderno/novo oposto ao antigo alicerça a ideia de progresso construída no século XVIII (Chaul, 2018, pp. 178-179).

Desse modo, aplicando ao contexto goiano do início do século XX, Goiânia representou, na prática, uma dicotomia à cidade de Vila Boa, pois, se opondo às precárias condições urbanísticas, ambientais e sociais nas quais se encontrava esta cidade nesta época – principalmente aquelas relacionadas à disponibilidade e manejo das águas –, determinou-se que a nova capital deveria ter uma ação civilizadora, ditada, em um momento inicial, pelas condições geográficas e naturais favoráveis da sua localidade a ser escolhida.

Em um texto publicado em 1937 por Atilio Correia Lima, no qual este urbanista, contratado por Pedro Ludovico Teixeira para elaborar o primeiro plano urbano de Goiânia, discorre sobre os motivos que impulsionaram a ideia de mudança da capital, é possível perceber uma visão utilitarista sobre a natureza. Através dele, subentende-se que a diversidade natural de Vila Boa não tinha peso expressivo quando seu papel não mais se encontrava a favor do avanço econômico e urbano, e, portanto, sua exuberância paisagística não foi suficiente para atingir os objetivos de uma capital moderna.

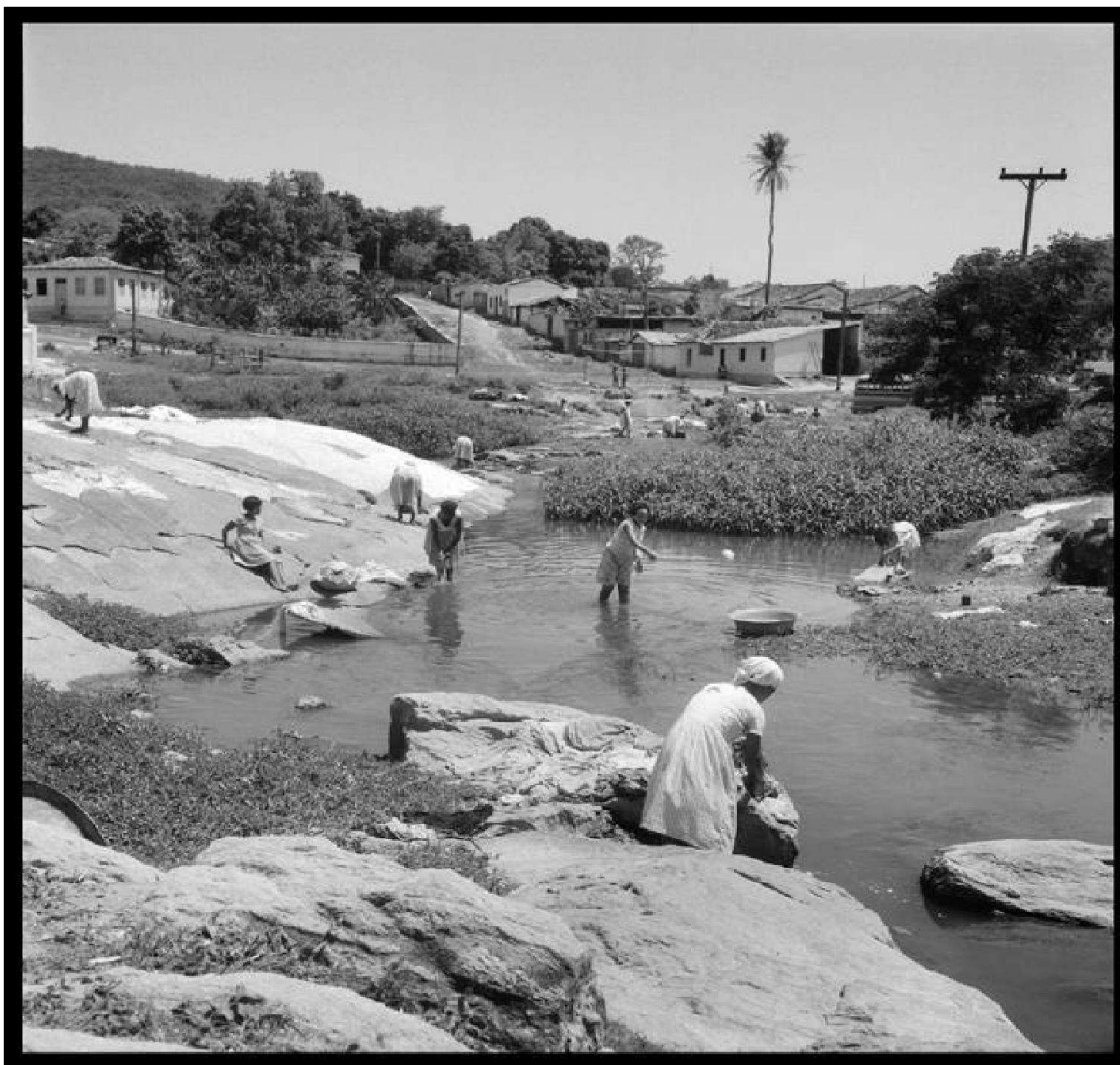
[Vila Boa] hoje nada representa no centro econômico da nação. Mantida até nossos dias artificialmente e por tradição como centro administrativo apenas. Milita a natureza em seu favor apenas, pelo aspecto deliciosamente pitoresco. Sua topografia torturada pelo rio encachoeirado, pelos altos morros, pelos vales profundos e sombrios, pelas rochas que emergem em plena via pública, dão-lhe um aspecto pitoresco, dificilmente igualado... suas curvas ingenuamente alinhadas com irregularidade e sem interrupção, muito brancas, sobressaindo no fundo intensamente verde, de uma exuberante flora tropical, apaixona, mas não a tal ponto de obstruir a razão (Lima, 1937, pp. 32-34).

Entende-se que o discurso mudancista, a partir da oposição à situação de Vila Boa, também se baseou na necessidade de uma capital cuja natureza nela presente fosse, não somente bela e recreativa, mas principalmente bem articulada e organizada, atuando em favor do progresso. Essa relação entre natureza e cidade

almejada pelos mudancistas se concretizou nos moldes de um urbanismo higienista para a cidade de Goiânia, onde não haveria espaço para problemas oriundos da desarticulação entre o desenvolvimento urbano e a salubridade do espaço citadino. O relatório apresentado por Pedro Ludovico, em 1933, ao chefe do governo provisório do Brasil, Getúlio Vargas, faz várias críticas às condições hídricas de Vila Boa relacionadas à ocupação das margens e ao uso das águas do Rio Vermelho. A situação de baixa abundância de água potável e de falta de um sistema de saneamento eficiente na antiga capital foi frisada por Ludovico Teixeira como justificativa plausível para a mudança da capital, devido a sua ligação com uma série de problemáticas sociais e de saúde pública, como, por exemplo, a designação do trabalho pesado e precário de coleta e transporte de água para os portadores de alguma condição física ou mental atípica; ou as doenças contraídas devido à impotabilidade da água de poços e cisternas.

A Capital de Goiaz [...] com uma edificação a antiga, obedecendo, *in totum*, a arte colonial, que era antes a negação dos mais rudimentares princípios arquitetônicos e dos mais salutareos preceitos da moderna higiene, espreguiçando-se às margens do Rio Vermelho, mas curtindo verdadeira sede de Tântalo, visto como a água viçosa deste ribeiro, despejo e lavadouro da população, não é e nem pode ser convenientemente distribuída às casas; e porque a fornecida pelo único chafariz existente e parcas fontes carece das condições de abundância e necessária potabilidade; [...] Toda a água potável consumida pela população da Capital é transportada na cabeça, em potes, e fornecida pelas duas únicas e pobres fontes existentes, [...] há aqui uma verdadeira legião de carregadores e carregadoras, em que predominam os débeis mentais – ocupada na baldeação de água para as habitações. Nos anos em que a seca se torna mais demorada, o penoso trabalho de transportar a água do Chafariz e da Fonte da Carioca, para desalutar a população, começa alta madrugada, as vezes às três e até duas horas da manhã, durante todo o dia e prolongando-se pela noite adentro, até as dez horas. [...] Em alguns pontos centrais do perímetro urbano, as águas dos poços não são utilizadas nem para banhos, porque, além do carbonato de cálcio, contém outras substâncias que as tornam viscosas, neutralizam a ação química do sabão e provocam sensação desagradável na epiderme. [...] O flagelo da falta de água em Goiaz-Capital, não se apresenta em condições de ser removido facilmente. [...] a instalação de um serviço eficiente de abastecimento de água nesta cidade é empresa difficilima, sobremodo morosa, que demanda a realização de grandes trabalhos de escavações em um terreno quase todo constituído de cascalho e rochas e, em consequência, o dispêndio de elevadas somas. [...] Entre inverter os recursos do povo na remodelação impossível de uma cidade velha e inafeiçãoável às conquistas e às utilidades da vida moderna e aplicá-los na construção de uma capital nova, que seja a verdadeira metrópole do seu progresso – a lógica, o senso das realidades, o interesse comum e o futuro do próprio Estado gritam ao administrador bem-intencionado qual a resolução que lhe cumpre adotar. Aí não cabe nenhuma hesitação (Monteiro, 1938, pp. 5-12).

Figura 15 – Fotografia de Alois Feichtenberger “Lavadeiras no Rio Vermelho, Cidade de Goiás, 1937”.



Fonte: Goiânia – GO. Acervo MIS|GO (2022).

A proposta elaborada em documentos para a mudança da capital, entendeu como centrais os problemas hidrossanitários enfrentados por Vila Boa e, também, devido às características geográficas do local, considerou muito trabalhosa e cara a solução dos mesmos. Desse modo, Pedro Ludovico organizou uma comissão para a escolha do local da nova capital, através da assinatura do Decreto-lei nº2.737, de 20 de dezembro de 1932, que analisaria quatro localidades distintas do Estado de Goiás, selecionadas devido às suas proximidades com a estrada de ferro, e que deveriam, como relatado em destaque na ata da primeira reunião desta comissão, em janeiro de 1933, “dispor de três requisitos Essenciais: Abundância D’água, Bom Clima e Topografia Adequada” (Monteiro, 1938, p. 34).

Nesse sentido, a relação entre a presença da água em abundância e a construção de uma cidade moderna não somente representa, na historiografia de Goiânia, uma forma de se opor aos problemas enfrentados pela antiga capital – se opor ao seu atraso urbano – como, também, representa essa relação de funcionalidade entre o progresso da vida urbana moderna e a possibilidade de manuseio da natureza no território urbanizado. A presença da água, assim como das áreas verdes que acompanham seus trajetos serão, na elaboração dos primeiros planos urbanos de Goiânia – como veremos posteriormente nos planos urbanos de Atilio Correia Lima e Armando Augusto de Godói –, fator crucial para a concretização da imagem de cidade moderna, cujas atribuições do morar, trabalhar, circular e recrear se articulam em torno dessa paisagem natural planejada.

2.3 GOIÂNIA E SUAS ÁGUAS

O relatório entregue pela comissão realizada para a escolha do local de implantação de Goiânia, em março de 1933, descreve os levantamentos e estudos feitos a partir das bacias hidrográficas nas quais se insere cada localidade analisada – Bonfim (atual Silvânia), Pires do Rio, Ubatan e Campinas. Nele foram consideradas as condições ditadas pela presença de determinados rios, ribeirões e córregos próximos a tais localidades, e, dentre estas, Campinas foi eleita a mais adequada. Assim, de acordo com o relatório, Goiânia, que foi então implantada na região da bacia do rio Meia Ponte, poderia ser abastecida não somente por um afluente desta bacia, o Ribeirão Anicuns, como também pelos demais cursos hídricos que o alimentam, como os córregos Cascavel e Botafogo.

Tabela 01 – Localidades para a escolha do local de implantação de Goiânia e as suas características hidrográficas analisadas.

| Localidade | Hidrografia local | Principal curso d'água para abastecimento e escoamento da nova capital | Clima e topografia locais |
|-------------------|---|---|--|
| Bonfim | Bacias hidrográficas do Rio Piracanjuba e do Rio dos Bois | Ribeirão Olhos D'água | Clima salubre e terreno em uma extensa chapada |

| | | | |
|---------------------|--|--------------------------------------|--|
| Pires do Rio | Bacia hidrográfica do Rio Corumbá | Córrego Laranjal | Clima quente, com variações mais bruscas, e terreno em um planalto |
| Ubatan | Manancial mais próximo com pouca abundância e potabilidade | Não relatado | Topografia muito plana |
| Campinas | Bacia hidrográfica do rio Meia Ponte | Ribeirão Anicuns ou córrego Cascavel | Extensa e vasta planura |

Fonte: Adaptado pela autora (2024) de Monteiro (1938).

Neste mesmo relatório encontramos as seguintes análises sobre os fatores geográficos, hidrográficos e topográficos de Campinas, que influenciaram nesta escolha:

Situada numa extensa e vasta planura, na altitude de 700 (setecentos) metros sobre o nível do mar, circundada pelos rios Meia Ponte e Anicuns e o ribeirão Cascavel, Campinas oferece todos os requisitos topográficos indispensáveis para a construção de uma linda cidade moderna e salubérrima. [...] concluímos que para o abastecimento d'água dever-se-ia recorrer ao córrego Cascavel ou ao rio Anicuns, não somente pela abundância das suas águas, como também pela sua maior proximidade dos reservatórios. [...] Considerando que Campinas se acha situada no ponto cêntrico da parte mais povoada do Estado e a sua topografia das mais apropriadas e belas para a construção de uma cidade urbanamente moderna, entre um vasto perímetro de terras de ótimas culturas todas cobertas com matas de superior qualidade e que enormemente facilitarão a construção da nova cidade; a Sub-comissão é de parecer que a nova Capital seja construída em Campinas, nas proximidades da 'Serrinha', situada na direção azimutal de 130 (cento e trinta) graus, ou em caso de urgência em Bonfim (Monteiro, 1937, p. 43).

Figura 16 – Bacia do Rio Meia Ponte e local de implantação do núcleo inicial de Goiânia (centro administrativo).



Fonte: Ribeiro (2004)

A decisão sobre o local de instalação do primeiro reservatório de água de Goiânia influenciou no local de implantação do seu traçado inicial, uma vez que essa instalação deveria ocorrer em um ponto mais elevado, para que o caimento natural do terreno favorecesse o abastecimento da cidade. Inicialmente, foi definido pela comissão que o reservatório fosse implantado na área elevada da Serrinha – atual “Morro da Serrinha”, entre os atuais setores Serrinha e Pedro Ludovico. Entretanto, como é possível identificar nos escritos de Atílio, o próprio urbanista comprovou que uma outra localidade para esse reservatório de água seria mais vantajosa, o elevado das Paineiras – atual SANEAGO, acesso pela viela 89, entre as ruas 89 e 90, no setor Sul –, e que isso alterou o local de implantação do núcleo urbano da capital.

Foi inicialmente indicado o local denominado de Paineira, para o assentamento do núcleo inicial. Discordamos dessa opinião por ser o local muito deslocado da estrada de rodagem. [...] Não foi somente esta a razão que nos obrigou a escolher outro trecho, também porque o estabelecimento d'água, ficaria muito mais dispendioso. O núcleo inicial situado na Paineira, só teria como ponto mais elevado, para a localização do reservatório a elevação denominada 'Serrinha', enquanto que, naquele por nós designado, o reservatório ficará na própria Paineira, cujas vantagens se pode verificar facilmente: [...] Ora, um núcleo urbano construído na Paineira, assentaria sobre um terreno de três a quatro por cento de declividade. Ao passo que mais abaixo, no local por nós escolhido, essa declividade é em média de dois

por cento; portanto muito mais propício para conter a parte central da cidade (Lima, 1937, pp. 32-34).

Tabela 02 – Estudo de Atílio

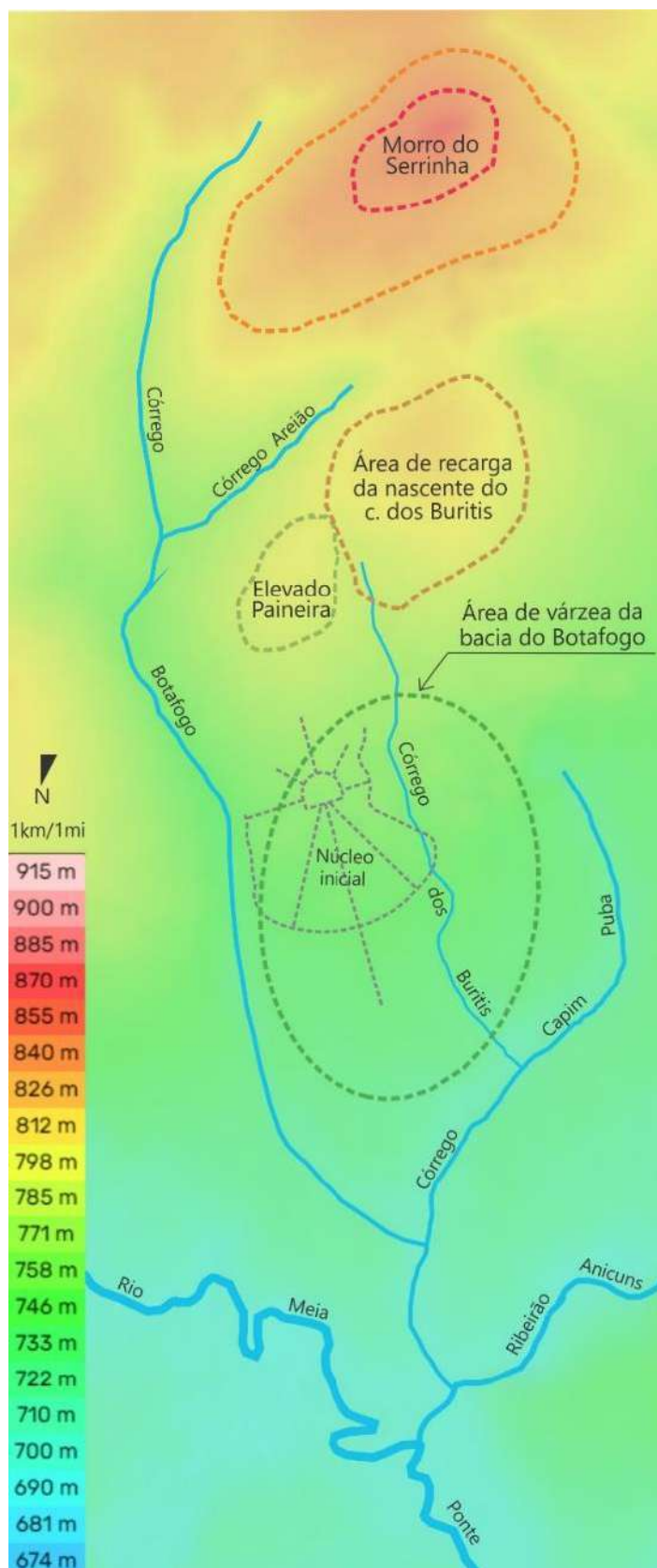
| Local do reservatório | Distância da represa ao reservatório | Altura da elevação mecânica |
|------------------------------|---|------------------------------------|
| SERRINHA | 3.550 metros | 80 a 100 metros aprox. |
| PAINEIRA | 900 metros | 45 metros |

Fonte: Lima (1937).

Esse estudo de Atílio fez com que o local de implantação do traçado inicial de Goiânia migrasse da região conhecida como “Paineira” para um terreno abaixo dela. Assim, Pedro Ludovico, através do Decreto Nº 3.359, de 18 de maio de 1933, define como o local de implantação do núcleo inicial de Goiânia, a região da sub-bacia do córrego Botafogo, que compreendia as fazendas “Crimeia”, “Vaca-Brava” e “Botafogo” (Ribeiro, 2004). Isto é, o marco zero de Goiânia, seu centro administrativo, foi locado entre os trajetos dos córregos Botafogo e dos Buritis, uma área caracterizada como uma planície de várzea desta bacia, e, portanto, se conformando, em alguns pontos, principalmente naqueles próximos ao córrego dos Buritis, como um terreno úmido e brejoso, propício para o desenvolvimento de veredas e buritizais.

Assim, Goiânia nasce banhada pelas águas do Buritis, ora tímidas e silenciosas, ora alastradas e pantanosas, – a depender das duas estações que predominam no cerrado goiano, uma seca e outra chuvosa. Em meio à paisagem dessas palmeiras, sobre o solo irrigado pelo pequeno córrego dos Buritis e sua fina rede hídrica, e a vasta planície do Botafogo, surgem as primeiras vias da nova capital, cuja necessidade de drenagem dessas águas e o aproveitamento da topografia para a captação das águas urbanas, foram frisadas pelo plano urbano elaborado por Atílio em 1933.

Figura 17 – Mapa topográfico da bacia do córrego Botafogo.



Fonte: Site Mapa Topográfico, [s.d.].

Na parte mais alta encontra-se o Morro da Serrinha – escolhido inicialmente para a implantação reservatório de água da cidade –, e logo abaixo o local selecionado por Atílio para o Parque Paineiras – onde antes seria implantado o núcleo inicial de Goiânia –, também em uma área mais elevada da bacia. O local de implantação do núcleo inicial então escolhido por Atílio se encontra em uma área classificada como uma planície de várzea da bacia do Botafogo, cuja vasta extensão de mesma altitude provoca maior aglomeração das águas no terreno, antes de se infiltrarem no solo ou escorrerem para os córregos Botafogo e Capim Puba. O córrego dos Buritis, encontra-se, portanto, nos pontos topográficos mais baixos entre estes dois outros córregos, se tornando assim uma via de reunião das águas que escorrem no terreno. Devido a esta característica, sua conformação se modifica de acordo com as estações do cerrado, uma seca e outra chuvosa, isto é, este córrego se torna um pequeno filete de água no período da seca, e uma trama alagadiça no período das chuvas.

Observa-se aqui que, em sua configuração natural, isto é, original, o córrego dos Buritis não era composto por um único leito. De acordo com um levantamento realizado em 2022 pela Agência Municipal do Meio Ambiente – AMMA, no ano de 1934, este córrego era composto por uma rede de veios hídricos menores, responsáveis por alimentar seu leito principal, e caracterizando um terreno com inúmeras minas d'água e aglomerados vegetativos. Este tipo de estrutura se configura como uma trama hídrica capilar, e dá ao córrego dos Buritis a função de recolher e aglomerar as águas da bacia do Botafogo, encaminhando-as para os seus cursos hídricos maiores. Segundo este estudo, esta conformação natural do córrego foi modificada devido ao avanço da urbanização, pois a drenagem feita no terreno à medida que a cidade foi implantada e novos bairros foram criados, tamponou a maioria desses pequenos fios d'água e seus pontos de afloramento no solo, bem como modificou o percurso original do trajeto principal. Também, devido a esta estrutura em rede, o córrego dos Buritis possuía mais de uma foz no córrego Capim Puba, sendo aquela mais ao norte (foz 2, ver no mapa a seguir), a primeira a ter seu veio hídrico de origem canalizado, devido à construção de drenos e galerias pluviais relacionados à Estação Ferroviária e à ferrovia (GERFEP/AMMA, 2022).

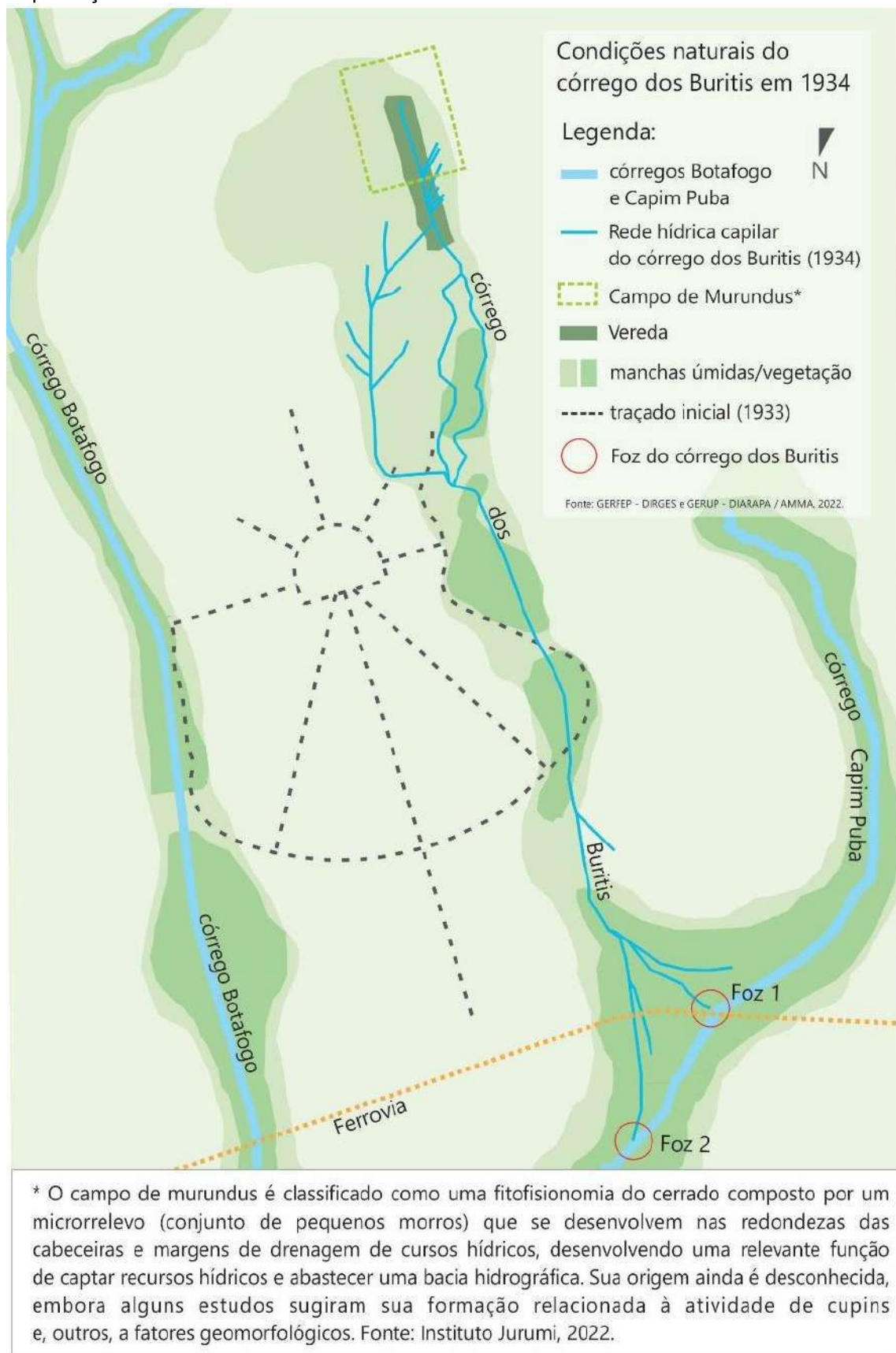
É importante ressaltar que, nos documentos oficiais estudados, nos mapas topográficos analisados e nos levantamentos em campo realizados, existem pequenas divergências entre a localização do leito principal original do córrego dos Buritis e sua canalização artificial. Entretanto, para analisar historicamente as

transformações paisagísticas oriundas da supressão e alterações do percurso dessas águas, serão consideradas, tanto as informações obtidas pelo estudo feito pela AMMA para a localização original de seu leito principal, quanto as informações obtidas através dos planos urbanos propostos para Goiânia e aquelas observadas em fotografias e textos jornalísticos entre as décadas de 1930 e 2020.

O plano urbano de Atílio é o primeiro documento a ser considerado nesta análise. Este tem seu partido voltado para a conciliação entre a natureza original existente no local e a proposição de uma natureza urbanizada e funcional, que deve estar presente em uma cidade moderna. Além disso, esse plano se comporta como o primeiro fator modificador desta conformação natural do córrego, pois, frisa a necessidade alinhar o desenho do traçado das vias com a drenagem do terreno e a topografia local, utilizando-se da existência dos córregos da bacia do Botafogo, não só como fontes de abastecimento, como, também, elementos de drenagem e higiene urbanas.

O traçado feito permite por gravidade evacuar não somente as águas pluviais como as servidas de esgoto, coletando estas e emissárias colocados segundo os talwegs do 'Botafogo', e dos 'Buritys', e, aquelas no leito dos próprios córregos (Monteiro, 1937, p. 133).

Figura 18 – Mapa das condições naturais do córrego dos Buritis no ano de 1934, em relação ao local de implantação do núcleo inicial da cidade de Goiânia.



Fonte: Elaborado pela autora com base em fotografias aéreas e no levantamento feito pela AMMA GERFEP – DIRGES E GERUP – DIARAPA /AMMA, (2022).

A presença destes córregos e as características do terreno a ela relacionadas, como a topografia da bacia e seus conjuntos vegetativos, não só foram, no projeto moderno de Atílio, determinantes para a solução das questões relacionadas à drenagem urbana, como também, definiu a limitação de alguns parques urbanos de Goiânia. Tais áreas verdes foram previstas pelo urbanista como espaços urbanos de lazer e recreação ligados à natureza, e, também, como instrumentos de controle da expansão urbana da capital, demonstrando, assim, uma sensibilidade para com a preservação da paisagem e diversidade naturais ligadas a esses cursos hídricos. Assim, Atílio prevê três parques para a capital a partir da existência dessas reservas vegetativas e seus córregos, o Parque Botafogo, o Parque Buritis e o Parque Paineiras, sendo este último, na região da nascente do Buritis, deixado para ser desenvolvido juntamente com a área sul do plano, e que foi, posteriormente, desconsiderado pelo plano urbano de 1937, elaborado por Armando Augusto de Godoy (Ribeiro, 2004).

O buritizal localizado na extremidade da rua 26, será transformado em pequeno parque. Para isso será necessário drená-lo convenientemente, conduzindo as águas pelo talwegg, em canal descoberto tirando partido deste para os efeitos de pequenos lagos decorativos. Este parque que denominamos dos Buritis se estenderá por faixas ao longo do talwegg e medirá 50 metros para cada lado deste, no mínimo. Formando o que os americanos denominam 'park-way'. [...] O córrego Botafogo, a partir do açude onde serão represadas as águas para o abastecimento da cidade, será ajardinado numa faixa mínima de 50 metros de cada lado a contar do eixo do rio. Este ajardinamento em forma de 'park-way' se prolongará até atingir a mata situada ao sul da Avenida Araguaia, que será transformada em grande parque da cidade. Esta mata denominada Parque Botafogo deverá ser protegida contra a devastação, e contra as explorações industriais, a fim de não ser desperdiçado este valioso patrimônio. [...] As águas que correm pelo buritizal, deverão ser drenadas nos lugares alagadiços por meio de tubos de grés, que serão despejadas num canal descoberto, traçado segundo o talwegg. Estas águas prestar-se-ão para alimentar cascatas e pequenos lagos atraentes no Parque dos Buritis (Monteiro, 1937, p. 144).

De acordo com Ribeiro (2004), ao propor as reservas verdes de Goiânia como grandes mediadoras da expansão urbana, Atílio demonstrou ter clareza sobre a realidade econômica local e do país, uma vez que o urbanista previu que o crescimento urbano da capital poderia levar à dilapidação de seus espaços verdes, caso estes não fossem bem estabelecidos (Ribeiro, 2004). Atílio não somente criou em projeto soluções para uma futura expansão urbana de Goiânia como também, alertou sobre a responsabilidade que deveriam ter os governos posteriores, no que diz respeito em não permitir que tais reservas fossem usufruídas para outros fins,

senão para aqueles de caráter ambiental e recreativo, bem como em impedir o desmatamento das mesmas, já que haveria amplo espaço para o parcelamento da terra.

Temos, pois, que os espaços não construídos representam 34,6% do total, relação talvez aparentemente exagerada, se não levarmos em consideração, que de preferência procuramos incluir e preservar certos sítios, já beneficiados pela natureza, para servir de parques ou jardins, evitando, tanto quanto possível, a sua destruição. A relação de 25% aconselhável pela prática, será facilmente atingida, não com a destruição de matas, como é a tendência natural, porque estas já estão incluídas nas áreas que consideramos, mas com a expansão do loteamento, principalmente para a margem direita do Botafogo. Tratando-se de uma cidade em vias de formação, o nosso feito foi salvaguardar a natureza, deixando o campo livre à expansão da venda de terras e arruamentos novos, não havendo carências de terras para a edificação. Mesmo no caso em que a expansão do loteamento se fizesse desordenadamente, sem o rigor aconselhável em tais casos, a relação de 25% dificilmente seria prejudicada estando as zonas verdes já demarcadas. Será inevitável, dentro em breve, a especulação desenfreada, em torno da venda de terras. Logo que a cidade comece a demonstrar foros de progressos, aquela se fará sentir com todas as suas nefastas consequências; muito contribuirão para isso as mudanças de governo. É preciso, portanto, que desde já fiquem bem estabelecidas as reservas. Embora só muito mais tarde possa a administração transformar essas matas em parques, nem por isso poderão dispor dela para outros fins que não os previstos (Lima *apud* Ribeiro, 2004, p. 63).

Figura 19 – Plano piloto de Goiânia elaborado por Atilio Correia Lima, 1933.



Legenda: 1) Córrego Botafogo; (2) Córrego Capim Puba; (3) Projeção do trajeto artificial do Córrego dos Buritis proposto pelo plano; (4) Área da nascente do córrego Botafogo, atual Jardim Botânico; (5) Área da nascente do córrego Capim Puba, atual Parque Lago das Rosas; (6) Área da nascente do córrego dos Buritis, atualmente, uma quadra localizada entre a Avenida 136 e a Rua 87, onde ficam as instalações do Clube de Engenharia, do INMETRO, do Serviço Geológico Brasileiro, do Clube dos Oficiais e da Associação dos Subtenentes e Sargentos do Estado de Goiás; (7) "Serrinha", atual "Morro da Serrinha" no Setor Pedro Ludovico, onde inicialmente, seria implantado o reservatório de água da capital; (8) "Parque Paineiras", atual SANEAGO, no setor Sul, onde inicialmente seria implantado o núcleo inicial de Goiânia, e posteriormente, foi local de instalação do reservatório de água; (9) Parque Botafogo; (10) Parque dos Buritis, atual Bosque dos Buritis; (11) Traçado inicial de Goiânia, que contém o marco zero da cidade; (12) Aeródromo de Goiânia, atual setor Aeroporto; (13) Núcleo urbano inicial de Campinas. Fonte: Adaptado pela autora. Acervo da SEPLANH – Goiânia (1933).

Por um lado, visto que Goiânia foi projetada para abrigar uma população de somente 50.000 habitantes – embora, para a época, este era um número de grande dimensão (Ribeiro, 2004) –, e que Atílio, por uma série de motivos, deixou precocemente a elaboração do projeto da capital, infere-se que o crescimento urbano de Goiânia ficou à mercê da elaboração de planos urbanos complementares, que não somente modificaram as proposições de Atílio, como também, mais especificamente a partir da década de 1950, se cederam a um parcelamento especulativo e desenfreado, desencadeando, assim, o desmatamento das reservas naturais.

Por outro lado, apesar da proposta moderna de Atílio ter um evidente caráter ambiental, esta não deixou de atender aos ideais higienistas modernos e, devido a isso, a concepção projetual dada ao córrego dos Buritis validou a sua canalização, tornando esta a solução mais adequada para este corpo hídrico. Nesse sentido, infere-se que a invisibilidade das águas do Buritis nasce juntamente com Goiânia, e a invasão de novos bairros e instituições sobre a área delimitada para o Parque dos Buritis, bem como um crescimento urbano de Goiânia rumo às regiões norte e sul isento de uma preocupação ambiental, consolidaram a negligência para com sua paisagem natural e a fragmentação de seu tecido verde. Diante deste contexto é que se inicia a busca por retratar o processo de transformação de seu trajeto, a fim de compreender sua história e, através de sua invisibilidade, tornar visível a sua existência na cidade de Goiânia.

2.4 GOIÂNIA E O CÓRREGO DOS BURITIS

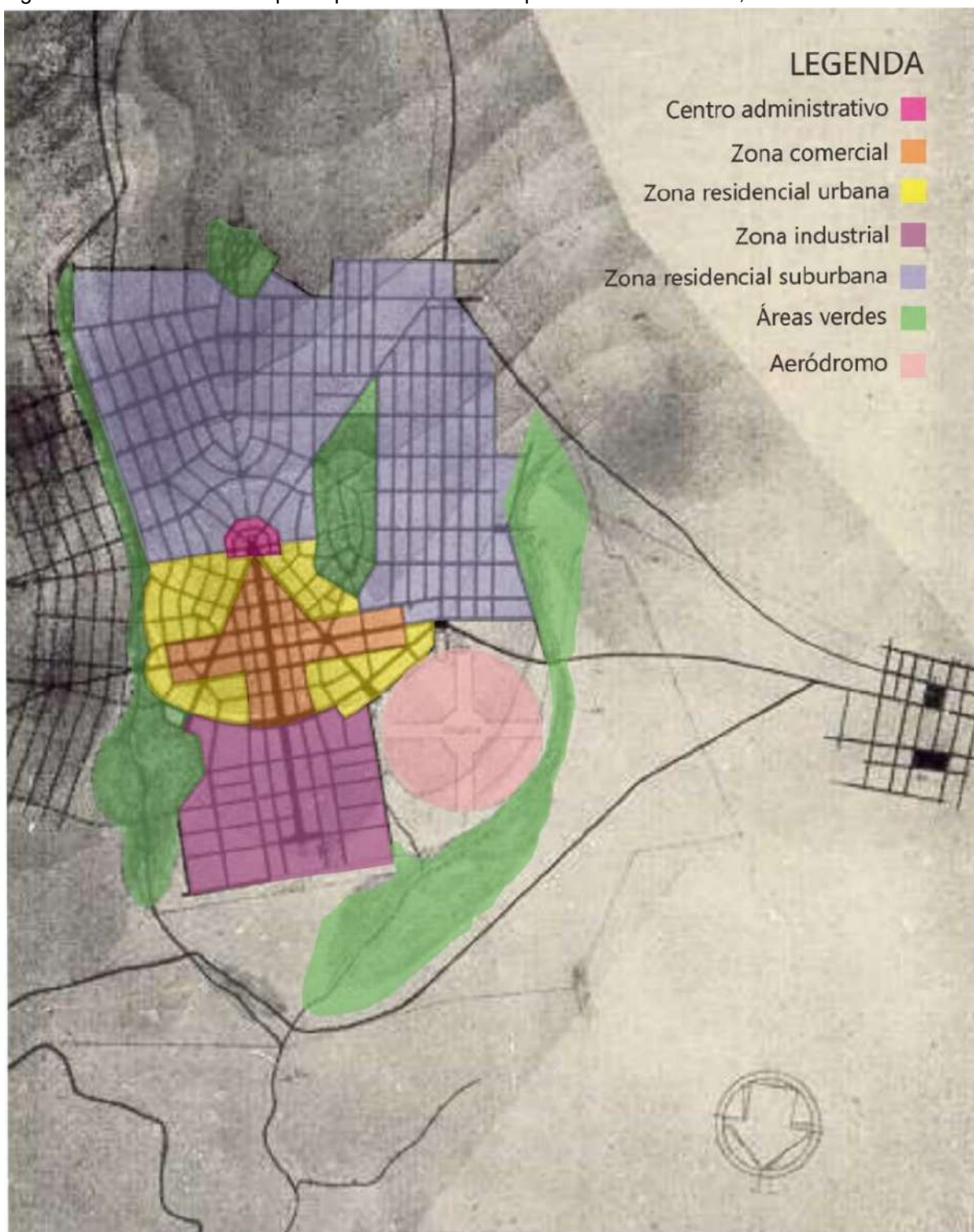
De acordo com Manso (2001), o projeto de Atílio para a nova capital goiana seguiu três fios condutores, que definiram o tipo de seu traçado: a configuração do terreno, a necessidade do tráfego, e o zoneamento e loteamento. Dessa maneira, foram atribuídos às vias a característica de seguir o caimento do terreno e os caracteres monumental e pitoresco (Manso, 2001) – atribuições essas que se alinhavam tanto com a proposta de drenagem urbana quanto com uma preocupação do urbanista com a paisagem da cidade.

Os logradouros como as avenidas Pedro Ludovico, Anhanguera, Araguaia e Tocantins dispõem de 50 a 30% de áreas de infiltração, nas partes ajardinadas, gramadas ou cobertas com camadas de cascalhinho – o que diminui o volume de água a esgotar, tendo em vista que as construções e os calçamentos contribuem para o aumento do volume d'água a esgotar de uma

quantidade proporcional à área impermeabilizada. [...] Da topografia tiramos partido também para realçar o principal motivo da cidade, que é seu centro administrativo, a situação que lhe demos é de grande destaque, sobressaindo visivelmente de todos os pontos da cidade e principalmente pra quem nela chega (Lima *apud* Manso, 2001, p. 99).

O zoneamento feito se ligava a uma proposta paisagística funcional para a cidade, pois as zonas residenciais se encontravam próximas às áreas verdes delimitadas para os futuros parques urbanos, as zonas administrativa e comercial seriam agraciadas pelos canteiros e bulevares, e a zona industrial locada na parte mais baixa do terreno, próxima não somente da estrada de ferro, como, também, rumo à região de encontro entre os três córregos: Buritis, Capim Puba e Botafogo. Dessa maneira, a cidade estaria bem articulada e compatibilizada com a natureza nela presente, uma vez que, através das zonas propostas nenhuma necessidade do habitat urbano moderno deixaria de ser atendida. Para Atílio, o crescimento urbano seria facilmente controlado devido à quantidade de espaços livres propostos e à clara delimitação das áreas verdes ligadas aos córregos – como um modo, também, de garantir a pureza da água que abasteceria a cidade (Manso, 2001). Como afirma Ribeiro, ao parafrasear Graeff, Atílio concebeu para Goiânia uma “alma de cidade-parque”, criando uma imagem de cidade que, para além do traçado barroco e seus efeitos monumental e clássico inspirados em Versalhes, Karlsruhe e Washington, se consolidou com uma urbanística moderna através do respeito à topografia e à paisagística dos park-ways (Ribeiro, 2004).

Figura 20 – Zoneamento no plano piloto desenvolvido por Atílio Correia Lima, 1933.



Fonte: Informações de Manso (2001, p. 221) e Imagem adaptada pela autora do acervo histórico da SEPLANH – Goiânia (1933).

Segundo Ribeiro, o plano de Atílio começou a ser implantado em paralelo à sua elaboração, isto é, antes que o urbanista entregasse ao governo o desenho final para o núcleo inicial. Isso permitiu que boa parte das suas proposições fossem construídas da forma como foram projetadas, e não sofressem grandes alterações por terceiros

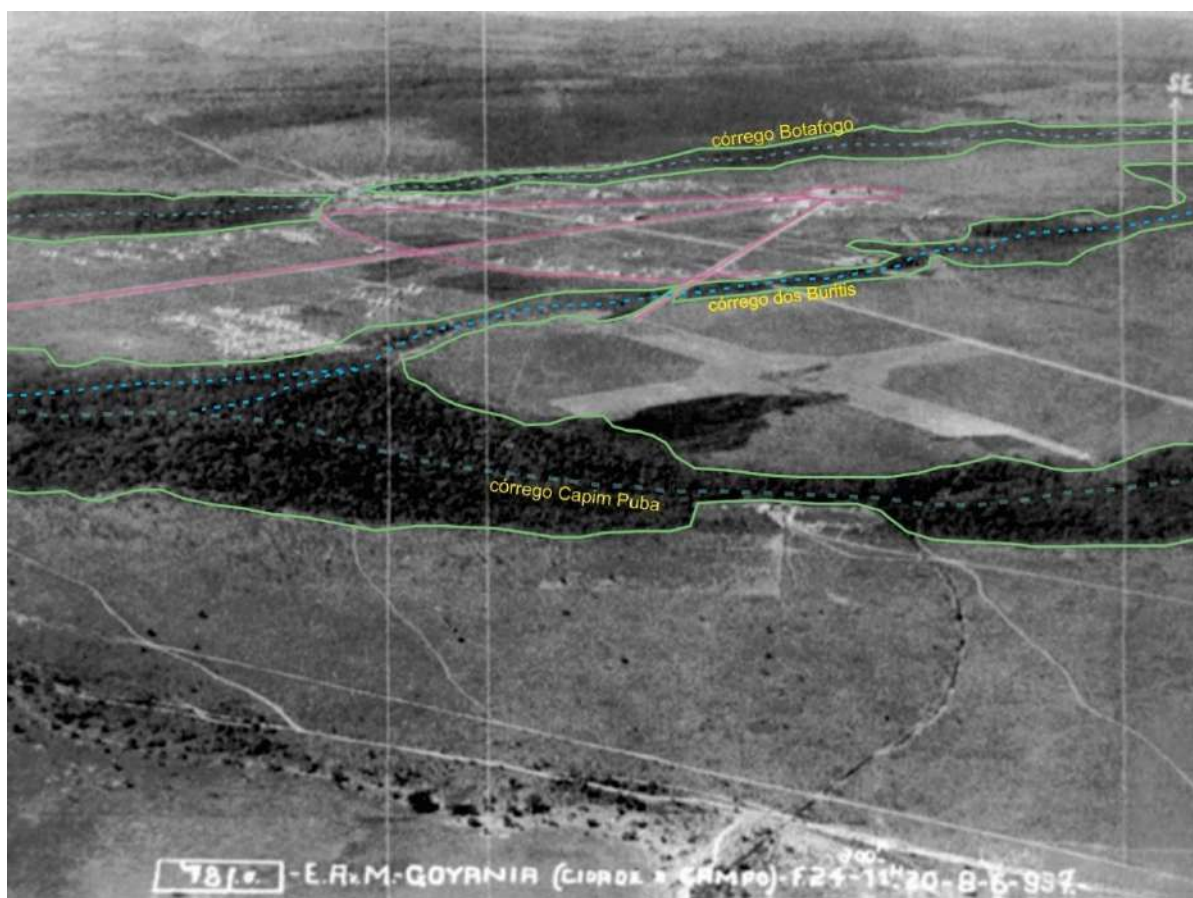
(Ribeiro, 2004). Assim, já em 1933 inicia-se a execução do traçado das ruas em Goiânia, bem como a construção dos primeiros edifícios. O arruamento e o parcelamento iniciais implicaram a drenagem do solo quando necessária e, conseqüentemente, o tamponamento de pequenos veios hídricos. Na planta do plano urbano de Atílio, já não é possível localizar o trajeto natural do córrego dos Buritis, pois este foi, como já se sabe, encarado como um canal de drenagem desde o início. Entretanto, a canalização de seu leito e dos demais veios que o acompanhavam ocorreu de maneira gradual, conforme o traçado de Goiânia foi se desenvolvendo, pois, é possível localizar nas fotografias e imagens das primeiras décadas da capital, tanto o seu trajeto principal na superfície, quanto as manchas úmidas que formavam sua estrutura. À medida que a cidade foi se desenvolvendo, este trajeto foi desaparecendo destas imagens, de maneira que, a partir de determinados momentos – que marcaram a construção de um edifício ou a modificação do desenho urbano –, somente foi possível localizar o Buritis por meio de seus vestígios na paisagem.

Figura 21 – Fotografia de Eduardo Bilemjian, 1935, da Vista das avenidas Tocantins, Goiás e Araguaia, do alto do Palácio das Esmeraldas, na Praça Cívica, em 1935.



Legenda: Na Avenida Goiás é possível visualizar, à direita, o edifício do Grande Hotel, indicado pela seta vermelha. No horizonte, do lado esquerdo, destacado em pontilhado verde, é possível ver a mancha vegetativa referente ao encontro dos córregos dos Buritis e Capim-Puba. Fonte: Adaptada pela autora do acervo do Museu de Arte de Goiânia – MAG (1935).

Figura 22 – Fotografia de Eduardo Bilemjian da Vista aérea do terreno de implantação de Goiânia.



Legenda: Em primeiro plano, vê-se a densa mancha vegetativa referente ao córrego Capim-Puba, que contorna o aeródromo e se intensifica na região da foz do córrego dos Buritis. É possível identificar, também, a mancha úmida referente ao trajeto do córrego dos Buritis. O traçado do centro cívico e das avenidas Araguaia, Pedro Ludovico, Tocantins e Paranaíba, estão destacados na cor rosa. Ao fundo, nota-se a vegetação ciliar do córrego Botafogo, e, vê-se uma interrupção em seu percurso, que indica o local que foram instaladas as ocupações operárias iniciais. Fonte: Editado pela autora do acervo do Museu de Arte de Goiânia – MAG (1935).

Nesta última fotografia, é possível identificar bem o trajeto do Buritis, pois o caminho realizado pelo conjunto vegetativo que o acompanhava é novamente evidente, nascendo acima e à direita do centro cívico e iniciando o Parque dos Buritis – que se findava, de acordo com o proposto em projeto, próximo ao terreno do então edifício do Automóvel Clube de Goiânia (atual Jôquei Clube de Goiás), construído em 1937. Embora o limite final estabelecido para o parque fosse próximo a este local, na fotografia é possível ver que a vegetação seguia terreno abaixo, demarcando o restante do percurso do córrego, que contornava pelo lado esquerdo do Aeródromo até se intensificar e se misturar com a vegetação de galeria referente ao seu córrego de desague, o Capim Puba. Nesta mesma fotografia, também é interessante observar os assentamentos operários que se formavam tanto na região próxima à futura

Estação Ferroviária, quanto às margens do córrego Botafogo – sendo o primeiro previsto pelo plano e esta última de origem informal, já causando o desmatamento da mata ciliar do Botafogo e, conseqüentemente, o início da fragmentação do percurso desta vegetação.

Figura 23 – Ranchos improvisados às margens do córrego Botafogo, que serviam de moradia para muitas famílias que chegavam em Goiânia em busca de trabalho nas obras de implantação da capital.



Fonte: Feichtenberger (1936).

Na fotografia a seguir, é possível identificar a região da nascente principal do Buritis, ao sul do centro cívico, um local que, na época, era afastado e inabitado. A ocupação desta área só se deu da década de 1950 em diante, com a implantação do Setor Sul. Entretanto, percebe-se alguns caminhos que indicam o princípio do que mais tarde vieram a ser as avenidas 85 e Assis Chateaubriand. Vê-se o Parque dos Buritis, ainda pouco delimitado no terreno e a Alameda dos Buritis já em formação, aonde, ao longo das décadas de 1940 e 1950, segundo Cordeiro e Ferreira (2017), vieram a se instalar seus moradores pioneiros. Demarcado na foto pela letra “C”, vê-se o local provável de instalação de um almoxarifado, construído para auxiliar nas obras de implantação, cujo terreno corresponde ao atual Tribunal de Justiça de Goiás -TJGO, na própria Avenida Assis Chateaubriand. Dentre as intervenções feitas no trajeto do Buritis durante a década de 1930, destaca-se, também, a Santa Casa de

Misericórdia, fundada em 1937 pela esposa de Pedro Ludovico Teixeira, na época a primeira-dama, Dona Gercina Borges Teixeira. Ao Norte, localiza-se a formação do assentamento popular da zona industrial prevista pelo plano de Atílio, que mais tarde veio a se incorporar com o traçado do setor Aeroporto. O trajeto do Buritis, nesta parte do plano, se estreita entre o aeródromo e a ocupação popular insurgente, caminho este que, posteriormente, configurou a avenida Oeste.



Legenda: É possível perceber o início da formação do Parque dos Buritis, e da Alameda dos Buritis. Os locais demarcados são: a nascente principal do córrego dos Buritis e o campo de murundus (A); a área úmida prevista para o Parque das Paineiras (B); o local do almoxarifado (C); a área destinada ao parque dos Buritis (D); o terreno do Automóvel Clube de Goiás (E); o terreno da Santa Casa de Misericórdia (F); o início da ocupação da zona norte, onde às margens do córrego dos Buritis instalam-se moradias populares (G); o Aeródromo (H); e o local de deságue do Buritis no córrego Capim Puba (I). Fonte: Adaptada pela autora de SEPLANH, Goiânia (2009).

Figura 25 – Fotografia de Alois Feichtenberger, 1936, de Carros de bois nas proximidades do Parque dos Buritis.



Fonte: Acervo MIS|GO (1936).

Figura 26 – Fotografia de Alois Feichtenberger, 1936, de trabalhadores em trecho do Parque dos Buritis.



Fonte: Acervo MIS|GO (1936).

Figura 27 – Sede do Automóvel Clube de Goiás, fundada em 28 de abril de 1937.



Legenda: Localizado na Avenida Anhanguera, nº 3653, Setor Central, o clube promoveu as principais festas da elite goianiense até a década de 1950. Não há registro sobre a autoria da fotografia que foi tirada em 1942. Fonte: Acervo do Museu de Arte de Goiânia – MAG (1937).

Figura 28 – Dependências do Automóvel Clube de Goiás. Não há registro sobre a autoria da fotografia que foi tirada em 1942.



Fonte: Acervo do Museu de Arte de Goiânia – MAG (1942).

Figura 29 – Maternidade Dona Gercina, implantada em 1943, dentro da estrutura da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, instituição que foi inaugurada em 1937.



Fonte: Acervo do Museu de Arte de Goiânia – MAG (1937).

No ano de 1935, após cumprir seu contrato inicial, e devido a fatores de ordem econômica, familiar e política, Atílio abandonou o projeto do plano urbano da capital (Ribeiro, 2004). Nesse momento, crescia em Goiânia a influência dos irmãos Coimbra, que se tornaram responsáveis pelas principais obras na cidade. Devido uma relação de proximidade com Pedro Ludovico Teixeira, os irmãos engenheiros, solicitaram que o plano de Atílio fosse avaliado por uma comissão técnica especialista, sob o discurso de evitar qualquer prejuízo no desenvolvimento futuro de Goiânia (Manso, 2001). Conforme afirma Ribeiro (2004), o plano de Atílio apresentava um risco aos interesses dos Coimbra Bueno, pois este plano, ao propor o desenvolvimento de Goiânia no sentido norte – local de melhor topografia –, e a presença de áreas livres que deveriam ser consideradas como uma ampla rede que acompanhasse o crescimento da cidade, limitava o loteamento das terras ao sul e a oeste do centro inicial, que eram de propriedade dos irmãos. Assim, Armando Augusto de Godói foi contratado como consultor da firma Coimbra Bueno e responsável pela revisão do plano urbano já

desenvolvido e pela proposição de novas soluções aos setores norte, sul e oeste de Goiânia (Ribeiro, 2004).

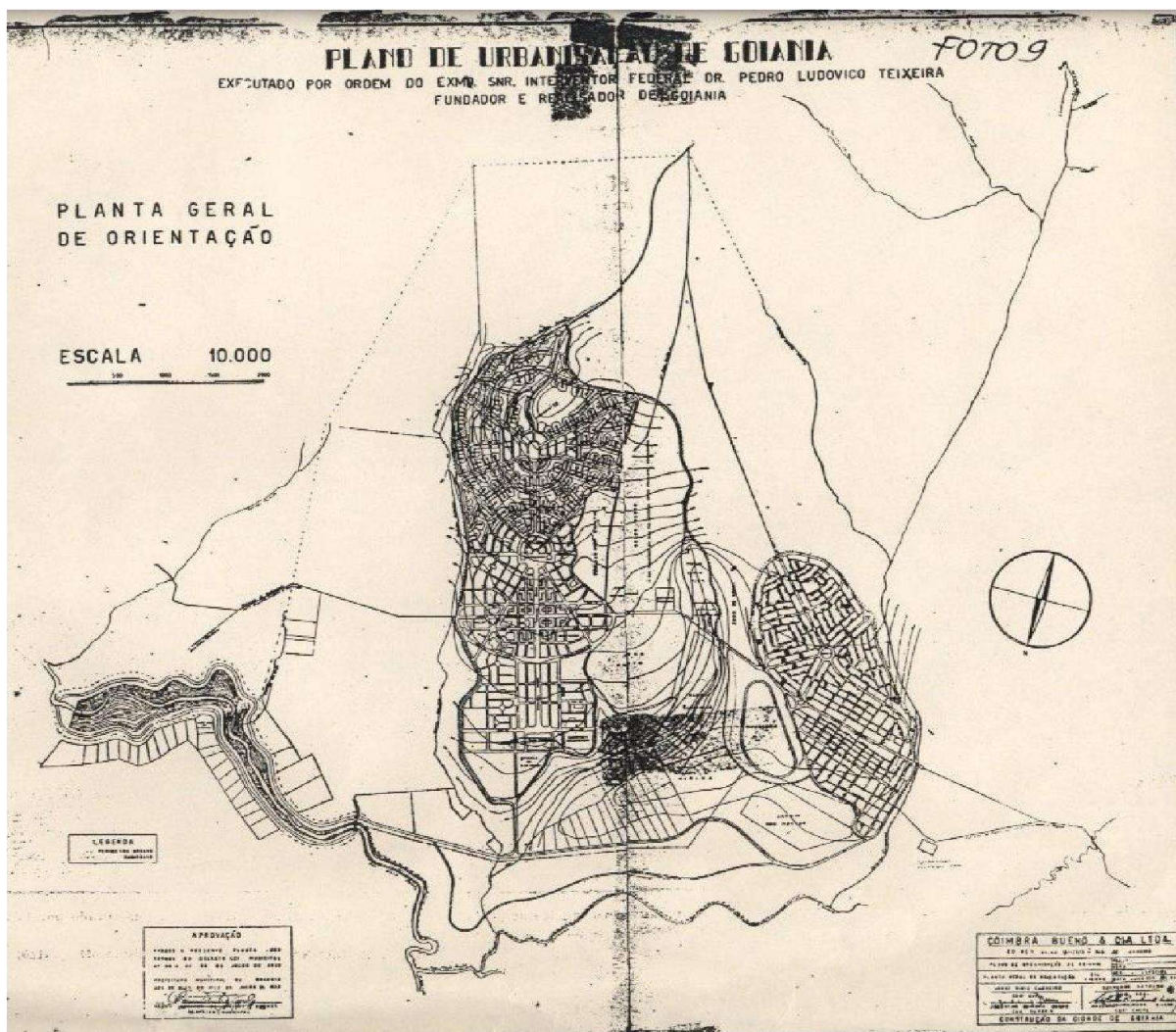
Godói, cuja formação era americana, se baseou nos modelos urbanos de Letchworth, na Inglaterra, e de Cary, nos Estados Unidos, que, segundo Ribeiro, são versões aprimoradas da cidade-jardim de Howard e da cidade industrial de Garnier, e compõem as raízes do urbanismo contemporâneo (Ribeiro, 2004). Ainda em 1933, Ludovico Teixeira solicitou ao urbanista Armando Augusto de Godoy um parecer sobre a escolha do sítio para a implantação de Goiânia (Ribeiro, 2004), onde este apresenta, também, sua visão sobre a cidade moderna, encarando-a como um ser vivo, onde seus elementos funcionam em harmonia quando articulados entre si.

A cidade moderna, quando lhe proporcionam todos os elementos de vida e ao seu estabelecimento e à sua expansão se prende um plano racional, isto é, que obedece às determinações do urbanismo, é um centro de cultura, de ordem, de trabalho, e de atividades bem coordenadas. [...] A cidade em consequência da expansão da vida social, do progresso da ciência e da indústria se aperfeiçoou consideravelmente nos três primeiros decênios deste século. Ela hoje nos apresenta como um verdadeiro ser vivo. Ora, como todos sabem, há maior a maior dependência entre os órgãos e os elementos dos seres vivos. Entre os elementos urbanos também se observam relações de dependência, exercendo cada um sua função e a ação de todos convergindo para o mesmo fim. Sendo assim, é mister que a elaboração do projeto de uma cidade obedeça a uma mesma direção para que todas as suas diferentes partes se harmonizem do melhor modo possível. O traçado dos vários logradouros públicos, o zoneamento, a divisão dos terrenos em lotes, as redes de água e de esgotos, a iluminação, a arborização, o calçamento, etc., devem ser projetados em conjunto a fim de se alcançarem as soluções mais econômicas (Godoy, 1933, pp. 20-27).

Embora o discurso de Godói se aproxime ao de Atílio, o primeiro se posicionou contra o traçado barroco e clássico adotado pelo segundo, e, assim, sugeriu um segundo centro de radiação, a atual praça do Cruzeiro, no setor Sul, em conformidade com o eixo do centro administrativo já implantado, desestruturando o monocentrismo barroco proposto por Atílio (Ribeiro, 2004). Segundo afirma Gonçalves (2002), Godói, como consultor, teve uma participação intelectual na elaboração do segundo plano de Goiânia. Suas orientações foram a respeito da redução da área comercial proposta por Atílio; da sugestão de uma ordem de ocupação urbana – primeiro os já implantados setores Central e Norte, depois os setores Sul e Oeste –; do projeto do setor Sul, inspirado no desenvolvimento de bairros-jardins americanos; do abandono da ideia do Parque Paineira e proposição de novas áreas verdes nos limites da cidade – como o parque Capim-Puba, Jardim Zoológico e Jardim Botânico –; e a aprovação da planta para a cidade satélite de Campinas. Desse modo, as propostas de Atílio

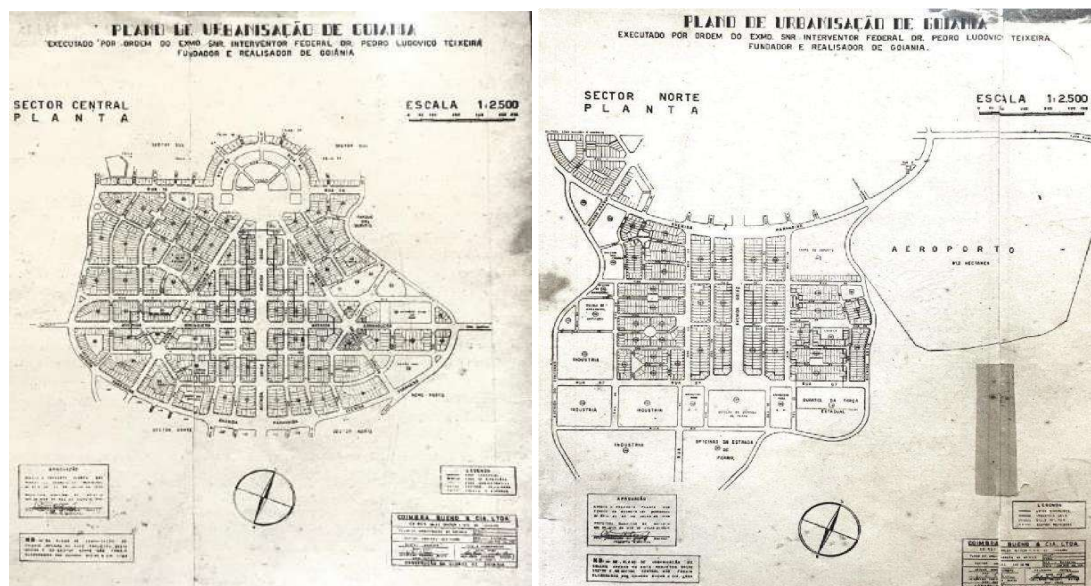
para os setores Sul, Norte e Leste foram reelaboradas, e estabeleceu-se que um novo desenho para o setor Oeste deveria ser feito posteriormente, através de um concurso público (Gonçalves, 2002).

Figura 30 – Plantas de urbanização de Goiânia elaboradas por Armando Augusto de Godói, 1938.



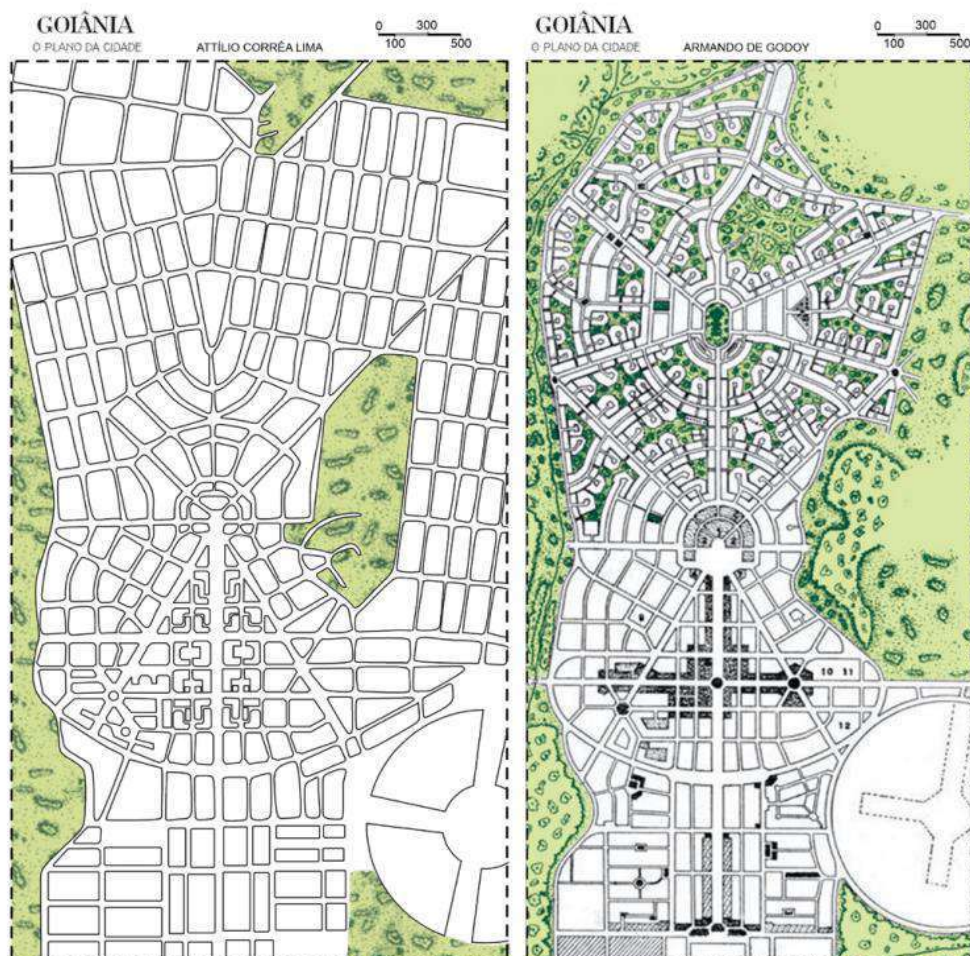
Fonte: SEPLANH – Goiânia (1938).

Figura 31 – Plantas de urbanização para os setores central e norte de Goiânia elaboradas por Armando Augusto de Godói, 1938.



Fonte: Manso (2001, pp. 213-214).

Figura 32 – Plano de Atilio Corrêa Lima, elaborado em 1933, e o plano modificado elaborado pela firma Coimbra Bueno sob a consultoria de Armando Augusto de Godoy em 1938.



Fontes: Caixeta (2021); Manso (2001, pp. 213-214).

Embora diante da aprovação, em 1938, do plano revisado pelos Coimbra Bueno e por Godoy, com novas propostas para novos bairros, na década de 1940, uma série de decretos-lei elaborados por Pedro Ludovico Teixeira manteve sob controle o loteamento em Goiânia, e tentou garantir que o adensamento ocorresse primeiramente nas zonas central e norte. A exemplo, o Decreto nº90-A, considerado o primeiro Plano Diretor da cidade (Ribeiro, 2004); assim como o Decreto-Lei 2.104, de 27 de julho de 1937, e o Decreto-Lei 11, de 6 de março de 1944, que proibiam a ocupação do setor Sul antes que o Central atingisse 12000 (doze mil) habitantes, o loteamento na zona urbana de Goiânia de 1944 a 1949, e, também, a formação de chácaras na zona suburbana. Desse modo, segundo Gonçalves, embora fosse possível comprar lotes nos setores Sul e Oeste já no final da década de 1930 e início da década de 1940, estes somente foram ocupados na década de 1950, quando tais bairros, foram, de fato, implantados (Gonçalves, 2002).

Figura 33 – Propaganda de venda de lotes dos setores Sul e Oeste publicada pela Folha de Goiás, em março de 1943.

GANHE UMA FORTUNA

Comprando lotes de terras do Estado de Goiás, na sua nova capital, **Goiânia**

OS SNRS.
Alvares & Machado
Delegados Regionais para vendas de Terrenos acabam de receber do Es-critório Central novas listas com ótimos LOTES.

TERRENOS DESDE CR \$2.000,00
Em 30 prestações.
Setores **SUL E OESTE**

A proposição de tais medidas urbanizadoras, que forçaram a ocupação do centro antes de outras áreas da capital e, até então, impediram a ação da especulação imobiliária na expansão de Goiânia, justifica que a paisagem natural do córrego dos Buritis tenha sofrido as modificações mais intensas no trecho do seu trajeto referente ao Setor Central, entre o encontro da Assis Chateaubriand com a Alameda dos Buritis e o cruzamento da av. Paranaíba com a Anhanguera. Portanto, até a década de 1950, houve a construção de alguns equipamentos urbanos que, de certa maneira, se estabeleceram como apoio a esta ocupação central crescente, e reforçaram essas transformações causadas ao trajeto do córrego dos Buritis. Nos anos de 1941 e 1942, com a chegada de padres salesianos em Goiânia, houve a construção da Paróquia São João Bosco e do Colégio Ateneu Dom Bosco e, aproximadamente em 1945, a implantação do Abrigo Cristo Redentor da Velhice Desamparada, popularmente conhecido como “Abrigo dos Velhos”. Tais instituições, instaladas no trajeto do córrego, foram responsáveis pelos primeiros cortes feitos na área delimitada para o Parque dos Buritis, cuja aquisição dos terrenos foi fruto de doações feitas pelo governo estadual, assim como ocorreu, posteriormente, com o terreno onde foi construído o colégio Externato São José, na década de 1960, também dentro do limite do parque (Cordeiro; Ferreira, 2017).

Ao que tudo indica, o Abrigo dos Velhos ocupou local próximo ou coincidente do antigo almoxarifado, uma vez que, segundo os estudos realizados, ambos ocuparam o terreno do atual do Tribunal de Justiça de Goiás-TJGO. Este abrigo, fundado pelo advogado “vilaboense” e pioneiro da ocupação de Goiânia, Sólon Edson de Almeida, não somente foi um local de acolhimento para idosos como também, abrigou famílias alemãs trazidas ao Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial, como, por exemplo, a família do engenheiro Ewald Janssen que, na década de 1950, contratado pelo Governo Estadual, veio a contribuir com alguns projetos urbanos do Departamento de Viação e Obras Públicas de Goiânia (Cordeiro; Ferreira, 2017). Segundo documento elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo de Goiânia – SEPLANH (2009), no terreno referente ao abrigo existiam minas d’água onde a população coletava água potável para beber, e, devido a isso, anos depois, o auditório estabelecido no subsolo do Tribunal Regional de Goiás – TJGO passou por algumas reformas e intervenções de saneamento para conter problemas relacionados à infiltração e excesso de umidade (SEPLANH, 2009).

Já o complexo católico instalado na área do parque dos Buritis, representou o início da missão salesiana em Goiânia, e teve como Figura marcante em sua construção e primeiros anos de funcionamento, o padre italiano Giuseppe Della Mutta, popularmente conhecido como “Padre Zézinho”, que participou da fundação da igreja e do colégio, bem como do cotidiano e tradições religiosas das famílias que viviam na Alameda dos Buritis e demais proximidades. De acordo com relatos e imagens áreas de variadas datas, o acesso ao edifício do colégio Ateneu Dom Bosco, era feito por uma pequena ponte, pois abaixo dela passava o córrego dos Buritis já canalizado, e era preciso atravessá-lo para se adentrar neste edifício. A paisagem local, segundo o relato dos primeiros moradores da Alameda dos Buritis, era marcada pela vegetação do parque, pela presença de brejos e locais alagadiços, e pela passagem do córrego, que corria a céu aberto ao longo da alameda (Cordeiro; Ferreira, 2017).

Esta rua era, até a década de 1940, encarada como uma das últimas ruas de Goiânia, uma vez que do seu lado oeste, oposto ao centro da cidade, existia somente vegetação nativa local. Neste período, surgiram também algumas ocupações internas no parque, que passaram a fazer parte da vizinhança criada com a ocupação da Alameda. Uma delas era, segundo Cordeiro, uma plantação de arroz na área onde, posteriormente, foi construída o edifício Alfredo Nasser, para abrigar a Assembleia Legislativa de Goiás, e, também, neste local, a moradia de um homem conhecido como “Chico da Maria Oliva”, prestador de serviços domésticos aos moradores do local (Cordeiro; Ferreira, 2017).

Apesar de tais ocupações terem se instaurado próximas ao percurso do córrego dos Buritis, e terem iniciado o processo de desmatamento da área vegetada do parque dos Buritis, não foram elas – talvez com exceção do colégio e da igreja que, de fato ocuparam uma área muito extensa do parque – as grandes responsáveis por dar início à redução desta paisagem natural. O córrego, apesar de já canalizado, ao passar pelo parque dos Buritis, pelo Automóvel Clube e pela Santa Casa de Misericórdia, ainda participava, de alguma forma da superfície urbana, permitindo o crescimento de vegetação local, o contato com suas águas devido ao uso de pequenas pontes e de canais abertos, e fornecia cenário para o lazer e descanso, a contemplação da paisagem natural, e as brincadeiras das crianças – moradores da alameda, frequentadores do colégio, da paróquia, do clube e da Santa Casa (Goiânia, 1985). Infere-se que nestes locais isolados havia uma relação de equilíbrio entre o construído e o natural, uma vez que coexistiam em um mesmo terreno e faziam parte do cotidiano

urbano concomitantemente. Contudo é importante ressaltar um tensionamento a partir do final da década de 1940, entre a urbanização sofrida pelo córrego dos Buritis – que deu início à sua invisibilidade na paisagem goianiense –, a proposta dos primeiros planos de Goiânia para suas áreas verdes e o contexto econômico e político no qual esta cidade estava envolvida.

Segundo Ribeiro (2004), Atilio e Godoy tinham algo em comum, pois em ambos seus relatórios existiam espaços destinados à discussão sobre a proteção e defesa das reservas verdes de Goiânia, que tratavam especificamente dos arredores da cidade, citando os córregos Botafogo, Areião, Capim Puba, Palmito, a Represa Jaó, o Rio Meia Ponte e o Ribeirão Anicuns. Foi diante da necessidade de conciliar a expansão urbana de Goiânia com a garantia do abastecimento da cidade através de um plano geral, que os irmãos Coimbra conseguiram a aprovação do Decreto nº90-A, cuja proposta ambiental se preocupou principalmente com a preservação das nascentes e áreas verdes dos córregos Capim Puba e Botafogo, e com áreas ligadas ao rio Meia Ponte (Ribeiro, 2004).

Diante disso, percebe-se que, embora houvesse uma preocupação com as matas de galeria e as nascentes dos cursos hídricos da bacia do Meia Ponte – e, principalmente, a bacia do Botafogo –, a importância dada ao abastecimento da cidade fez com que a atenção se desdobrasse unicamente para com a preservação daqueles veios hídricos propícios para esta função, isto é, aqueles de maior porte. Os pequenos veios, que formam uma trama hídrica denominada capilar, como o córrego dos Buritis, foram deixados de lado, uma vez que suas vazões eram insignificantes para abastecer a cidade. O plano de Atilio demonstra grande atenção dada a este córrego ao propor os parques Paineira e dos Buritis, que englobavam justamente estas áreas de preservação – nascente e vegetação ciliar. Mas, apesar de não ter sido a intenção do urbanista, pode ter induzido a negligência de terceiros para com tal córrego, ao tratá-lo sob um viés higienista. Essas contradições reforçam uma visão utilitarista sobre a disponibilidade dos recursos naturais no território a ser urbanizado, que corroborou com a formação de uma experiência parcial para com a natureza na cidade de Goiânia.

Ainda conforme Ribeiro, a hegemonia dos setores de bens de capital e de produção de bens não duráveis na economia e contexto político nacionais nas décadas de 1940 e 1950 transformou as cidades brasileiras em “centros pulsantes onde a produção era a nova ordem” (Ribeiro, 2004, p. 73), fazendo com que os

projetos que englobavam áreas verdes de preservação, recreação e lazer ficassem em último plano ou em situação de abandono, pois não se relacionavam com essa lógica de produção urbana. Assim, em Goiânia, nas décadas que sucederam o Decreto nº90-A, foram implantadas aquelas áreas verdes que se situavam dentro do jogo de interesses políticos e imobiliários, sendo que aquelas consideradas fora desse centro de atenção foram descaracterizadas pelo crescimento desordenado da cidade (Ribeiro, 2004).

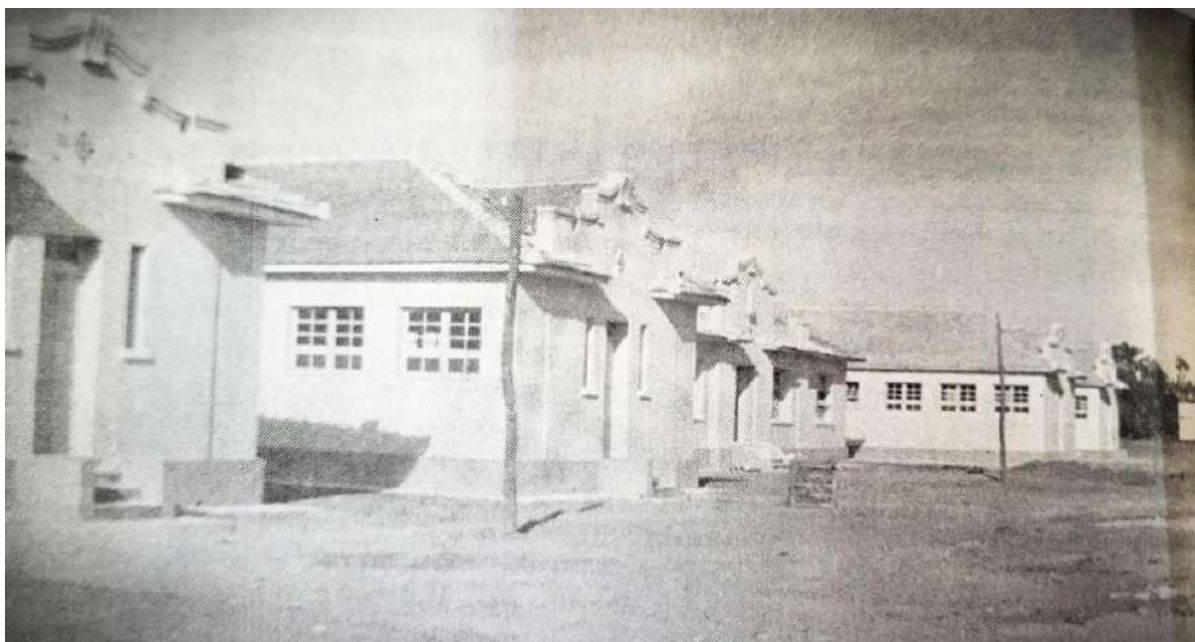
Esse conjunto de fatores – que englobam uma política de ocupação do centro em detrimento da expansão urbana; planos urbanos que, dentro das suas contradições, não conseguiram dirigir o olhar para os cursos d'água da rede capilar da bacia e assegurar o potencial paisagístico de suas áreas de preservação; e um contexto político e econômico nacional que deu um ritmo de produção acelerado às cidades brasileiras –, foram os principais motivos para que, já na década de 1940, e com profunda reverberação nas décadas posteriores, a cidade de Goiânia começasse a construir uma relação de desigualdade com suas áreas verdes, bem como uma relação de negligência para com o córrego dos Buritis e sua paisagem natural.

Figura 34 – Vista Geral da Avenida Goiás, 1945.



Legenda: Nota-se o aumento da quantidade de construções no setor Central, em relação à fotografia, de ângulo aproximado, da década anterior (Figura 22). Autor não identificado. Fonte: Acervo MIS|GO (1945).

Figura 35 – Abrigo Cristo Redentor da Velhice Desamparada, década de 1940, autor da fotografia não informado.



Fonte: Cordeiro e Ferreira (2017).

Figura 36 – Construção da Paróquia São João Bosco e do Colégio Ateneu Dom Bosco, 1941.



Fonte: Jornal A redação (2023).

Figura 37 – Obras nas imediações da Paróquia São João Bosco, anexa ao Colégio Salesiano Ateneu Dom Bosco, inaugurado em julho de 1942. Alameda dos Buritis, nº 485, Setor Oeste. Fotografia de Hélio de Oliveira, sem indicação de data.



Fonte: Acervo do Museu de Arte de Goiânia – MAG (1942).

Figura 38 – Obras nas imediações da Paróquia São João Bosco, anexa ao Colégio Salesiano Ateneu Dom Bosco, inaugurado em julho de 1942. Alameda dos Buritis, nº 485, Setor Oeste.



Legenda: A vegetação ao fundo, no lado esquerdo da fotografia, ocupa o espaço onde atualmente encontram-se o restante do edifício do colégio, a rua 29 e o edifício construído para a Assembleia Legislativa de Goiânia na década de 1960. Não é possível identificar o córrego dos Buritis, mas supõe-se que tenha sido canalizado neste local, uma vez que a citada ponte se situava mais à direita, em frente ao portão de entrada do então edifício do colégio. Fotografia de Hélio de Oliveira, sem indicação de data. Fonte: Acervo do Museu de Arte de Goiânia – MAG (1942).

Figura 39 – Paróquia São João Bosco e, à direita, Colégio Ateneu Dom Bosco.



Legenda: É possível identificar, no seguimento da mureta de proteção do colégio, os portões de entrada do mesmo, onde localizava-se a pequena ponte para travessia do córrego. Data da fotografia desconhecida. Fonte: IBGE ([s.d.]).

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelo crescimento desordenado da cidade de Goiânia, uma vez que, com o fim do prazo estabelecido para a ocupação do centro, iniciaram-se uma série de loteamentos nos arredores do setor Central. De acordo com Gonçalves, os loteamentos feitos ao longo da década de 1950 se dividem em dois grupos: aqueles dos setores já previstos pelo plano de 1938 – os setores Sul, Oeste e Aeroporto –, e aqueles que, originários das décadas de 1930 e 1940 devido às ocupações irregulares nas regiões norte e noroeste de Goiânia, apresentaram um considerável crescimento a partir dos anos 50 – as invasões na Nova Vila, no córrego Botafogo, na Avenida Oeste (Vila Cristo Redentor), no córrego Areião e nas proximidades da estrada de ferro (Gonçalves, 2002).

Gonçalves (2002) denominou esses tipos de ocupação em “cidade planejada” – que surgiu de acordo com os princípios do urbanismo moderno –, e “cidade marginal” – que surgiu nas áreas privadas desse urbanismo planejador e organizador (2002, p. 70). Ambos os processos de expansão urbana marcaram a diminuição e fragmentação das áreas verdes do território da bacia do Botafogo. Além da redução da vegetação, sofrida pelas reservas do Parque Botafogo e do Parque dos Buritis, podemos destacar também, o desmatamento quase que por completo da mata ciliar do córrego Capim Puba, com a construção do Lago das Rosas e o Zoológico, e com

a ocupação de chácaras na zona norte, em uma região abaixo do aeródromo, próxima à foz do córrego dos Buritis, entre os atuais setores dos Funcionários e setor Aeroporto, conhecida também como “Aeroportinho” (Gonçalves, 2002).

Figura 40 – Obra na Avenida Anhanguera, na ocasião da implantação do Parque lago das Rosas e do Setor Oeste. Fotografia de Hélio de Oliveira, 1950.



Fonte: Museu de Arte de Goiânia – MAG

Cidade planejada e cidade marginal transformaram a paisagem natural ligada ao córrego dos Buritis, uma impulsionando a outra, guiadas por um jogo de interesses políticos e imobiliários. Uma vez que os setores Central, Sul e Oeste caracterizaram uma região enobrecida da cidade, restou às áreas mais afastadas, principalmente ao norte da avenida Oeste, uma ocupação desordenada e, muitas vezes, socialmente segregada, como, por exemplo, o local escolhido para a implantação do Hospital do Pênfigo de Goiânia, inaugurado em 1952, próximo às margens do Buritis. O pênfigo foliáceo endêmico, conhecido popularmente como “fogo selvagem”, é uma dermatose autoimune que se caracteriza pela formação de bolhas dolorosas na pele (Campbell, 2001). As pessoas acometidas por esta doença sofriam muito preconceito pois, devido às lesões de pele, muitos cultivavam uma falsa ideia de contágio, e havia, então, uma

forte tendência em isolar os doentes. Assim, o local escolhido para este hospital era afastado do centro urbano, para além da invasão que se configurou na Vila Cristo Redentor, e posteriormente foi incorporada ao setor Aeroporto – um local que, segundo relato de moradores antigos, ao ser ocupado, não só transformou a paisagem natural do córrego dos Buritis, como, também a poluiu e a degradou.

Figura 41 – Hospital do Pênfigo de Goiânia, na ocasião de sua inauguração, em 1952.



Fonte: Magalhães e Castro (2021).

Figura 42 – Vista aérea de Goiânia, em 1951.



Legenda: Percebe-se, em relação à fotografia de 1935 (Figura 24), o aumento da ocupação dos terrenos dos Setores Central e Norte. A vegetação às margens do córrego Botafogo encontra-se bastante reduzida, e o parque Botafogo mais delimitado. Neste trecho da cidade, trajeto do córrego dos Buritis encontra-se bastante alterado, já em um canal mais retilíneo e, em muitos locais, já subterrâneo. Os locais demarcados ao longo deste trajeto são: o Abrigo Cristo Redentor (A); o Bosque dos Buritis (B); o terreno da Paróquia São João Bosco e do Colégio Ateneu Dom Bosco (C); o terreno do Automóvel Clube de Goiás (D); o terreno do atual Hospital São Lucas, construído em 1951 (E); o terreno da Santa Casa de Misericórdia (F); o Estádio Olímpico, construído na década de 1940 (G). Fonte: Editado pela autora de SEPLANH, Goiânia (2009).

Figura 43 – Hospital São Lucas em construção, em outubro de 1951, segundo a data impressa no canto superior esquerdo da fotografia.



Fonte: Hospital São Lucas, (1951).

Figura 44 – Vista aérea de Goiânia, em 1951.

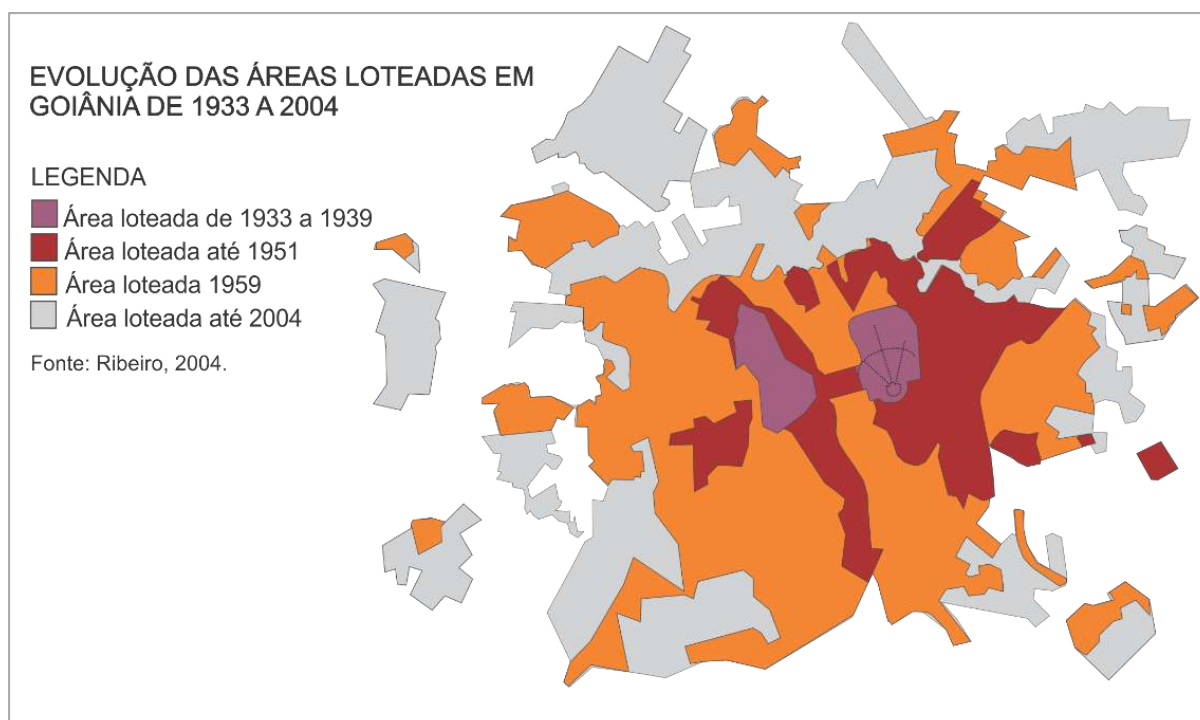


Legenda: A Avenida Oeste encontra-se ainda em formação, bem definida até o Estádio Olímpico, onde o córrego dos Buritis já se encontrava canalizado. Do estádio em diante, no sentido norte, o córrego descia no seu formato natural, em meio às residências, se bifurcando para desaguar no Capim Puba. É possível perceber a existência de chácaras ao longo das margens do córrego Capim Puba, bem como a pouca presença de vegetação ciliar deste mesmo córrego. Os locais demarcados são: o Estádio Olímpico (A); o Aeródromo (B); a Estação Ferroviária (C); Vila Cristo Redentor e região onde foi implantado o Hospital do Pênfigo de Goiânia (D); e ocupação chamada de “Aeroportinho” (E). Fonte: SEPLANH, Goiânia. Editada pela autora.

Embora essa disparidade entre tais modos de ocupar a cidade – o planejado e o marginalizado –, cada um, à sua maneira, se apropriou da natureza nela presente, seja desmatando a vegetação ciliar, passando por cima dos córregos ou descartando dejetos no leito dos mesmos. Outro fator que corroborou com essa apropriação impensada em Goiânia foi a falta de preocupação do governo em reger a expansão urbana, uma vez que, de acordo com os primeiros códigos de edificações elaborados, o primeiro em 1947 e sua atualização em 1950, este se isentava da responsabilidade de fazer o preparo das ruas, a colocação de meio-fio, o calçamento, construção de sarjetas, galerias de água e de esgoto, ficando sob responsabilidade do proprietário promover tais estruturas nos novos parcelamentos (Manso, 2001).

O resultado de tais medidas foi a propagação em larga escala dos loteamentos particulares em torno do núcleo urbano original e o alto crescimento dos negócios industriais nos anos a seguir (Manso, 2001). De acordo com Ribeiro, de 1950 a 1964, cerca de 183 loteamentos foram aprovados sem um rigor técnico, uma articulação entre um loteamento e outro, o controle do uso do solo, e uma preocupação com a qualidade e disposição das áreas verdes – estas se resumiam a pequenas praças centrais, não englobavam as faixas de proteção dos cursos hídricos, permitindo que, muitas vezes, os lotes estabelecessem seus limites nos talvegues dos córregos (Ribeiro, 2004). Em paralelo a isso, devido a um intenso processo migratório movido pela busca por novas oportunidades, houve um drástico crescimento populacional em Goiânia, cuja população passou de 150.000 habitantes em 1960, para 260.000 habitantes em 1964 (Ribeiro, 2004). Infere-se, portanto, que a expansão desarticulada, não supervisionada e movida por interesses predominantemente imobiliários, corroborou com a supressão indevida da paisagem natural do córrego dos Buritis, sua canalização a qualquer maneira, nas décadas a seguir, bem como, de acordo com os relatos estudados, a instalação inapropriada de vias de descarte de esgoto doméstico no canal deste córrego.

Figura 45 – Mapa do crescimento das manchas referentes às áreas loteadas nos intervalos de 1933 a 1939, 1939 a 1951, 1951 a 1959, 1959 a 2004.



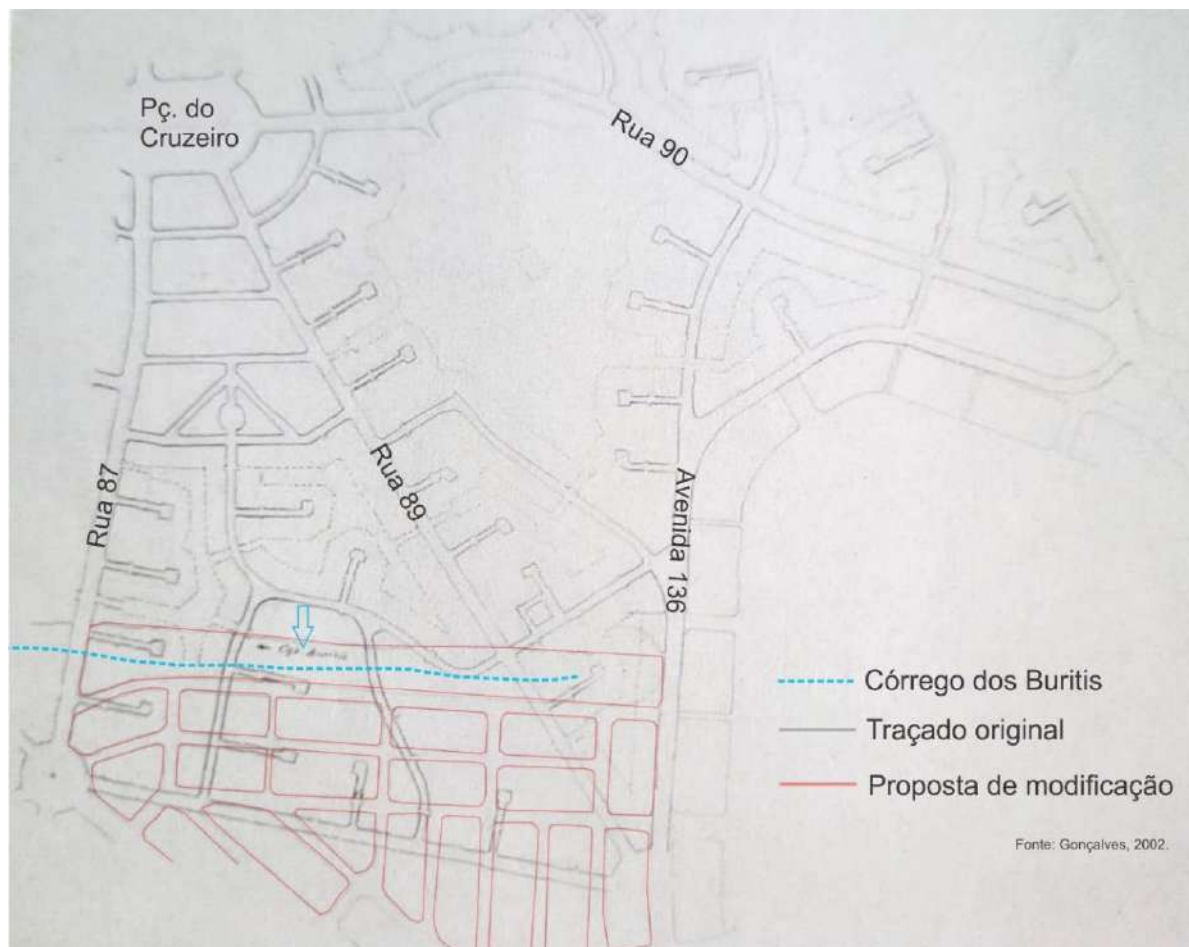
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados extraídos de Ribeiro (2004).

Neste contexto iniciaram-se as implantações dos setores Sul e Oeste. Este primeiro, cujo projeto foi revisto em 1938 por Coimbra Bueno e Armando de Godoy, com a colaboração do engenheiro Werner Sonnemberg (Caixeta, 2021), teve sua implantação empreendida em 1952, quando o Departamento de Viação e Obras Públicas (DEVOP) iniciou o serviço de abertura das ruas, embora sem a devida infraestrutura (Gonçalves, 2002). Assim, a implantação do setor Sul representou a contradição entre o bairro planejado na década de 1930 e a forma como foi ocupado na década de 1950, pois, sem a orientação correta, as casas construídas neste bairro descaracterizaram a proposta de “bairro-jardim” elaborada por Godoy. Desse modo, devido a uma tendência sociocultural, foram desconsideradas as áreas verdes no interior das quadras para o posicionamento da entrada das casas e para a definição do acesso de veículos, fazendo com que estes espaços verdes internos ficassem em segundo plano, o oposto do proposto (Gonçalves, 2002). Devido à ausência de infraestrutura e a pouca quantidade de ruas abertas no início da implantação do bairro, o acesso principal a este era frequentemente realizado pela rua que futuramente veio a ser a Avenida 85, nas proximidades da passagem do córrego dos Buritis (Caixeta,

1986 *apud* Gonçalves, 2002, p. 73). Assim, para além do fator sociocultural que guiou a implantação “errada” das casas do setor Sul, há de se considerar, também, segundo Gonçalves, o fator de negligência política e administrativa dos governos municipal e estadual para com o início deste bairro. Por muitos anos, este se configurou como um setor vazio e tomado pelo mato. Tal situação de isolamento e esquecimento só obteve melhora para além dos meados da década de 1960, quando o comércio já se fixava nas ruas 82, 83 e 85, e já estavam consolidados o Clube Social Feminino, o colégio Maria Auxiliadora, a praça do Cruzeiro e o colégio Externato São José (Gonçalves, 2002).

Ainda segundo Gonçalves (2002), em 1958, Edwald Jassen – também engenheiro do Departamento de Viação e Obras Públicas (DEVOP), e autor dos projetos urbanos dos setores Pedro Ludovico e Aeroporto –, projetou algumas modificações na planta de 1938 do Setor Sul, que, em confluência com o projeto do setor Pedro Ludovico, influenciou significativamente na área úmida do córrego dos Buritis. A primeira delas foi a modificação do traçado da área onde, no plano de Atilio, deveria ser implantado o Parque Paineiras, e hoje, pertence ao clube da CELG e à SANEAGO. A segunda diz respeito à alteração do loteamento onde hoje encontram-se o Clube de Engenharia, o Clube dos Oficiais e o Clube dos Sargentos – o local da nascente principal. Neste momento, a região do setor Sul localizada acima da rua 87 ainda não havia sido ocupada, o que permitiu que tal alteração fosse executada facilmente. Segundo Janssen, para facilitar a conexão com o setor Pedro Ludovico e, também, sob a justificativa de que tal área era inadequada para a urbanização, devido ao solo extremamente encharcado que formava um extenso brejo, o engenheiro transferiu os lotes previstos desta área para novas quadras, deixando-a com um formato longitudinal e livre de ocupação, até a construção dos clubes na década de 1970 (Gonçalves, 2002).

Figura 46 – Croqui de estudo para modificação do traçado do Setor Sul referente à área da nascente principal e leito principal do córrego dos Buritis.



Legenda: Elaborado por Edwald Janssen e editado pela autora. A seta azul aponta para a indicação feita por Janssen referente ao percurso do córrego dos Buritis, onde se diz "CGO Buritis". Fonte: Gonçalves (2002, p. 110).

A colagem a seguir foi elaborada a partir da junção de fotografias aéreas tiradas no início da década de 1960. Ao realizar um "zoom" na imagem, percebe-se que, no terreno do colégio Externato São José, o edifício referente a esta instituição ainda estava em construção, pois é possível ver as pontas dos pilares sobre a laje, bem como suas sombras no chão à esquerda da edificação. Infere-se, portanto, que a data desta fotografia se aproxima do ano de 1963, uma vez que este foi o ano de transferência da sede do colégio, que desde sua fundação, em janeiro de 1948, se localizava na rua 23 com a rua 5, no setor Central. Nesta fotografia, é possível identificar a área da nascente do Buritis, a partir de onde este córrego corria de forma orgânica, isto é, natural, até a rua 87. Ao lado desta área, observa-se o início da formação de uma quadra, provavelmente fruto da modificação feita por Janssen no

loteamento local. Entre a rua 87 e a Avenida 85, nota-se que seu trajeto passa entre as construções existentes de forma retilínea, indicando um canal artificial. Uma vez que o estabelecimento de infraestrutura dos novos bairros nesta época ficava por conta do proprietário do loteamento, sem nenhum direcionamento ambiental por parte do governo, é bastante provável que as casas construídas nas proximidades deste canal o utilizassem como via de saneamento¹. Já após a Avenida 85, margeando o terreno do colégio, até chegar no terreno do Abrigo Cristo Redentor, vê-se o trajeto orgânico do córrego, tornando-se retilíneo e artificial novamente ao adentrar no Bosque dos Buritis.

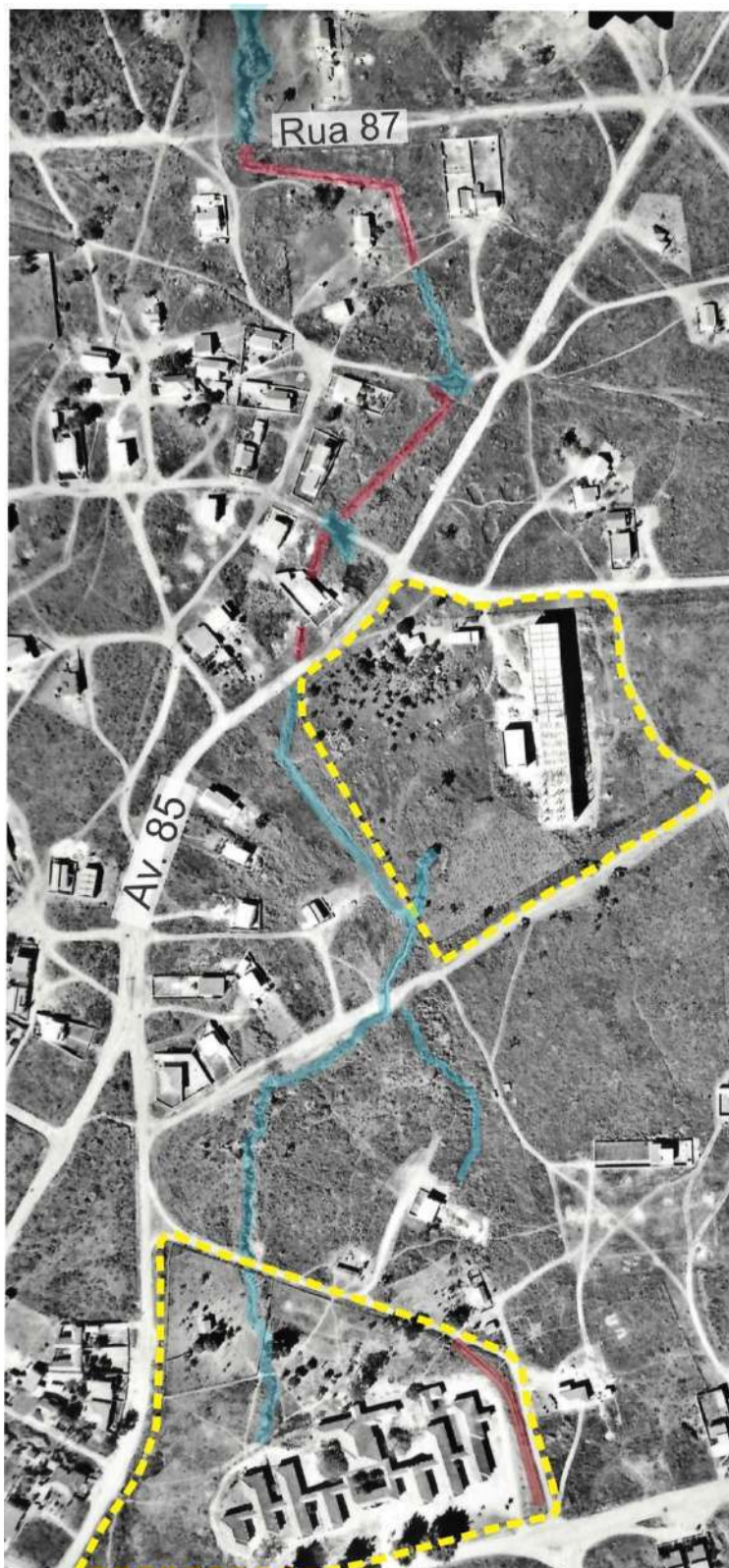
¹ Esta informação se baseia nos relatos coletados para esta pesquisa – que serão apresentados no terceiro capítulo desta dissertação –, e, principalmente, com base no conhecimento sobre os problemas relacionados à vazão e poluição das águas que enchem os dois lagos do Bosque dos Buritis, identificados entre 2000 e 2001. No início dos anos 2000, os lagos deste Bosque passaram por uma drástica redução do volume de água, e pelo problema da eutrofização, que é o excesso de matéria orgânica na água, ocasionando uma queda na quantidade de oxigênio e, conseqüentemente, na morte dos peixes. As autoridades e órgãos ambientais responsáveis associaram tais problemas à um possível desaparecimento da nascente do córrego e, também, ao descarte clandestino de esgoto doméstico em sua canalização. Tal problema só foi solucionado com a construção de um novo canal subterrâneo para o córrego, cujos detalhes serão apresentados mais à frente.

Figura 47 – Colagem de fotografias aéreas do setor Sul em Goiânia, tiradas na década de 1960.



Legenda: Em azul, o trajeto do córrego dos Buritis e alguns canais adjacentes que desaguam nele. Na área demarcada em verde claro, o campo de murundus (A); em seguida, a nascente principal do córrego dos Buritis (B); em verde escuro, a área de vereda (C). Os demais locais indicados são: o colégio Externato São José (D), o Abrigo Cristo Redentor (E), e o Bosque dos Buritis (F). Fonte: Editado pela autora de SEPLANH, Goiânia (2009).

Figura 48 –Trecho do córrego dos Buritis no setor Sul, em 1961.



Legenda: É possível perceber um trajeto predominantemente retilíneo do córrego dos Buritis entre a Rua 87 e a Avenida 85, o que indica sua canalização neste trecho, provavelmente feita por particulares, visto o contexto de implantação do bairro. Entretanto, um desenho orgânico de seu trajeto ocorre entre a Avenida 85 e o abrigo, tornando-se novamente retilíneo no Bosque dos Buritis. Fonte: Editado pela autora de SEPLANH, Goiânia (2009).

Figura 49 – Construção da atual sede do Colégio do Externato São José, início da década de 1960.



Fonte: A redação (2023).

Em paralelo à abertura das ruas do setor Sul, iniciou-se a implantação do setor Oeste. Este, era para ser implantado de acordo com a mesma tipologia adotada para o projeto do Setor Sul. Entretanto, isso não ocorreu devido aos fatos de seu projeto ter sido desenvolvido depois, e sua área definida como primeira zona de extensão da cidade (Caixeta, 2021). A implantação deste bairro fez com que as áreas verdes previstas para o córrego Capim Puba – Bosque Bandeirantes e Parque Capim Puba –, diminuíssem de tamanho (dando origem ao Lago das Rosas e ao Zoológico), e o adensamento do bairro ocorresse de maneira mais rápida, em comparação com o setor Sul. Isto é, tal discrepância de ocupação entre estes bairros ocorreu muito devido ao traçado do setor Oeste ser uma malha ortogonal convencional e, também, devido ao interesse imobiliário de levar a expansão dos lotes para oeste (terras privadas), e não para o sul (terras do estado). Assim, no final dos anos 1950, o setor Oeste era mais adensado que o setor Sul (Gonçalves, 2002).

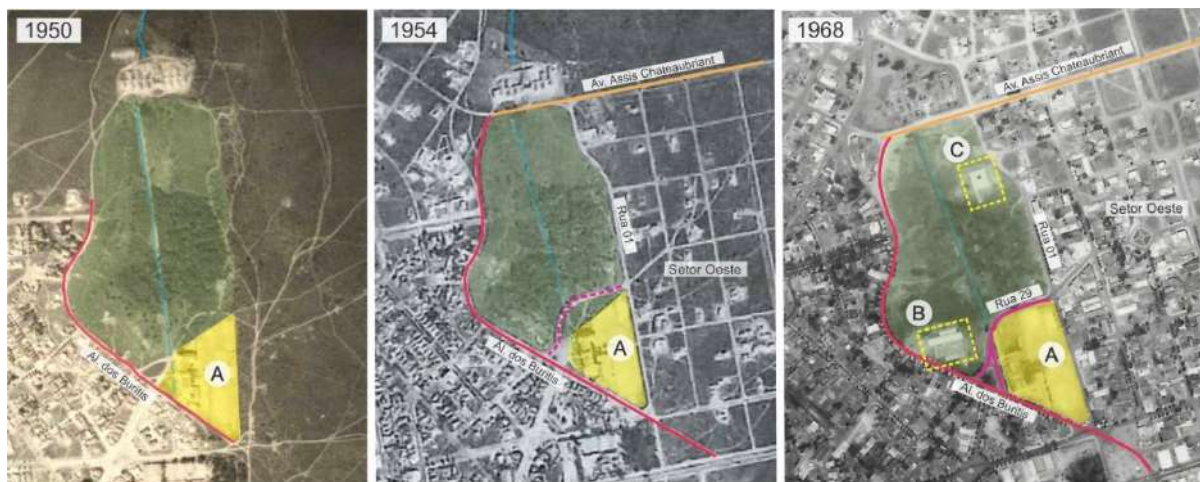
Apesar da implantação do Setor Oeste ter provocado um impacto direto na extensão da área verde prevista para o córrego Capim Puba, não foi encontrada

nenhuma análise que comprovasse que, pelo mesmo motivo, a área do Bosque dos Buritis tenha sofrido um impacto de mesma proporção. Este último, pouco tempo antes da implantação do setor Oeste, já estava com uma delimitação próxima daquela que possuía após a implantação deste mesmo bairro, e que, inclusive, possui hoje; e, por meio de uma análise das imagens aéreas da época, é possível perceber somente uma redução das suas bordas sul e oeste, devido à delimitação da Avenida Assis Chateaubriand e da Rua 01. Destaca-se, também, o desmembramento de sua ponta ao norte, para a abertura da Rua 29, cuja parte desmembrada se uniu ao terreno da Paróquia e do Colégio Ateneu Dom Bosco. No entanto, o Bosque, até a década de 1960, permaneceu sem uma proposta de urbanização interna adequada (Gonçalves, 2002), ficando à mercê de intervenções desconectas com a função de preservação para ele definida no momento de sua criação. Dessa maneira, tais intervenções no interior do Bosque, somadas àquelas das décadas anteriores – Abrigo Cristo Redentor, Igreja e colégio Ateneu Dom Bosco e colégio Externato São José – fez com que ele adentrasse a década de 1970 com cerca de somente 30% de sua vegetação original (O Popular, 1977).

Nesse sentido, essas ocupações no Bosque contribuíram para com a devastação de sua reserva vegetal. Até a transição da década de 1950 para a de 1960, este era ocupado somente pelas moradias de três famílias: duas delas localizadas próximas ao local que veio a ser implantado o edifício Alfredo Nasser – a do “Chico da Maria Oliva”, já mencionado anteriormente, e a do seu Valdemar, que possuía um viveiro no local –; e uma terceira família que se instalou próximo à atual rua 01, no setor Oeste. Segundo o jornal O Popular, ao longo da década de 1960 estas famílias foram retiradas para a construção dos edifícios destinados ao Hospital dos Funcionários e da Assembleia Legislativa de Goiás – o então citado edifício Alfredo Nasser, projetado pelos arquitetos Eurico Godoy e Elder Rocha Lima, e inaugurado em 1963 (Oliveira, 2016), causando a derrubada de boa parte da vegetação de grande porte presente no local (Goiânia, 2005). O edifício do hospital, construído no final década de 1960, nunca chegou a ser ocupado com tal função, sendo, então, transformado na sede da PAVICAP, e, posteriormente, na década de 1980, adaptado para funcionar como o Museu de Arte de Goiânia e o Centro Livre de Artes. Também na década de 1960, houve a doação de uma área do Bosque para a construção de um colégio de freiras, localizada ao sul, próximo do Abrigo Cristo Redentor. O terreno desta área foi limpo e preparado para a construção do colégio, mas ela não chegou a

acontecer, o que deixou o local bastante depredado. Outra intervenção feita pela Prefeitura neste local, também mencionada pelo O Popular, foi a construção de um dique, que serviria para a captação de água destinada à limpeza da cidade, entretanto, este dique não suportou o grande volume hídrico no período de chuva e rompeu (O popular, 1977).

Figura 50 – Fotografias aéreas do Bosque dos Buritis tiradas em 1950, 1954 e 1968.



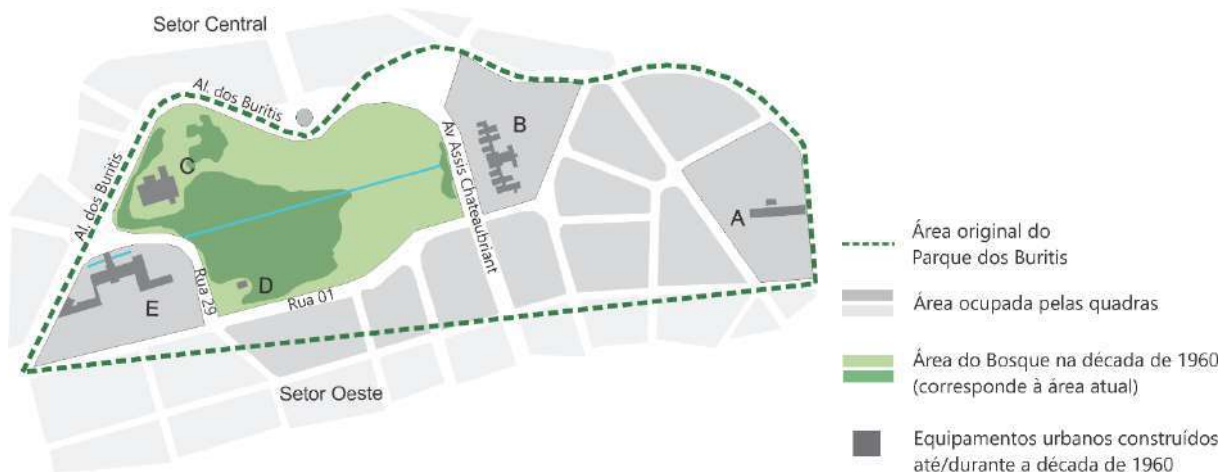
Legenda: Ao fazer uma comparação entre tais fotografias, é possível perceber como a aberturas das ruas 01 e 29, e da Avenida Assis Chateaubriand contribuíram com a redução dos limites do bosque. O corte feito no bosque para a abertura da rua 29 fez com que uma parte dele fosse acrescentado ao terreno do Colégio Ateneu Dom Bosco (A), onde posteriormente foi construído um edifício Anexo. Não foram encontrados outros registros sobre este acréscimo à área do colégio. Na fotografia de 1968 já possível ver os edifícios da Assembleia Legislativa de Goiás (B) e da PAVICAP (C). Na transição de uma fotografia à outra, vê-se a evolução da ocupação do Setor Oeste, e uma diminuição da mancha escura no interior do Bosque, referente à sua área mais densamente vegetada. Fonte: Editado pela autora de SEPLANH, Goiânia (2023).

Figura 51 – Fotografia aérea do Bosque dos Buritis e Colégio Ateneu Dom Bosco, tirada em 1961.



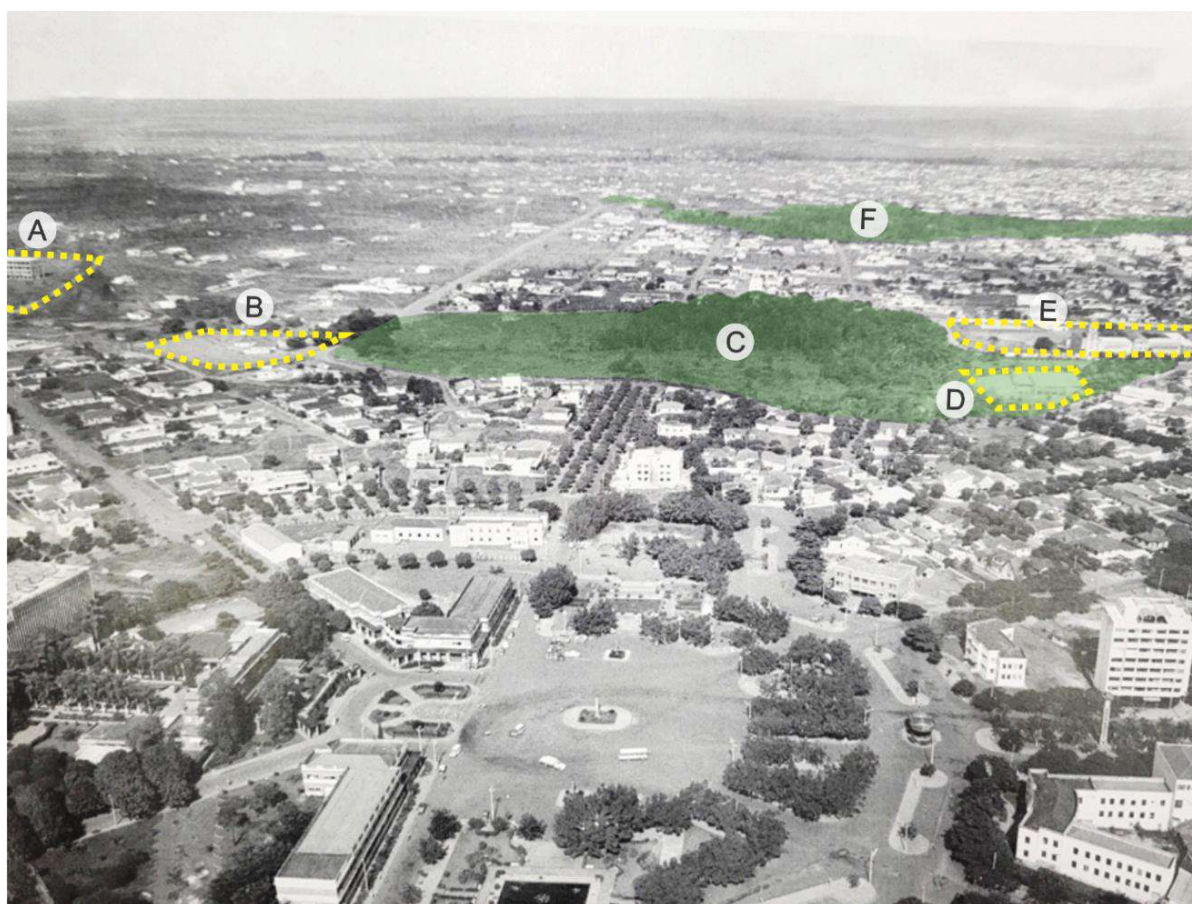
Legenda: Destaca-se com uma mancha verde a área do Bosque, e é possível ver o canal retilíneo do córrego dos Buritis, com alguns pontos de erosão. Percebe-se, também, que a vegetação presente em seu interior está escassa, se concentrando mais no lado oeste do parque, onde localiza-se uma mina d'água que contribui para com o córrego dos Buritis. Na imagem, o trajeto do córrego está demarcado por uma linha azul contínua, que refere-se ao seu canal a céu aberto, tanto no bosque como no acesso principal do Colégio Ateneu Dom Bosco; e por uma linha azul pontilhada quando seu canal se encontra subterrâneo. Os locais demarcados são: o Abrigo Cristo Redentor (A); a área desmatada para a construção de um colégio de freiras (B); o edifício Alfredo Nasser, sede da Assembleia Legislativa de Goiás até o ano de 2022, cuja construção se iniciou em 1958 e a inauguração ocorreu em 1962 (C); local aproximado de uma mina d'água ligada ao córrego dos Buritis (D); uma das residências localizadas no interior do bosque (E); complexo formado pela Paróquia São João Bosco e Colégio Ateneu Dom Bosco, cujo acesso frontal deste último era marcado por uma ponte sobre o canal a céu aberto do córrego dos Buritis (F); mata localizada no terreno do Jôquei Clube de Goiás derivada da passagem do córrego dos Buritis (G). Fonte: Editado pela autora de SEPLANH, Goiânia (1961).

Figura 52 – Mapa da ocupação na área original do Bosque dos Buritis na década de 1960. Os edifícios indicados são: Colégio Externato São José (A); Abrigo Cristo Redentor, ou Abrigo dos Velhos (B); Edifício Alfredo Nasser, Assembleia Legislativa de Goiás (C); uma das moradias localizadas no interior do bosque (D); Paróquia São João Bosco e Colégio Ateneu Dom Bosco (E).



Fonte: Elaborado pela autora a partir do plano de manejo do Bosque dos Buritis em Goiânia (2005).

Figura 53 – Vista aérea de Goiânia em 1961, tendo em primeiro plano a Praça Cívica.



Legenda: É possível ver os seguintes elementos indicados: colégio Externato São José (A), Abrigo Cristo Redentor (B), aglomerado de vegetação no Bosque (C), Edifício Alfredo Nasser – Assembleia Legislativa de Goiás (D); colégio Ateneu Dom Bosco e paróquia São João Bosco (E); mancha verde referente à vegetação do córrego Capim Puba (F). Fonte: Editado pela autora de SEPLANH, Goiânia (1961).

Figura 54 – Viveiro do “Seu Valdemar” localizado no interior do Bosque dos Buritis e demolido para a construção do edifício Alfredo Nasser, em aproximadamente 1958.



Fonte: O Popular, (1976).

Figura 55 – Fotografia aérea do Colégio Ateneu Dom Bosco e do edifício Alfredo Nasser, ainda em construção, tirada em 1961.



Legenda: Observa-se que o terreno anexado ao colégio e à igreja está em obras (rua 29), e na entrada principal do colégio, indicada com uma seta vermelha, havia uma ponte sobre o canal do córrego dos Buritis. Fonte: Editado pela autora de SEPLANH, Goiânia (1961).

Figura 56 – Fotografia aérea do Jóquei Clube de Goiás, tirada em 1961, cujo perímetro do terreno, delimitado pelas ruas 3 e 11, e pela Av. Anhanguera, está demarcado em tracejado amarelo.



Legenda: Percebe-se que a construção no terreno diz respeito à sua antiga sede, inaugurada em 1937, cuja entrada principal se dava pela Av. Anhanguera. No interior do terreno encontra-se, da esquerda para a direita, um setor esportivo/recreativo, com quadras e piscina, um setor social, com o edifício sede e o pequeno bosque formado devido à passagem do córrego dos Buritis no local. Fonte: Editado pela autora de SEPLANH, Goiânia (1961).

Seguindo o trajeto do córrego, o Jóquei Clube de Goiás é a próxima localidade contemplada por um indício do trajeto das águas do Buritis, também participante da trajetória de modificação de sua paisagem hídrica. Em seu terreno, como já mencionado, havia um pequeno bosque, fruto da passagem do córrego, que ali permaneceu até o ano de 2008, quando foi completamente desmatado para a construção de um estacionamento. Na fotografia de 1961, o clube ainda se encontrava sediado pelo mesmo edifício de sua inauguração em 1937. Em 1962 o Instituto Brasileiro de Arquitetos promoveu um concurso nacional de anteprojetos para a construção de uma nova sede do Jóquei Clube de Goiás. O edifício original já não suportava mais a demanda de eventos promovidos e frequentados pela elite

goianiense, a implantação de uma nova e maior sede representava acompanhar o ritmo de uma capital moderna em crescimento (Caixeta; Mahler, 2021).

Ao se fundar o Jóquei Clube aquela plêiade de homens de visão não anteviu tanto. Ninguém podia antever! O Jóquei ultrapassou a tudo e a todos. E a atual diretoria [...] tomou a si a grande responsabilidade de atualizar o Jóquei; ou seja, oferecer à sociedade goianiense aquilo que ela exige: UM PALÁCIO! (Folha de Goiaz, 1965).

Figura 57 – Texto publicado pela Folha de Goiaz em 1965.



... E O JÓQUEI VAI ATENDER

As vezes, por causa de uma autêntica tradição e em nome de uma sociedade que se amplia, um clube ultrapassa a sua condição intrínseca, para se tornar em potente órgão social, instalando-se em arrojado Palácio!

ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 11.500 M2.

DESCRIÇÃO — No sub-solo: Dep. de Fisioterapia; Instituto de Beleza; Salões de Jogos (permitted); Biblioteca; Cozinha monumental; Barbearia; Guarda-roupas esportivos; Depósito de material esportivo; Dependências da administração. **NO 1.º ANDAR:** Restaurante gigante p/ atender 1.500 pessoas; "Ginásium" coberto p/ acolher 3.000 pessoas c/ quadras de futebol (e salão, volei e basquete); Dep. Médico; Dep. de Esportes; Vestiários completos para senhoras, cavalheiros e crianças; rampas de acesso, amplas e espaçosas. **NO 2.º ANDAR** — Salão de festas — monumental. Área de construção (dq salão) 3.000 m2.

E ainda tem mais: rua interna no clube; três piscinas gigantes (Ligarão a Av. Anhanguera c/ a 3). Praça de Esportes; 2 elevadores; Jardins modernos; iluminação especial; oito hidrantes internos e... **BELEZA — INEDITISMO — LUXO — ENTERTAINMENT!**

«SÉRIE 300» TÍTULOS DE SÓCIOS PROPRIETÁRIOS

Lançadora: Promotec Ltda. Av. Goiás, 26, conjunto 201 —
Telefone: 6-24-48

Legenda: O desenho que acompanha o texto diz respeito ao projeto de Paulo Mendes da Rocha, vencedor do concurso nacional. Fonte: Folha de Goiaz (1965).

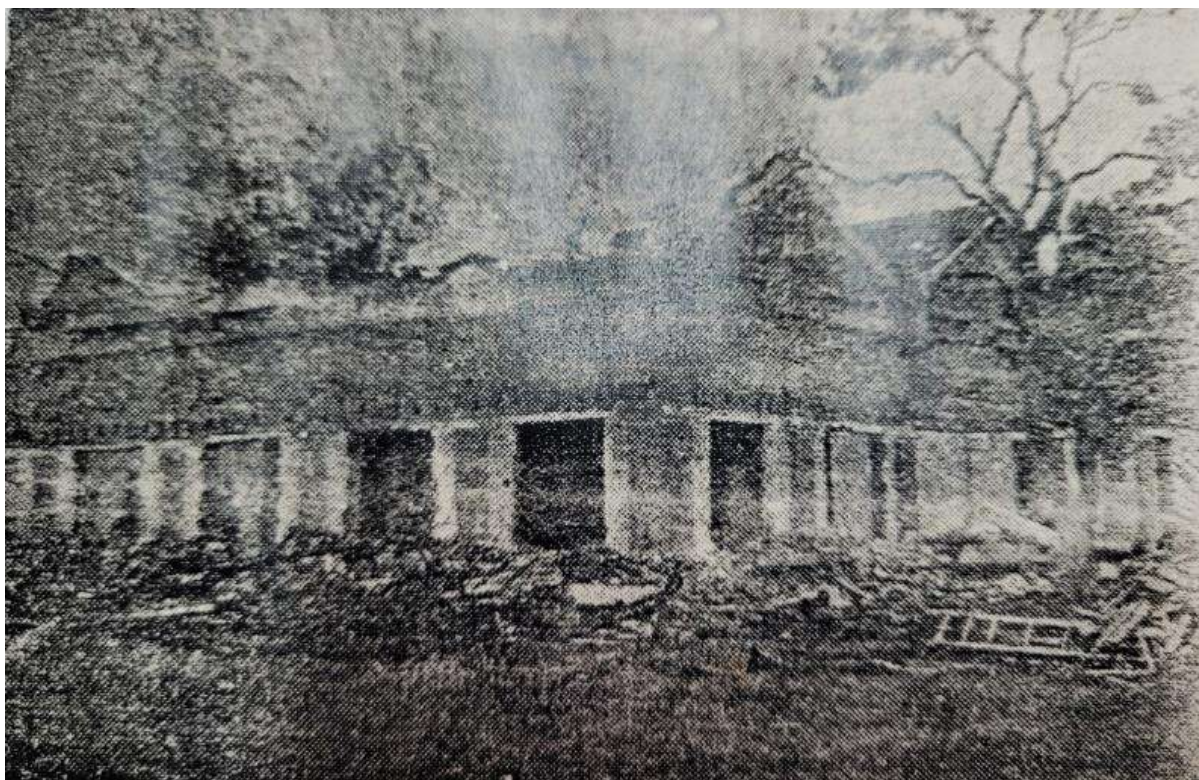
O anteprojeto do arquiteto Paulo Mendes da Rocha (1928 – 2021) para a nova sede do Jóquei Clube venceu o concurso nacional de 1962, e o projeto foi desenvolvido entre os anos de 1963 e 1964, em parceria com o arquiteto João Eduardo de Gennaro (1928 – 2013) (Caixeta; Mahler, 2021). Para a adoção de seu partido arquitetônico foi considerada a existência do pequeno bosque, uma vez que a edificação foi locada no centro do terreno, permitindo, assim, o contato tanto com o

lado do bosque quanto com o lado das piscinas. Como afirmam Caixeta e Mahler (2021):

O partido arquitetônico está organizado pela oposição entre o bosque e a praça das piscinas. Esta imagem foi decisiva na sua definição e foi alcançada graças à preservação do bosque, a pedido do concurso. O projeto se estrutura em três elementos diferenciados: o bosque, o edifício e a piscina. A decisão de designar uma grande área para propósitos ambientais demonstra a preocupação pela essência do lugar, respeitando a vocação original do espaço, devido ao afloramento do córrego dos Buritis. Nesse sentido, o arquiteto apostou por um edifício na parte central, com uma discreta volumetria vista desde o exterior, alternando paredes e planos cegos flutuantes, sem interferência ou contraste com o volume do entorno (Caixeta; Mahler, 2021, p. 108).

Assim, no ano de 1965, o antigo casarão que sediava o clube foi demolido (Folha de Goiaz, 1965), e a construção do novo edifício foi finalizada no ano de 1975. Ao longo das primeiras décadas de sua nova trajetória, isto é, entre os anos setenta e noventa, o clube experienciou seu apogeu, oferecendo espaço para os bailes e festas de todos os tipos – formaturas, blocos de carnaval, comemorações de fim de ano, shows musicais etc. –, além de movimentados eventos e torneios esportivos locais e nacionais (Caixeta; Mahler, 2021).

Figura 58 – Fotografia que retrata a demolição da antiga sede do Jóquei Clube em fevereiro de 1965.



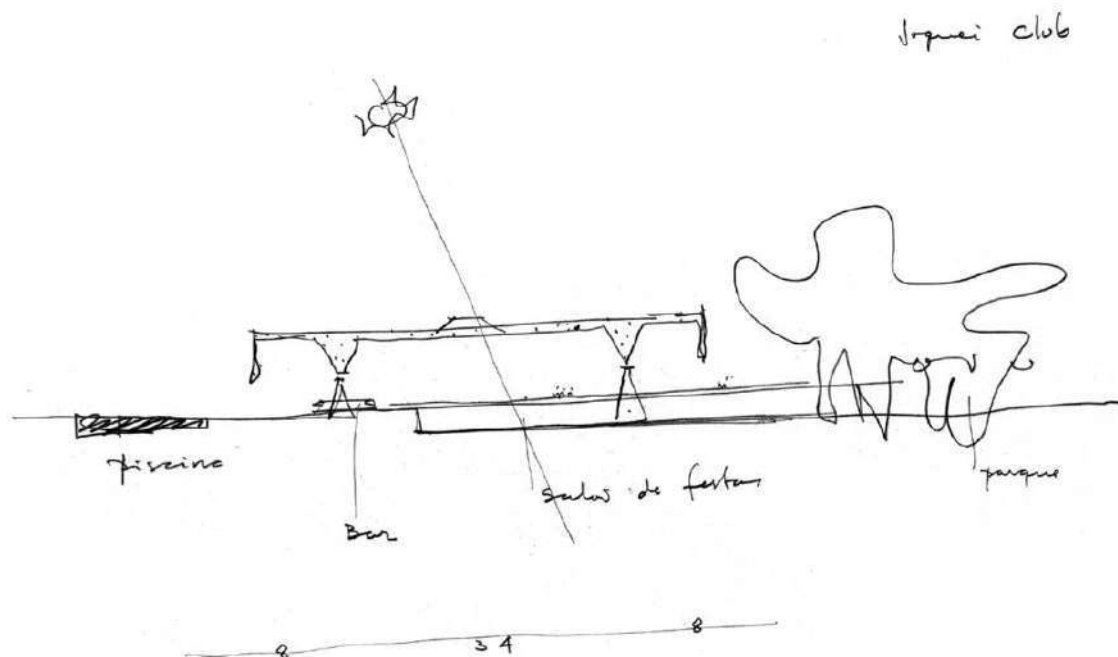
Legenda: Na legenda da imagem publicada pela Folha de Goiaz do mesmo ano diz o seguinte: “Demolição do Jôquei – O prédio do Jôquei Clube de Goiânia, construído quando nossa capital dava os primeiros passos de vida, está sendo demolido a fim de, em seu lugar ser edificado um majestoso conjunto, moderno e funcional, onde os sócios do ‘aristocrático’ poderão gozar das comodidades que o novo prédio poderá oferecer”. Fonte: Folha de Goiaz (1965).

Figura 59 – Fotografia que retrata o início das obras para a nova sede do Jôquei Clube, em agosto de 1965.



Legenda: Na legenda da imagem publicada Folha de Goiaz do mesmo ano diz o seguinte: “A senhora Ione de Freitas, viúva do Dr. Carlos de Freitas, Diretor fundador do Jôquei Clube de Goiás, dá por iniciada a construção do Novo Jôquei. A foto registra o instante que aquela senhora coloca a primeira pá de pedras para fundição da estaca base na edificação daquele clube”. Fonte: Folha de Goiaz (1965).

Figura 60 - Croqui de Paulo Mendes da Rocha.



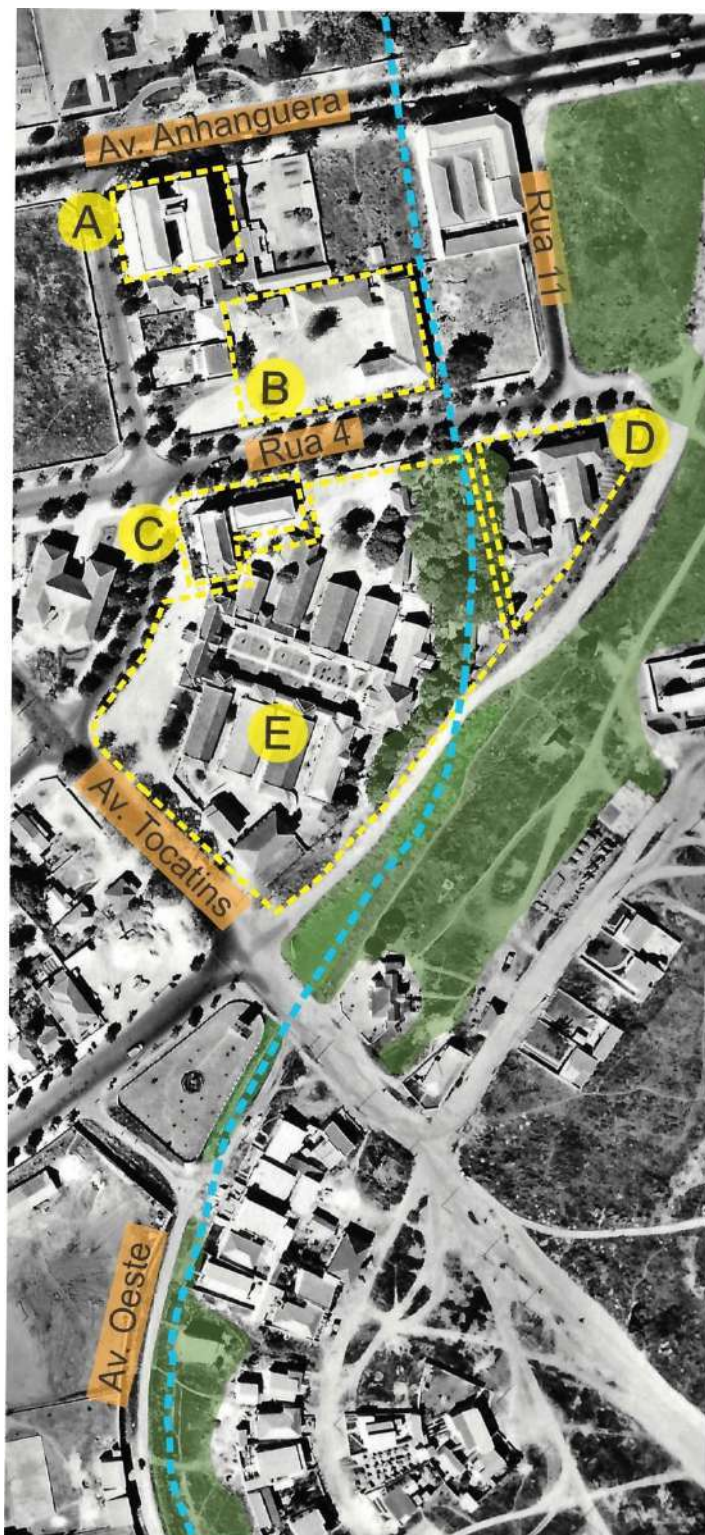
Legenda: A partir do desenho é possível entender a setorização proposta pelo arquiteto para a nova sede do Jockey Clube de Goiás. Da esquerda para a direita, o arquiteto representou a piscina, o edifício central, e o bosque (indicado no desenho pela palavra “parque”), localizado na esquina da rua 11 com a avenida Anhanguera. Fonte: Caixeta e Mahler (2021).

Figura 61 – Vista externa do edifício do Jockey Clube de Goiás, projetado por Paulo Mendes da Rocha.



Legenda: Fotografia da década de 1990. Da direita para a esquerda, vê-se a área das piscinas, o edifício e o bosque. Fonte: Caixeta e Mahler (2021).

Figura 62 – Vista aérea do início da Av. Oeste, em 1961. Em azul, o trajeto do córrego dos Buritis.



Legenda: Não é possível saber o local exato em que a canalização do córrego passa na Av. Oeste, pois é provável que seu tamponamento neste trecho ocorreu nos anos 1930 e 1940, com a urbanização do centro e a construção do Estádio Olímpico. Tal trajeto pode ser induzido pela análise das curvas de nível do terreno e a identificação de manchas úmidas no território urbano (em verde). Nesta fotografia é possível identificar com mais nitidez os principais edifícios construídos no local, sendo eles: o Hotel Presidente (A), o Hospital São Lucas (B), a Igreja Nossa Senhora das Graças (C), a Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Goiás (D), e, no mesmo terreno da igreja e da associação dos delegados, a Santa Casa de Misericórdia (E). Fonte: Editado pela autora de SEPLANH, Goiânia (1961).

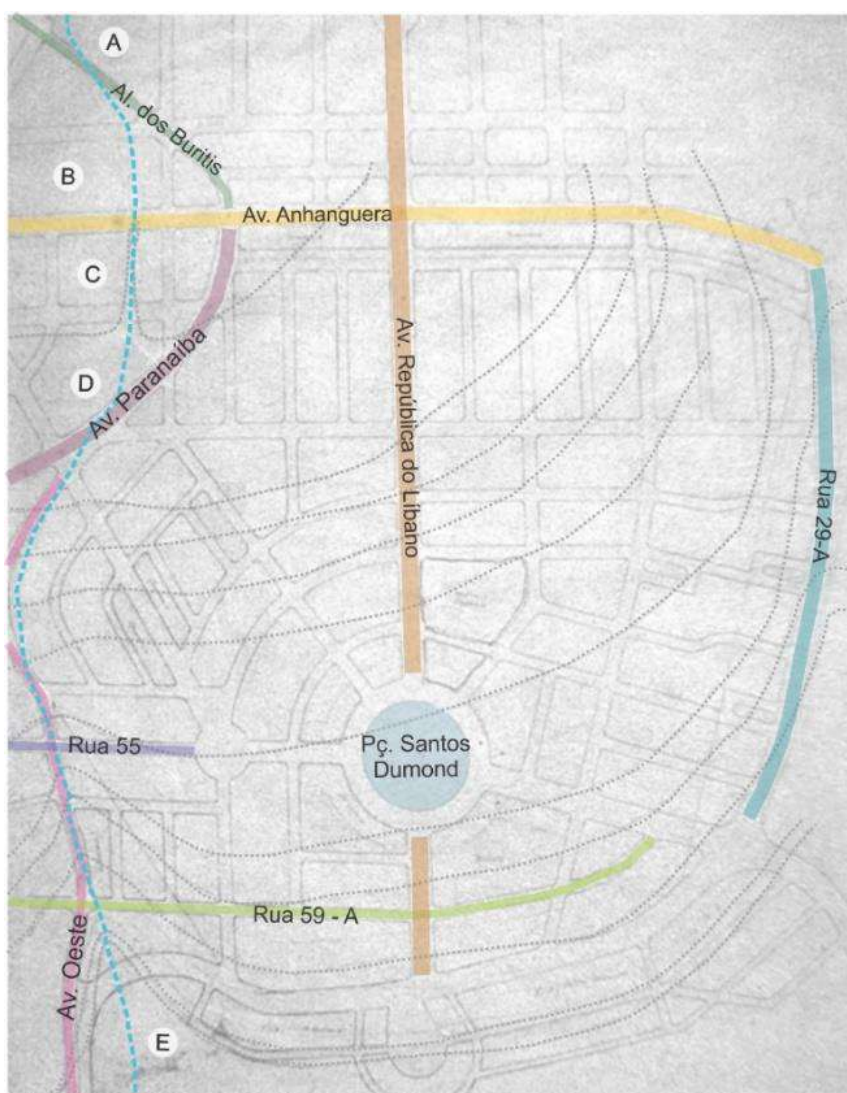
Ainda dentro deste momento de intenso crescimento urbano em Goiânia, Edwald Janssen, ainda técnico do DEVOP, foi chamado para desenhar o projeto do setor Aeroporto, e assim o fez ao longo dos anos de 1951 e 1952 (Gonçalves, 2002). O histórico deste bairro tem grande influência na transformação paisagística ao longo do leito do córrego dos Buritis, tanto por conta da Avenida Oeste, que se tornou uma via limítrofe da região e, também, carrega em seu traçado o percurso do córrego na parte norte da cidade, quanto em relação ao impacto da ocupação deste novo bairro no trajeto do córrego dos Buritis, que ainda se encontrava, em parte, a céu aberto. De acordo com Gonçalves, as principais medidas adotadas por Janssen para esta área foram estabelecer uma ligação com o setor Central, criar uma praça central, evitar o cruzamento de outras vias com a Av. Anhanguera como modo de poupar o trânsito de veículos nesta última, e criar de uma avenida de contorno que margeasse o córrego Capim-Puba e se ligasse à Av. Independência (Gonçalves, 2002). Assim, foi proposta, também, a integração do traçado da Vila Cristo Redentor ao desenho do setor Aeroporto, o que possivelmente, induziu a canalização do córrego dos Buritis neste local.

A imagem a seguir (Figura 63) se refere a um desenho de Janssen para o bairro. Embora este traçado representado ainda tenha sofrido algumas alterações, é possível perceber o desenho proposto para a Avenida Oeste a partir do Estádio Olímpico, isto é, sua continuidade abaixo da Rua 55 – pois na fotografia aérea de 1951 (Figura 44) vê-se que a esta avenida encontra-se ainda incompleta, ao contrário do que se vê na fotografia aérea de 1961 (Figura 64). Neste mesmo desenho, ainda não há a solução de traçado dada à ocupação da Vila Cristo Redentor – localizada entre a Rua 59-A e a Avenida Independência, entretanto, não há, também, a representação para o córrego dos Buritis, no local. Pelo contrário, no seu local de passagem, indicado pelo desenho das curvas de nível, há somente o desenho de ruas e quadras. Vale ressaltar, também, que inicialmente Janssen manteve preservada a extensão de terra onde seria a mata ciliar do córrego Capim Puba, já muito desmatada na época, mas posteriormente, entregou o projeto final contendo o desenho das quadras ao longo da Rua 29-A, margeando o córrego (Gonçalves, 2002).

O início das construções no setor Aeroporto foi previsto para o segundo semestre de 1954, pela mesma lei que autorizou a implantação das casas nos setores Sul e Oeste. Mas a implantação do próprio setor só se deu após a retirada do aeródromo do local, a partir de 1955, e se desenvolveu de forma lenta e gradual ao

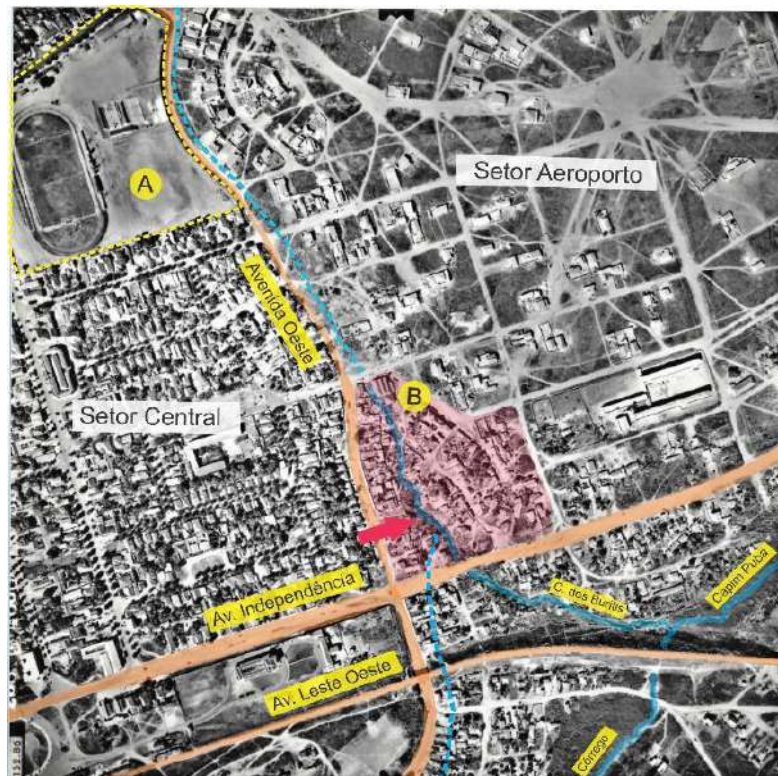
longo da década de 1960 (Gonçalves, 2002). Nas fotografias aéreas datadas de 1961 (Figuras 63 e 64), é possível ver uma parte deste setor, ainda com uma ocupação muito tênue. Assim, vê-se a Vila Cristo Redentor sem nenhuma modificação no desenho de suas quadras e no traçado de suas ruas, estando uma das bifurcações do córrego dos Buritis, ainda a céu aberto até se desaguar no Capim Puba.

Figura 63 – Estudo elaborado por Janssen para o traçado do Setor Aeroporto.



Legenda: Devido ao fato de o desenho ter sido feito em um papel manteiga e à pouca qualidade da imagem adquirida, quase não é possível enxergar as curvas topográficas representadas pelo autor. Portanto, tais curvas são alguns dos elementos destacados na edição da imagem realizada pela autora. Além da indicação dos nomes de algumas ruas, estão indicados, também, os terrenos do Colégio Ateneu Dom Bosco (A), do Jóquei Clube de Goiás (B), do Hospital São Lucas (C), da Santa Casa de Misericórdia (D), e a área onde se localizava a Vila Cristo Redentor (E). Fonte: Editado pela autora de Gonçalves (2002).

Figura 64 – Fotografia aérea de 1961.



Legenda: Em tracejado azul, o trajeto já canalizado do córrego dos Buritis – trecho da Avenida Oeste e trecho de sua bifurcação que segue ao norte da Estação Rodoviária. Em azul contínuo, os córregos do Buritis e Capim Puba. A seta vermelha indica onde, segundo relato coletado para esta pesquisa dos moradores pioneiros do local, havia uma bica d'água proveniente de uma mina de água potável, captada e utilizada pela vizinhança da vila para beber, cozinhar e tomar banho, e formando um pequeno poço. Fonte: Editado pela autora de SEPLANH, Goiânia (1961).

Figura 65 – Fotografia aérea de 1961.



Legenda: Em tracejado azul, o trajeto já canalizado do córrego dos Buritis. Em azul contínuo, os córregos do Buritis e Capim Puba. A seta vermelha indica o local onde, segundo relato dos moradores pioneiros do local, havia uma bica d'água proveniente de uma mina de água potável, captada e utilizada pela vizinhança da vila para beber, cozinhar e tomar banho, e formando um pequeno poço. Em tracejado vermelho, as futuras ruas que serão abertas com a regularização da ocupação local, sendo elas a Rua Francisca Costa Cunha, ou Rua 26-A (1), e a Rua 15-A (2). O local indicado pelo número três é o possível terreno do Hospital do Pênfigo de Goiânia (3). Fonte: Editado pela autora de SEPLANH, Goiânia (1961).

O surto de urbanização provocado pela implantação de novos bairros em Goiânia nas décadas de 1950 e 1960 – não somente os citados setores Sul, Oeste e Aeroporto, como, também, por exemplo, os setores Bueno, Leste, Universitário, Coimbra, Pedro Ludovico, Água Branca, Santa Genoveva, Vila Monticelli, Vila Nova, etc. – resultou, segundo Gonçalves, em uma fusão entre cidade planejada e cidade marginal, cuja complexidade espacial se expressou ao longo do desenvolvimento de tais bairros da década de 1970 em diante (Gonçalves, 2002). Isto é, ao final dos anos 60, foi possível perceber os resultados de ter-se implantado tantos novos bairros sem nenhum tipo de controle, pois, estes não mais se encontravam em implantação, mas sim iniciando seu estágio de ocupação e crescimento – fixação de moradores, usos e serviços – e se depararam com a precariedade de suas áreas públicas e áreas verdes.

No entanto, houve tentativas de controlar esse crescimento urbano, através de dois planos diretores desenvolvidos ao longo deste período. O primeiro elaborado por Janssen, entre 1952 e 1954, e o segundo por Luís Saia, entre 1959 e 1962. O plano de Janssen, se resumia a dois textos que continham estudos sobre o zoneamento e

o tráfego de Goiânia, bem como uma preocupação em relação ao perímetro de expansão urbana da cidade. Como topógrafo, a sua principal crítica à regra de delimitação do perímetro urbano – que, definida pelo Código de Edificações de Goiânia, dizia que tal perímetro deveria se fazer em um raio de 15km a partir do centro cívico – era em relação a sua interpretação puramente geométrica, sem considerar as linhas e elementos naturais do terreno. Como solução, propôs então a criação de três cidades satélites e de três perímetros diferentes, cada um estipulando um tipo de parcelamento, como uma transição gradual da cidade de dentro para fora. Assim, o crescimento e desenvolvimento da cidade se voltaria primeiramente para seu interior, e, para que isso acontecesse de forma adequada, uma lei de zoneamento e um sistema viário eficiente deveriam ser implantados (Gonçalves, 2002). No entanto, o plano de Janssen não foi efetivado. Infere-se que, devido à pouca complexidade dos escritos – talvez devido à falta de oportunidade que teve de ser aprimorado – e à uma visão engessada e compartimentada da cidade, que se concentrou nos seus usos e fluxos internos, este plano não incorporou bem as questões relacionadas à preservação dos fundos de vale e cursos hídricos de Goiânia – ao contrário do plano desenvolvido por Luís Saia, que tinha como ponto de partida tais áreas naturais.

Conforme explana Oliveira, o urbanista Luís Saia, ao ser contratado pelo governo estadual para a elaboração de um Plano Diretor para Goiânia, fez, antes de tudo, um estudo historiográfico sobre a capital e, ao olhar para a situação urbana da sua época elencou os fatores “barreira”, “diferenciação” e “atração” para caracterizar a cidade em seus aspectos reais – embora não os tenha os conceituado de maneira mais clara. Nesse sentido, constatou que as condições físicas dos cursos hídricos inseridos em um raio de 15km a partir do centro da cidade eram as principais manifestações das barreiras no terreno urbano de Goiânia (Oliveira, 1985). Foi desse modo que Saia enfrenta tais condições, como afirmou Ribeiro (2004):

[...] já naquele momento não se tratava mais da preservação da rede hídrica, das várzeas e dos fundos de vale de Goiânia como forma de resgate da história inicial, pois eles se encontravam bastante dilacerados, invadidos e altamente deteriorados, sendo exigidas assim, soluções mais amplas, condizentes com o crescimento da cidade (Ribeiro, 2004, p. 77).

Desse modo, a cidade de Goiânia foi compartimentada em seis partes, para facilitar o trabalho de levantamento e diagnóstico de problemas: Central, Campinas, DERGO, Macambira, Leste Universitário e Meia Ponte. Tais partes tinham justamente

os fundos de vale como demarcação de seus perímetros, pois as propostas de restauração e preservação dos córregos urbanos se embasavam nas diretrizes de parkways de Atílio Corrêa Lima, além de prever a implantação de avenidas expressas acompanhando os fundos de vale (Ribeiro, 2004).

Ressalta-se aqui que, mais uma vez, o córrego dos Buritis não foi considerado em sua totalidade, dentro dessa gama de proposições do plano de Saia para melhoramento das condições ambientais dos cursos hídricos goianienses. O compartimento denominado como “central” teve seu perímetro delimitado pelo ribeirão Anicuns e pelos córregos Botafogo, Capim Puba, Areião e Vaca Brava (Oliveira, 1985) e, portanto, o trajeto do Buritis, localizado no centro deste compartimento – e já bastante invisibilizado na paisagem urbana – ficou invisível também sob o olhar do plano. Para não dizer que este córrego foi completamente esquecido por Saia e sua equipe. Retrata-se aqui, entretanto, que o plano considera o Bosque dos Buritis e o Parque da Vereda – que, ao que tudo indica, se refere à área da nascente do Buritis – como áreas verdes gerais que receberam proposições de preservação e manutenção.

Como demonstra Oliveira (1985), para o Bosque dos Buritis foram pensadas intervenções de grande porte, cujo foco dos usos era recreativo e cultural: instalação de equipamentos públicos para evitar invasões; implantação de um lago na parte desprovida de árvores próxima à Rua 1; parque infantil com entrada pela Rua 1; restaurante, dando para a Alameda dos Buritis, próximo ao lago; teatro ao ar livre; clareira aproveitada como recanto; e reflorestamento perto da Assembleia (Oliveira, 1985).

Já em relação ao Parque da Vereda, Saia propôs algo inédito, pois este parque, como descreve a localização dada pelo plano, seria implantado justamente na área onde se situa a nascente do córrego dos Buritis. Para este parque descreveu-se o seguinte:

Situado entre a Avenida 136, rua 132, rua 148 e rua 87, nas cabeceiras do Buritis. Devido a sua forma alongada e ao tipo de vegetação, foi-lhe destinada a função de um parque para crianças que pudesse incluir um jardim do tipo tradicional, com coreto, recantos, etc. (Oliveira, 1985, p. 88).

Assim como o plano de Janssen, embora por outros motivos, o plano de Luís Saia também não foi efetivado, pois, devido ao momento político, com a instalação do

governo militar de 1964, o então governo estadual foi deposto e o trabalho de Saia foi desconsiderado (Ribeiro, 2004). O ocorrido justifica fortemente a não ocupação dessa área de nascente por um parque urbano, uma vez que ela tenha sido proposta. Como se sabe, em tal área foram implantados os clubes dos Oficiais, no final da década de 1960, e de Engenharia, na década de 1970, bem como por outras instituições que vieram depois – como o INMETRO e o Serviço Geológico do Brasil.

A fotografia a seguir mostra a área da nascente principal do Buritis no ano de 1971, onde podemos ver o formato diferenciado da quadra da nascente – alterada por Janssen em 1958 – em relação às demais quadras e, também, a ocupação feita pelo Clube dos Oficiais, na ponta próxima à rua 87.

Figura 66 – Fotografia aérea tirada em 1971.



Legenda: Vê-se a quadra onde se localiza a nascente principal do córrego dos Buritis, delimitada pela Avenida 136, e as ruas 132, 148 e 87. Segundo o documento elaborado pela Agência Municipal no Meio Ambiente, a AMMA, a ocupação demarcada com a letra “A”, próxima à Av. 136, era a sede da Agência Brasileira de Inteligência. Em azul, está o córrego dos Buritis, e os locais indicados pelas letras “B” e “C” são, segundo Filho (2023), respectivamente, encontram-se as nascentes difusa e principal do córrego, a primeira localizada onde foi construído o campo de futebol do Clube de Engenharia, e a segunda onde foi construída a represa do clube dos Oficiais. Já a ocupação indicada pela letra “C” é aquela referente às sedes dos atuais clubes dos Oficiais e dos Sargentos, onde, pelo que se consegue

ver na foto, o córrego dos Buritis já estava canalizado. Fonte: Editado pela autora de SEPLANH, Goiânia (2024).

Com a entrada do período militar, seguida de um período de recessão, de 1964 a 1967, a cidade de Goiânia apresentou um quadro social complicado, e, juntamente com o crescimento urbano desprovido de infraestrutura adequada ocorrido nos anos anteriores, passou a vivenciar um cenário caótico. Se acentuaram, então, as invasões nas áreas verdes e nos fundos de vale, e, por isso, a carência habitacional foi o foco da retomada do planejamento de Goiânia, com o plano de Jorge Wilhelm de 1969 (Ribeiro, 2004).

Em linhas gerais, este plano buscou a compatibilização entre o perfil da população e o uso e disponibilidade do solo, a hierarquização do sistema viário, e a garantia do adensamento urbano com a criação de equipamentos urbanos necessários. Para as áreas verdes foram pensadas as seguintes classificações: bosques, fundos de vales dos córregos e praças e jardins. A intenção era aliar os usos residenciais e culturais com a presença de áreas verdes preservadas e bem delimitadas, além de promover a regularização de tais áreas, bem como a canalização e saneamento dos cursos d'água a fim de erradicar as verminoses e demais doenças oriundas da poluição e contaminação das águas (Ribeiro, 2004).

Ainda conforme Ribeiro, o plano de Wilhelm contou com a contribuição de algumas leis complementares, que influenciaram, de alguma forma, no ajuste das questões por ele tratadas, como por exemplo a Lei Municipal 5.019, de 8/10/75, e a Lei Municipal 5.735, de 19/12/80. Esta primeira valorizou o sistema viário e de transporte coletivo, a habitação coletiva, bem como a ideia de que as áreas verdes da cidade deveriam assumir uma função social ligada à educação, cultura e recreação. Segundo Ribeiro, essa lei buscou impactar a cultura urbana de Goiânia implantando costumes metropolitanos no lugar daqueles “urbanos-rurais” já bastante enraizados. Entretanto, os investimentos foram majoritariamente aplicados no transporte público e individual, dando origem, posteriormente, a um Plano de Implementação do Sistema Integrado de Transporte de Massa de Goiânia (Ribeiro, 2004).

Já no setor dedicado às áreas verdes e equipamentos culturais e de lazer, ainda ligado à primeira lei citada, houve um plano de recreação apresentado em dezembro do mesmo ano, que propôs a preservação, organização e recreação de áreas verdes e a revitalização dos setores tradicionais da área central, de Campinas e da Praça

Universitária – sendo um dos edifícios reformados o Museu e Estádio Olímpico Pedro Ludovico, na Avenida Oeste (Ribeiro, 2004).

A segunda lei mencionada, também conhecida como Lei de Zoneamento Urbano, teve o objetivo era disciplinar e categorizar o uso do solo na cidade, dividindo a cidade em zonas de uso. Esta lei, conforme Ribeiro, sofreu várias modificações até a década de 1990, e na prática, acabou por incentivar um início da verticalização dos bairros com infraestrutura, como os setores Oeste e Bueno, e a expansão horizontal e conurbação com alguns municípios vizinhos (Ribeiro, 2004).

Embora tantos projetos tenham sido elaborados, poucos se concretizaram, ou vieram a se concretizar apenas na década de 1990 (Ribeiro, 2004). Esse é o caso das intervenções feitas para a construção da casa da cultura no Bosque dos Buritis, os projetos paisagísticos desenvolvidos para este Bosque, e as construções do novo edifício para o Tribunal de Justiça de Goiás e do Centro de Convenções de Goiânia – que demoliram, respectivamente, o Abrigo Cristo Redentor e a Santa Casa de Misericórdia. Ainda assim, dentro desse contexto de incentivo a ações que movimentariam o centro da cidade com projetos culturais e ambientais, a década de 1970 foi marcada por uma série de intervenções urbanas que impactaram, de alguma maneira, a paisagem natural do córrego dos Buritis. Este, a essa altura, já estava em boa parte invisibilizado, pois os bairros mais centrais se encontravam com bastante construções.

Da década de 1970 em diante, devido a tamanha consolidação do traçado urbano dos bairros construídos ao longo do trajeto do córrego dos Buritis, e ao fato de que o Plano Diretor de Wilhelm permaneceu vigente até o ano 1994 – ano em que foi elaborado outro plano –, verifica-se que as transformações sofridas por essa paisagem se deram por meio de intervenções pontuais, e que Goiânia ficou muito à mercê das propostas municipais que envolviam, basicamente, a arborização da cidade, o desenvolvimento econômico e a ampliação do sistema viário. Tais intervenções pontuais envolvem os locais que se situam no trajeto do córrego, sendo eles: a ocupação da quadra onde se localiza a nascente e as modificações no trecho de sua canalização presente no setor Sul; a construção do Tribunal de Justiça de Goiás no terreno do Abrigo dos Velhos; as alterações feitas no Bosque dos Buritis; as alterações feitas no Jóquei Clube de Goiás; a construção do Centro de Convenções no terreno da Santa Casa de Misericórdia; as modificações implantadas no traçado da vila Cristo Redentor e sua incorporação ao setor Aeroporto; e, por fim, a ocupação

irregular no local de sua foz, às margens do Capim Puba. Assim, a fim de fazer um apanhado geral sobre todas essas modificações que ocorreram da década de 1970 em diante, é que o texto que se segue será organizado a partir do que foi vivenciado por cada uma desses locais, culminando assim na finalização deste capítulo, cujo objetivo é chegar em um retrato atual sobre a situação do córrego dos Buritis em Goiânia.

Figura 67 – Fotografias aéreas de Goiânia em 1964, 1971, 1988 e 2006, da esquerda para a direita.



Legenda: Vê-se a evolução das ocupações nos setores Sul, Oeste, Aeroporto, Marista e Bueno, principalmente. Pode-se dizer que, nestas três datas o trajeto do córrego dos Buritis encontra-se praticamente todo canalizado, com exceção de alguns “respiros”, que são os terrenos ainda vegetados, com manchas úmidas, ou com canais a céu aberto. Em tons de azul, está representado este córrego, sendo aqueles trechos em linha contínua indicando suas águas ainda em contato com a superfície, seja em canal artificial ou natural, e aqueles em linha tracejada indicando suas águas em canais subterrâneos. Os terrenos cujos limites estão demarcados em vermelho, são aqueles que sofreram as modificações que corroboraram com a transformação da paisagem ligada ao córrego, a partir da década de 1970. Estes, indicados por letras, são: (A) quadra entre a Av. 136 e as ruas 132, 148 e 87, onde se localizam as nascentes do córrego; (B) Abrigo Cristo Redentor, e, posteriormente, Tribunal de Justiça de Goiás; (C) Bosque dos Buritis; (D) Jôquei Clube de Goiás; (E) Santa Casa de Misericórdia, e posteriormente, Centro de Convenções de Goiânia; (F) Estádio Olímpico; (G) Vila Cristo Redentor, e posterior incorporação ao traçado do Setor Aeroporto. Fonte: Editado pela autora de SEPLANH – Goiânia no Google Earth (2024).

2.4.1 O córrego dos Buritis no setor Sul – quadra da nascente e alterações na vazão do córrego

No que diz respeito à área da nascente principal do córrego, antes visualizada como um parque urbano por Luís Saia, era conhecida como “curral de Goiânia”, ou “cemitério de cavalos”, por ser um local cercado no qual equinos perdidos ou doentes achados na cidade eram abandonados². Como já foi dito, as primeiras construções feitas no local foram aqueles referentes ao clube dos Oficiais e clube dos Sargentos – próximos à rua 87 –, e à Agência Brasileira de Inteligência, ABIN – próxima à Av. 136 –, cujas informações mais detalhadas sobre suas implantações e seus desenvolvimentos não foram encontradas. Sabe-se somente, por meio da análise das fotografias aéreas, que parte do terreno da ABIN deixou de ser ocupado por volta do ano de 2020, quando o campo de futebol ali existente foi desativado e deu lugar ao crescimento de uma vegetação de médio e grande porte.

Figura 68 – Fotografia tirada no Clube dos Oficiais, provavelmente em meados da década de 1970.



Legenda: A etiqueta colada na foto diz o seguinte: “Ten. Uzimael, Cel. Joel, Dr. Mauro Borges Teixeira, Cel. Ilídio e comitiva, percorrem as margens da recém construída represa do Clube”. Nesse sentido, a represa do clube havia sido construída a pouco tempo da data na qual a foto foi tirada, o que permite deduzi-la. Não se tem dados concretos sobre a implantação e inauguração do clube, mas, pelas análises das fotos aéreas das décadas de 1950, 60 e 70, entende-se que este clube foi construído no final da década de 1960. Fonte: Acervo do Clube dos Oficiais de Goiás – ASSOF GO ([s.d.]).

² Esta informação foi coletada em uma das visitas realizadas no Clube dos Oficiais, a partir do relato de um funcionário deste local.

Figura 69 – Fotografia tirada no terreno do Clube dos Oficiais, provavelmente no início da década de 1960, no momento da construção da sede do clube.



Legenda: As pessoas na foto formavam uma comitiva composta por Mauro Borges Teixeira, Cel. Joel e Cel. Ilídio, dentre outros. Fonte: Acervo do Clube dos Oficiais de Goiás – ASSOF-GO ([s.d.]).

Figura 70 – Fotografia tirada no terreno do Clube dos Oficiais, provavelmente no início da década de 1960, no momento da construção da sede do clube.



Legenda: A etiqueta da foto diz o seguinte: “Chegada da Comitiva do Dr. Mauro Borges Teixeira na entrada da sede recreativa, nosso Clube dos Oficiais, [ilegível] como a construção do prédio da portaria”. Fonte: Acervo do Clube dos Oficiais de Goiás – ASSOF-GO ([s.d.]).

A terceira ocupação na área foi feita pelo clube de Engenharia de Goiás, que, por meio de uma doação de terra, construiu sua sede no local. Essa instituição foi fundada em outubro de 1940, pelo engenheiro e então presidente do CREA Geraldo Rodrigues dos Santos, mas somente entre 1950 e 1951 que foram oficializadas a criação do clube, a lista de sócios, o estatuto do clube e a criação da Escola de Engenharia, que posteriormente foi incorporada à Universidade Federal de Goiás. O clube manteve suas reuniões e assembleias nas salas e auditórios do Jôquei Clube e do Lyceu de Goiânia, e em 1967 recebeu a primeira sede física, que era uma sala no edifício Dom João VI, na avenida Goiás. Em 1970, o clube passou a funcionar em uma casa no setor Sul, mas neste mesmo ano, o então presidente do clube Eval Soares do Santos, foi orientado pelo seu amigo e governador do Estado na época, Otávio Lage de Siqueira, a procurar o Departamento de Terrenos Urbanos para averiguar a disponibilidade de áreas livres que servissem para a construção de uma sede (Couto, 2016). Desse modo, a área urbana destinada a construção do clube proveio de uma doação do governo, como descreve Couto (2016):

A primeira área que poderia se tornar a sede do Clube de Engenharia tinha endereço de fácil acesso, mas tinha dono também. Era a área da Av. Paranaíba esquina com a Av. Tocantins, onde hoje está localizado o Centro de Meteorologia. [...] Outra área vistosa e que poderia ser ideal para a sede do clube se localizava no setor Bueno, na esquina das Avenidas T1 e T8. Novamente a decepção: a área já estava prometida para a ASEG (atual APCEF), a associação dos funcionários da Caixa Econômica Federal [...]. Depois de muita procura e muita conversa, chegou-se a uma única solução: de todas as áreas disponíveis no Departamento Estadual de Terrenos Urbanos, apenas uma não oferecia nenhum problema. Só que era, ela mesma, o próprio problema: um local distante, mais ao sul da cidade, ermo e meio esquecido, final do Parque dos Buritis que Atílio Corrêa Lima projetara em 1933. Um espaço sem atrativos e se pretendentes. De fato, ao lado da Av. 85, à esquerda da praça do Ratinho, subia da Rua 87 até a Rua 136 uma extensão da área verde original, com quase um quilometro de extensão por uns 300 metros de largura, parte final do Parque de Atílio. Por ali nascia o córrego dos Buritis, que desaguava bem abaixo, no Bosque dos Buritis (o que restou do Parque), após passar pelo Externato São José e Fórum, onde antes havia o Abrigo dos Velhos. [...] A área foi devidamente cercada, iniciou-se uma drenagem de todo o terreno muita gente ajudando. [...] Finalmente drenado o terreno, pasto batido, tornou-se aquilo uma área chamativa e já se podia, de fato fazer um projeto de construção (Couto, 2016, pp. 118-119).

Figura 71 – Área de vereda, doada ao clube de Engenharia no ano de 1970, conhecida como “curral de Goiânia”.



Fonte: Couto (2016).

Figura 72 – Canalização feita para o córrego dos Buritis cujo objetivo era a drenagem e construção do campo de futebol do Clube de Engenharia.



Fonte: Couto (2016).

Figura 73 – Local do campo de futebol do Clube de Engenharia já drenado, no momento de sua construção.



Legenda: Ao fundo, é possível ver as construções do INMETRO e do Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM, e, também, o aglomerado de vegetação referente à segunda nascente do córrego, onde foi construída a lagoa do Clube dos Oficiais. Fonte: Couto (2016).

Apesar da descrição anterior insinuar que o local de implantação do clube se localizava em uma região pouco habitada, é possível ver na fotografia de 1971 (Figura 66) que esta localidade, referente ao setor Marista, já possuía seu traçado bem formado e algumas moradias já construídas em volta da quadra da nascente. Segundo Gonçalves, essa região começou a ser ocupada por residências de pessoas de alto poder aquisitivo, cujas influências provavelmente contribuíram para que um novo bairro fosse criado. Então, através do Decreto-Lei 4.425 de 4 de janeiro de 1971, e da Lei 5.936 de agosto de 1978, uma parte do setor Pedro Ludovico – conhecida como “Alto do Marista”, devido à presença do colégio Marista – foi transformada no setor Marista, assim como outras partes menores dos setores Sul e Oeste (Gonçalves, 2002).

A presença dos clubes na quadra, somada à posterior ocupação feita pelos edifícios do INMETRO e do Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM, fez com que os pontos de afloramento d’água do Buritis ficassem situados dentro dos limites dos dois clubes, sendo uma nascente difusa localizada sob o campo de futebol do Clube de Engenharia – provavelmente construído no final da década de 1970 –, e uma nascente principal localizada no clube dos Oficiais, onde hoje é um lago cercado de vegetação (AMMA, 2022). Essa ocupação sobre as nascentes, consequentemente, fez com que o córrego dos Buritis fosse canalizado também neste trecho, que se ligou à canalização já existente no setor Sul e seguia até o Bosque dos Buritis. Ao longo

das décadas de 70, 80 e 90 a vazão deste córrego foi diminuindo, muito por conta do adensamento do setor Marista, causando o aumento da impermeabilização solo no entorno. Parte deste é considerada uma área de recarga do subsolo de tais nascentes, e cuja disposição topográfica provoca o escoamento das águas superficiais para as nascentes do córrego.

No entanto, no início dos anos 2000, surge um primeiro problema em relação a uma alteração da vazão do córrego dos Buritis. Notou-se que a mina d'água e os lagos existentes no Bosque dos Buritis estavam secando e, estes últimos, sofrendo com o problema da morte de animais aquáticos (O Popular, 2001). Ao investigar à fundo a causa do problema relativo à seca no Bosque, a SEMMA, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, – atual Agência Municipal do Meio Ambiente, AMMA –, juntamente com o DERMU/COMPAV – o então Departamento Municipal de Estradas de rodagem/ Companhia Municipal de Obras –, identificaram que, em algum ponto da Av. Cora Coralina, por onde passa a tubulação que interliga as nascentes e o Bosque, a água estava infiltrando no solo, devido a um provável cedimento do rejunte que fazia a ligação entre os tubos. Desse modo, a solução adotada para corrigir esse vazamento, foi abrir o asfalto desta avenida em busca do ponto danificado, para assim, corrigi-lo (O Popular, 2001).

Pelo que se entende da reportagem do Jornal O Popular, publicada em 2001, uma nova canalização do córrego dos Buritis foi construída juntamente com a abertura da Avenida Cora Coralina, no ano anterior à publicação da reportagem. Assim como, subentende-se que a primeira canalização do córrego dos Buritis, feita ao longo da implantação do setor Sul, não conseguia reunir água suficiente para abastecer os lagos do Bosque com o fluxo vindo das nascentes.

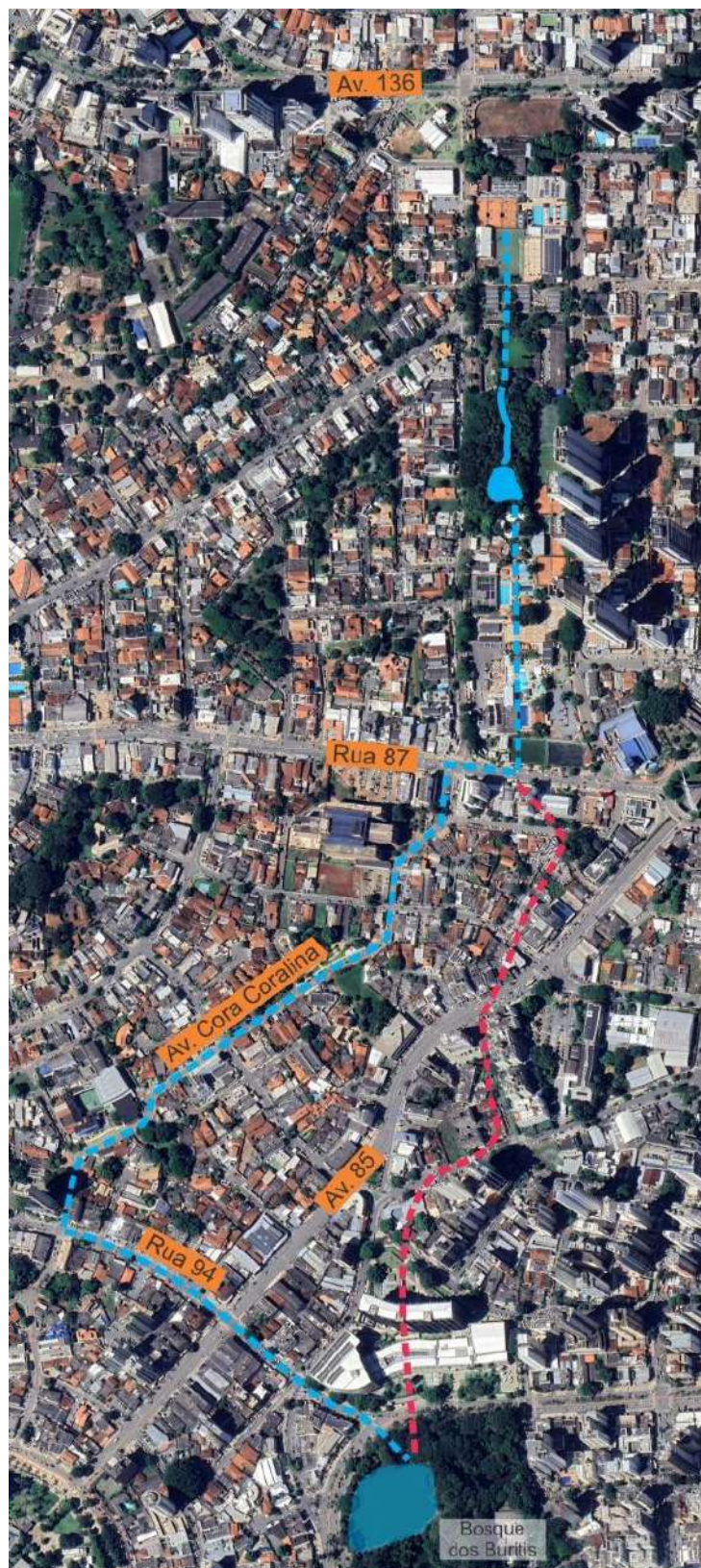
Há pelo menos dois meses, a água da nascente do Córrego dos Buritis, localizada na sede do Clube dos Oficiais, entre as ruas 148 e 132, no Setor Marista, deixou de servir o primeiro lago do Bosque dos Buritis, no Setor Oeste. [...] Diretor-técnico do órgão [Dermu/Compav], o engenheiro Ricardo Veiga explica que o sistema de abastecimento do primeiro lago do Bosque dos Buritis foi construído paralelamente à nova galeria de águas pluviais durante a abertura da Avenida Cora Coralina – Avenida 85-A – no ano passado. Antes da construção do sistema, os lagos do Bosque eram abastecidos pela nascente, que nasce no próprio parque. Neste ano, somente depois de amenizado o período de estiagem é que a administração do Bosque dos Buritis observou que a água da nascente do Buritis [a do Clube dos Oficiais] não estava chegando ao parque (O Popular, 2001).

Figura 74 – Recorte de jornal que contém uma fotografia da nascente existente no Bosque dos Buritis, publicada em reportagem do Jornal O Popular do ano de 2001.



Legenda: Ao lado, há um esquema que mostra, em vermelho, o novo trecho da canalização do córrego, que, ao sair do Clube dos Oficiais (1), segue pela Avenida 85-A (2), também chamada de Avenida Cora Coralina, depois pela Rua 94, até desaguar no primeiro lago do Bosque dos Buritis (3). Fonte: O Popular (2001).

Figura 75 – Imagem aérea que engloba o terreno das nascentes do córrego dos Buritis, a Avenida Cora Coralina e parte do Bosque dos Buritis.



Legenda: Em azul, o caminho atual da canalização do córrego, que, após a alteração feita em 2001, percorre a Av. Cora Coralina e a Rua 94, e, em seguida, desagua no lago do Bosque. Em tracejado vermelho, o trajeto antigo da canalização do córrego, deduzido a partir da fotografia aérea de 1961 (Figura 47). Fonte: Editado pela autora no Google Earth (2023).

Em seguida, no ano de 2005, os funcionários do Clube de Engenharia, reportaram uma redução drástica da água que era drenada da nascente difusa e

levada para o lago do Clube dos Oficiais, e chegaram a relatar que há mais de oito anos não viam água jorrar no local (O Popular, 2006). Foi então que, em 2005, o Clube de Engenharia, sob a autoria do engenheiro agrônomo Henrique Luiz de Araújo Costa desenvolveu e implantou um projeto de recarga hídrica desta nascente, que consistia em realizar 154 furos no terreno do clube – mais precisamente no estacionamento e no campo de futebol –, com cerca de quatro metros de profundidade e quinze centímetros de diâmetro cada um que, revestidos com um tecido geotêxtil, e preenchidos com brita zero peneirada, desempenham a função de devolver a permeabilidade do solo e recarregar o lençol que abastece as nascentes. Foram implantados, também, alguns poços do tipo cisterna, para que a água utilizada pelo clube, para irrigação por exemplo, seja retirada de uma parte mais profunda do lençol, sem comprometer aquele mais superficial que alimenta as nascentes (Clube de Engenharia, 2006).

Além dessas medidas, foi informado em entrevista com representantes do Clube de Engenharia e do Clube dos Oficiais, que, juntamente com a execução deste projeto no clube, foi realizada a implantação de uma tubulação subterrânea que, margeando externamente a grande quadra, sob a calçada da mesma, recebe as tubulações oriundas do bombeamento da água dos solos dos edifícios verticais presente no entorno, que, com o intuito de reforçar o abastecimento do lago presente no Clube dos Oficiais, leva toda a água bombeada para o mesmo.

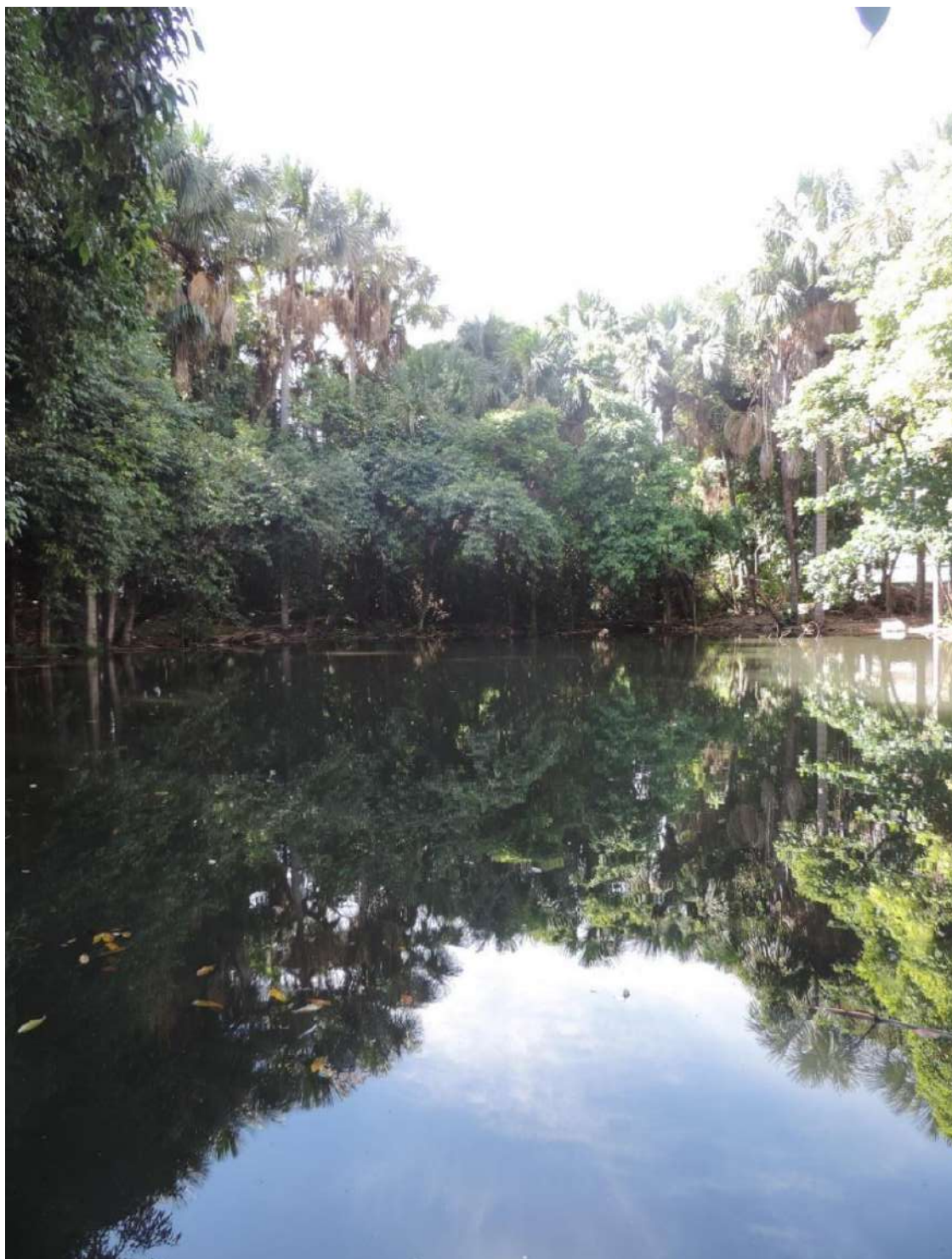


Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Após a implantação de tais medidas restauradoras, foi constatado que a água da nascente localizada na sede do Clube de Engenharia voltou a jorrar e a contribuir

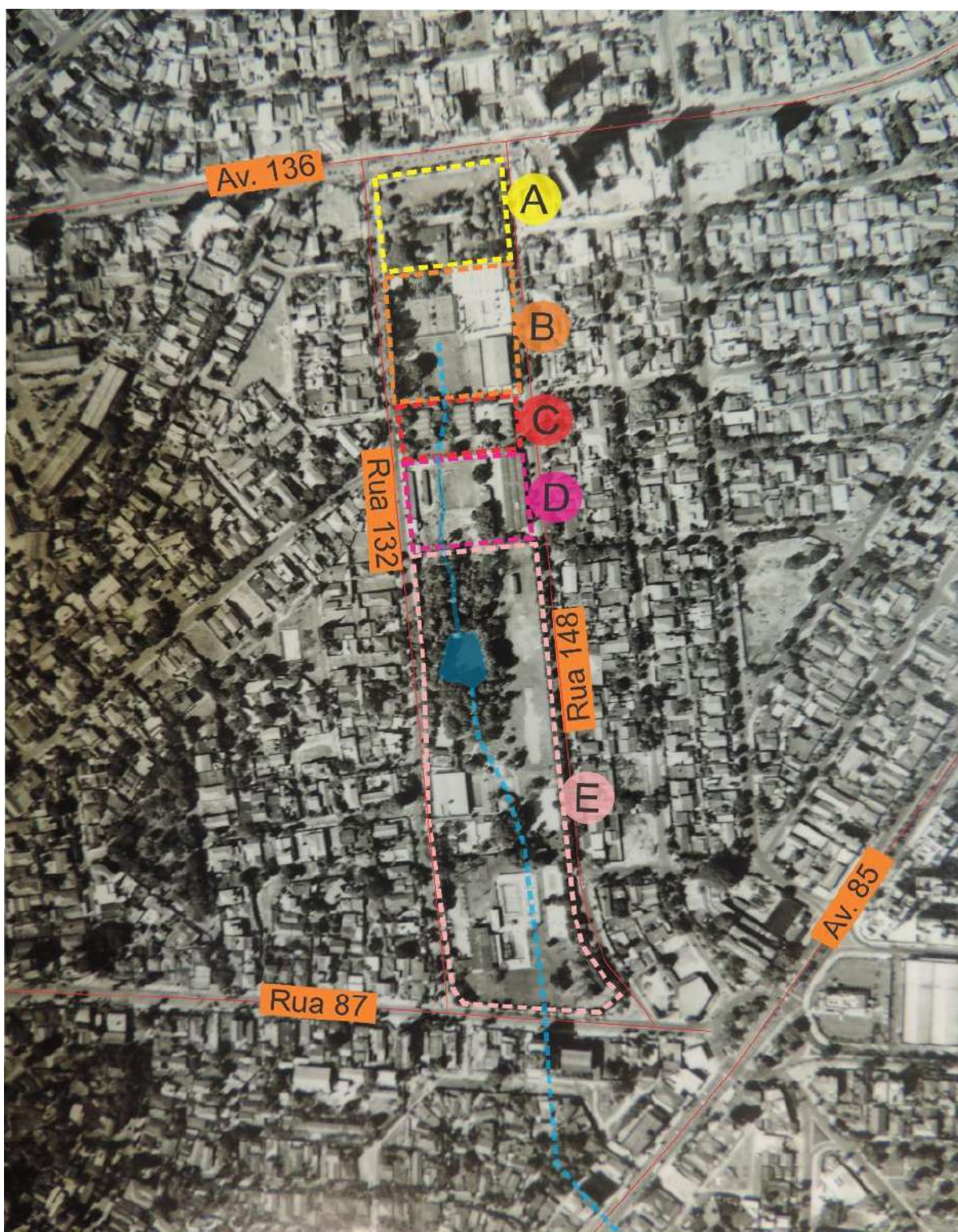
com a pequena lagoa que se forma na nascente presente no terreno do Clube dos Oficiais.

Figura 77 – Lagoa localizada no terreno do Clube dos Oficiais, formada a partir da nascente principal do córrego dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 78 – Fotografia aérea, tirada na década de 1990, da quadra das nascentes do córrego dos Buritis.



Legenda: Os seguintes equipamentos estão demarcados na imagem: a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN (A); o Clube de Engenharia de Goiás (B); o INMETRO (C); o Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM (D); o Clube dos Oficiais e o clube dos Sargentos (E). Pelo que se consegue ver na fotografia, o córrego ainda se encontrava a céu aberto no terreno do SGB/CPRM, ao lado de onde ainda há um campo de futebol. Fonte: Editado pela autora de SEPLANH, Goiânia (1990).

O mais recente episódio envolvendo esta área das nascentes diz respeito à venda do terreno localizado em frente à Avenida 136, onde por muitos anos se situava

um campo de futebol pertencente à ocupação da ABIN no local. Em 2022, este terreno foi leilado pelo governo federal e vendido à uma empresa privada, que anunciou construir no local um centro de conveniência e lazer, gerando um assunto polêmico, bastante divulgado pela mídia. Segundo uma matéria publicada pelo Jornal O Popular, ao entender que o terreno pertence à Área de Preservação Permanente – APP da nascente do córrego dos Buritis, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás – CAUGO realizou uma denúncia ao Ministério Público em relação à derrubada de toda a vegetação presente no local. De acordo com o órgão, o novo Plano Diretor, vigente desde 2022, não considera tal região como Área de Preservação Permanente, mas como Área de Ocupação sustentável, o que permite que sejam construídas edificações de até 12 metros de altura, entretanto, como a região do entorno já encontra-se bastante ocupada, tal terreno teria um papel importante em compensar tamanha impermeabilização do solo no local, e sua ocupação acarretaria em um agravamento dos problemas de drenagem de Goiânia (O Popular, 2023)

Em um parecer técnico emitido pela Gerência de Monitoramento Ambiental – GERMON, da AMMA, concluiu-se que tal terreno, por ser originalmente classificado como um campo de murundus, tem uma importante contribuição para a recarga do lençol freático que abastece tanto a nascente difusa (outras minas existentes nos arredores que formavam uma rede hídrica capilar ligada ao córrego), quanto a nascente principal do córrego dos Buritis, e que a manutenção da permeabilidade do local não somente compensa a falta dela nos demais lotes que compõem esta área de recarga, como também mantém a qualidade da água dos lagos existentes no Bosque dos Buritis. Assim, este parecer solicitou um laudo elaborado por profissionais habilitados para comprovar a importância deste terreno para a manutenção do córrego dos Buritis (Germon, 2022).

Em nota, a empresa responsável pelo terreno informou que em sua área não há nenhuma nascente e que não se pode considerar que houve desmatamento, uma vez que as 86 árvores retiradas do local não se caracterizavam como vegetação nativa (O Popular, 2023). E no laudo emitido por uma consultoria contratada por esta empresa, consta como parecer final que tal terreno não possui nenhuma mina d'água e não se caracteriza como um local de nascente difusa. Além disso, constatou-se, a partir de perfurações realizadas no solo do terreno, que este encontra-se já bastante compactado e que a construção de um edifício no local aumentaria a capacidade de

retenção e infiltração do terreno, já que permitirá que a água das chuvas seja infiltrada por estruturas artificiais mais eficientes que o solo natural local (Filho, 2019).

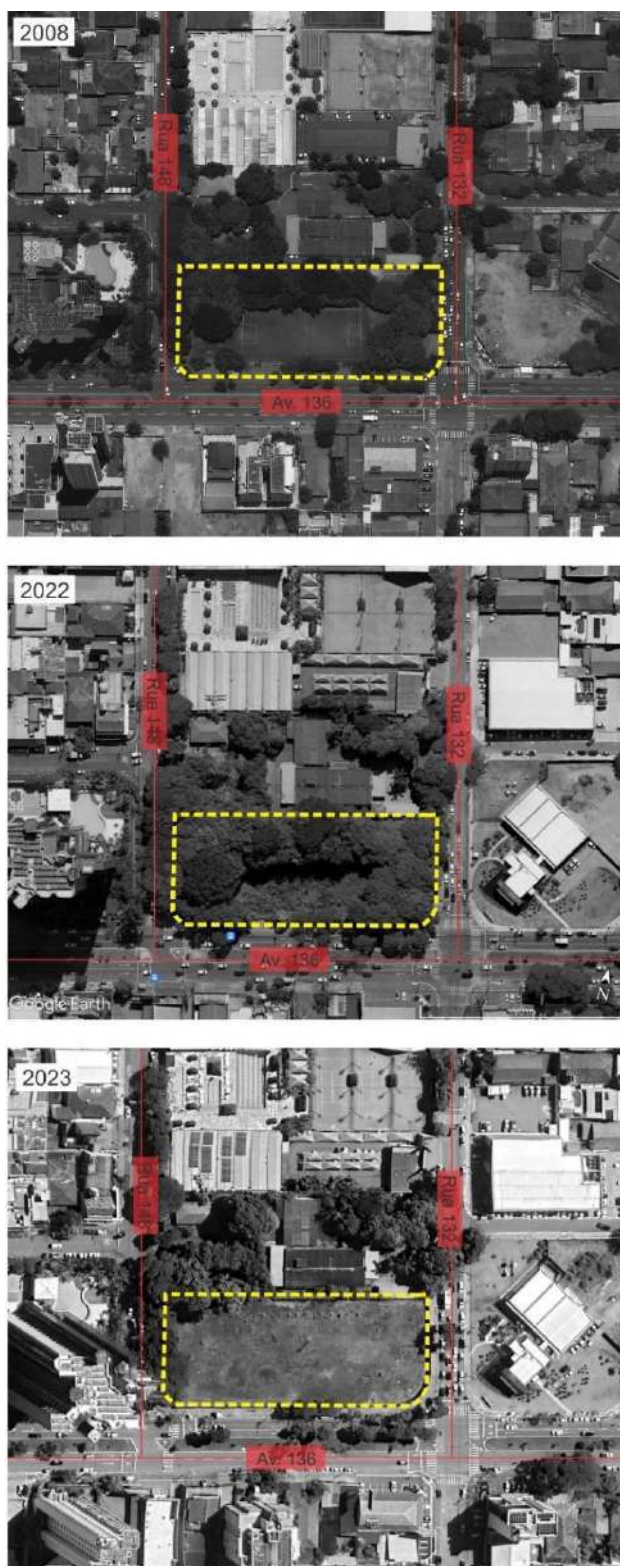
Apesar da divergência entre os estudos, a área permanece cercada com informes da empresa responsável pela obra, que, até o presente momento encontra-se em andamento.

Figura 79 – Cercamento do terreno desmatado para construção de comércio, localizado na Av. 136.



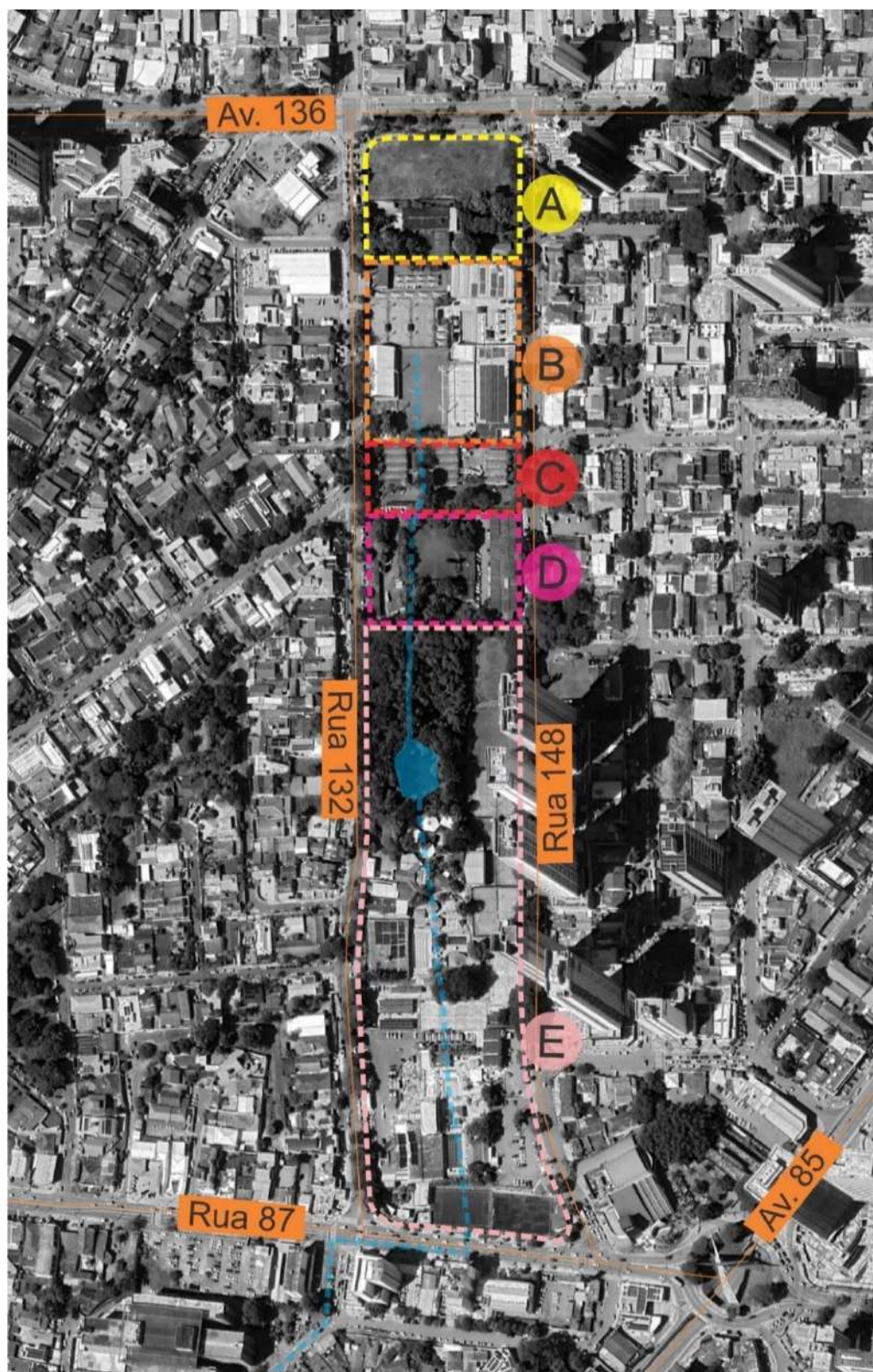
Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 80 – Fotografias aéreas que mostram a evolução do terreno localizado na Av. 136, nos anos de 2008, 2022 e 2023.



Legenda: Até o ano de 2018, o campo de futebol estava presente no terreno, embora não se saiba sobre a frequência de seu uso. A partir do ano de 2020, o desenho do campo desaparece das fotografias aéreas e dá lugar ao crescimento da vegetação. Estima-se que, o isolamento social imposto pela pandemia do COVID-19, vivida no Brasil a partir do início de 2020, tenha corroborado para com o fim da utilização do campo. Assim, em 2020 é o momento em que a vegetação no terreno está presente de forma mais intensa. Fonte: Editado pela autora no Google Earth (2023).

Figura 81 – Fotografia aérea, tirada da quadra das nascentes do córrego dos Buritis, 2023.



Legenda: Os seguintes equipamentos estão demarcados na imagem: a antiga Agência Brasileira de Inteligência – ABIN (A); o Clube de Engenharia de Goiás (B); o INMETRO (C); o Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM (D); o Clube dos Oficiais e o clube dos Sargentos (E). No levantamento em campo realizado no interior dos terrenos do SGB/CPRM e do Clube dos Oficiais foi possível constatar um trecho do córrego – entre a divisa dos dois terrenos e a lagoa -, que ainda corre a céu aberto. Fonte: Editado pela autora no Google Earth (2023).

2.4.2 Demolição do Abrigo dos Velhos e a construção do Tribunal de Justiça de Goiás

Foi no início da década de 1970, aproximadamente entre 1973 e 1974, que o edifício referente ao Abrigo Cristo Redentor, ou Abrigo dos Velhos, foi demolido para a construção do novo prédio do Tribunal de Justiça de Goiás – cuja sede se localizava, até então, na praça Cívica. O jornal O Popular, em uma matéria publicada em setembro de 1974, reportou a situação de abandono de algumas áreas verdes em Goiânia, sendo uma delas o terreno vazio do abrigo já demolido:

Depois de demolido completamente o prédio em que estava instalado o antigo Abrigo dos Velhos de Goiânia, uma imensa área livre surgiu aos olhos de quem passa por dentro. Os moradores de uma parte do setor Oeste e de uma área do setor Sul – o Abrigo ficava no limite dos dois bairros – estão preocupados com a perspectiva de, ao invés de conservação de espaços livres e verdes, o terreno a ser ocupado por construções que inviabilizem este anseio. O terreno está destinado à edificação do Palácio da Justiça. Como existem muitas árvores lá, os moradores esperam que se conserve uma boa área verde e que se mantenha as árvores de pé. Isso seria uma contribuição muito positiva para aliviar a tendência predominantemente inimiga de áreas verdes (O Popular, 1974).

Entre a demolição do abrigo e a construção do novo prédio, alguns anos se passaram, e pelas reportagens encontradas sobre o assunto, o local passou a ser apropriado pelos moradores do entorno, que tentaram fazer com que na área fosse construído um parque. Segundo relatório elaborado em maio de 1977 pela Sociedade de Defesa dos Recursos Naturais – SODERNA, o local é descrito pela presença de árvores frondosas e de duas quadras de esporte provisórias, fruto de um uso intenso do terreno pela população (SODERNA, 1977).

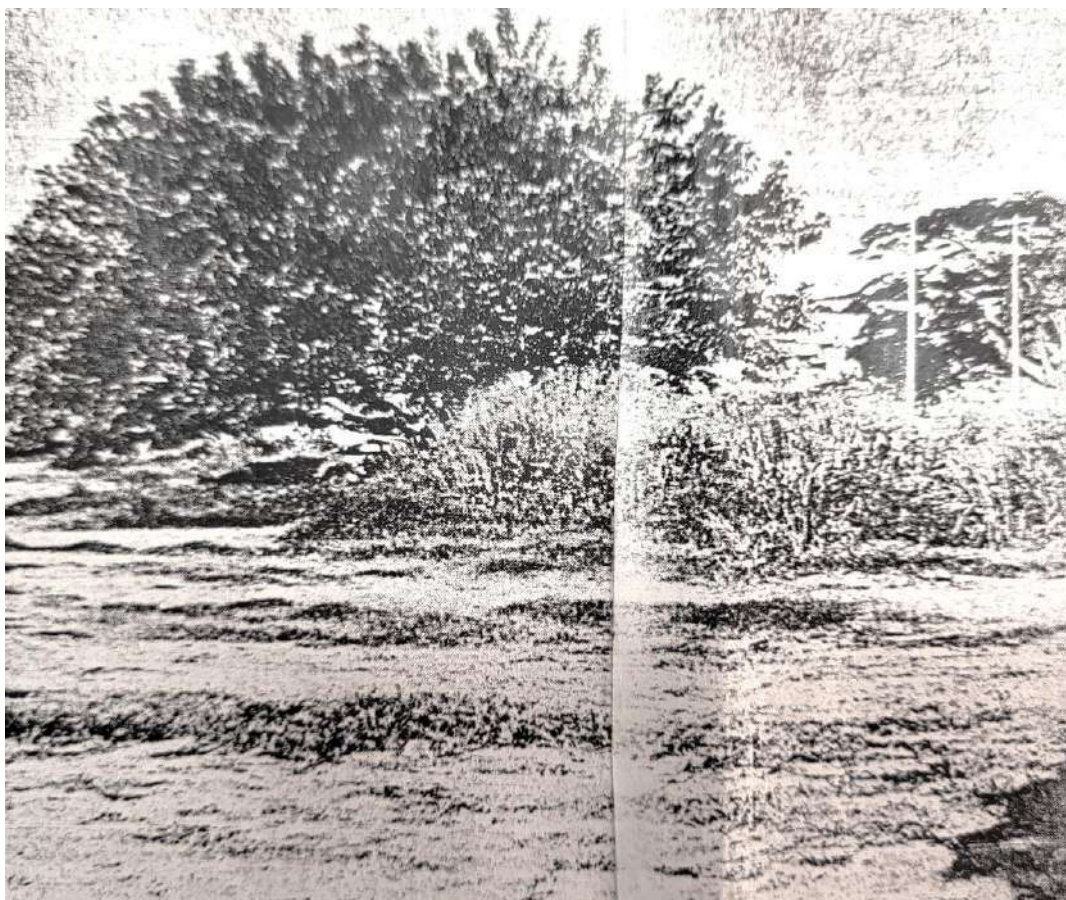
Gente do povo, poetas, escritores, pintores, arquitetos, jornalistas, entidades de classes e mesmo políticos e administradores estão empenhados na anexação daquela área do Parque dos Buritis (que deverá ser equipado para o lazer do Goianiense, sobretudo dos moradores dos bairros circunvizinhos, que sonham com isso) e, acima de tudo, para que ali, através da urbanização e do replantio de árvores, ela venha a se tornar um fator de alta importância na ecologia da capital (O Popular, 1974).

Contudo, no início da década de 1980 iniciou-se a construção dos edifícios para a nova sede do Tribunal de Justiça, antes localizado na praça Cívica, e para o Fórum. Estes, projetados pelo arquiteto Ruy Ohtake em parceria com o “GOA”, um escritório de arquitetura local, foram inaugurados em 1986 (A Redação, 2023). O terreno, pertencente ao Estado de Goiás, foi doado para este fim pelo então governador Íris

Rezende, e, segundo o documento da SEPLANH (2009), no local havia uma mina d'água que servia de abastecimento à população local, e a construção do novo edifício em cima desta mina prejudicou, posteriormente, o funcionamento do seu subsolo (SEPLANH, 2009). O edifício permanece no local até os dias atuais e de 2018 em diante recebeu alguns Anexos – como o estacionamento vertical – e uma revitalização paisagística da sua área externa.

A via que segue de leste para oeste na parte superior desta área/textura identificada como Parque é a Av. Assis Chateaubriand. A área localizada a sul logo acima desta via, no começo da cidade era identificada como “Abrigo dos Velhos”, da Sagrada Família, onde existiam minas d'água e a população buscava água para abastecer seus filtros de barro. Depois nesta área foram construídos o Fórum e o Tribunal de Justiça, removidos da Praça Cívica, destruindo parte da estrutura urbanística funcional administrativa da Tombada Praça Cívica. O auditório localizado no subsolo do Fórum e Tribunal sofreu várias intervenções de saneamento, para solucionar os graves problemas de infiltração, provavelmente, resultado da área não indicada para construção - área verde, tipo brejo (SEPLANH, 2009).

Figura 82 – Fotografia de terreno vazio após demolição do Abrigo dos Velhos.



Fonte: O Popular (1974).

Figura 83 – Inauguração da sede do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em 1986.



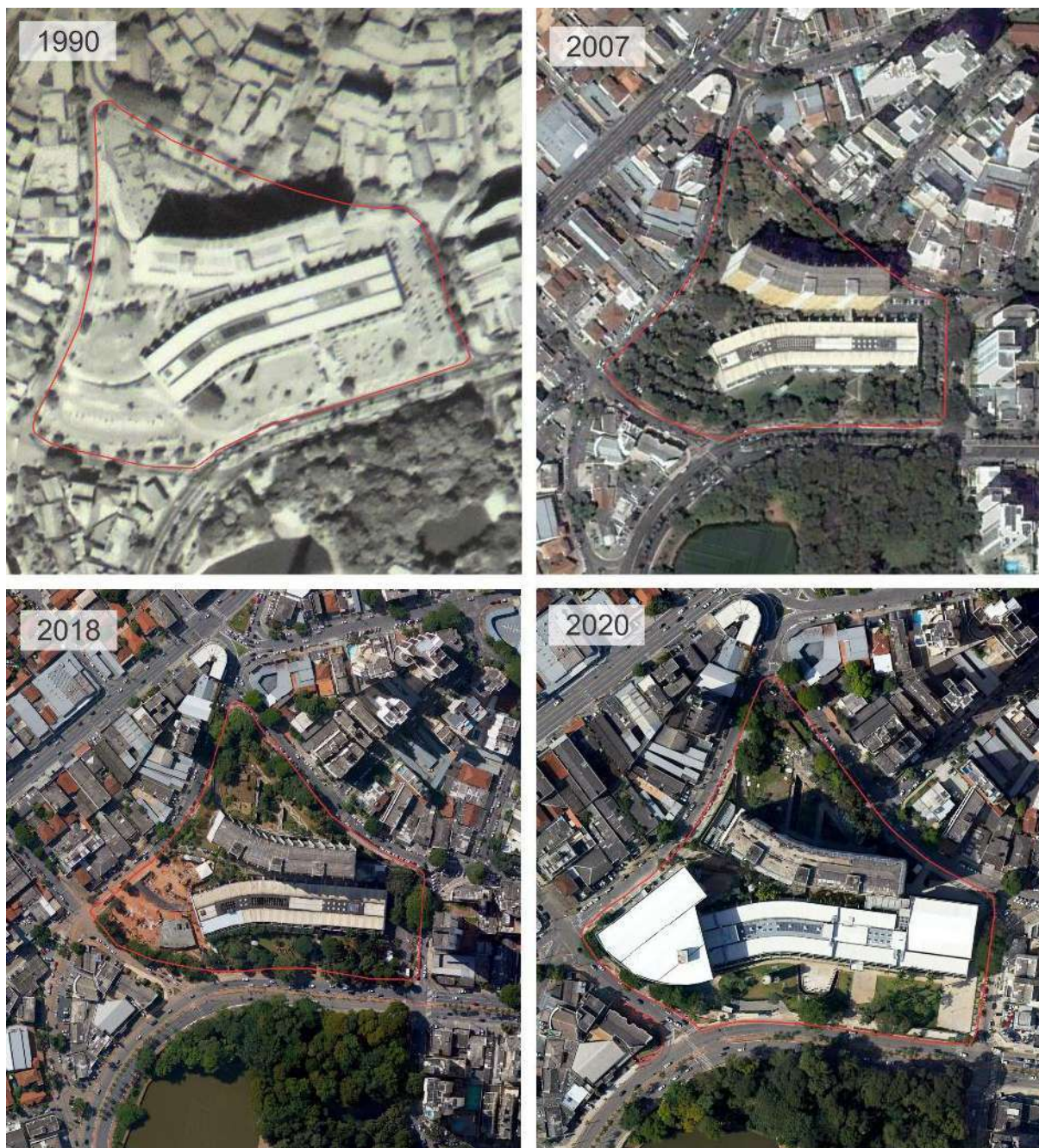
Fonte: Acervo do TJ-GO, publicado pelo Jornal A Redação (2023).

Figura 84 – Lago do Bosque dos Buritis e, ao fundo, o edifício do Tribunal de Justiça de Goiás, 1988.



Fonte: SEPLANH, Goiânia (2009).

Figura 85 – Fotografias aéreas do Fórum e Tribunal de Justiça do Estado de Goiás nos anos de 1990, 2007, 2018 e 2020.



Legenda: Entre os anos de 2018 e 2020 foi construído um Anexo de estacionamento vertical, com aproximadamente 700 vagas para veículos automotores. Fonte: Editado pela autora de SEPLANH-Goiânia (2009) no Google Earth.

2.4.3 Bosque dos Buritis

Como analisado anteriormente, a partir da década de 1960 o Bosque dos Buritis não sofreu alterações quanto à delimitação de seu perímetro, pois este já se encontrava bem definido pelas vias Assis Chateaubriand, Alameda dos Buritis, rua 29 e rua 01. Entretanto, é desta década em diante que seu espaço interno passa por drásticas transformações, resultando em uma considerável redução de sua área vegetada – posteriormente, em parte, recuperada. Além das três residências instaladas no local entre as décadas de 1940 e 1960, do edifício Alfredo Nasser (Assembleia Legislativa) e do edifício proposto para o Hospital dos Funcionários – porém, entre 1960 e 1980, ocupado pela sede da Superintendência de Obras e Pavimentação Asfáltica da Capital, a PAVICAP -, fora construído no interior do parque um edifício da COMURG, que servia como almoxarifado para os funcionários responsáveis pela manutenção do lugar, e foi demolido na década de 1990 (Mota, 2014).

Esta era a configuração do Bosque até o início da década de 1970. Deste momento em diante, muito também devido ao forte incentivo em lazer e cultura característico do plano de Wilhelm, de 1969, inicia-se uma série de intervenções no parque voltados para esta temática. A primeira delas foi a Casa da Cultura, cujo projeto foi elaborado pelos arquitetos Ailton Lelis, Aleixo A. Furtado, Luiz Fernando Teixeira e Waldir Santos Aguiar, para ser implantado na ponta sul do Bosque, em frente ao terreno do Abrigo dos Velhos, exatamente onde, anos antes, tentou-se implantar um colégio de freiras. O edifício deveria abrigar um teatro tradicional, um teatro de arena, biblioteca infantil, cinema, biblioteca geral, Museu da Imagem e do Som, fonoteca, audiovisual, salão de exposição de arte permanente e transitória, administração, bar, restaurante e salas para oficinas (O Popular, 1973).

No ano de 1974 iniciou-se a escavação para a fundação deste edifício, mas em pouco tempo as obras estagnaram, cujo causa se tratava dos gastos onerosos que a sua construção estava causando ao governo, segundo informações fornecidas pela SUPLAN – órgão responsável pela abertura da concorrência pública para contratação do serviço de construção do edifício (O Popular, 1976). Entretanto, surgiram avaliações técnicas que justificaram a paralisação das obras devido às condições extremamente úmidas do terreno, por coincidir com a passagem do leito do Buritis.

Na opinião técnica de engenheiros, a construção da Casa da Cultura na parte Sul do Bosque dos Buritis seria totalmente inadequada. Eles explicaram que o local é excessivamente úmido, ali existindo inclusive um curso d'água. A umidade, de acordo com os especialistas, terminaria por mofo todos os livros, documentos e outros papéis que nela fossem depositados, além de, inclusive, desafinar os instrumentos musicais que viesse a abrigar. Outros técnicos, por sua vez, são da opinião que todos esses problemas podem ser solucionados através de um serviço de drenagem do terreno (O Popular, 1975).

Após anos de obra paralisada, o local da escavação e, também, da implantação das fundações, passou a ser chamado, pela população e pela mídia, de “Buraco da Cultura”, e devido às condições alagadiças fornecidas pelo córrego dos Buritis, transformou-se em um grande lago, presente no Bosque até os dias atuais. A discussão sobre a possibilidade de dar ou não continuidade às obras da Casa da Cultura reverberou na mídia por muitos anos, pois havia quem defendia que uma edificação de tamanha importância para a cidade contribuiria para com a preservação e valorização do Bosque dos Buritis – ou que o dinheiro gasto com a fundação já implantada no bosque não deveria ser desperdiçado com uma nova construção em um novo local –, e, também, quem defendia que os prejuízos ambientais seriam maiores que qualquer outro benefício em se construir a Casa da Cultura no interior do bosque. Entretanto, o desmatamento no bosque como um todo e a desconfiguração do córrego no local viraram uma discussão de maior peso na mídia, uma vez que, a década de 1970 foi marcada tanto por uma situação de abandono do parque (e de outras áreas verdes em Goiânia), como, também, por tentativas de urbanizá-lo.

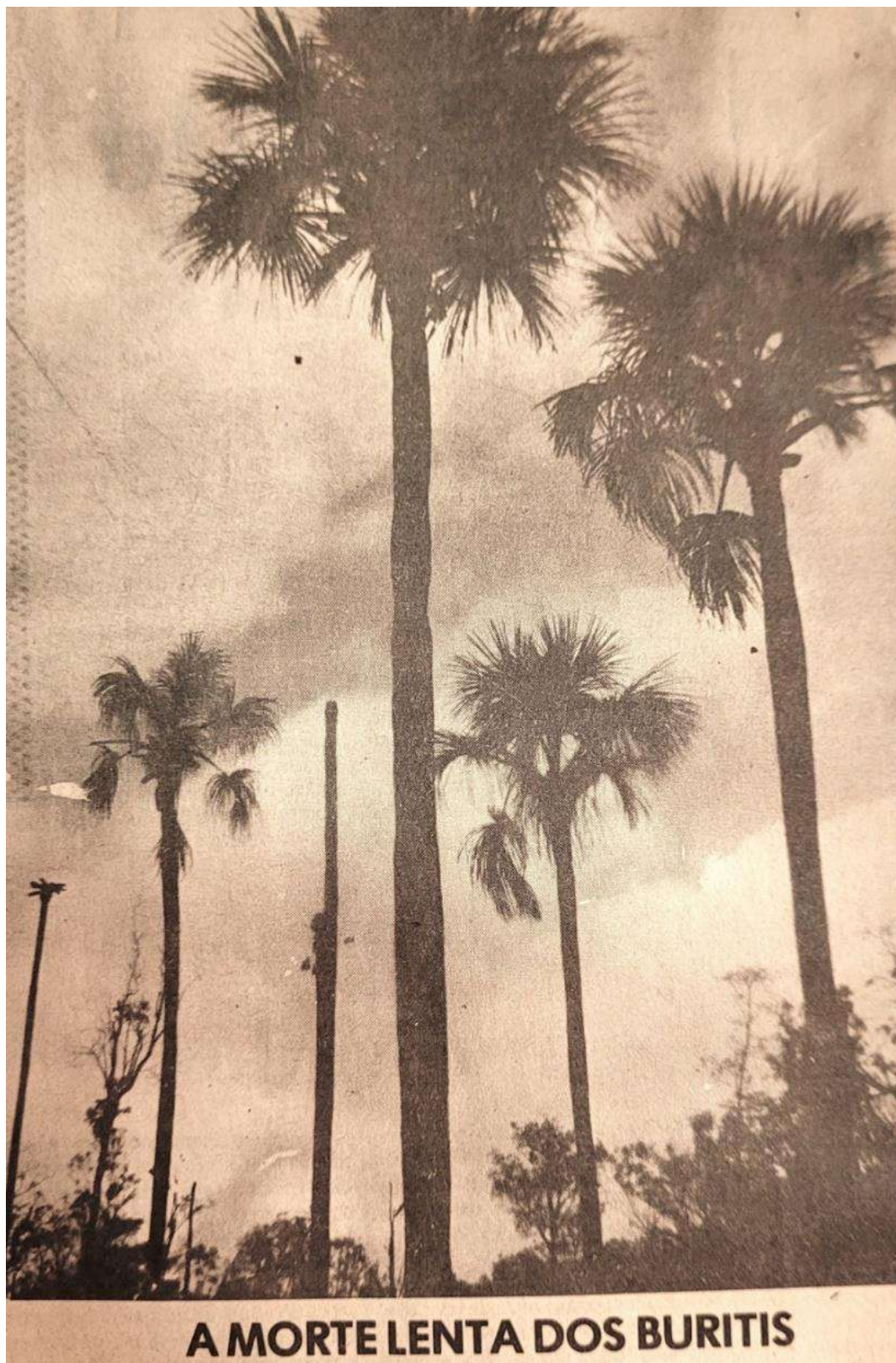
De todos os bosques, o mais ameaçado é o Bosque dos Buritis, que antes possuía uma área aproximada de 141 mil metros quadrados. A sua devastação começou com a construção da sede da Assembleia Legislativa e depois o Hospital dos Servidores Públicos Municipais. Grande parte foi desmatada para a construção da Casa da Cultura, que teve suas obras paralisadas há quase três anos. Hoje o Bosque dos Buritis tem apenas 30% da arborização da sua área primitiva, restando poucos exemplares de buritis, que eram centenas há 20 anos. [...] Antigamente o Bosque possuía um córrego, que nascia no local onde foi construído o Clube dos Militares da PM, no Setor Sul. Com os constantes aterros para a construção de casas e prédios, desmatamento da cabeceira do córrego, a água começou a diminuir de volume de ano para ano. Dentro do Bosque propriamente dito, no local onde houve o desmatamento para a construção da Casa da Cultura existiam várias nascentes, que foram drenadas e aterradas, provocando a morte e queda de vários exemplares de buritis, que são naturais de terrenos úmidos ou pantanosos (O Popular, 1977).

Os levantamentos e estudos feitos pela SODERNA – Sociedade de Defesa dos Recursos Naturais – no Bosque, em 1977, propuseram algumas medidas para

recupera-lo, como por exemplo, a ampliação da área vegetada através da doação do terreno do então demolido Abrigo dos Velhos para ser incorporado ao bosque; a destruição do prédio dos Hospital dos Servidores – que era utilizado pela PAVICAP – , para que, no lugar, pudessem ser plantadas mais arvores e/ou deixando algumas instalações para atender aos funcionários do parque; o abandono do projeto da Casa da Cultura para que a área já devastada fosse aterrada e recebesse espécies vegetais nativas; e, por último, impedir que a Assembleia construísse outros Anexos e elaborar um plano para que, futuramente, ela fosse instalada em outro local e a Casa da Cultura ocupasse o edifício do bosque (O Popular, 1977). Todavia, nenhuma destas proposições foram desenvolvidas, sendo que alguns casos obtiveram sua própria resolução – como a do terreno do Abrigo dos Velhos; o lago formado na área da Casa da Cultura; e a apropriação do edifício do Hospital dos Servidores pelo Museu de Arte de Goiânia e Centro Livre de Artes, na década de 1990, onde, até os dias atuais, permanecem e atuam no próprio bosque, realizando atividades culturais e artísticas ao ar livre. Ao final da década de 1970, de acordo com o relatório da SORDENA, o bosque ainda sofreu uma maior diminuição da sua área vegetada devido à construção de um Anexo no edifício da Assembleia, composto por três pavimentos e um estacionamento no térreo; ao alargamento da Alameda dos Buritis, que retirou do local árvores de grande porte; e a consolidação de uma feira livre na rua 29, que adentrava no bosque – atitude que, posteriormente, provocou a construção de um alambrado isolando o acesso ao parque por esta via (Sordena, 1977).

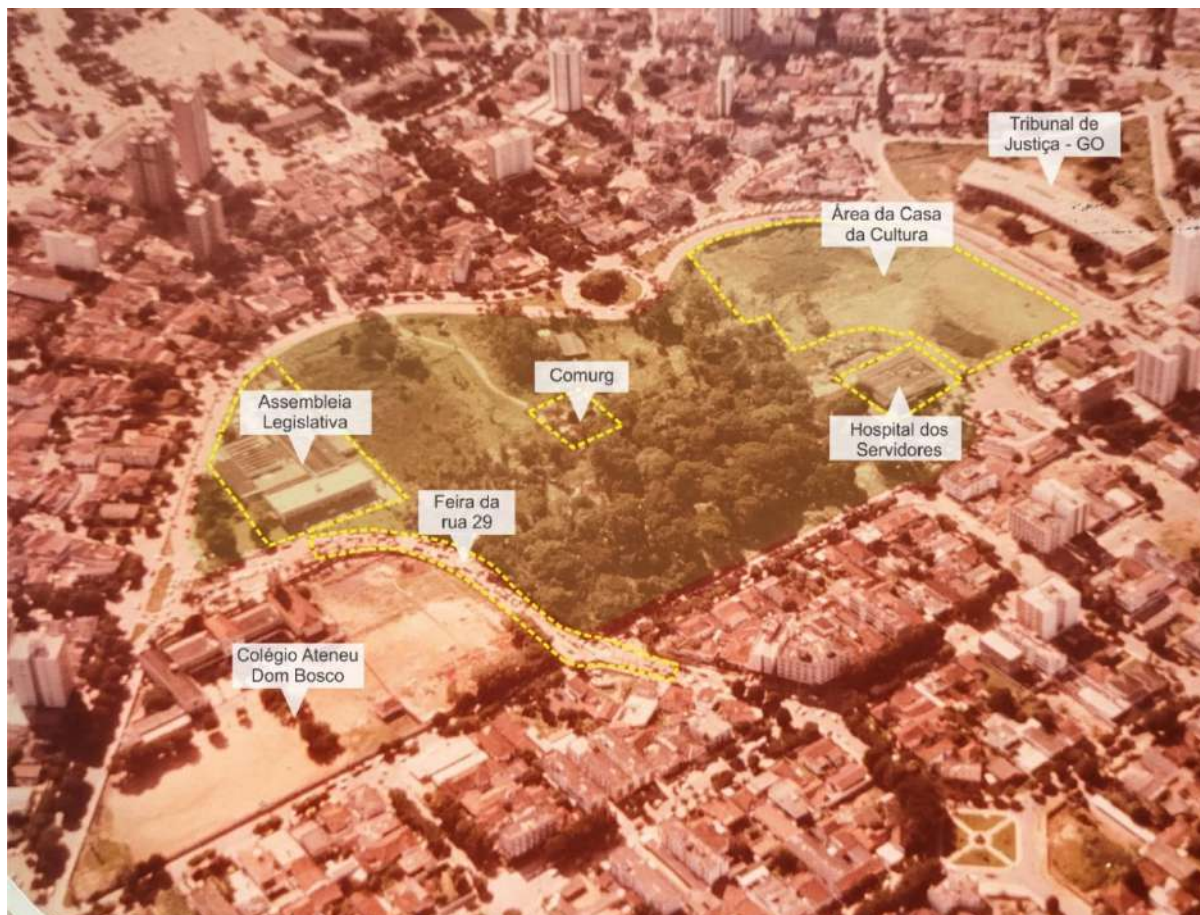
Também, neste momento, no ano de 1979, a Prefeitura de Goiânia elaborou uma política de área verde para a capital e indicou como área de intervenção prioritária o Bosque dos Buritis, devido á sua localização central, seu caráter histórico e a situação de quase extinção de seus buritis. Dessa maneira, o arquiteto Fernando Chacel foi contratado para a elaboração de um projeto paisagístico e de urbanização para o Bosque, o primeiro desde a proposta do plano piloto de Atílio Correa Lima (Mota, 2014), cujas medidas a curto prazo envolviam o conserto e instalação de alambrados e portões, o controle do descarte e depósito de lixo, suavização de taludes, plantio de grama, preservação das margens do canal do córrego, reflorestamento de espécies nativas e construção da casa do zelador local. Já as decisões projetuais a longo prazo, envolviam uma possível reintegração do projeto da Casa da Cultura no bosque e a aplicação de um projeto paisagístico para o parque (IPLAN, 1981).

Figura 86 – Buritis morrendo no Bosque dos Buritis, em 1981.



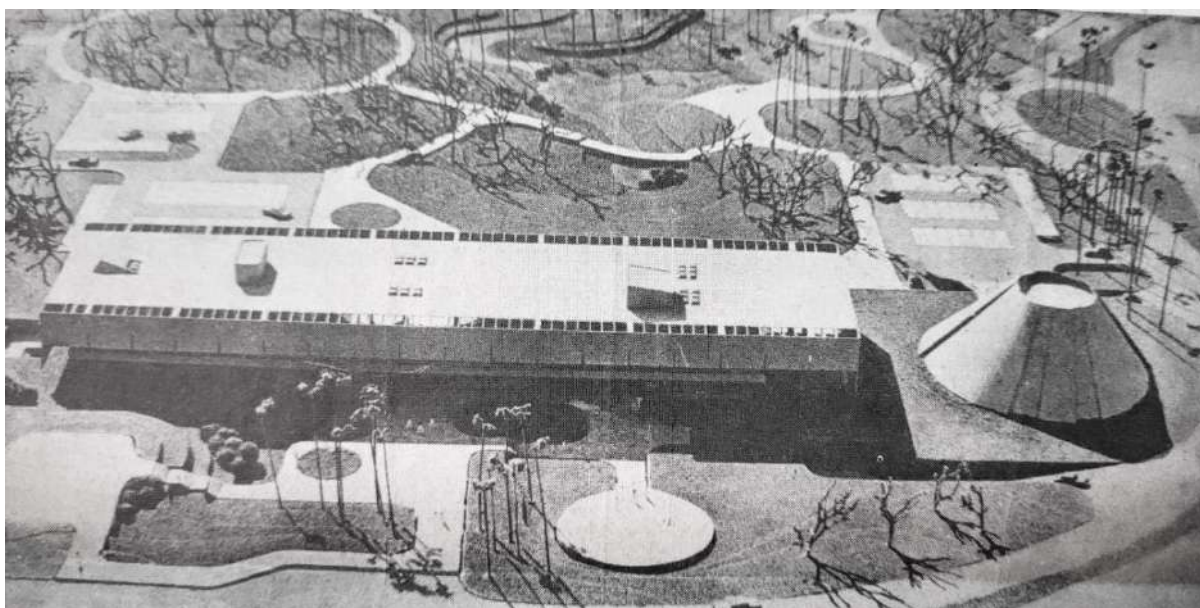
Fonte: Folha de Goiás (1981).

Figura 87 – Vista aérea do Bosque dos Buritis no ano de 1980.



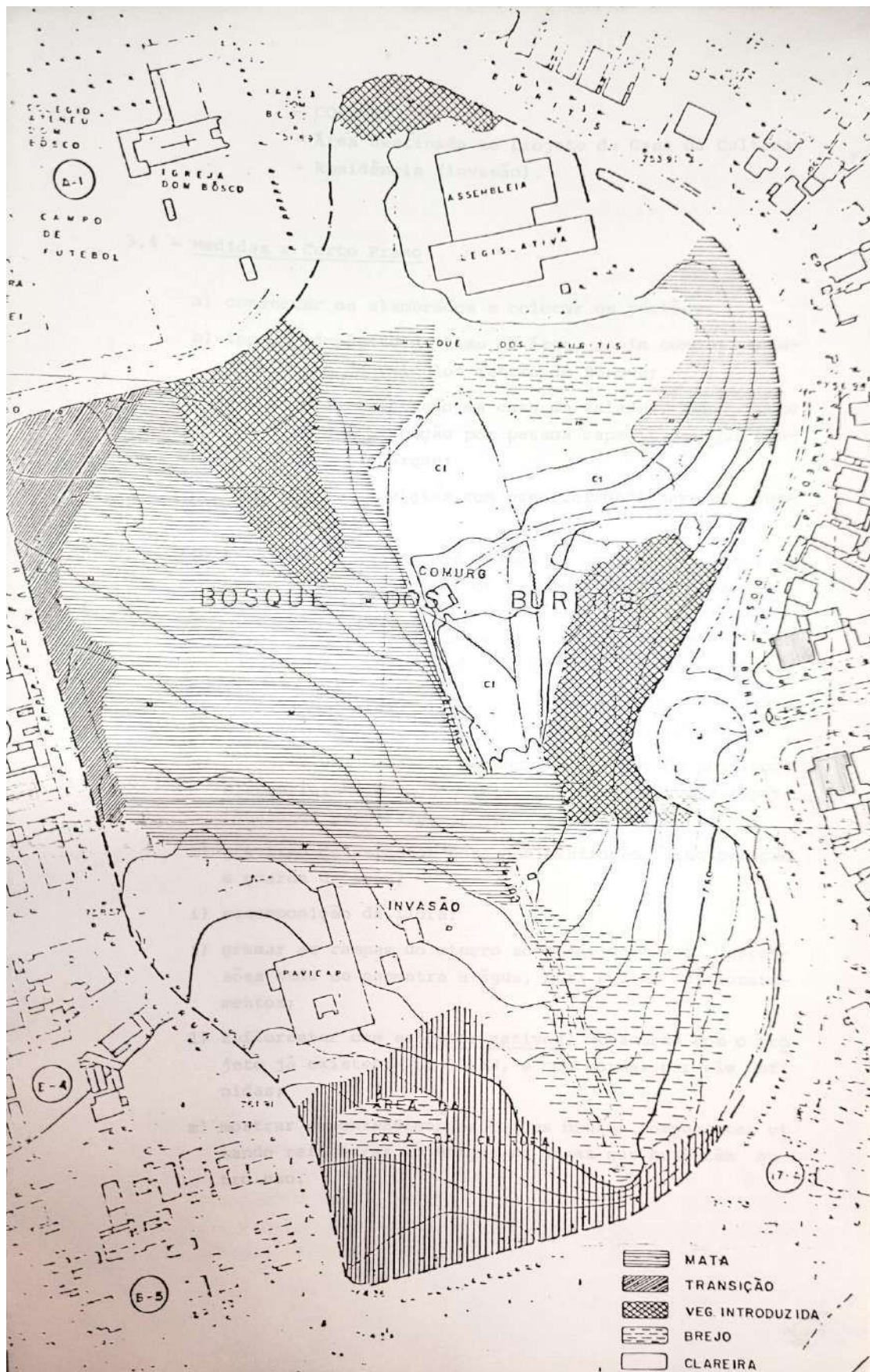
Fonte: SEPLANH-Goiânia (2009).

Figura 88 – Maquete do projeto da Casa da Cultura.



Fonte: O Popular (1988).

Figura 89 – Levantamento do Bosque dos Buritis em 1977.



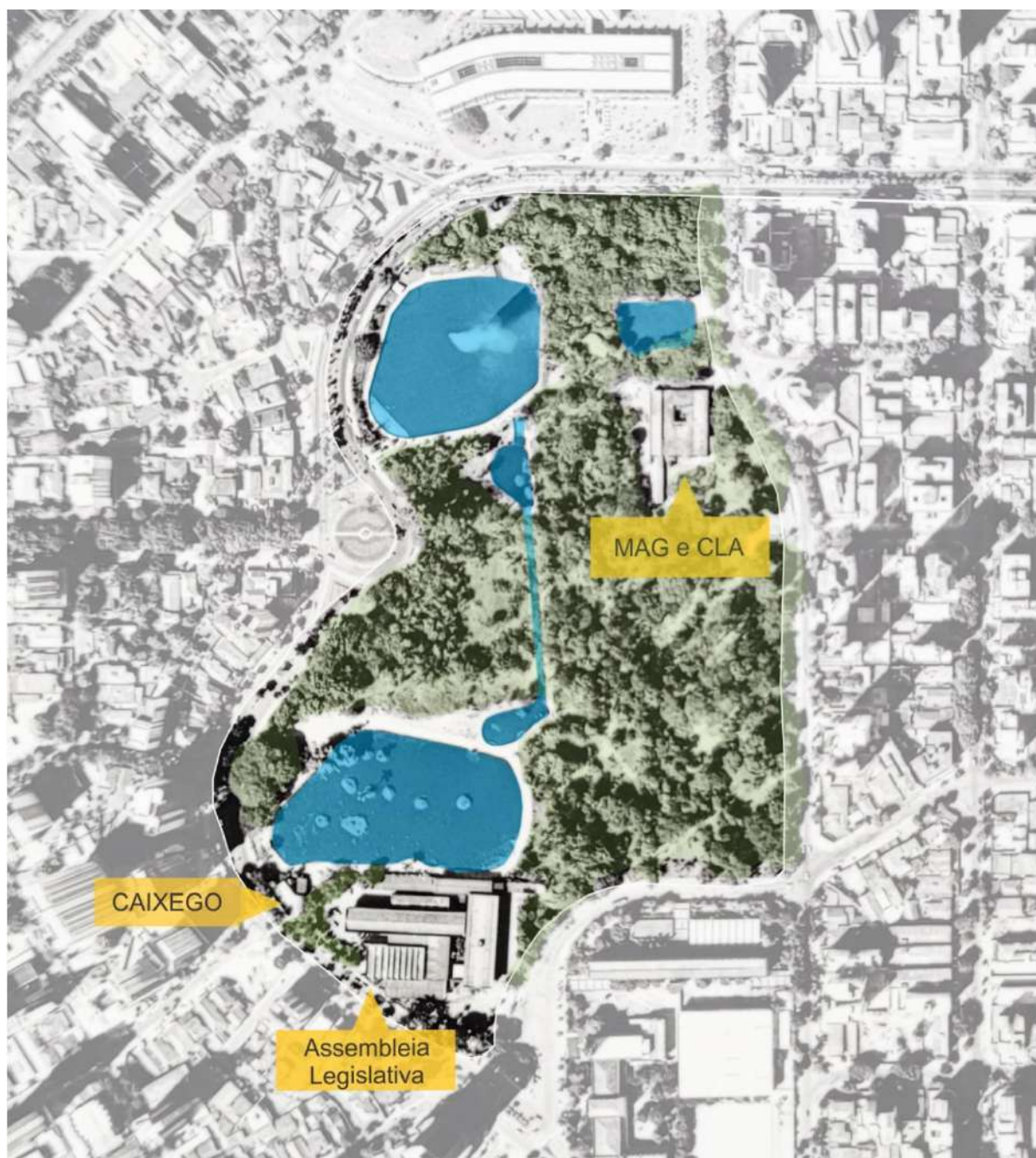
Fonte: Sordena (1977).

Figura 90 – Croqui da proposta paisagística para o Bosque dos Buritis elaborada por Fernando Chacel, em 1979.



Legenda: Neste desenho é possível ver a intenção do arquiteto em aproveitar a presença da água no local para a construção de um grande espelho d'água; com, também, a tentativa de integrar o projeto da Casa da Cultura e o edifício da PAVICAP ao desenho paisagístico do parque. Fonte: SEPLANH, Goiânia (2009).

Figura 91 – Fotografia aérea do Bosque dos Buritis, 1992.



Legenda: Neste momento, percebe-se o resultado da implantação do projeto de Fernando Chacel, com algumas alterações no desenho do espelho d'água, que passou a ser três lagos e um canal ligado a dois outros pequenos lagos. A vegetação encontra-se em maior volume em relação às fotografias dos anos anteriores, muito provavelmente devido à proposta de replantio de espécies nativas e rearborização do bosque. Nesta fotografia, é possível identificar o edifício da CAIXEGO, construído em frente à Assembleia Legislativa. Não foram encontrados dados sobre o ano de construção e o ano de demolição deste edifício, mas estima-se, pela análise das fotografias, que tais fatos tenham ocorrido, respectivamente, na década de 1980 e na passagem da década de 1990 para os anos 2000. Fonte: SEPLANH, Goiânia (2009).

Figura 92 – Vista aérea onde é possível ver, em primeiro plano, os edifícios da CAIXEGO e da Assembleia Legislativa, e, em um plano seguinte, a Paróquia São João Bosco e o Colégio Ateneu Dom Bosco. Ao fundo, o setor Oeste já bastante verticalizado.



Legenda: A data da fotografia não foi identificada. Fonte: ALEGO (2018).

Figura 93 – Outro ângulo da vista aérea anterior. Ao fundo da Assembleia Legislativa observa-se o terreno úmido onde posteriormente fora construído um lago, como, também, a vegetação do Bosque dos Buritis.



Legenda: Estima-se que, tanto esta fotografia, quanto a anterior, foram tiradas ao final da década de 1980, uma vez que, apesar de não se saber ao certo as datas de implantação do lago da Assembleia e de construção do edifício da CAIXEGO, observa-se, ao fundo desta fotografia, o já edificado Fórum e Tribunal de Justiça de Goiás, cuja inauguração ocorreu em 1986. Fonte: ALEGO (2018).

A década de 1990 e início dos anos 2000 foram marcados, para o Bosque, com medidas ligadas ao policiamento e vigilância local e intervenções relativas à arborização, ao embelezamento paisagístico, e a consolidação de atividades culturais ligadas ao parque. Entretanto, como afirma Mota, tais objetivos foram atingidos, mas nada a respeito da integração do bosque ao seu entorno foi realizado, e a consolidação do Museu de Artes e do Centro Livre de Artes representou uma adaptação da proposta da Casa da Cultura, que não fora construída (Mota, 2014). Quanto ao córrego dos Buritis, a estrutura dos lagos e do canal, presente até os dias atuais, ajudou a preservar a presença da água corrente na paisagem e em contato com os frequentadores do parque, como também, exerce a função de receber as águas das chuvas vindas dos setores, Sul, Central e Oeste, e aquelas drenadas dos solos de edifícios do entorno. Vale ressaltar que, devido ao aumento da impermeabilização do solo urbano em Goiânia, a função de drenagem urbana dada ao córrego dos Buritis desde o plano de Atilio tem sido, a cada ano, menos eficiente. O volume de água que tais lagos do Bosque recebem na ocorrência da chuva é grande, fazendo com que, de acordo com relatos de usuários locais, a água do lago e da enxurrada transborde e invada edificações.

Durante a década de 1990, o edifício da Assembleia também recebeu uma série de intervenções funcionais e paisagísticas, que incluíram, por exemplo, alterações em suas fachadas, a desapropriação do estacionamento frontal para dar lugar ao gramado e ao espelho d'água, e a instalação de novas salas no térreo do Anexo dos fundos (Anexo 3) – onde, na época, funcionava um restaurante e um estacionamento. Algumas dessas alterações implicaram intervenções de drenagem no local, devido à acentuada umidade do terreno e à passagem de água subsuperficial de fluxo contínuo (mina d'água) no subsolo da edificação. Embora tenham existido tais preocupações, o edifício, passou a sofrer com alagamentos nos períodos de intensa chuva, devido ao afloramento das minas d'água, e, também, à pouca diferença de nível existente entre o pavimento térreo e a superfície do lago lindeiro ao prédio, que chega a transbordar o seu volume (ALEGO, 2018). Tais fatos, são resultados da intensa impermeabilização ao longo do trajeto do córrego no decorrer do tempo, evidenciam o comportamento de suas águas.

Figura 94 – Demolição do edifício da CAIXEGO, data não identificada.



Legenda: Pela foto aérea de 1992, estima-se que esta demolição tenha acontecido a partir desta data. Fonte: ALEGO (2018).

Figura 95 – Obras de drenagem sendo realizadas no térreo do Anexo 3 (construído em 1979) do Palácio Alfredo Nasser, durante a reforma que retirou o restaurante, o estacionamento e instalou novas salas.



Legenda: Data não identificada. Fonte: ALEGO (2018).

Figura 96 – Outro ângulo da obra de instalação de novas salas no térreo do Anexo 3 do Palácio Alfredo Nasser, em duas fases diferentes.



Legenda: Data não identificada. Fonte: ALEGO (2018).

Figura 97 – Foto de Y. Maeda, 2018, do alagamento na Rua 29 no período de chuvas.



Fonte: ALEGO (2018).

Figura 98 – Foto de Y. Maeda, 2018, do transbordamento do lago do Bosque dos Buritis, localizado ao lado do Palácio Alfredo Nasser.



Fonte: ALEGO (2018).

Figura 99 – Foto de Y. Maeda, 2018, dos funcionários da Assembleia Legislativa de Goiás retirando a água que invadiu o térreo do edifício principal.



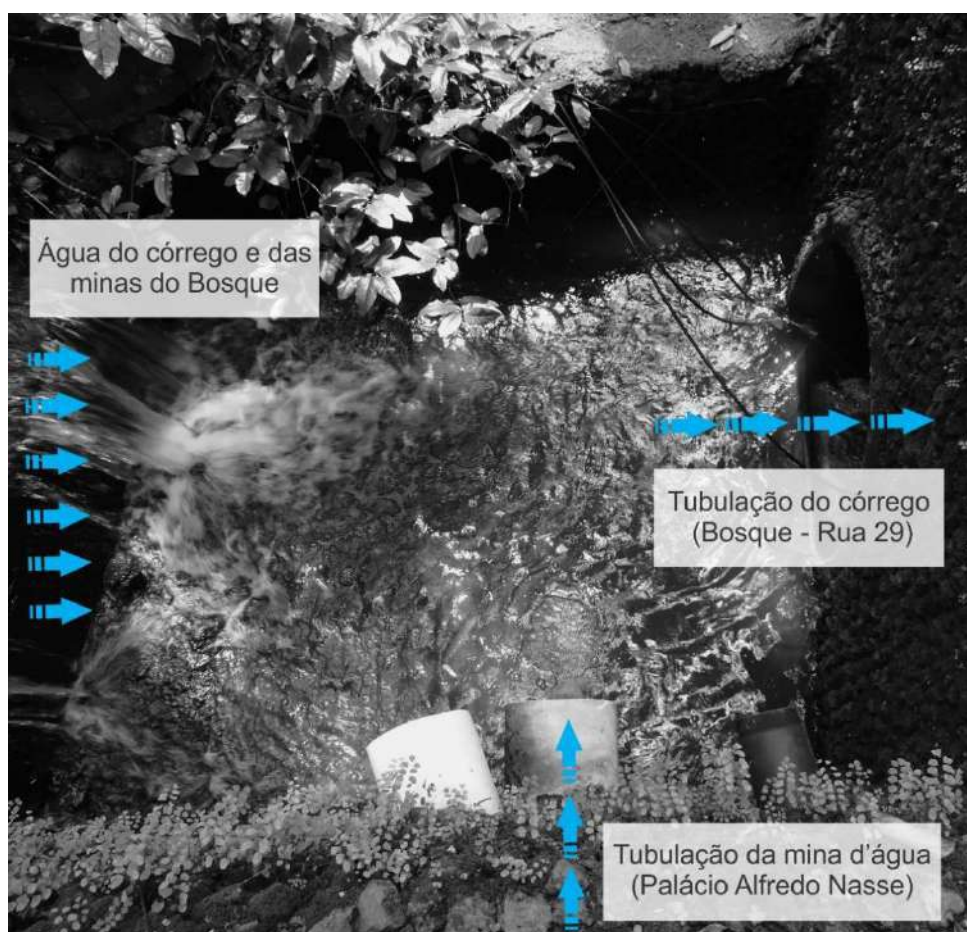
Fonte: ALEGO (2018).

Figura 100 – Caixa de passagem localizada no estacionamento dos fundos (Rua 29), onde é possível ver a água que é captada da mina e lançada na tubulação do córrego dos Buritis.



Fonte: ALEGO (2018).

Figura 101 – Local de reunião das águas do córrego e da mina localizada no Palácio Alfredo Nasser. Estas são lançadas no canal do córrego que segue adiante a partir da rua 29.



Legenda: Estima-se que este trecho canalizado do córrego dos Buritis seja original, construído entre a implantação de Goiânia e a construção do Colégio Ateneu Dom Bosco, bem como da ponte sobre o córrego em sua entrada principal. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 102 – Vista aérea do Bosque dos Buritis.



Legenda: Os círculos vermelhos indicam os locais onde existem minas d'água dentro do bosque e que contribuem com o volume de água no canal do córrego dos Buritis. As setas em azul indicam os principais trajetos dessas águas, aqueles que estão canalizados. Fonte: Editado pela autora no Google Earth (2023).

Figura 103 – Mina d'água localizada no interior da mata do Bosque dos Buritis, próxima ao grande lago e ao Centro Livre de Artes.



Legenda: Na foto à esquerda, encontra-se o olho d'água, e na foto à direita, o canal pelo qual a água da nascente é levada até um dos lagos pequenos. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 104 – Mina d'água encontrada no interior da tubulação que leva o córrego para a rua 29.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Ainda na década de 1990, o Decreto nº2.109 de 13 de setembro promoveu o tombamento de algumas áreas verdes de Goiânia: o Bosque Botafogo, o Jardim Botânico, a cabeceira do Areião, o Lago das Rosas e o próprio Bosque dos Buritis. Esta nova condição deste último parque impediu que ocorresse mais desmatamento e que novos edifícios fossem construídos no local (Mota, 2014). E, em 2005, fora elaborado, pela Agência Municipal do Meio Ambiente – AMMA, um plano de manejo do Bosque dos Buritis, cujo objetivo era traçar medidas de gestão e manutenção para o parque, reforçar dados históricos e sociais e realizar diagnósticos ambientais sobre o mesmo. Desse modo, para a implantação das propostas do plano, as áreas analisadas e diagnosticadas foram consideradas em subprogramas, que englobaram o manejo da flora e da fauna, a qualidade da água, a pesquisa e monitoramento, o turismo, as relações públicas, a proteção/segurança, a administração e manutenção, o entorno, a recreação e a educação ambiental (AMMA, 2005). Além disso, foi definido pelo plano o zoneamento da área do bosque, que determinou os tipos de usos a serem implantados, em adequação com os já existentes (Mota, 2023).

Figura 105 – Zoneamento do Bosque dos Buritis elaborado pelo plano de manejo de 2005.



Fonte: Mota (2023).

O plano foi, também, capaz de diagnosticar que os principais problemas hídricos presentes no parque sejam relacionados àquelas águas que chegam até ele,

ou aquelas que afloram em seu próprio terreno. Assim, de acordo com o documento, sabe-se que a vazão do próprio córrego dos Buritis é insuficiente para manter os lagos artificiais do Bosque, pois, além da impermeabilização excessiva de suas nascentes e áreas de recargas, parte do fluxo destas águas pode estar se infiltrando através das emendas das juntas dos anéis de concreto de seu canal subterrâneo urbano, e, também, a drenagem feita nos subsolos de algumas construções em suas imediações direcionam as águas cristalinas que neles afloram para as galerias pluviais, ao invés de as conduzirem para tais lagos (AMMA, 2005). Devido ao funcionamento constante destas bombas hidráulicas, ocorre o rebaixamento do lençol freático no local, o que corrobora, principalmente no período da seca, com o enfraquecimento das nascentes e a diminuição dos volumes. A alimentação dos volumes dos 3 lagos do Bosque é feita por tubulações separadas. O primeiro e superior (lago 1), não consegue alimentar os outros dois (lagos 2 e 3), pois depende unicamente das águas canalizadas das nascentes e do leito do córrego para manter seu volume. Assim, a água do lago intermediário (2) é bombeada rotineiramente para este lago superior (1), e também alimenta, por gravidade, o lago inferior (3), uma vez que a alimentação de seu volume provém do bombeamento do Tribunal de Justiça e adjacências (AMMA, 2005).

Figura 106 – Identificação dos lagos 1, 2 e 3 do Bosque dos Buritis, de acordo com a descrição do plano de manejo.



Fonte: Editado pela autora no Google Earth (2023).

Outro problema identificado nos lagos é o da eutrofização. Devido ao acúmulo de grande quantidade de matéria orgânica em seus interiores, ocorre o desenvolvimento anormal de micro-organismos, que ao consumirem a maior parte do oxigênio disponível provocam a fertilização excessiva da água, comprometendo a qualidade da mesma e causando a morte dos peixes. Este processo, segundo o plano de manejo elaborado pela AMMA (2005), é intensificado por uma série de fatores, que incluem a descarga de esgotos domésticos clandestinos e de águas servidas sem tratamento prévio nos lagos; a introdução de espécies exóticas que se reproduzem desordenadamente e eliminam as espécies nativas, aumentando a matéria orgânica do interior do lago; restos de alimentos jogados na água pelos frequentadores do Bosque; e grande quantidade de lixo e excremento das aves do bosque que, com o alto índice de escoamento urbano, chegam até os lagos nos períodos de chuva. Aliado a isso, o Bosque, por ser atingido pela enxurrada, devido ao alto índice de pavimentação de seu entorno, sofre com erosões. Segundo o plano de manejo, a construção de barreiras de contenção e a reconstituição da vegetação foram medidas adotadas para lidar com este problema. Quanto à qualidade da água dos lagos, foi proposto o monitoramento de sua fauna e dos hábitos de seus visitantes, bem como a conscientização ambiental da população (AMMA, 2005).

Desse modo, pode-se dizer que este plano de manejo se configurou como a ação adotada mais próxima da realidade ambiental e histórica do córrego dos Buritis, justamente pelo fato de ainda existir um trecho de sua paisagem verde ainda mantida na superfície da cidade, mesmo que segregada do restante do trajeto deste córrego e muito modificada ao longo do tempo. Na atualidade, o bosque dos Buritis se mantém como um “oásis” no concreto urbano, e possui grande representatividade no imaginário urbano do goianiense.

Figura 107 – Pequeno lago no início do canal localizado entre os dois grandes lagos no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

2.4.4 Jóquei Clube de Goiás

Como dito anteriormente, as primeiras décadas do Jóquei Clube de Goiás, principalmente após a construção da nova sede projetada por Paulo Mendes da Rocha, foram de muito movimento social. Entretanto, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, devido à uma queda do número de sócios, uma má gestão financeira, e a deterioração de suas instalações, o clube adentrou em um contexto de abandono e de desvalorização de seu caráter histórico, arquitetônico e cultural (Caixeta; Mahler, 2021). Assim, a queda na frequência de uso do clube por parte de seus sócios e dos organizadores de eventos, fez com que se iniciasse para o clube um processo de endividamento.

A descaracterização e o abandono não ocorreram somente com seus ambientes internos e com a área das piscinas – que, sem uso, tiveram que ser esvaziadas –, mas, também, com o bosque situado em frente à rua 11, o qual

representava a presença das águas do córrego dos Buritis no local. Como uma forma de combater um quadro financeiro muito prejudicado, a gestão do clube vigente no ano de 2008, emprestou suas instalações a uma instituição de ensino superior que, em troca, se comprometeu em assumir R\$ 6 milhões em dívidas do clube, suas despesas futuras e o equivalente a 20 salários mínimos mensais durante a vigência do contrato. Desse modo, os espaços desocupados do edifício do clube, como os dois ginásios e o andar superior do prédio principal, somatizaram cinco mil metros quadrados que seriam compartimentados em aproximadamente 80 salas de aula (O Popular, 2008).

Como são espaços arquitetonicamente separados, o presidente garante que não haverá prejuízo para os associados. 'Essa foi a nossa principal preocupação em fechar o acordo.' Shoppings, galerias comerciais, grupos hoteleiros espanhóis e nacionais, escolas e até igrejas evangélicas fizeram propostas para o clube. 'Optamos pela Faculdade Padrão porque trata-se de uma instituição de peso no Estado e porque foi a que mais preservou o espaço e a tranquilidade do associado, mesmo quando for utilizar os espaços de lazer (O Popular, 2008, p. 4).

Foi neste período que a instituição realizou a construção de um estacionamento, que colocou abaixo o bosque local, provocando assim, mais uma descaracterização do projeto original, além de contribuir para com a extinção de mais um trecho da paisagem natural e nativa do córrego dos Buritis. Como afirmam Caixeta e Mahler (2021), este ambiente externo não era constituído somente pelas inúmeras árvores nativas, que foram mantidas ali deste a construção da sede original, mas, também, por uma capela, quiosques, churrasqueiras e piscinas:

A Praça do Bosque foi a parte mais desconfigurada do complexo devido à destruição do bosque. Posteriormente este lugar se transformou em um grande estacionamento para a geração de recursos e a área foi totalmente impermeabilizada. A vegetação nativa, assim como a capela, o quiosque, as churrasqueiras, outras piscinas e um escorregador agregados ao projeto original foram eliminados ou demolidos para a construção de um grande estacionamento" (Bernardes; Caixeta *apud* Caixeta; Mahler, 2021, p. 114).

Até o ano de 2019, o edifício do clube foi ocupado por esta instituição de ensino superior. Em 2017, diante a uma possibilidade de venda a uma instituição religiosa – que pretendia demolir o edifício original e, no local, construir um templo religioso –, foi interrompida devido ao protocolamento de uma proposta de tombamento do clube no Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, realizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás – CAU-GO. De acordo com o parecer técnico elaborado pelo arquiteto e urbanista Lucas Jordano, para dar suporte ao

pedido de tombamento, além do potencial arquitetônico e ambiental – devido à passagem do córrego dos Buritis em seu terreno –, a sua localização urbana o coloca dentro de um eixo artístico-cultural no centro da cidade, onde estão outros edifícios com este caráter, como, por exemplo, o Teatro Goiânia, a Vila Cultural Cora Coralina, o Beco da Codorna, o Cine Ouro, a Rua do Lazer (Rua 8) e o Grande Hotel (Jordano, 2017). Além desses, convém aqui acrescentar o Bosque dos Buritis, o Museu de Arte de Goiânia e o Centro Livre de Artes, que dão continuidade a este “eixo” no sentido oeste.

Figura 108 – Fotografias aéreas Jóquei Clube de Goiás entre os anos de 2004 e 2020.



Legenda: Nas fotografias de 2004 e 2007 vê-se presente a vegetação do bosque original do terreno. Esta, embora tenha sido mantida no projeto de Paulo Mendes da Rocha, sofreu uma redução para a construção das quadras na lateral do terreno – em frente à Rua 4. De 2004 para 2007 percebe-se a retirada de algumas árvores e de alguns elementos aquáticos do interior do bosque. Na fotografia de

2008, ano do “aluguel” do espaço para outra instituição, ocorre a retirada completa do bosque. No ano seguinte, vê-se que, no local desmatado e ainda desocupado, começa a nascer uma vegetação de pequeno e médio porte, e, também neste ano, percebe-se pela imagem, que as piscinas se encontram sem manutenção, sujas e/ou vazias. Já no ano de 2012 o local do bosque já está pavimentado e sendo usado como estacionamento, embora, desde ano em diante, as piscinas estiveram abandonadas. De 2012 em seguida o número de veículos no estacionamento diminuiu, pois, o próprio edifício do jôquei foi abandonado e fechado. Fonte: Editado pela autora de SEPLANH-Goiânia (2018) e Google Earth.

2.4.5 Demolição da Santa Casa de Misericórdia e construção do Centro de Convenções

A Santa Casa de Misericórdia, localizada na Avenida Paranaíba, esquina com a Rua 4, no Setor Central, permaneceu neste local até meados da década de 1980, e foi demolida em 1985, sob o primeiro mandato de Íris Rezende como Governador do Estado (1983-1986). Este terreno pertencia ao IPASGO – Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Goiás, e a demolição da construção ocorreu sob a justificativa da edificação, em seu lugar, do Hospital do Servidor Público (Diário da Manhã, 1992).

A partir desta demolição, foi possível identificar, segundo o relato de Antônio de Faria Filho ao Departamento de Documentação e Memória de Arte de Goiânia em 1985, a canalização subterrânea do Buritis, até então desconhecida por muitos.

Goiânia tinha rego d'água para todo lado. Eu não sei como eles conseguiram arrumar aquilo! Na porta do Grande Hotel passava um rego d'água, um em frente ao almoxarifado³, outro na Rua 20. Eles canalizaram um córrego que passava embaixo da Santa Casa; foi descoberto agora, eu sabia que ele existia, só que não sabia onde – sem poluição - é o córrego do Buriti (Goiânia, 1985, p. 39).

³ Tudo indica que este córrego é o próprio córrego dos buritis, uma vez que o almoxarifado citado pelo Dr. Antonio em seu relato, é o que foi instalado no Parque dos Buritis no início da construção de Goiânia, no mesmo local onde depois foram construídos o Abrigo dos Velhos e o Tribunal de Justiça de Goiás.

Figura 109 – Meninos pulando sobre a canalização do córrego dos Buritis, descoberta com a demolição da Santa Casa de Misericórdia, em 1985.

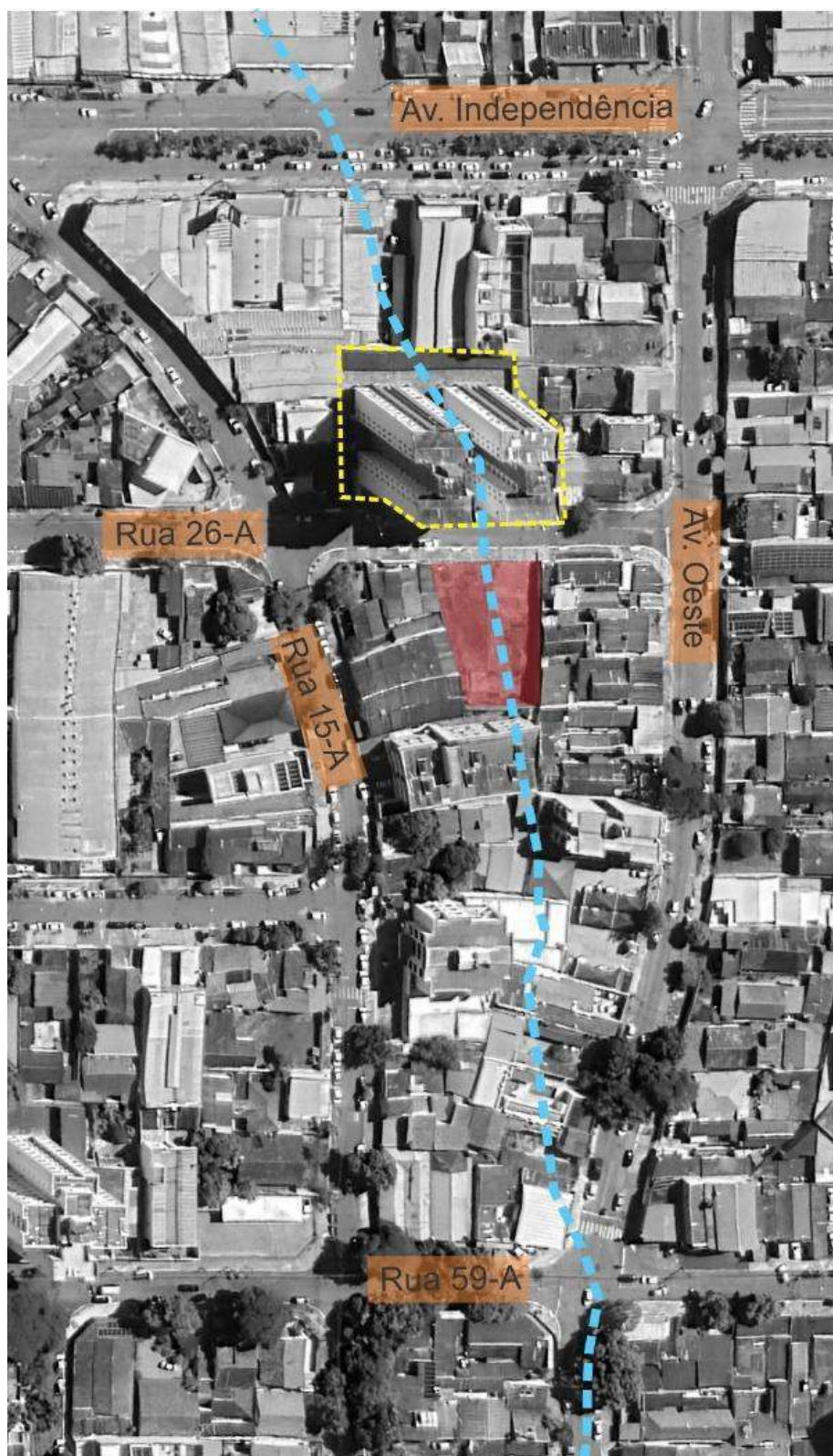


Legenda: Ao fundo, é possível ver, como ponto de referência, a fachada do Hospital São Lucas, localizado, até os dias atuais, na Rua 4, Setor Central, em frente ao terreno da demolida Santa Casa e atual Centro de Convenções de Goiânia. Fotografia de Antônio de Faria Filho. Fonte: Goiânia (1985, p. 34).

Nos dois anos que se seguiram após a demolição do edifício da Santa Casa, o hospital prometido não foi construído, e o terreno ficou desocupado, ainda com muitos entulhos. Foi neste contexto que, em 1987, dois catadores de sucatas encontraram abandonada no local uma capsula radiológica, na ruína de uma das salas de radiografia do Instituto Goiano de Radiologia – este, também demolido, ocupava uma parte do terreno em pareceria com a Santa Casa de Misericórdia. Ao despertar o interesse dos catadores, a capsula foi levada para a moradia de um deles na Rua 57, no setor Central, e lá ela foi desmontada. Em seguida, foi vendida pelos catadores à

Devair Alves Ferreira, dono de um ferro velho localizado na Rua 26-A, no Setor Aeroporto. Coincidentemente, a casa e ferro velho de Devair se localizavam em um trecho desta rua correspondente com o local de passagem do córrego dos Buritis, na época já canalizado, onde antes de pertencer ao setor Aeroporto, pertencia à Vila Cristo Redentor. Neste local, a parte da capsula comprada foi aberta e os moradores locais entraram em contato com o Césio-137, um elemento altamente radioativo armazenado em seu interior, no formato de um pó azul e muito brilhante, cujo aspecto luminoso e misterioso chamou a atenção da vizinhança. Muitos foram até a casa de Devair para conhecer o “pó mágico” encontrado por ele, e tanto os visitantes quanto, principalmente, sua família apresentaram, em poucos dias, os fortes sintomas de uma contaminação por radiação, até que, devido ao alastramento dos casos, as autoridades vieram a descobrir a capsula radioativa rompida na casa de Devair. Deu-se início, então, a um acidente radiológico de grandes proporções na cidade de Goiânia, que foi noticiado em todo o mundo e trouxe inúmeras vítimas fatais ou com graves sequelas, devido à contaminação pela radiação. As casas de Devair e do catador que o vendeu a peça, nas ruas 26-A e 57, foram demolidas, e tais ruas interditadas. Iniciou-se um trabalho de medição dos níveis de radioatividade nos habitantes de Goiânia, e aquelas cuja contaminação fora detectada ficaram em quarentena no campo de futebol do Estádio Olímpico, onde foram instalados abrigos temporários. Os dejetos da demolição das casas e pertences dos moradores contaminados foram armazenados em barris e levados à um aterro antirradiação localizado na cidade de Abadia de Goiás (O Popular, 1987).

Figura 110 – Foto aérea da localização do terreno pertencente ao ferro-velho de Devair Alves Ferreira (destacado em vermelho), na rua 26-A do setor Aeroporto.



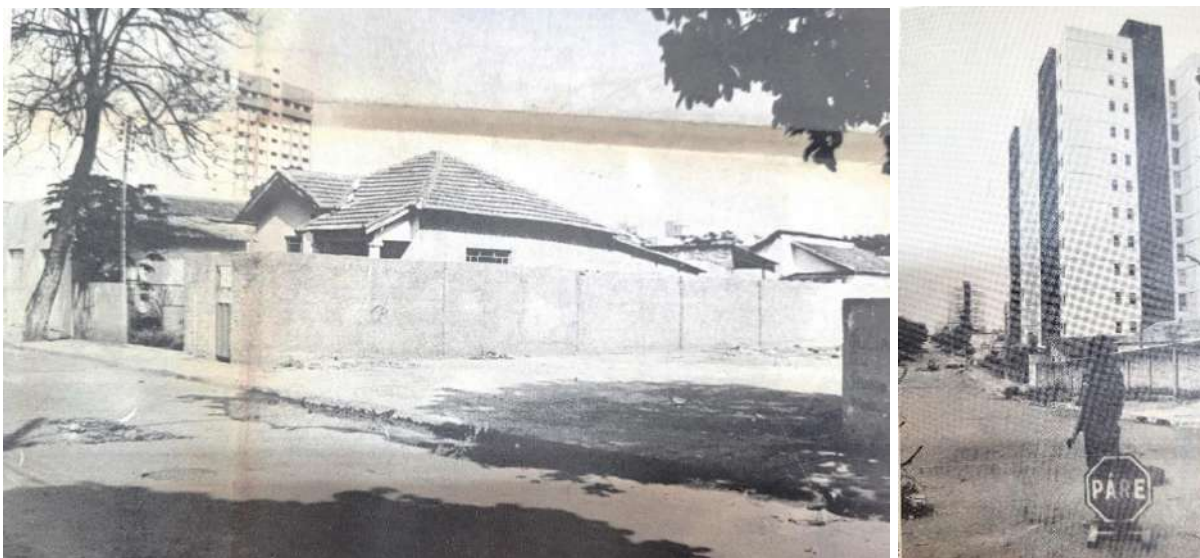
Legenda: Desde a descoberta do acidente radioativo pelas autoridades, até os dias atuais, este terreno encontra-se vazio e concretado. Em tracejado azul, o trajeto original do córrego dos Buritis. Não foram encontrados registros do local de passagem de sua canalização neste trecho. Em tracejado amarelo, o edifício Célia Maria, construído, provavelmente, na década de 1980, no local onde antes se localizava uma mina e um poço d'água. Fonte: Editado pela autora no Google Earth (2023).

Figura 111 – Ferro velho e moradia de Devair Alvez Ferreira na rua 26-A, onde foi aberta a cápsula que armazenava o céσιο-137.



Legenda: O círculo feito na imagem indica o foco de contaminação da radiação. Corresponde, também, com o trajeto original do córrego dos Buritis. Fonte: O Popular (1987).

Figura 112 – À esquerda, os terrenos do ferro velho e moradia de Devair Alves Ferreira já desocupados e concretados, na rua 26-A.



Legenda: Nesta mesma rua, localizado em frente aos terrenos concretados, se encontra o edifício Célia Maria, ilustrado na imagem à direita. A rua 26-A ficou conhecida como a “rua do medo”, e, durante o processo de descontaminação, permaneceu fechada, sendo, posteriormente, muito evitada pelos goianienses. Fonte: O Popular (1987).

Figura 113 – À esquerda, o lote da rua 57, no Setor Central, onde agentes fazem a medição da radiação na capsula encontrada no terreno da demolida Santa Casa. À direita, agentes fazem a detecção de radiação nas proximidades do Capim Puba.



Fonte: O Popular (1989).

O terreno da Santa Casa de Misericórdia ficou desocupado até a década de 1990. No local, restou-se apenas a igreja Nossa Senhora das Graças⁴, e muitos passaram a chamá-lo de “buraco da saúde”, devido ao vazio causado no solo após tal intervenção – uma analogia ao “buraco da cultura” no Bosque dos Buritis. Em 1992, retomou-se a discussão sobre a destinação que deveria ser dada ao terreno, uma vez que o hospital não fora construído. Assim, neste mesmo ano, a área, até então pertencente ao IPASGO, foi desapropriada e, através da Lei nº11.684, foi autorizado que o governo estadual construísse no local o Centro de Cultura e Convenções de Goiânia (Diário da manhã, 1992). A inauguração do novo edifício foi realizada no ano de 1994, ainda com algumas partes a serem finalizadas, como o teatro, por exemplo. (O Popular, 1994), e permanece sem alterações arquitetônicas significativas até os dias atuais. Não foram encontrados registros sobre a parte hidráulica do edifício, nem sobre a sua implantação em um terreno de passagem do córrego dos Buritis.

⁴ Esta igreja, localizada na rua 4 esquina com a rua 30, foi construída em 1943, passou por um restauro em 1988 e outro em 2006, e em 1998, o Decreto-Lei nº 4943, de 31 de agosto de 1998, fez o tombamento da edificação, devido à sua importância histórica e cultural para Goiânia (A Redação, 2021).

Figura 114 – Terreno vazio após demolição da Santa Casa de Misericórdia. Ao fundo vê-se a Igreja Nossa Senhora das Graças.



Fonte Diário da manhã (1992).

Figura 115 – Terreno vazio após demolição da Santa Casa de Misericórdia. Em primeiro plano, vê-se a Igreja Nossa Senhora das Graças.



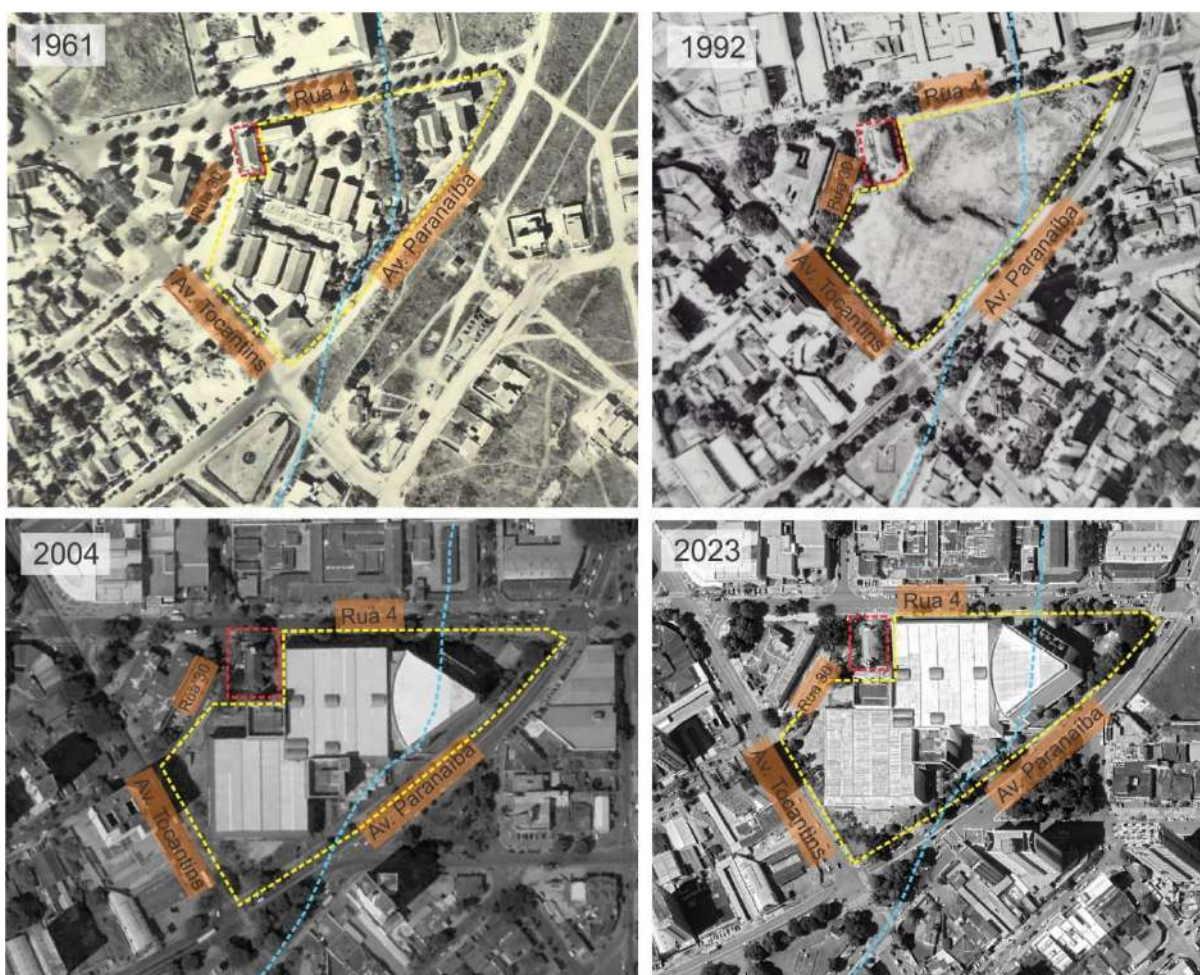
Fonte Diário da manhã (1992).

Figura 116 – Centro de Convenções de Goiânia em construção.



Fonte: Diário da manhã (1994)

Figura 117 – Em tracejado amarelo, o terreno da Santa Casa de Misericórdia em 1961, já vazio em 1992, e com o Centro de Convenções de Goiânia já construído em 2004 e 2023. Em tracejado vermelho, em todas as fotografias, destaca-se a Igreja Nossa Senhora das Graças. Em tracejado azul, o trajeto original do córrego dos Buritis.



Fonte: Editado pela autora de SEPLANH-Goiânia (2018) e Google Earth.

2.4.6 O trecho final do trajeto do córrego dos Buritis

As transformações urbano-paisagísticas ocorridas no trecho final do trajeto dos Buritis são compreendidas em duas categorias: aquelas relacionadas à modificação das condições e elementos naturais referentes ao córrego (canal original e manchas verdes); e aquelas relacionadas ao avanço da urbanização, representado pela configuração do traçado urbano local. Estas categorias não definem uma ocorrência linear e bem separada das transformações paisagísticas em questão, entretanto, elas auxiliam na interpretação das fotografias aéreas e na representação esquemática das mudanças ocorridas de uma década para outra, neste trecho em específico.

Esse tipo de interpretação sobre as alterações paisagísticas no percurso final do córrego poderia ser adotado para analisar os demais trechos de seu trajeto, pois todo ele está inserido em um contexto de urbanização que, automaticamente, envolve parcelamento e crescimento urbanos, drenagem e impermeabilização do solo urbano, e a supressão das áreas verdes. Entretanto, infere-se que, devido ao fato de, historicamente, o foco dos projetos urbanos e dos instrumentos de controle urbano terem se fixado principalmente sobre os setores Central, Sul e Oeste, bem como a construção dos principais equipamentos urbanos da cidade, questões de cunho mais específico guiaram as transformações paisagísticas da parcela do trajeto do córrego localizada nestes bairros. Nesse sentido, este trecho final, que se estende rumo à zona industrial da cidade – mais tarde ocupada pelos setores Aeroporto, Marechal Rondon e Norte Ferroviário –, ficou muito à mercê de uma ocupação irregular e mal planejada, que acabou evidenciando a supressão dos elementos naturais em meio às construções.

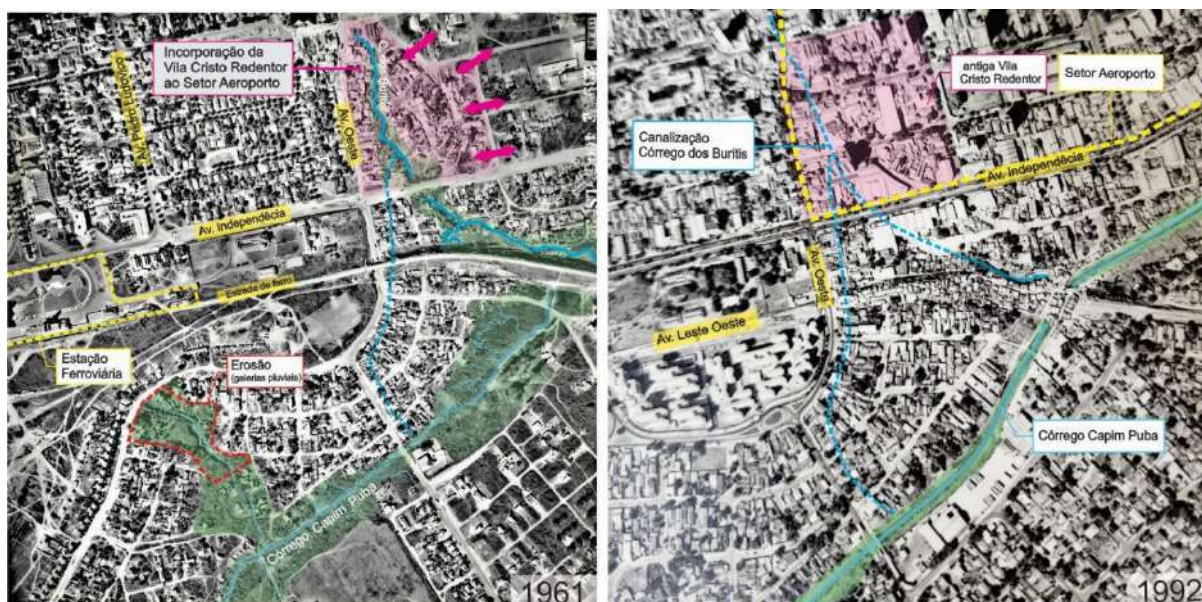
Sabe-se que, em seu trecho final, próximo ao córrego Capim Puba, o córrego dos Buritis sofre duas bifurcações até atingir seu desague. Uma delas teve seu canal tamponado, muito provavelmente, durante as obras relacionadas à ferrovia. A outra, permaneceu na superfície por mais tempo, sendo ela o último trecho a céu aberto do córrego, que desapareceu à medida que a ocupação da Vila Cristo Redentor foi se modificando.

Figura 118 – Trecho de desague do córrego dos Buritis no córrego Capim Puba.



Legenda: Na fotografia de 1933 vê-se o início da ocupação na região norte de Goiânia, e a densa mata ciliar do Capim Puba. Na fotografia de 1950, a parte norte do Setor Central já se encontrava ocupada e a Estação Ferroviária já implantada ao final da Avenida Pedro Ludovico. Nesta data ainda é possível ver na superfície as duas bifurcações do canal original do Buritis e suas respectivas fozes no leito do Capim Puba. A Vila Cristo Redentor se encontra em sua fase inicial, com poucas moradias às margens do Buritis. A região ao norte da Estação Ferroviária e do Aeródromo encontra-se, em 1950, toda desmatada, ocupada por chácaras que caracterizavam a zona rural de Goiânia. Fonte: Editado pela autora de SEPLANH-Goiânia (2023)

Figura 119 – Trecho de desague do córrego dos Buritis no córrego Capim Puba.



Legenda: Na fotografia de 1961, a região se encontra toda urbanizada, a Estrada de Ferro (futura Av. Leste-Oeste) já consolidada e uma das bifurcações do Buritis já canalizada (ao norte da Estação Ferroviária). Nesta data, a Vila Cristo Redentor passa por um processo de incorporação de seu traçado ao traçado do Setor Aeroporto, e ainda conserva, em seu "interior", o canal a céu aberto do córrego dos Buritis. Já na fotografia de 1992, a antiga vila já não existe mais, assim como não é possível mais identificar na superfície urbana o córrego dos Buritis, com exceção do local que antecede sua foz localizada entre as avenidas Independência e Leste-Oeste. Fonte: Editado pela autora de SEPLANH-Goiânia (2023).

A Vila Cristo Redentor sofreu, ao longo dos anos 70, 80 e 90, transformações que foram responsáveis por finalizar o processo de canalização e invisibilização do córrego dos Buritis na cidade. Neste local, cujo assentamento se iniciou já na década de 1940, isto é, no momento da implantação da capital goiana, foram construídas diversas moradias às margens deste córrego, fazendo com que os seus moradores pioneiros desenvolvessem relações cotidianas com a presença de suas águas.

Posteriormente, devido às proposições de Janssen para o projeto e implantação do Setor Aeroporto, nas décadas de 1950 e 1960, o traçado da vila se modificou e foi incorporado a este bairro. Não foram encontrados documentos que demonstrem o desenho de Janssen especificamente para este local, entretanto, a partir da análise de fotografias aéreas das décadas posteriores à implantação do setor Aeroporto, percebe-se que as principais modificações de traçado feitas foram: o prolongamento da Rua 25-A e a abertura das ruas 15-A e 26-A. Outras modificações que acompanharam essa mudança de traçado e também contribuíram para com a supressão do córrego e/ou a transformação da paisagem local, foram: a construção do Edifício Célia Maria, a concretagem do terreno onde a capsula de césio-137 foi rompida, a venda de alguns terrenos residenciais para a construção de edificações de serviço ou comerciais, a construção de novas residências ou a modificação/ampliação de residências já existentes. Tais transformações podem ser vistas na comparação a seguir:

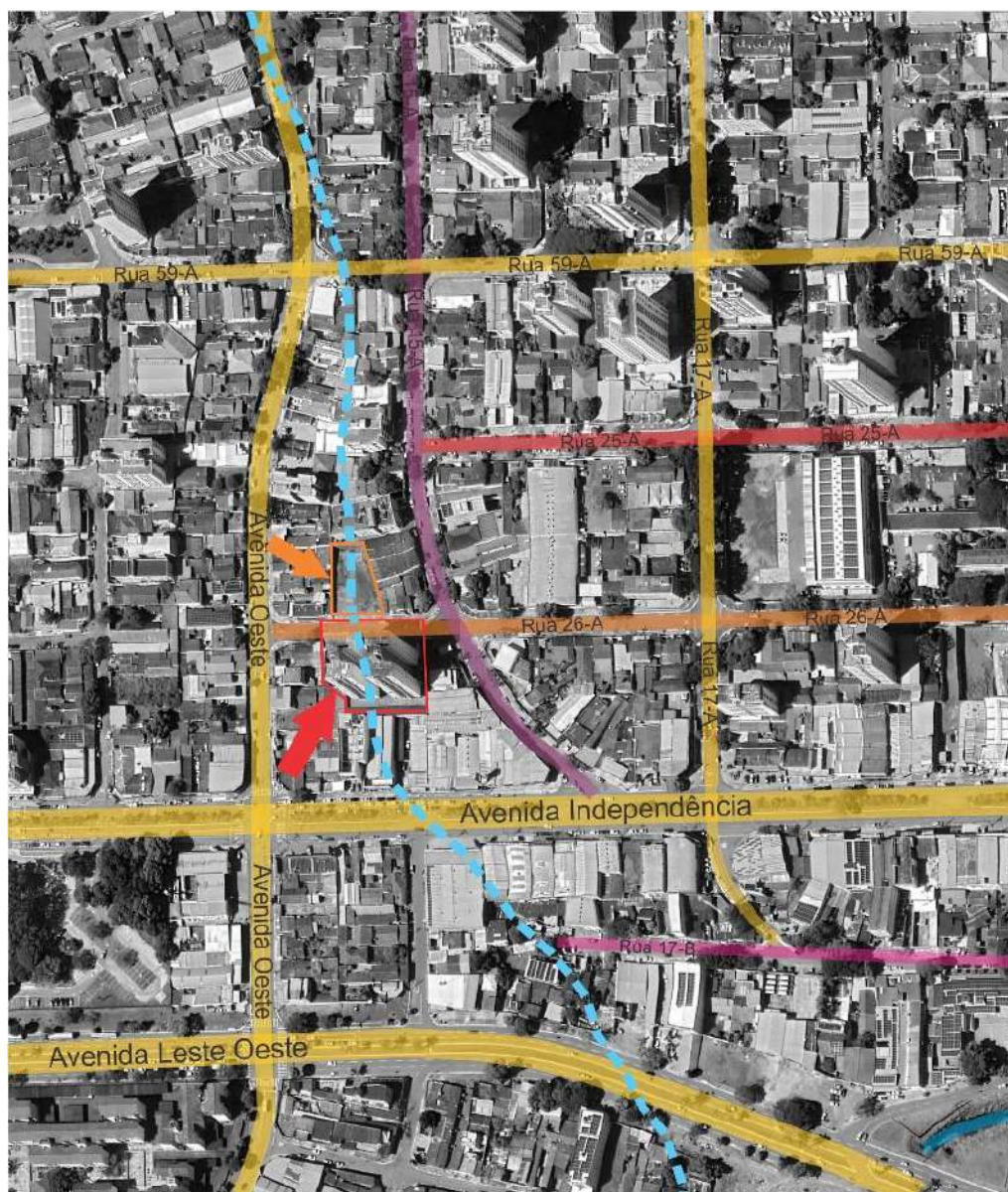
Figura 120 – Fotografias aéreas que mostram o trecho do córrego dos Buritis no local da Vila Cristo Redentor, nos anos de 1961, 1970 e 1992.



Legenda: Até a década de 1970, o percurso do córrego entre a rua 59-A e a Avenida Independência permaneceu, em grande parte, a céu aberto em canal natural. Não foram encontradas fotografias aéreas do local datadas da década de 1980, entretanto, estima-se que o Edifício Célia Maria fora construído antes de 1987, uma vez que é possível vê-lo nas fotografias referentes ao acidente radioativo do Césio-137 naquele mesmo ano (Figura 112). Desse modo, infere-se, aqui, que a

canalização subterrânea do córrego ocorreu juntamente com a construção deste edifício, uma vez que, segundo relatos de moradores antigos, a implantação deste coincide com o local da mina/bica e poço d'água antes existente (indicado nas imagens pela seta vermelha). Na fotografia de 1992, já não é possível identificar o córrego acima da Avenida Independência, embora ainda haja resquícios de sua mancha úmida abaixo da Rua 17-B, próximo à sua foz no córrego Capim Puba. A formação gradual das ruas 25-A (cor vermelha), 26-A (cor laranja), 15-A (cor roxa) e 17-B (cor rosa) está indicada nas imagens através de linhas tracejadas em suas respectivas cores. Em azul, está representado o córrego dos Buritis, sendo seu trecho canalizado em linha tracejada, e seu trecho aparente em linha contínua, ambas nesta mesma cor. Fonte: Editado pela autora de SEPLANH, Goiânia (2009).

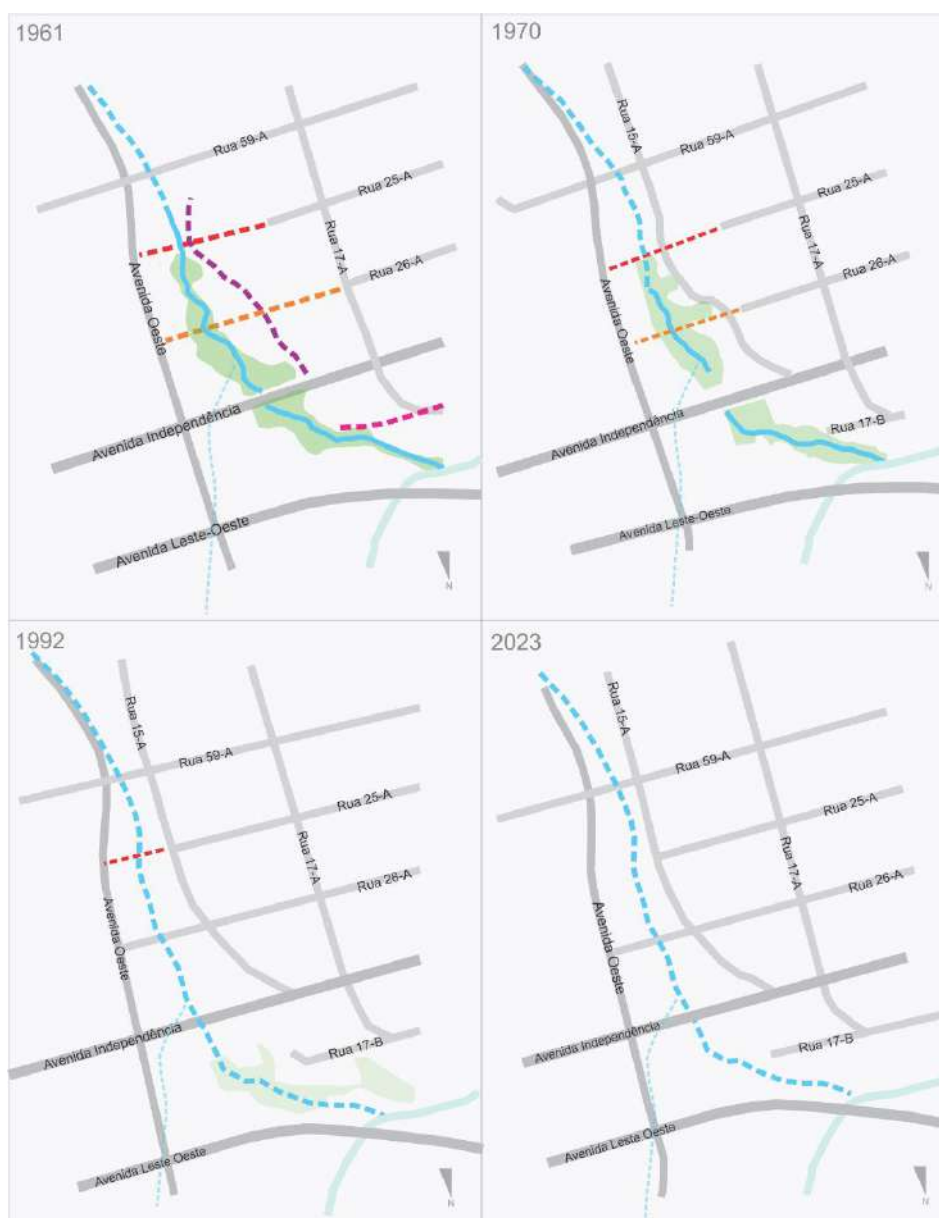
Figura 121 – Fotografia aérea atual (2023) do trecho referente à parte final do trajeto do Buritis.



Legenda: Dos anos 2000 em diante os traçados das ruas 15-A (cor roxa), 25-A (cor vermelha), 26-A (cor laranja) e 17-B (cor rosa) se consolidaram e permaneceram os mesmos. As ocupações entre as Avenidas Independência e Leste-Oeste aumentaram, e muitas são precárias e/ou irregulares, principalmente por estarem às margens do Capim Puba. Indicados pelas setas nas cores vermelha e laranja estão, respectivamente, o edifício Célia Maria e o lote concretado do acidente radiológico do Césio-137. Em linha tracejada na cor azul está representado o trajeto original do córrego dos Buritis, atualmente canalizado por completo. No canto inferior direito da imagem, em azul, está parte do córrego Capim Puba. Fonte: Editado pela autora no Google Earth (2023).

Nos esquemas a seguir, observa-se uma inversão nas representações do córrego e das ruas quando feita uma comparação entre as fotografias de 1961, 1970, 1992 e 2023. Quando o córrego está representado com uma linha contínua – isto é, visível na superfície –, as ruas estão em linhas tracejadas, e, quando estas se consolidam enquanto parte do traçado urbano, o córrego passa a ser representado com linhas tracejadas. Há também uma inversão entre o aglomerado verde que acompanha o córrego e o aglomerado das ocupações nas fotografias. O avanço de um substitui a presença de outro, e é dessa maneira que o córrego se invisibilizou na paisagem não somente deste local, como, também, de outros locais da cidade.

Figura 122 – Esquema do traçado urbano do trecho final do córrego dos Buritis nos anos de 1961, 1970, 1992 e 2023.



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Atualmente, há nas ruas 15-A e 17-B, e nas Avenidas Oeste e Independência, bueiros de maior porte e/ou em maior quantidade, responsáveis por captar o grande volume de água da chuva que desce da região do centro da cidade, principalmente do Bosque dos Buritis. Acredita-se que a canalização do córrego dos Buritis possa ter se desviado ou para a Avenida Oeste ou para a rua 15-A, no momento da construção do edifício Célia Maria e/ou durante as obras de drenagem urbana feitas no local que, segundo relatos dos moradores, ocorreram depois de uma forte chuva inundar a rua 26-A e o subsolo do edifício Célia Maria. Assim, como se vê no esquema referente ao traçado de 2023 (Figura 126), os possíveis trajetos artificiais para o córrego podem ser por tais vias. No entanto, não foram encontrados registros que comprovem essa alteração de trajeto do córrego.

Figura 123 – Bueiros localizados nas ruas 15-A e 17-B no período de seca.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

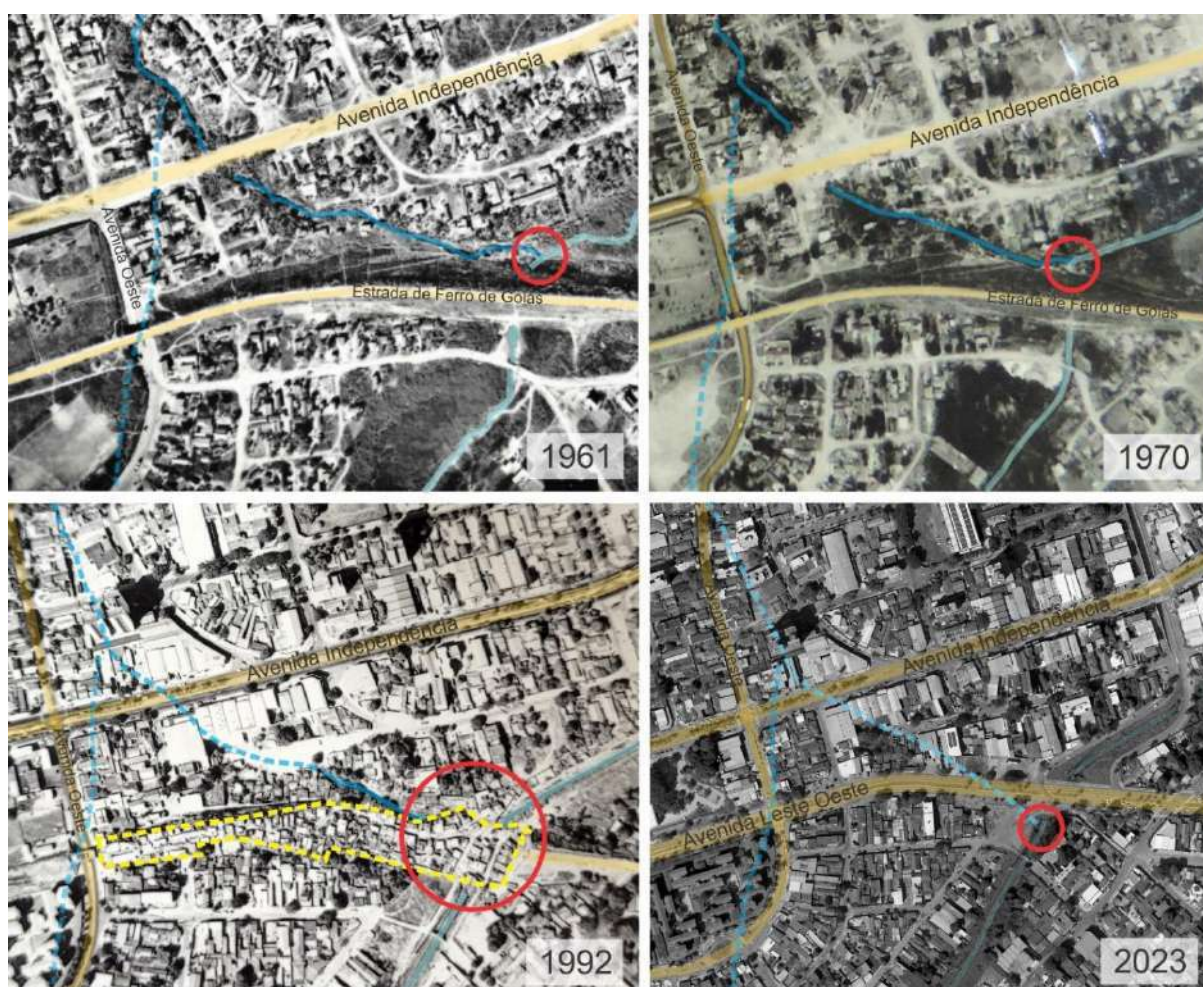
Figura 124 – Bueiros localizados nas avenidas Independência e Oeste no período da seca.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

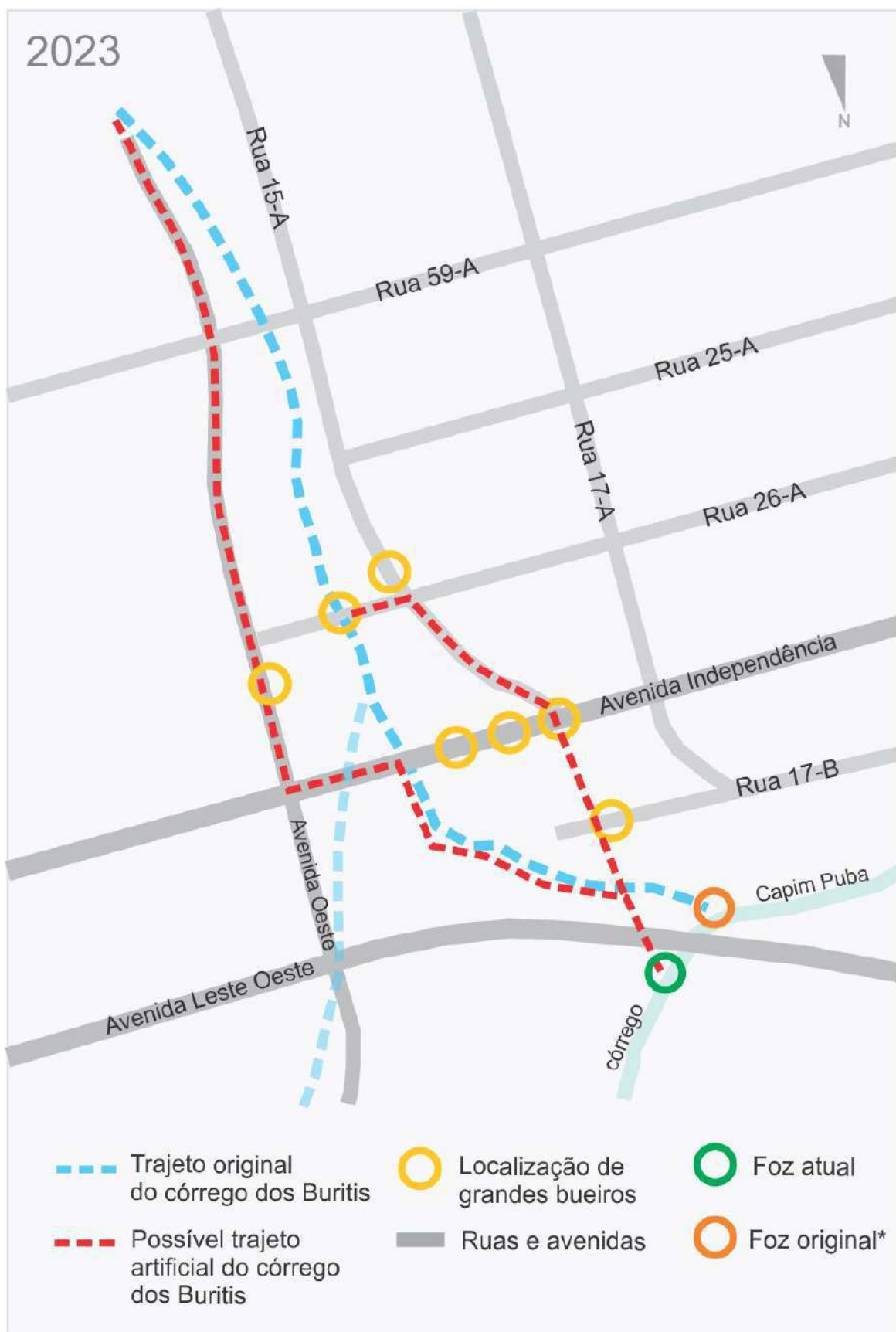
Uma outra análise feita a partir das imagens aéreas é sobre a localização exata da segunda foz no Capim Puba. A Avenida Leste Oeste teve sua construção iniciada no ano de 1997 pois, até então, se configurava como era a Estrada de Ferro de Goiás, desativada juntamente com o fim da circulação das locomotivas, em 1986 (Diário de Goiás, 2016). Ao longo dos anos em que a Estrada de Ferro ficou desativada, surgiram muitas ocupações em seu percurso, sendo uma delas avistada na fotografia aérea de 1992. Na fotografia atual, isto é, após a construção deste da Avenida Leste Oeste, e a partir de levantamento in loco, percebe-se que a foz do córrego dos Buritis encontra-se abaixo desta avenida, onde é possível visualizar suas tubulações (Figura 127).

Figura 125 – Fotografias aéreas de 1961, 1970, 1992 e 2023, que demonstram a transposição do local da foz do córrego dos Buritis no córrego Capim Puba.



Legenda: Na fotografia de 1992, a área delimitada em linha tracejada amarela diz respeito à ocupação no percurso da Estrada de Ferro de Goiás, já desativada. O círculo vermelho presente em todas as fotografias indica a localização da foz do córrego dos Buritis. Em azul claro, no canto inferior direito de cada fotografia, está o córrego Capim Puba. Em azul mais escuro, o trajeto original do córrego dos Buritis. Fonte: Editado pela autora de SEPLANH-Goiânia (2018) no Google Earth.

Figura 126 – Mapa dos possíveis trajetos artificiais do córrego dos Buritis em seu trecho final, e das localizações original e atual de sua foz no córrego Capim Puba.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Figura 127 – Tubulação de desague do córrego dos Buritis no córrego Capim Puba.



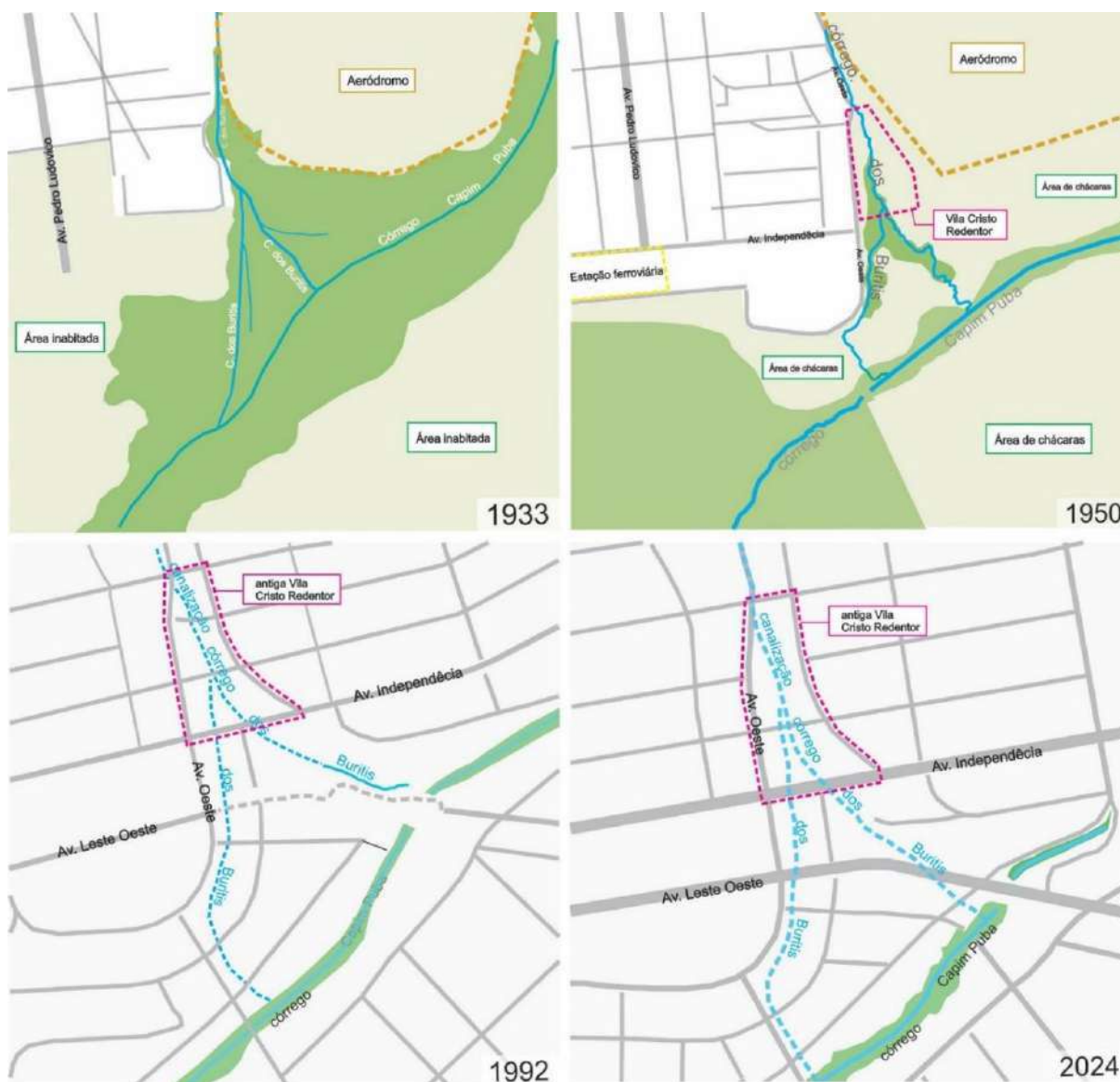
Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 128 – Leito do córrego Capim Puba e, à direita, a tubulação de desague do córrego dos Buritis neste primeiro córrego.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 129 – Representações que demonstram a evolução do avanço da urbanização sobre trecho da mata ciliar do córrego Capim Puba, nos anos 1933, 1950, 1992 e 2024, que afetaram diretamente o córrego dos Buritis e sua paisagem natural.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Figura 130 – Segunda foz do córrego dos Buritis no córrego Capim Puba.

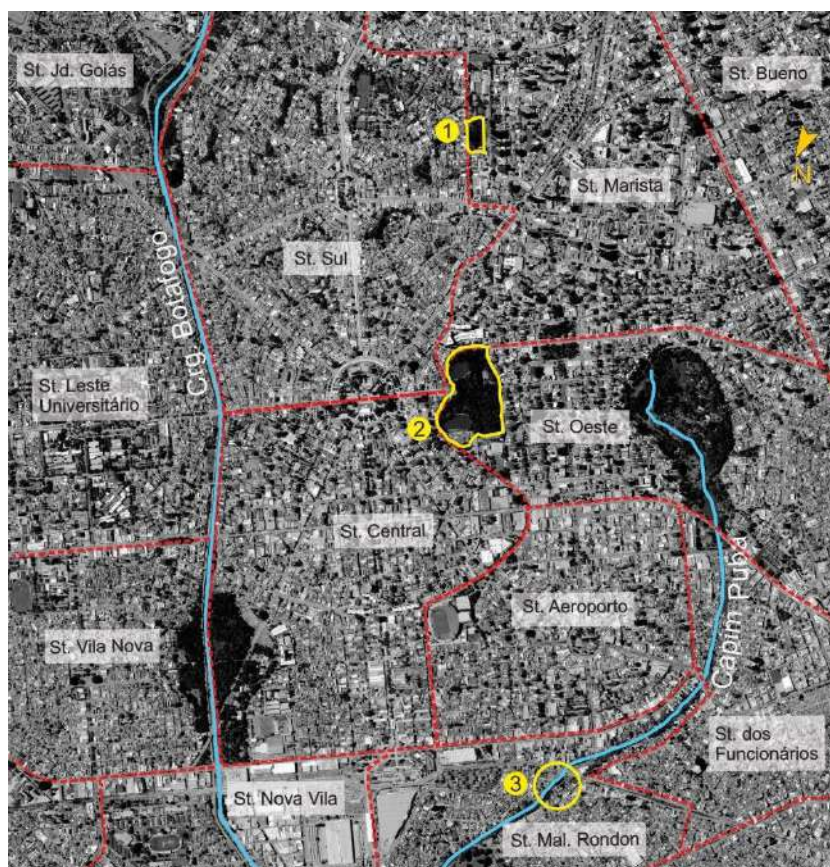


Legenda: Não é possível ver com clareza o local do deságua do Buritis, entretanto, é possível ver e ouvir a água saindo sem cessar de um ponto do barranco (indicado pela seta vermelha). É possível, também, identificar uma contenção de pedras (indicado em tracejado amarelo), provavelmente fruto da chegada da canalização do córrego dos Buritis no córrego Capim Puba. Em seguida, vê-se um sulco formado no barranco, proveniente do escoamento das águas que ali desaguam (indicadas por setas azuis). Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

2.4.7 O córrego dos Buritis na atualidade

Após analisar a trajetória das transformações ao longo do trajeto do córrego dos Buritis, desde a implantação de Goiânia até os dias atuais, infere-se que a situação deste córrego na atual paisagem urbana é de invisibilidade. Qualquer referência ao seu trajeto, seja na escala humana, seja em uma imagem aérea, quando muito, se resume, respectivamente, nestas duas escalas, ao canal presente no interior do Bosque dos Buritis e à própria mancha verde provocada por este parque. Nem mesmo o lago existente no Clube dos Oficiais, ou as manilhas que desaguam suas águas no Capim-Puba fornecem tão facilmente a imagem de um córrego. Estes três pontos – o lago, o bosque e a foz – são os que, na realidade atual, diretamente ligam o Buritis à superfície e, embora este córrego se disponha de outros meios para emergir, aqueles três se tornam guias diante da densa malha urbana.

Figura 131 – Vista aérea parcial de Goiânia.



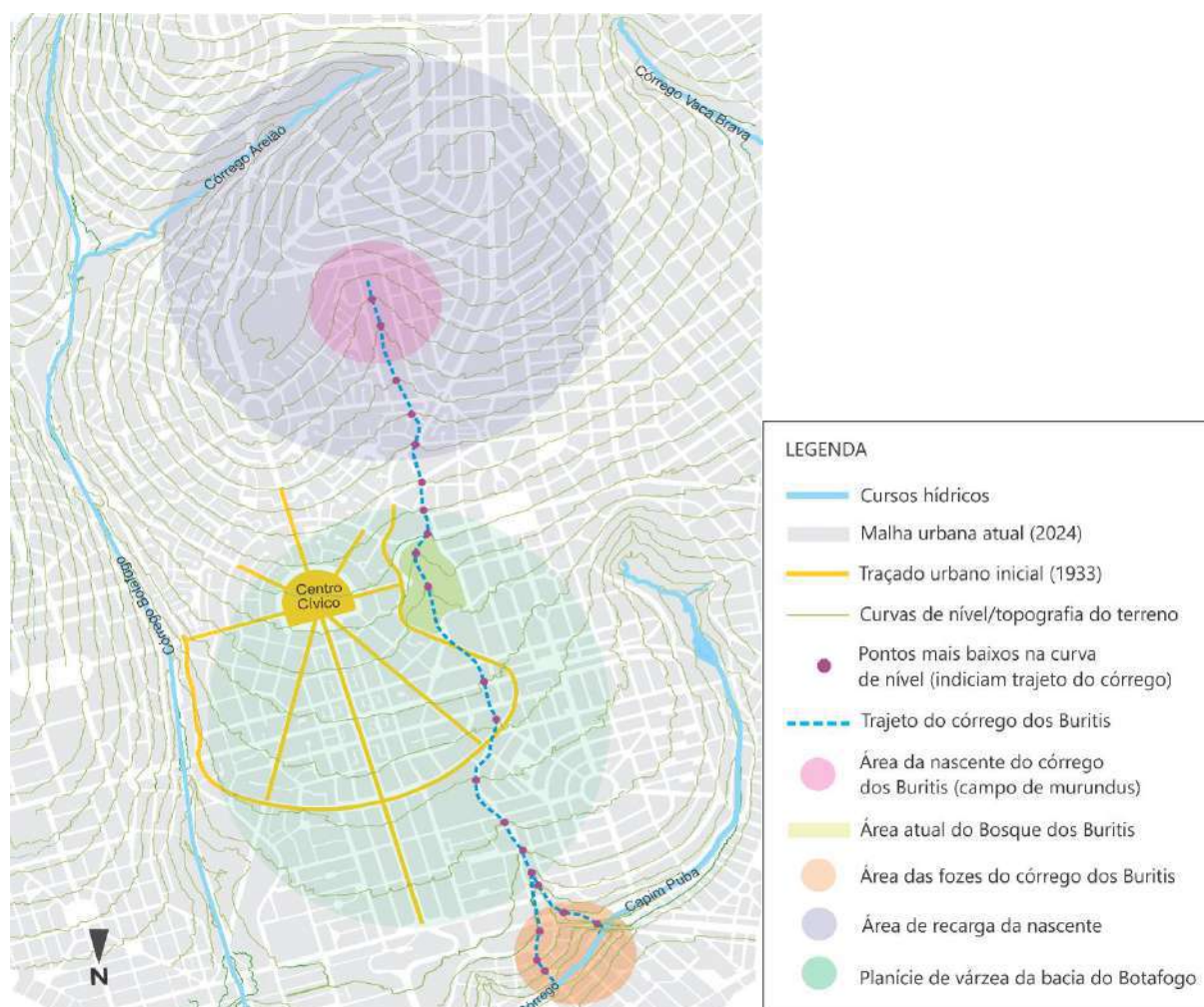
Legenda: Em amarelo estão destacados os três pontos do trajeto do córrego dos Buritis que são guias diante de sua invisibilidade na paisagem urbana. São eles o lago e o aglomerado vegetativo do Clube dos Oficiais (1); o Bosques dos Buritis (2); e o local da foz no córrego Capim Puba (3). Fonte: Google Earth (2024).

O conhecimento historiográfico sobre as transformações paisagísticas e ambientais sofridas por este corpo hídrico fornece a noção necessária para compreender o seu processo de canalização e desaparecimento da superfície urbana. Entretanto, estas informações, até então, nunca se dispuseram de forma devidamente reunida e de fácil acesso a quem se interessa pelo assunto. Nesse sentido, diante desta dificuldade, o olhar para a tão transformada paisagem urbana atual de Goiânia, em busca da aparição destas águas, deve considerar como aliadas algumas das características geográficas e naturais do terreno em que se insere sua bacia.

Ao analisar as curvas topográficas naturais do terreno referentes à bacia do córrego Botafogo, e sobrepô-las na malha urbana atual, é possível, através da ligação entre os pontos mais baixos de cada curva de nível, deduzir o trajeto original do Buritis. É possível, também, visualizar, pela comparação entre as distâncias próximas ou longas entre as curvas, a planície na qual foi implantada o centro administrativo da

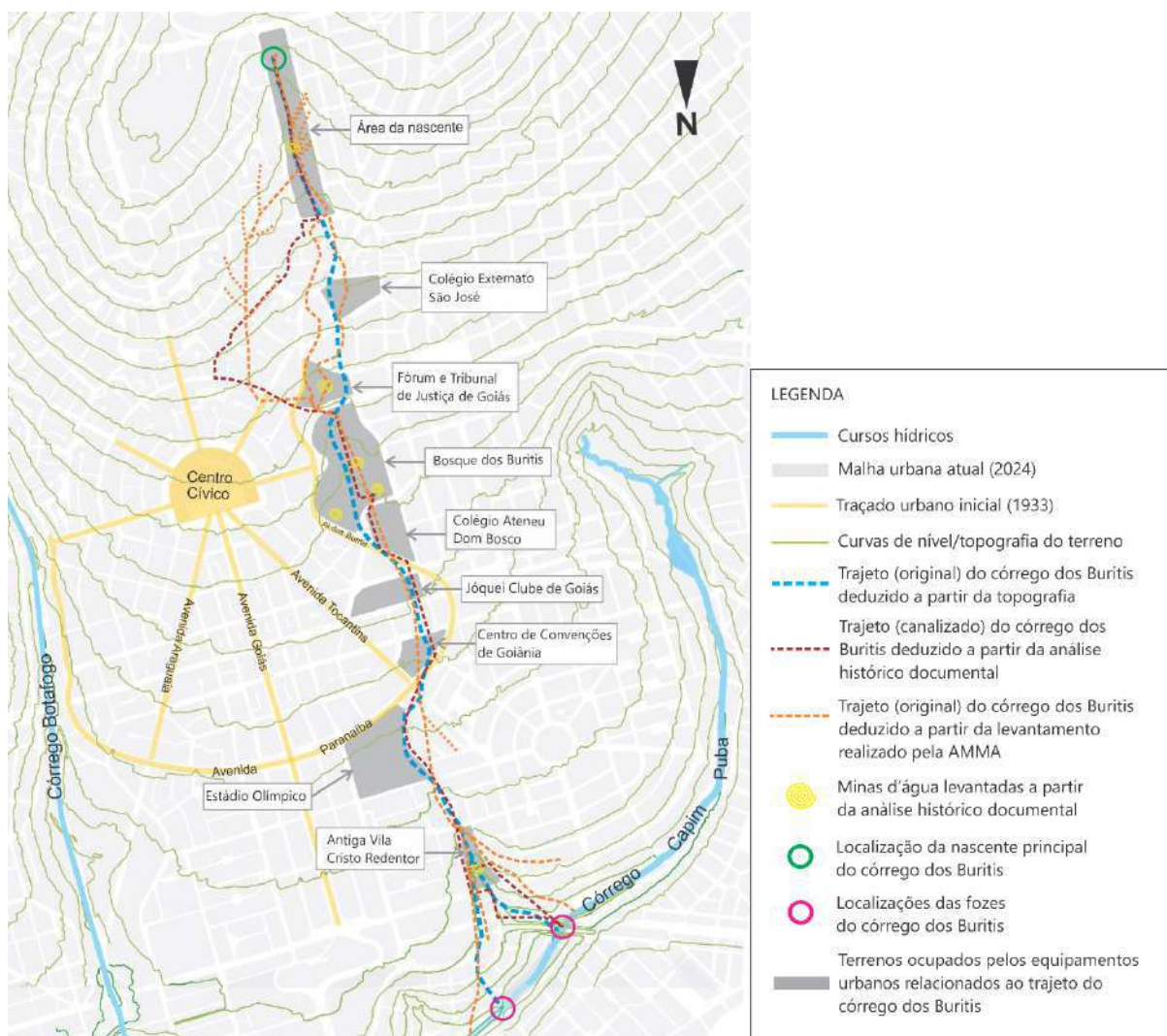
capital, e, também, uma região mais alta, que engloba a cabeceira do córrego dos Buritis, que, por muito tempo, funcionou como uma área de recarga de suas águas – e, atualmente, já muito impermeabilizada, pouco desenvolve tal função. Estas características do terreno da bacia foram para esta pesquisa, quando ainda em seu estágio embrionário – no formato de um trabalho de conclusão de curso de graduação –, o ponto de partida para encontrar o córrego desaparecido na cidade. Desse modo, a análise topográfica do terreno coincide não somente com os três pontos de identificação do córrego presentes na malha urbana atual (Figura 131), como também com aqueles pontos indiciados pelas fotografias e documentos históricos analisados. Em outras palavras, a compreensão sobre a situação do Buritis na paisagem urbana atual se baseia, em parte, no cruzamento entre os dados coletados e pela análise das perspectivas histórica e geográfica.

Figura 132 – Mapa de identificação dos elementos topográficos que indiciam o percurso do córrego dos Buritis na malha urbana atual de Goiânia.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Figura 133 – Mapa com informações sobre o trajeto do córrego dos Buritis na malha urbana atual de Goiânia, levantadas a partir das análises histórico documental e topográfica.



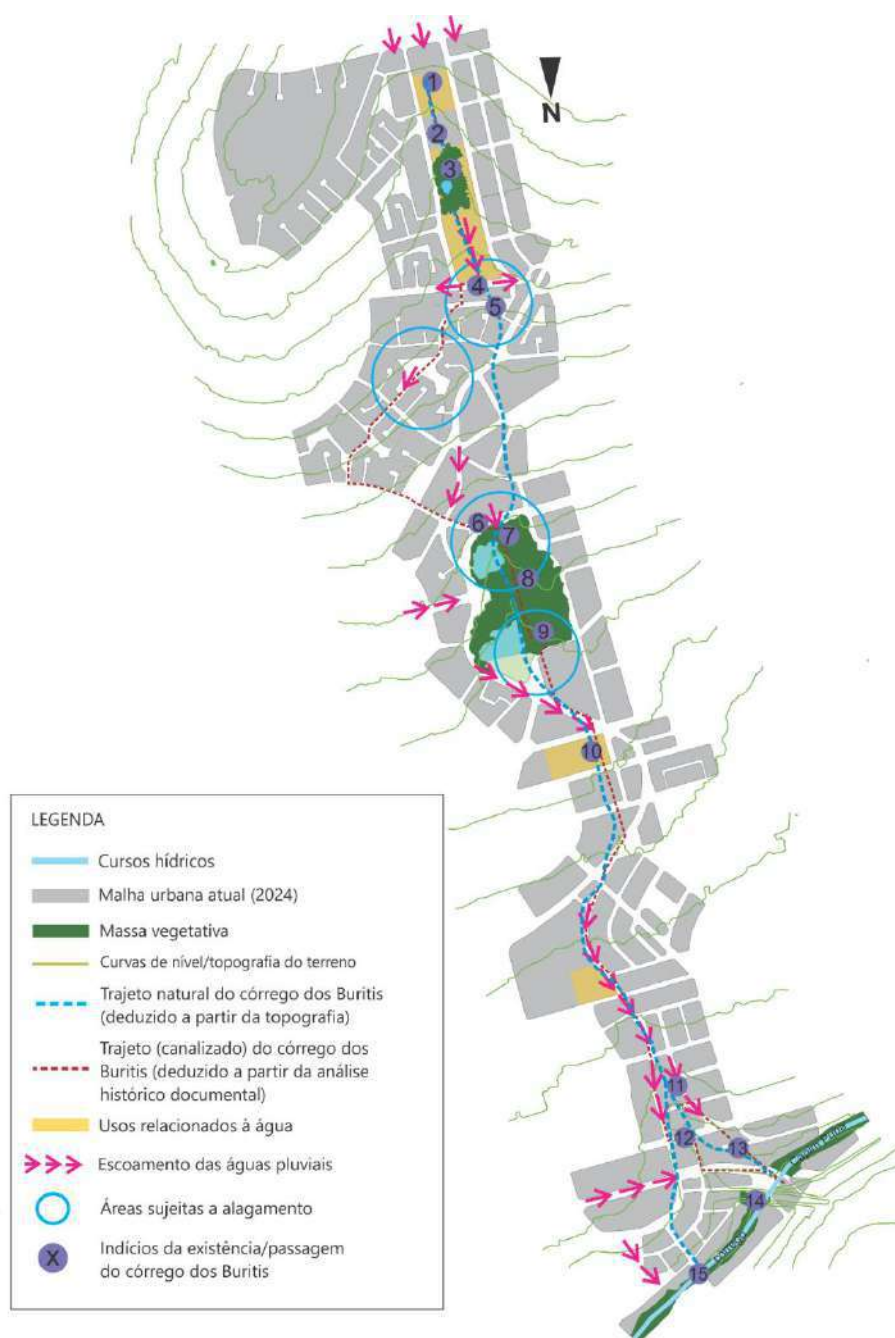
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Estas análises fornecem ao estudo sobre o córrego importantes informações sobre a localização de seu trajeto original e de seu trajeto canalizado, relacionando seu desaparecimento às mudanças paisagísticas que a cidade sofreu, e vice e versa. Entretanto, percebe-se que as fotografias aéreas (antigas ou atuais), os registros históricos, bem como a cartografia elaborada sobre o percurso do Buritis na cidade, promovem um reconhecimento parcial sobre sua realidade invisível na paisagem urbana.

Desse modo, ao cruzar esta primeira análise (histórica e geográfica) com um levantamento em campo, foi possível identificar elementos e estruturas urbanas que indiciam a existência deste córrego, permitindo reconhecê-lo na cidade atual a partir de sua invisibilidade. Os principais elementos levantados foram aqueles que formam

a infraestrutura de drenagem urbana das vias da cidade; locais de ocorrência de inundações e/ou fortes enxurradas; manchas úmidas no terreno e/ou aglomerados verdes que poderiam indicar a presença de água; equipamentos urbanos que tenham usos ligados à água, como clubes, centros de esportes aquáticos, parques etc., vias cujo percurso seguem o caimento da topografia; entre outros – como veremos nos mapas e imagens a seguir.

Figura 134 – Mapa dos indícios do córrego dos Buritis ao longo de seu trajeto invisibilizado na cidade.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados GERFEP – DIRGES E GERUP – DIARAPA/AMMA (2022).

Figura 135 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 1 do mapa de indícios (Figura 134), localizados no campo de futebol do Clube de Engenharia.



Legenda: Nas imagens vê-se os elementos de drenagem instalados no campo, que coletam as águas da nascente e as direcionam canalizadas para o lago do Clube dos Oficiais. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figuras 136 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 2 do mapa de indícios (Figura 134), localizados aos fundos do terreno do Serviço Geológico do Brasil.



Legenda: Nas imagens vê-se usos relacionados à presença do solo encharcado no local, como as piscinas, a horta e o campo de futebol, onde, no passado, o córrego corria a céu aberto. Ao final do campo de futebol, próximo à divisa com o Clube dos Oficiais, vê-se a “boca” de uma manilha subterrânea, seguida de um acúmulo de água, que escorre para o lago do clube. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 137 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 3 do mapa de indícios (Figura 134), localizados no Clube dos Oficiais.



Legenda: Nas imagens vê-se as grelhas de captação de água do lago, que controlam seu volume e direcionam o fluxo para a tubulação subterrânea do córrego dos Buritis. Vê-se, também, a tubulação que recebe as águas vindas do terreno do Serviço Geológico do Brasil, e uma pequena casa que cobre uma fonte de água corrente (podendo ser uma nascente ou o fluxo de água advindo da captação feita pelo Clube de Engenharia). Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 138 – Fotografias da rua 87, referentes à área de alagamento “A”.



Fontes: Metrôpoles (2021)



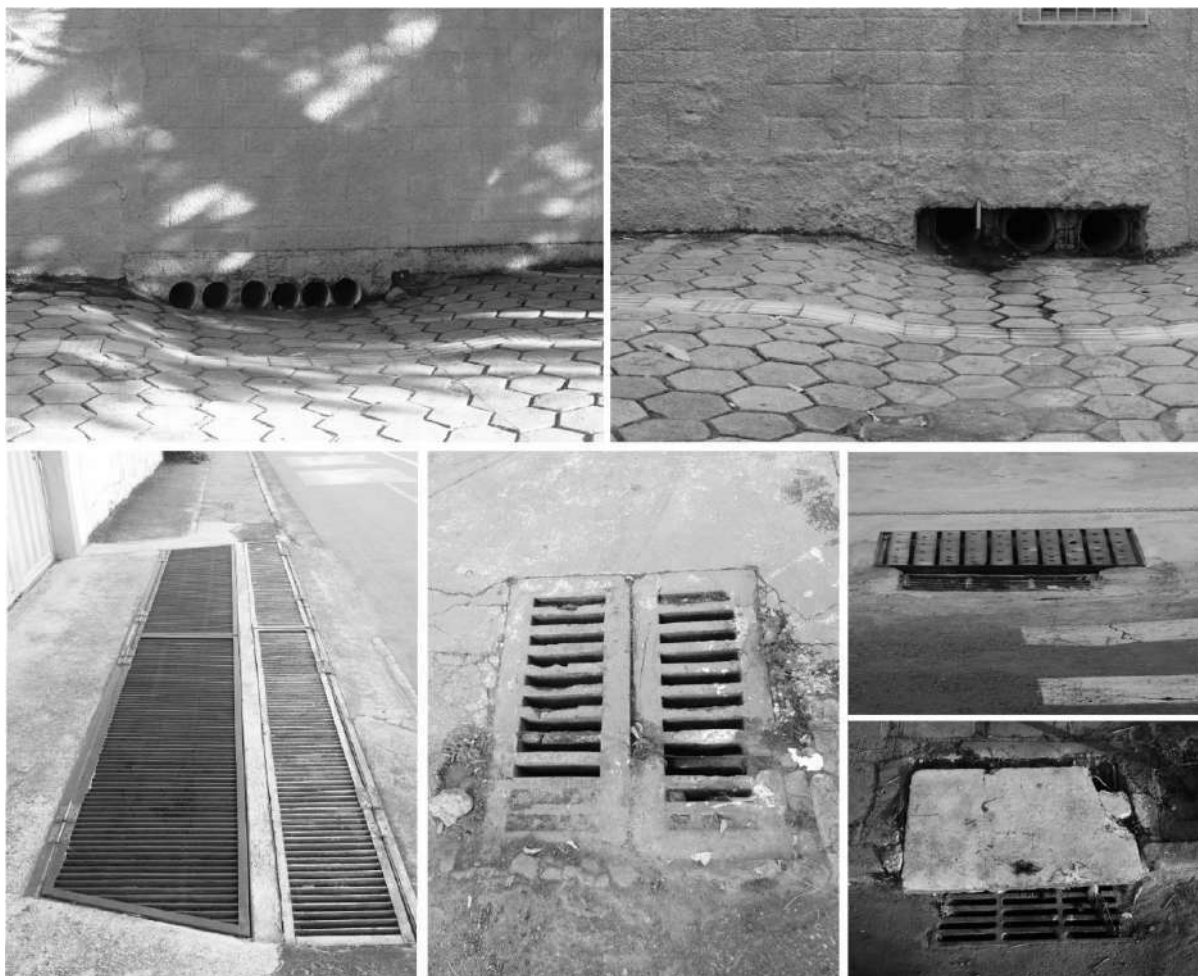
Figura 139: Fotografias referentes aos indícios do ponto 4 do mapa de indícios (Figura 134), localizados na Rua 87. Nas imagens vê-se elementos de grande porte de drenagem urbana, onde é possível ver e ouvir a passagem da água em seu interior. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 140 – Fotografias da avenida Cora Coralina, referentes às áreas de alagamento “A” e “B”.



Fontes: G1 (2018).

Figura 141 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 5 do mapa de indícios (Figura 134), localizados na Avenida Cora Coralina.



Legenda: Nas imagens vê-se elementos de drenagem urbana distribuídos ao da Avenida Cora Coralina, tanto nas calçadas, quanto nos muros e fachadas de residências e estabelecimentos. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 142 – Fotografias referentes à área de alagamento “C” e aos indícios do ponto 6 do mapa de indícios, localizados na Avenida Assis Chateaubriand, em frente ao Fórum e Tribunal de Justiça de Goiás – TJGO.



Legenda: Nas imagens vê-se o local inundado durante a ocorrência de chuva. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 143 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 7 do mapa de indícios (Figura 134), localizados no Bosque dos Buritis.



Legenda: Nas imagens vê-se uma canalização que vem da Avenida Assis Chateaubriand e adentra no bosque, desaguando em uma roda d'água no primeiro lago do parque. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 144 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 8 do mapa de indícios (Figura 134), localizados no Bosque dos Buritis.



Legenda: Nas imagens vê-se o local de uma nascente no interior da mata do bosque e canais responsáveis por levar tanto as águas desta nascente, quanto as águas da enxurrada, aos lagos do parque. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 145 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 9 do mapa de indícios (Figura 134), localizados no Bosque dos Buritis.



Legenda: Nas imagens vê-se o local da tubulação que leva as águas recolhidas do bosque para a Rua 29 em diante. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figuras 146 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 10 do mapa de indícios (Figura 134), localizados no Jockey Clube de Goiás.



Legenda: Nas imagens vê-se elementos de drenagem e uma estrutura que se parece com algum tipo de poço ou cisterna, localizados no estacionamento do Jockey Clube de Goiás. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 147 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 11 do mapa de indícios (Figura 134), localizados na Rua 15-A, no Setor Aeroporto.



Legenda: Nas imagens vê-se uma grande quantidade de água de enxurrada escoando pela vala de drenagem urbana instalada na Rua 15-A, durante a ocorrência de chuva. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figuras 148 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 12 do mapa de indícios (Figura 134), localizados na Avenida Independência.



Legenda: Nas imagens vê-se elementos de drenagem urbana ao longo da avenida. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 149 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 13 do mapa de indícios (Figura 134), localizados na Rua 17-B.



Legenda: Nas imagens vê-se elementos de drenagem urbana de grande porte ao longo da via. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 150 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 14 do mapa de indícios (Figura 134), localizados na área próxima da foz do córrego dos Buritis no Capim Puba.



Legenda: Nas imagens vê-se a tubulação de desague do Buritis, bem como um terreno degradado e de ocupação irregular. De acordo com a Carta de Risco do Município de Goiânia, esta área é classificada como uma área de nível médio para a suscetibilidade ao risco, devido a possibilidade de ocorrência de processos erosivos próximos aos canais de drenagem. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 151 – Fotografias referentes aos indícios do ponto 15 do mapa de indícios (Figura 134), localizados sob a ponte da Avenida Marechal Rondon.



Legenda: Nas imagens vê-se o córrego Capim Puba, no trecho referente ao local de desagua do córrego dos Buritis. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

O levantamento em campo realizado possibilitou encontrar na cidade, não somente estruturas que comportam e indiciam a passagem (oculta) do córrego, como também suas formas de aparição que não podem ser contidas, isto é, um comportamento de suas águas que, apesar de uma condição histórica e física de opressão, se aproxima do que é natural e esperado para um córrego e seus devidos regimes. Este contexto de opressão, como visto ao longo da análise histórica, está muito ligado aos fatores políticos, sociais e econômicos impostos pela urbanização de Goiânia e, contundentemente, pelo planejamento urbano adotado em cada período. Vale ressaltar que, em complemento a esta análise histórica, os planos diretores de 1994, 2007 e 2022 (atual) apresentaram brechas direta ou indiretamente responsáveis pela condição urbana à qual o córrego está sujeito na atualidade.

Como já mencionado, o plano de Jorge Wilhelm, de 1969, contou com algumas leis complementares de regulamentação e uso do solo que, até o início da década de 1990, objetivaram transformar a cultura urbana de Goiânia em uma cultura metropolitana, devido a uma preocupação conjunta com as áreas de habitação, recreação, transporte e meio ambiente. Em contrapartida, como muito do proposto se manteve somente no papel, e, segundo Ribeiro, a ocupação do solo nesse período foi marcada por uma disputa de interesses entre o Estado, empreendedores imobiliários e invasores urbanos, a realidade urbana de Goiânia no início da década de 1990 era, novamente, caótica (Ribeiro, 2004). Desse modo, um novo plano diretor para a cidade foi desenvolvido em 1992 pela empresa contratada Engevix Engenharia S.A, e publicado no Diário Oficial em dezembro de 1994 – o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, PDIG/92. Em um primeiro momento, foi elaborado um estudo de reconhecimento das condições urbanas de Goiânia na década de 1980, a fim de diagnosticar seus problemas. Ribeiro realiza uma análise completa de tal estudo, cujas informações mais relevantes serão apresentadas por meio da seguinte tabela:

Tabela 03 – Resumo das problemáticas socioambientais de Goiânia até a década de 1980, segundo estudo realizado para elaboração do PDIG/92.

| | |
|--|---|
| <p>População e ocupação do território urbano</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Ocupação humana com uma leve queda no crescimento, devido a uma onda migratória da população de baixa renda para as cidades vizinhas, como Aparecida de Goiânia e Hidrolândia; • População caracterizada por uma estratificação social observada tanto em relação à renda familiar, quanto à área de ocupação na cidade. A supervalorização dos setores mais centrais e a grande presença de vazios urbanos frutos de interesses especulativos, favoreceu a segregação da população na cidade, |
|--|---|

| | |
|---|---|
| | <p>sendo aquela mais enriquecida ocupando as áreas próximas ao centro, e aquelas mais pobres ocupando áreas irregulares ou parcelamentos mais afastados e com pouca ou nenhuma infraestrutura.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Início de um processo de verticalização dos setores com boas infraestruturas, como Oeste e Bueno, devido à uma liberação dos gabaritos de uso e ocupação do solo, oriundo de diversas modificações que a Lei Municipal 5.735, de 19/12/80 - Lei de Zoneamento Urbano - sofreu entre 1980 e 1991; |
| Rede hídrica urbana, abastecimento e saneamento | <ul style="list-style-type: none"> • O avanço urbano e populacional provocou a implementação de novos sistemas de abastecimentos através do Rio Meia Ponte e Ribeirão João Leite; • Cerca de 83% da população urbana era atendida pelo serviço de água tratada, e 70% da mesma era atendida pelo serviço de coleta de esgoto, entretanto, sofria com sérios problemas de saúde oriundos do lançamento “in natura” de esgoto no leito dos cursos hídricos da cidade; • Cursos hídricos em geral bastante contaminados e poluídos, principalmente aqueles localizados em áreas mais centrais (Botafogo, Cascavel, Macambira, Vaca Brava, Capim Puba e parte do Anicuns); • Ocorrência de inundações em áreas de planície pluvial, devido à intensificação da impermeabilização do solo urbano; • Erosão e degradação do solo próximo aos cursos hídricos urbanos, fruto da má ocupação no local, seja por loteamentos malfeitos, seja pela ocupação irregular da população expulsa das áreas mais valorizadas; |
| Áreas verdes e cobertura vegetal | <ul style="list-style-type: none"> • Menos de 6% da área total de Goiânia contava com uma cobertura vegetal originária; • Matas ciliares escassas e bastante degradadas; • Embora, até então, tenham sido criados novos parques, constatou-se que o sistema inicial de parque proposto por Atilio Correa Lima sofreu uma redução de 70% de sua área total inicial. Desse modo, tais parques iniciais, que se conformavam no tecido em um sentido de unidade, se distribuíam, em 1980 (e até os dias atuais), como pontos isolados entre si; |

Fonte: Adaptado pela autora de Ribeiro (2004, pp. 100-106).

Desse modo, o novo plano de 1992 estabeleceu diretrizes de intervenção urbana que visavam a solução dos problemas diagnosticados e foram categorizadas de acordo com os seguintes setores: setor socioeconômico; setor físico-territorial-ambiental e cultural; e setor institucional administrativo (Ribeiro, 2004). Assim, o plano foi desenvolvido a partir de tais diretrizes, e contou com a Lei Complementar nº31, de 29 de dezembro de 1994, que estabeleceu zonas urbana e de expansão urbana dentro do município de Goiânia, com o objetivo de ditar o uso e a ocupação do solo na cidade, sendo elas: Zonas de Especial Interesse Urbanístico, Zonas de Uso e Zonas Especiais Ambiental e Aeroportuária (Ribeiro, 2004). Desse modo, foram definidas algumas “áreas programadas” que, de acordo com o Artigo 19 da Lei Complementar nº15, de 30 de dezembro de 1992, são áreas das zonas urbana e de expansão urbana que

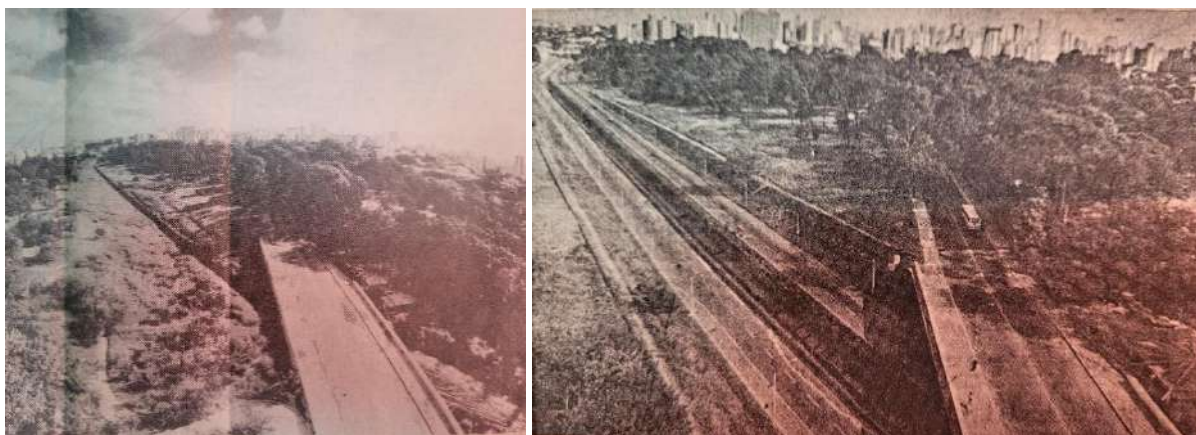
possuem especificidades e que merecem tratamentos especiais. Dentre as áreas referentes à “Zona de Revitalização”, destaca-se aqui, as seguintes: “Centro-histórico”, “Norte-Ferrovário/João Leite” e “Setor Sul”, pois englobam o trajeto do córrego dos Buritis.

Para a área do centro histórico foi proposto um resgate/preservação da sua função de polo regional e de patrimônio de Goiânia. A segunda área, de acordo com Ribeiro, por englobar os vales dos cursos João Leite, Botafogo e Capim Puba, e por apresentar alto grau de degradação ambiental, foram propostas medidas relacionadas à proteção perene dos mananciais, à criação de parques ecológicos, ao estabelecimento de novos usos e à remoção de invasões. Já em relação à terceira área, o foco principal das medidas propostas foi o de preservar os valores histórico e urbanístico do traçado do setor Sul e o de reverter o insucesso dos projetos para áreas verdes do setor elaborados pelo “Projeto Cura” em 1973 (Ribeiro, 2004).

Quanto à aplicabilidade deste plano, Ribeiro aponta uma desconexão entre as propostas teóricas e a prática das mesmas. Embora os estudos realizados tenham demonstrado uma fidelidade à realidade urbana de Goiânia, e as divisões dos tópicos/assuntos tenham sido bem redigidos e terem contemplado muito bem os problemas levantados, as soluções propostas tiveram um teor mais cartorial do que prático, dando ao plano uma “carga ilusória” que impediu que suas propostas fossem, de fato, aplicadas no território urbano (Ribeiro, 2004).

Nota-se, portanto, a partir da análise feita por Ribeiro que, quanto aos cursos hídricos urbanos, este plano se destaca devido a uma preocupação inédita com a preservação de áreas de antigas veredas e de solos com afloramento do lençol freático e, também, com áreas de vegetação nativa dispersas pelo município. Entretanto, identifica os cursos hídricos de maior porte como barreiras às vias expressas da cidade, provocando assim, ao solucionar esta problemática, a canalização de muitos destes cursos (Ribeiro, 2004). A exemplo disso, há o caso do córrego Botafogo, cuja canalização e construção de uma via expressa ao longo de seu trajeto, se consolidaram na década de 1990 – a Marginal Botafogo.

Figura 152 – À esquerda, imagem que retrata a Avenida Araguaia sobre o córrego Botafogo em 1989.



Legenda: À direita, imagem que retrata, sob o mesmo ângulo, a Avenida Araguaia sobre a Marginal Botafogo, em 1994. Fonte: O Popular (1989); O Popular (1994).

Nesse sentido, este plano, imerso desde sua criação em um debate nacional sobre reforma urbana, ancorado pela Constituição de 1988 (Barreira, 2022), foi considerado, a partir de seu conteúdo, como um instrumento de boa abrangência, contemplando bem as necessidades de preservação ambiental – uma vez que se baseia na Carta de Risco de Goiânia, elaborada na mesma década (Ribeiro, 2004).

Entretanto, assim como já visto nos planos anteriores, este não leva em consideração a preservação e as potencialidades da rede hídrica capilar, na qual o córrego dos Buritis está inserido. Ao encarar a cidade e seus problemas com racionalidade e em compartimentos rígidos – por mais abrangentes que sejam –, acaba por corroborar com a invisibilidade destes pequenos cursos e suas paisagens naturais,

Já o plano posterior ao de 1994, elaborado em 2007, foi reestruturado com base no Estatuto da Cidade, ou Lei nº 10.2557/2001, e, também, em um longo processo de revisão do plano anterior e debate popular entre 2002 e 2004. Segundo Barreira, o foco deste plano foi a retomada do planejamento participativo, engajado não só pela aprovação do Estatuto da Cidade, como também por um debate urbano-ambiental proveniente da Rio+10, e pela realização da 1ª Conferência das Cidades e a Agenda 21 Municipal (Barreira, 2022).

O PDG/2007 foi elaborado com base em “Eixos Estratégicos”, que guiaram a disposição dos parâmetros urbanísticos em diferentes áreas da cidade. Tais eixos deram origem a um modelo espacial para Goiânia em seus próximos anos, e se dividiram da seguinte forma: sustentabilidade socioambiental; ordenamento territorial;

mobilidade, acessibilidade e transporte; sociocultural e desenvolvimento econômico; e gestão urbana. Segundo Barreira, de modo geral, o plano considerou estratégias de planejamento para os recursos hídricos e suas sub-bacias, e para o sistema de drenagem urbana em novos loteamentos; a definição de polos econômicos no território urbano com estímulo às atividades econômicas; e o combate ao déficit habitacional da população de baixa renda, possibilitando, por meio de uma política de produção de habitação, o acesso desta camada da população ao solo urbano legalizado (Barreira, 2022).

Apesar de tudo, lacunas na elaboração da legislação complementar, bem como a tomada de decisões unilaterais e ditadas pelos interesses dominantes na cidade, o plano de 2007 não apresentou, na prática, uma execução eficiente, dando origem a um cenário urbano que corroborou, conforme afirma Barreira, para com uma revisão conturbada e com atraso na elaboração do plano sucessor (Barreira, 2022). Este, o Plano Diretor de 2022 – PDG/2022, cuja elaboração era para ser concluída em 2017, somente foi encaminhado como proposta para a Câmara Municipal em 2019, e publicado, como LC 349, em março de 2022. De acordo com Barreira, as etapas iniciais da elaboração do projeto de lei, iniciado em 2019, foram realizadas em concordância com a realidade urbana diagnosticada no município. Entretanto, ao longo do percurso de análise e aprovação do plano, o documento original sofreu manipulações e transformações, os mecanismos de participação social foram imprecisos, houve uma ausência de transparência dos documentos apresentados para as discussões, e uma ausência de diálogo entre o Executivo com os setores populares da cidade (Barreira, 2022). Isto é, este processo não possibilitou o fácil entendimento das informações no plano contidas, bem como as principais mudanças ocorridas do plano anterior para o atual.

Diante desta perspectiva, no que se refere às informações interessantes à compreensão da situação urbana atual do objeto de estudo desta pesquisa, será realizada, a seguir, uma breve análise dos parâmetros e definições estabelecidos pelos eixos estratégicos que baseiam tanto o plano diretor de 2007, quanto o atual, publicado em 2022. Destaca-se aqui os eixos de sustentabilidade socioambiental e de ordenamento territorial, pois detêm as principais mudanças geradoras de impacto no percurso do córrego dos Buritis – e em sua bacia. Pode-se dizer que, no trecho estudado, as modificações mais significativas dizem respeito à classificação das áreas adensáveis e Unidades de Uso Sustentável, ou Área de Ocupação Sustentável,

segundo o plano mais recente. O estabelecimento de novos Eixos de Desenvolvimento Econômico na cidade provocou o acréscimo de áreas adensáveis, gerando impactos em algumas áreas verdes em Goiânia – tanto no trecho do Buritis, quanto em outros locais de sua bacia, como se demonstrou na tabela a seguir.

Tabela 04 – Principais alterações de parâmetros e estratégias ambientais e urbanísticos ocorridas entre os Planos Diretores de Goiânia de 2007 e 2022.

| Eixo Estratégico | Áreas | PDG - 2007 | PDG - 2022 | Apontamentos |
|-------------------------|---|---|--|---|
| Socioambiental | Área de preservação permanente | Medida a partir da cota de inundação; Encostas com declividade superior a 40% (21,8°); | Medida a partir da borda do leito do curso d'água; Encostas com declividade superior a 100% (45°); | O plano de 2022 deixa de considerar a cota de inundação do curso d'água e passa a considerar a borda da calha do mesmo para o cálculo da APP. Além disso, deixa de considerar como APP os morros e encostas com declividade inferior a 45°. |
| | Área de ocupação sustentável/Unidade de uso sustentável | Fração ideal de 1 unidade imobiliária a cada 180 m ² ; Índice de permeabilidade de 25%; Índice de ocupação de 40%; Altura máxima de 9 metros. | Fração ideal de 1 unidade imobiliária a cada 180 m ² ; Índice de permeabilidade de 25%; Índice de ocupação de 40%; Altura máxima de 12 metros. | |

| | | | | |
|--|------------------------------|-----------|--|--|
| | Rebaixamento lençol freático | Permitido | Proibido | O rebaixamento do lençol freático só poderá ser realizado nos limites da edificação do subsolo, por meio da utilização de tecnologias alternativas |
| | Bombeamento lençol freático | Permitido | Proibido | - |
| | Região Norte | - | Foi acrescentado um novo Eixo de Desenvolvimento na região de encontro entre o rio Meia Ponte e os ribeirões Anicuns e João Leite. | As faixas bilaterais contíguas ao novo eixo de desenvolvimento criado, consideradas como áreas adensáveis, contém áreas ambientalmente sensíveis, não só devido à presença desses grandes cursos hídricos - responsáveis pelo abastecimento de Goiânia -, como, também, à presença de nascentes e pequenos cursos hídricos que alimentam os maiores. |

| | | | | |
|--------------------------------|---|--|---|--|
| Ordenamento territorial | Área de adensamento básico | Fração ideal de 1 unidade imobiliária a cada 90 m ² ; Índice paisagístico mínimo de 15%; Índice de ocupação máximo de 100% até 6 metros e 50% acima de 6 metros; Altura máxima de 9 metros. | Fração ideal de 1 unidade imobiliária a cada 90 m ² ; Índice paisagístico mínimo de 15%; Índice de ocupação máximo de 100% até 11 metros e 50% acima de 11 metros; Altura máxima de 12 metros. | |
| | Área urbana situada entre o Bosque dos Buritis e o Lago das Rosas | Não incide controle de fração ideal; Índice paisagístico mínimo de 15%; Não incide índice de ocupação máximo; Não incide altura máxima; Recuos e afastamentos aumentam em progressão de acordo com a altura da edificação. | Não incide controle de fração ideal; Índice paisagístico mínimo de 15%; Não incide índice de ocupação máximo; Índice de aproveitamento de até 6 vezes o tamanho do terreno para áreas adensáveis e 5 vezes o tamanho do terreno para áreas de desaceleração de densidade; | |

| | | | | |
|---------------------------------------|---|-----------------------------------|---|---|
| | | | <p>Não incide altura máxima; Recuos e afastamentos aumentam em progressão de acordo com a altura da edificação.</p> | |
| <p>Ordenamento territorial</p> | <p>Área de desaceleração de densidade situada entre o Bosque dos Buritis e Lago das Rosas</p> | <p>Área de Adensamento Básico</p> | <p>Área de desaceleração de densidade</p> | <p>Apesar da área entre o Bosque dos Buritis e o Lago das Rosas ter se tornado uma Área de Desaceleração de Densidade (ADD), seus potenciais construtivo e imobiliário ainda são altos, uma vez que os parâmetros urbanísticos estabelecidos pelo PDG-2022 para esta área são os mesmos das Áreas Adensáveis (AA), com exceção do</p> |

| | | | | |
|--|-----------|----------------------------|--|---|
| | | | | índice de aproveitamento (5 vezes para ADD e 6 vezes para AA). |
| | Setor Sul | Área de Adensamento Básico | Criação de um eixo de desenvolvimento exclusivo (Rua 90, Rua 84 e Av. Goiás) | Os lotes lindeiros ao eixo de desenvolvimento exclusivo passam a ser considerados como áreas adensáveis, incluindo a Quadra F44 (Rua 90 com Av. 136) e parte do Setor Marista (sendo algumas quadras lindeiras à quadra da nascente do Córrego dos Buritis) |

Fonte: Elaborado pela autora com base no Plano Diretor de Goiânia de 2007 – PDG/2007 (Lei Complementar nº 171, de 29 de maio de 2007), Plano Diretor de Goiânia de 2022 – PDG/2022 (Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022).

O plano de 2022 foi muito citado não somente pelo seu penoso processo de elaboração e aprovação, como também pelo estabelecimento de alguns parâmetros ambientais mais irrestritos em relação aos planos anteriores – 1994 e 2007. Como principal exemplo, há a alteração na classificação das Áreas de Proteção Permanentes – APPs. O Plano Diretor de 2022, ao desconsiderar os trechos de inundação dos rios e córregos como áreas a serem preservadas e de ocupação restrita, não só corroborou com o desmatamento de áreas ainda preservadas e com o risco de erosão, como também com o aumento da impermeabilização do solo e do coeficiente de escoamento urbano. No contexto da bacia do Botafogo, esta permissão

somente reforça uma situação de ocupação às margens do próprio Botafogo e do Capim Puba, que vem acontecendo há muitas décadas, se opondo ao potencial ambiental e paisagístico destes córregos, e indo ao encontro da invisibilidade do pouco que resta de suas paisagens naturais.

A alteração do parâmetro de ocupação de morros e encostas, provoca, no mesmo sentido, um impacto na permeabilidade do solo destes locais. Entretanto, de forma a agravar mais ainda uma irregularidade no ciclo hidrológico da rede hídrica de Goiânia como um todo, contribui para a impermeabilização de áreas mais elevadas, tidas como áreas de recarga do lençol freático, responsáveis por contribuir com cursos hídricos e suas nascentes. Infere-se que a impermeabilização de tais áreas mais elevadas pode, em uma situação hipotética, contribuir com o aumento das inundações em áreas urbanas situadas em planícies, uma vez que estas podem naturalmente desempenhar, dentro de uma bacia, a função de reunir as águas que não infiltraram no solo e escoam rumo às calhas dos rios e córregos. Além disso, essa nova medida corrobora para com o surgimento de problemas graves, em um primeiro plano, de cunho urbano ambiental, e, em um segundo plano, de cunho social e econômico, oriundos da erosão e do deslizamento de terra.

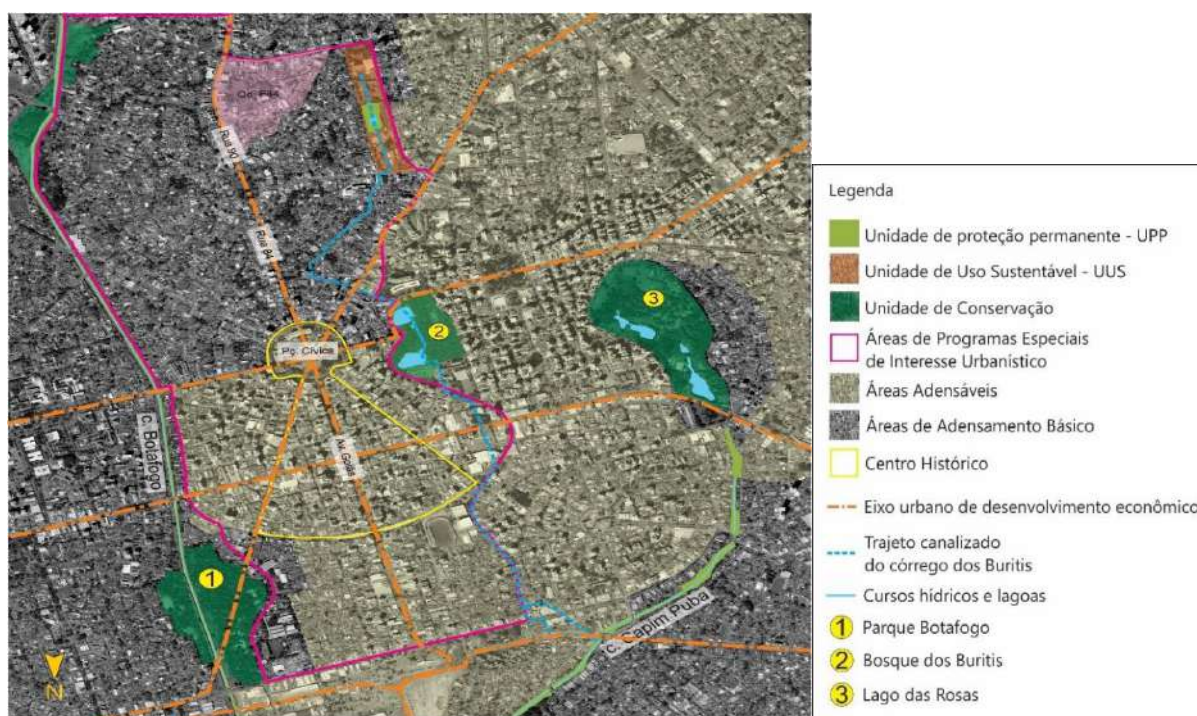
Tais medidas, que contribuem para com o agravamento da impermeabilidade do solo urbano, não se encontram alinhadas com outras que visam priorizar a preservação da natureza na cidade – como por exemplo a proibição do rebaixamento e do bombeamento do lençol freático no subsolo de edifícios, e o estabelecimento de Áreas de Ocupação Sustentável – AOS, pela cidade. Estas últimas se caracterizam por áreas de cunho ambiental em que a ocupação se torna mais restrita em relação às áreas adensáveis e de adensamento básico, com o objetivo de causar menos impactos no local. No trecho referente ao córrego dos Buritis, a quadra em que se localizam os Clubes de Engenharia e dos Oficiais é, segundo o plano de 2007, considerada por inteiro como uma Unidade de Uso Sustentável. Já de acordo com o plano de 2022, uma parte desta mesma quadra – justamente aquela localizada em frente a Av.136, que foi leiloada pela União, desmatada e destinada à construção de um estabelecimento comercial – deixou de ter caráter de ocupação sustentável e passou a ser classificada como parte da Área de Adensamento Básico.

Outra mudança causada no ordenamento territorial deste trecho se refere à classificação de algumas áreas do Setor Sul – inclusive a quadra F44 (área referente ao Parque Veredas no plano inicial de Atilio Correia Lima) -, como Áreas Adensáveis,

devido à uma mudança da classificação do Eixo de Desenvolvimento Econômico ao longo da Rua 90, Rua 84 e Av. Goiás. Este, antes considerado como um “Eixo Urbano de Desenvolvimento Econômico Preferencial”, passou a ser um “Eixo Urbano de Desenvolvimento Econômico Exclusivo”, o que provocou o surgimento de novas áreas adensáveis, como, por exemplo os lotes lindeiros à rua 90 e parte do Setor Marista com proximidade à área da nascente do córrego dos Buritis. Ainda referente aos eixos de desenvolvimentos estabelecidos para Goiânia, cita-se o exemplo do eixo de desenvolvimento estabelecido para a Região Norte, perpassando pelos setores Criméia Leste, Goiânia II, Vila São Judas, Jd, Pompeia e Itatiaia. Este eixo, não está localizado no trecho referente a passagem do córrego dos Buritis, mas coincide com a região de encontro dos ribeirões Anicuns e João Leite e do Rio Meia Ponte, demonstrando, mais uma vez, uma falta de cuidado para com áreas ambientalmente sensíveis e ricas em recursos naturais.

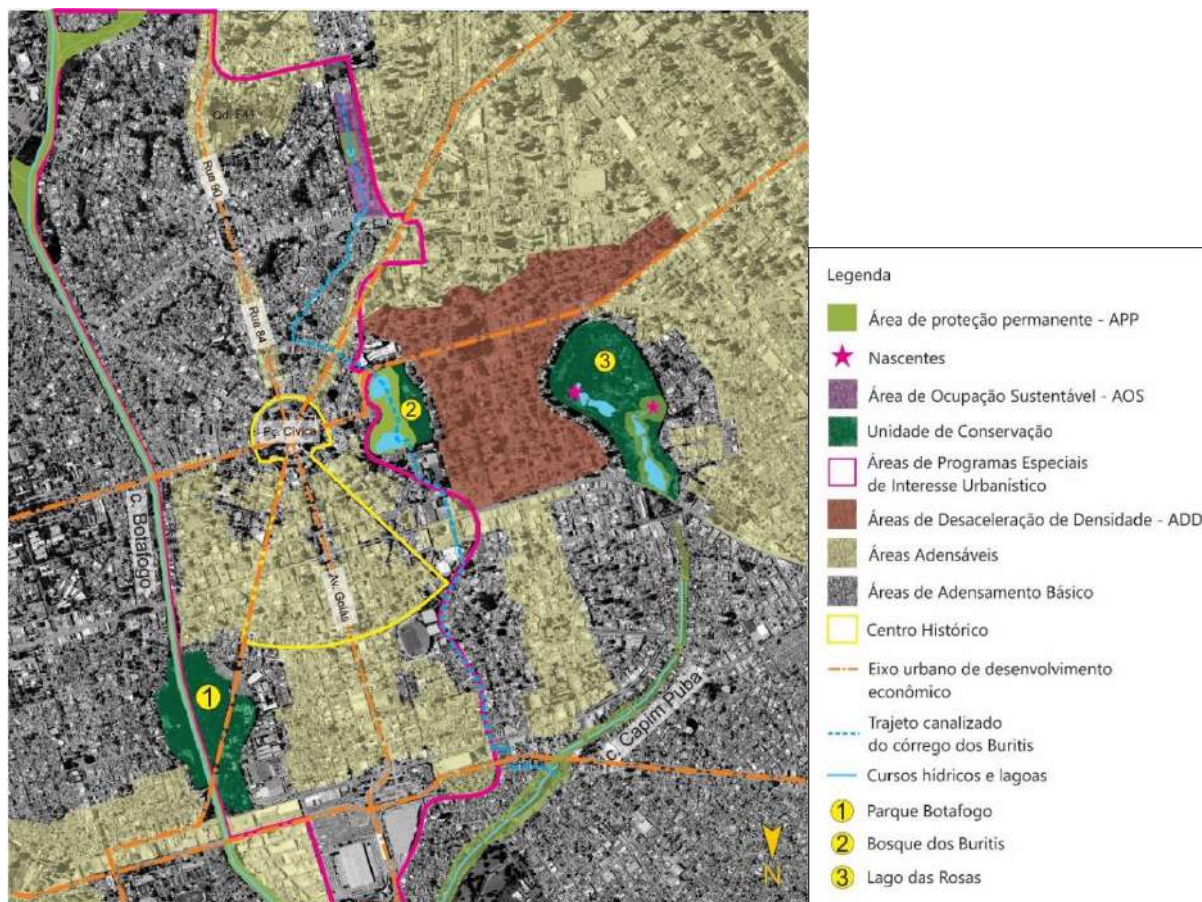
Os mapas a seguir demonstram as modificações sofridas pelo trecho da cidade referente ao córrego dos Buritis, no quesito de ordenamento territorial. Desse modo, é possível ver, de forma mais didática, algumas das questões analisadas a partir da Tabela 04.

Figura 153 – Vista aérea parcial de Goiânia. Classificação das áreas da cidade segundo o Plano Diretor de Goiânia de 2007, no trecho urbano referente ao trajeto completo do córrego dos Buritis e seu entorno até os córregos Botafogo e Capim Puba.



Legenda: Plano Diretor de Goiânia de 2007 – PDG/2007 (Lei Complementar nº 171, de 29 de maio de 2007). Fonte: Elaborado pela autora no Google Earth (2007).

Figura 154 – Vista aérea parcial de Goiânia.



Legenda: Classificação das áreas da cidade segundo o Plano Diretor de Goiânia de 2022, no trecho urbano referente ao trajeto completo do córrego dos Buritis e seu entorno até os córregos Botafogo e Capim Puba. Plano Diretor de Goiânia de 2022 – PDG/2022 (Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022). Fonte: Elaborado pela autora no Google Earth (2024).

Diante do exposto, percebe-se nos planos diretores de 2007 e 2022 três pontos críticos que contribuem para com a invisibilidade dos cursos hídricos urbanos goianienses: (1) a não compatibilização entre os parâmetros e estratégias em geral com a realidade ambiental local, expressa, principalmente, pela ausência de informações e representações sobre a rede hídrica capilar que alimenta os cursos maiores; (2) a manutenção de uma visão funcionalista e racionalizada da natureza e paisagem natural presentes na cidade, expressa pela aplicação de índices e coeficientes rígidos e pouco abrangentes para áreas verdes e sua paisagem; (3) e um distanciamento do cotidiano urbano da cidade e seus moradores, expresso tanto por uma visão e compartimentação macro da cidade – generalizando características em compartimentos grandes e ignorando as peculiaridades de trechos menores –, quanto pela hegemonia de algumas estruturas que acabam por influenciar fortemente e definir

a maioria dos parâmetros propostos pelo plano, como por exemplo o mercado imobiliário.

Desse modo, pode-se dizer que, devido a tais falhas no planejamento urbano de Goiânia e a uma necessidade de reconhecer um córrego urbano – que não só está apagado da historiografia da cidade, como, também, da paisagem urbana atual –, esta pesquisa objetiva, ainda, completar as lacunas deste processo de reconhecimento, através de uma aproximação do cotidiano, memória e imaginário urbanos que envolvem o córrego dos Buritis e sua história.

3 PAISAGENS INVISÍVEIS

3.1 LEGIBILIDADE DA PAISAGEM URBANA

Após o mergulho na documentação histórica e no fluxo dos acontecimentos acerca das transformações do córrego dos Buritis, sem a ilusão de reversão dos fatos que compõe sua historicidade – e portanto, sem a ilusão da utopia de seu resgate fiel – é exatamente nessa perspectiva, no campo do imaginário e do sensível, que se busca entender e revelar sua presença aos olhos do usuário, na perspectiva vivenciada na cidade. Memórias vividas, textos (relatos) e imagens que suscitam a potência e a calma das águas urbanas, tendo como personagem o córrego dos Buritis. Para essa sequência, recupera-se conceitos necessários que apoiam os argumentos visuais e poéticos substanciais que envolvem o objeto, sendo eles sobre a “paisagem” e o “imaginário”.

Há inúmeras maneiras de abordar a paisagem. Seu campo de definição é amplo e muitos a relacionam com um enquadramento, uma vista, seja ela qual for, ou uma representação dela. Assim, depara-se com um amplo campo de possibilidades do que pode ser entendido como paisagem. Há autores que a definem a partir de sua materialidade, considerando-a como um meio para os acontecimentos. Outros, a decifram como fruto de experiências sensíveis e subjetivas, que pode variar de acordo com determinada visão de mundo cultivada por cada comunidade.

Para Rosário Assunto (2011), por exemplo, a paisagem é a forma material na qual a organização da vida – seja de ordem biológica, histórica ou cultural – caracteriza determinada extensão terrestre. Santos (1996) a define como um acúmulo de formas heterogêneas, que se torna suscetível a transformações diversas de acordo com os fenômenos da natureza ou as técnicas e instrumentos de trabalho adotados para a produção humana sobre o espaço. Já Eric Dardel (2015) afirma que a paisagem, como uma inscrição do tempo e da matéria, é uma expressão existencial do homem no tempo e no espaço, um desdobramento de perspectivas e impressões no horizonte, uma janela de possibilidades ilimitadas para os seres que a habitam. E, para Augustin Berque (2023), dentro da necessidade de conceituar a paisagem, existe uma diferença entre pensar sobre a paisagem e obter um pensamento “paysager” – um “pensamento-paisagem”. Isto é, existe uma diferença entre compreendê-la como um objeto e encará-la como um valor e uma dimensão da vida humana. Berque (2023)

menciona que a realidade material da paisagem é mais ampla e profunda do que as representações que as acompanham, pois ela contém uma substancialidade que vai além da sua concretude, conferindo à dimensão tangível do espaço uma espessura sensível e poética, justamente devido ao seu potencial “relacional”, de ser uma entidade mediadora entre o natural e o cultural (Berque *apud* Besse, 2014).

Nesse sentido, podemos considerar que a paisagem, de modo geral, se estabelece, tanto em relação à configuração material e física do espaço – ou na organização dada a ele pela intervenção humana –, quanto, e principalmente, em relação ao seu potencial de estabelecer trocas entre pensamento e experiência. É devido a esta complexidade conceitual que, como mostram Duarte e Santos, a paisagem pode ser criada, interpretada, experienciada e transformada a todo e qualquer momento, a partir das noções que temos sobre natureza, território, arte, patrimônio, cotidiano, espaço público, tempo, lugar, etc. (Duarte; Santos, 2020).

Portanto, sendo a paisagem uma dimensão sensível da vida humana, como sugere Berque (2023), entende-se que, a sua vertente antropizada que mais expressa as relações do ser humano com o mundo atual seja aquela que comporta a estrutura urbana. Nesse contexto, as cidades foram e são a aglutinação dos ensejos que envolveram a vontade humana de se fixar na terra e organizar seus elementos, ao longo do tempo – o resultado de um processo contínuo de criar e recriar paisagens. Na atualidade, as cidades se conformam de inúmeras formas e densidades, embora pareçam sempre objetivar a própria expansão na paisagem em que se inserem. Diante das suas diferentes vertentes, mas considerando seu caráter global – instaurado pelo contexto do Antropoceno – infere-se que as cidades em geral possuem (ou almejam), portanto, três características principais: a saturação, a complexidade e a dinamicidade. É a partir desses três atributos que, em seguida, serão analisadas algumas definições de paisagem urbana e as formas de compreendê-la na contemporaneidade.

Quanto à saturação, as paisagens das cidades lidam, de maneira geral, com um acúmulo de elementos físicos. Segundo Peixoto (2019), a paisagem da metrópole contemporânea carrega consigo o “paradigma da saturação”, onde não sobra espaço para o que não se faça imediatamente se ver. Já para Gomes (1994), a cidade e sua história se somam na formação da paisagem urbana, pois a primeira é a materialização de sua própria trajetória no tempo: como em um palimpsesto, os registros sobre sua história e transformações vão sendo gravados uns sobre os outros,

e esta sobreposição de informações gera – parafraseando Ítalo Calvino – uma tensão entre a racionalidade geométrica do seu espaço físico e o emaranhado de existências humanas. Como resultado dessa sobreposição de tempos, a cidade, passa a se comportar como um labirinto a ser percorrido, um código a ser decifrado, um texto a ser lido e interpretado, que se manifesta através de estratos diversos, sejam eles históricos, mnemônicos, ou físicos, expressos na materialidade ou através imaginário que a envolvem (Gomes, 1994).

Assim, se a cidade é como um texto ou um tipo de código, cujas informações e registros se inscrevem em sua paisagem ao longo de sua história, ela passa a lidar com seu segundo atributo, o da complexidade, e, portanto, sente a necessidade de desenvolver uma maneira de se comunicar, de acordo com cada contexto cultural, social, político, econômico, histórico etc. De acordo com Ferrara (1990), o fenômeno urbano, como uma manifestação de sua linguagem, forma uma complexa rede de imagens, expressas em “máscaras” nas quais estão presentes as representações da vida urbana.

As transformações econômicas e sociais deixam, na cidade, marcas ou sinais que contam uma história não-verbal pontilhada de imagens, de máscaras que tem como significado conjunto de valores, usos, hábitos, desejos e crenças que nutriram, através dos tempos, o cotidiano dos homens (Ferrara, 1990).

Depreende-se, portanto, que é através das imagens urbanas e suas representações na paisagem que se interpreta a linguagem da cidade. Este entendimento nos leva tratar as imagens da cidade como fonte de informação – fragmentos habituais da cidade que formam uma linguagem não-verbal sobre ela – e, também, como base para percepção e leitura de sua paisagem (Ferrara, 1988). Muitos autores se basearam na captação de imagens da cidade para descrevê-la e/ou interpretá-la. Walter Benjamin, por meio de uma historiografia baseada em montagens de imagens sobre o cotidiano urbano, e em uma produção literária – sendo algumas obras de Edgar Allan Poe, Marcel Proust, Victor Hugo e Baudelaire –, viu a cidade de seu tempo como um espaço cujas experiências formam um retrato da Modernidade. Suas produções – como, por exemplo, “Rua de Mão Única” e “Diário de Moscou” – são leituras do urbano que, como afirma Willi Bolle (2022), formam a fisionomia da metrópole moderna, “assim como ela se ergue diariamente diante de seus habitantes – uma imensa aglomeração de textos: placas de trânsito, outdoors, sinais, letreiros,

tabuletas, informações, anúncios [...] – uma gigantesca constelação de escrita” (Bolle, 2022, p. 318). Para Bolle (2022), a descrição benjaminiana do meio urbano em que vivia é uma investigação de imagens que, ao escrever a história, desenha a face da urbanidade moderna. Assim, este historiador (Benjamin) passa a ter o papel de um detetive que segue os rastros de um crime, e que, ao analisar os sonhos coletivos e fabricar imagens dialéticas, desfaz o efeito narcótico causado pela historiografia tradicional no século XX (Bolle, 2022).

Ainda sobre a habilidade de compreender a cidade por meio de suas imagens, Pesavento traz as figuras do historiador e do escritor, como investigadores das imagens urbanas, capazes de representar o real, identificando os discursos e imagens presentes em tudo que é urbano. De acordo com esta autora, as representações contidas nestas imagens tendem a se expressar como metáforas, sejam elas visuais – como na fotografia, arquitetura, pintura, escultura, monumentos, edifícios, traçado das ruas, etc. –, ou codificadas, ambas as quais a literatura e a história são capazes de produzir a partir da experiência urbana em tempos diversos (Pesavento, 2002).

Desse modo, o historiador, ao recolher as transformações literárias e urbanísticas de determinado tempo, vai construir a sua própria representação – “reimaginar o já imaginado” (Pesavento, 2002, p. 11) –, e o escritor, ou o poeta, “diz a cidade a seu modo, é o que se chamaria um expectador privilegiado do social, capaz de traduzir em forma literária – romance, crônica ou poesia, um urbano que ‘poderia ter sido’ e que assume um efeito de real” (Pesavento, 2002, p. 15). Estes “personagens”, portanto, são capazes de filtrar a complexidade da paisagem urbana e traduzir as suas especificidades como sintomas de uma época, transformando-os, através de suas sensibilidades, em um sistema de ideias e imagens dos homens em determinado tempo (Pesavento, 2002).

Nesse sentido, a análise sobre a cidade através de suas dimensões histórica e imaginária requer que seu observador desloque o olhar através de sua paisagem com determinada sensibilidade e em um ritmo diferente daquele ditado pelo contexto urbano em geral. Refere-se aqui ao terceiro aspecto ditado para a cidade contemporânea, o da dinamicidade. A vida urbana ganha um ritmo acelerado à medida que, com as Revoluções Industriais, os meios de produção, de consumo, de comunicação e de transporte adquiriram um caráter global. O cotidiano das sociedades urbanizadas passou a acompanhar esse compasso agitado e excessivo.

Segundo Peixoto (2019), devido ao recente advento dos dispositivos de passagem da imagem – o quadro mecânico, a fotografia, o cinema e os computadores – houve uma reconstrução da experiência ótica na vida urbana, que levou à produção de um novo tipo de observador da paisagem urbana – um novo tipo de se relacionar com ela, imerso nessa nova velocidade. Este sofre um colapso da experiência com o meio, e passa a olhar para o espaço urbano a partir de inúmeras perspectivas coexistentes, compatibilizando-se com a lógica de produção e transformação da paisagem urbana atual em sua dinamicidade (Peixoto, 2019). Em outras palavras, o observador embriagado pelo ritmo urbano acelerado, não é capaz de ver, com clareza e discernimento, cada uma das camadas e invisibilidades que compõem a paisagem urbana, e, a encara como uma única face, densa e engessada. Conseqüentemente, este novo observador não consegue evocar imagens fortes que pressuponham referências visuais e um domínio sensorial do espaço (Peixoto, 2015).

Uma figura interessante, estudada por Walter Benjamin, ao se debruçar na obra poética de Baudelaire, para captar as imagens urbanas de Paris, no século XIX, é a do flâneur. Este personagem que ao percorrer as avenidas e galerias parisienses despretensiosamente – isto é, em um ritmo particular, diferenciado daquele das massas –, adquire um olhar peculiar sobre a vida citadina, de forma que passa a decifrar a linguagem da cidade, isto é, traça uma fisionomia urbana através da observação dos fluxos, das pessoas, das atividades do cotidiano urbano. Para Benjamin, o flâneur de Baudelaire representa o olhar de um poeta fisionomista da imagem urbana, como mostra Ferrara (1990):

O *flâneur* não é um autômato, mas, ao contrário, é um ocioso paradoxal que transforma a ociosidade em valor, porque a realiza produtivamente quando transforma as ruas, os pavilhões, os grandes magazines, que atendem à necessidade coletiva da multidão, em instrumentos indiciais que referencializam o labirinto emocional despertado pela cidade moderna. [...] seu contato urbano é aquele do olhar, é a imagem da cidade sob a égide do olhar. [...] Não está condicionado pelo hábito que automatiza a percepção e impede a apropriação da cidade pelo cidadão, essa doença que, perplexos, assistimos corroer a imagem da metrópole moderna. A Paris do século XIX, que encanta Benjamin através de Baudelaire, é a cidade da experiência urbana assumida e, por isso, torna-se a cidade lírica que faz do poeta um fisionomista da imagem urbana.

Desse modo, a saturação, a complexidade e a dinamicidade urbanas dificultam a leitura da cidade pelo olhar daquele que não a experiencia fora do seu *modus operandi*. Além disso, como vimos em Benjamin, e no exemplo do flâneur, o acúmulo

e sobreposição descentrados das imagens, as quais os elementos da paisagem urbana representam, permite, com o olhar sensível e investigativo, alcançar o que está invisível no urbano, e de certa forma, enxergar paisagens e histórias antes nunca percebidas e reconhecidas.

Diante desta noção sobre os principais aspectos que definem a cidade contemporânea, conclui-se que, não só por sua sobreposição excessiva de elementos no tempo e no espaço, como, também, pela pluralidade e complexidade de suas imagens, a legibilidade de sua paisagem perpassa pela investigação e interpretação de suas camadas “invisíveis”. Se nela, sobrecarregada e multifacetada, muito se escapa à experiência do indivíduo, muito, no entanto, não se faz, como afirma Peixoto, imediatamente visível – denominado aqui como o invisível urbano. Infere-se, portanto, que, a paisagem, quando muito modificada pelo ser humano, carrega uma densa sobreposição de matéria, informações e imagens relativas a determinados intervalos temporais do ambiente em questão. Devido a isso, ela pode vir a conter indícios de algo que existiu e/ou existe, mas não pode ser visto, justamente pelo alto grau de alteração a esse algo imposto, muito embora ele possa ser, de alguma maneira, reconhecido, imaginado, vivenciado e ressignificado.

O invisível urbano, no entanto, devido às condições impostas pelos atributos de saturação, complexidade e dinamicidade da cidade contemporânea, se expressa em fragmentos e traços próprios que se camuflam e se confundem, mas que, ao serem observados com minuciosidade, indicam a existência e os papéis destas camadas e elementos que as compõem na paisagem urbana.

Podemos dizer, também, que é dentro dessa lógica que se encontra a natureza na cidade. Esta, negligenciada ou manipulada, se passa, em muitos casos, despercebida e desconfigurada, se fazendo presente no cotidiano citadino através da forma que o meio urbano fabricou para ela. Sabe-se que a hegemonia de uma visão de mundo positivista e utilitarista deu à maioria dos elementos naturais presentes no meio urbano o papel de ceder espaço às construções e intervenções, além de, muitas vezes, propositalmente relacioná-los às imagens de hostilidade e insalubridade. Como resultado deste exacerbado processo de concessão, controle e domesticação, a natureza incorpora, na paisagem da cidade, também, o formato de um cenário a ser adequado às formas, funções, estéticas e culturas urbanas. Em muitos casos, o invisível urbano é fruto, também, de um contexto hegemônico que contamina e define as relações urbanas. Desse modo, os vestígios de uma natureza primitiva e original –

invisível no espaço e/ou perdida no passado – são indícios de sua tentativa de (co)existir (com a) na cidade.

Essa tentativa de coexistência, em algumas cidades já muito consolidadas, como São Paulo, por exemplo, definiu, como afirma Cabral, uma “dimensão residual da cidade”, onde a natureza se manifesta na paisagem como resíduos em “espaços irresolutos”, que fogem da intencionalidade humana (Cabral, 2019). Estes espaços vestigiais se conformem em meio a um tensionamento de interesses nas cidades, pois, a depender deles, são, por um lado, esquecidos, ou por outro, disputados – embora possam fornecer dados para a compreensão da relação entre cidade e natureza. Entende-se, portanto, que é possível estabelecer uma interpretação e uma leitura sobre a paisagem urbana, a partir de seus espaços residuais e fragmentos vestigiais – que se comportam como indicadores da situação de invisibilidade na qual a natureza nela se encontra.

No caso em questão, ao analisar historicamente as transformações urbanísticas impostas ao trajeto do córrego dos Buritis – que contribuíram para com a sua invisibilidade atual e, também, modificaram sua paisagem original –, foi possível compreender como tais modificações, inscritas nas paisagens urbanas do passado e do presente de Goiânia, deixam pistas sobre a existência deste córrego, seja em seu ocultamento, seja em suas aparições.

Nesse sentido, a sobreposição das inúmeras camadas do tempo que marcam a paisagem urbana de Goiânia podem, em um primeiro momento, devido a um olhar apressado ou descontextualizado, causar duas impressões precipitadas sobre a realidade urbana atual do córrego dos Buritis. A primeira é a de que, na verdade, a paisagem da cidade que se vê e se vivencia tem uma única, atual e densa camada que tende a desconsiderar as formas e desenhos que teve no passado, ou seja, a sua mais recente configuração anula as anteriores. Essa impressão tem como resultado a extinção do córrego e qualquer característica original sua, impedindo que determinado elemento ou espaço urbano tenha ligação com seu estado ou comportamento primitivo – o córrego passa a ser qualquer outra coisa, exceto um córrego: um lago no parque, uma canalização de drenagem urbana, um terreno erosivo, uma inundação, uma via de esgoto, um terreno brejoso, um conjunto vegetativo etc.

Já a segunda impressão é a de que pouco se pode obter das camadas mais antigas, mais alteradas ou menos visibilizadas dessa sobreposição, seja por força maior das camadas mais recentes ou predominantes, seja por descrédito e/ou

banalização dados aos resquícios de uma paisagem e um cotidiano já muito modificados. Isto é, mesmo que o córrego ainda tenha alguns espaços de expressão na cidade, seu significado se torna irrelevante frente ao que é predominante na cidade, e seu comportamento desconsiderado diante de um aglomerado desordenado de acontecimentos e fenômenos urbanos. Essa impressão dá ao córrego um sentido de inferioridade, reduzindo-o pela pouca importância dada a ele.

Entende-se, portanto, que dar ao córrego uma função distinta o suficiente para desconectá-lo de sua originalidade, ou reduzir sua importância e participação na cidade, são fatores que corroboram para a sua problemática de invisibilidade, e reforçam uma relação antagônica e funcionalista entre cidade e natureza. Essas formas de associar os corpos hídricos urbanos em geral à paisagem da cidade perpassam, também, pelo esquecimento do passado e por um certo enrijecimento da imaginação. Portanto, infere-se que, para esta problemática em questão, a gradual sobreposição de modificações em determinado espaço antropizado ocorridas a partir do avanço da urbanização, e sujeitas a um conjunto de fatores influentes que definem uma rede de tensionamento neste mesmo espaço, parece se sobrepor tanto sobre a lembrança de como era uma paisagem, quanto, também, sobre a capacidade de imaginar outras possibilidades de paisagem para as cidades.

Assim, a busca pelo reconhecimento e ressignificação do córrego dos Buritis deve conter, para além de uma análise histórica, uma análise subjetiva e sensível sobre a sua paisagem urbana atual, que permita atravessar as camadas que a compõem e ver através delas as pistas sobre a existência deste córrego, sejam em qual plano estiverem, físico, imaginário, mnemônico, etc. Para isso, a paisagem da cidade não deve ser vista a partir das suas representações generalistas, mas sim como uma composição material e imaginária formada pela relação entre ser humano e natureza, na qual esta última participa da paisagem em outro ritmo e com outros objetivos – que devem ser compreendidos. Isto é, o córrego deve ser procurado e visto como córrego, para que assim seja imaginado e reconhecido como tal, sendo a paisagem seu meio de comunicação com quem quer vê-lo e vivenciá-lo.

Nesse sentido, é com esse objetivo que este capítulo progride adiante, trazendo, em seguida, uma discussão sobre o significado desta busca por indícios e vestígios do invisível na paisagem urbana, e, posteriormente, uma reflexão sobre como determinadas imagens urbanas podem vir a alimentar o imaginário ligado ao córrego dos Buritis na cidade de Goiânia.

3.2 INDÍCIOS DO INVISÍVEL NO URBANO

Vimos que, em uma possibilidade de reversão da invisibilidade dada a um córrego urbano tão modificado, é preciso, seja no campo da paisagem física, seja no campo do imaginário, buscar visualizá-lo a partir de sua configuração e essência originais – isto é, adotar para ele uma fisionomia autêntica, e ir em busca dos traços que o caracterizam sem as “máscaras” que o deturpam. Desta maneira, mesmo diante da saturada, complexa e dinâmica paisagem urbana, será possível não perder o foco sobre os indícios da existência deste córrego na cidade.

Em outras palavras, a busca por um córrego urbano desaparecido é, também, uma investigação sobre sua própria fisionomia. Esta palavra foi e é usada em diferentes contextos e áreas do conhecimento, entretanto está, de maneira geral, ligada ao estudo da feição de algo, referente a um processo de associação deste algo à sua identidade única. Este entendimento sobre uma abordagem fisionômica será discutido a seguir, remetendo-nos, novamente, às Figuras do escritor, do historiador e do flâneur, e, também, às do detetive e do médico – todos eles sob a posição de observadores investigadores.

Historicamente, o estudo da fisionomia sofreu variações, algumas delas descartadas, devido à sua superficialidade, outras consideradas “frutíferas” – como afirma Bolle (2022). Segundo este, a fisionomia, enquanto conceito, tem sua origem no século XVIII, com as obras de Johann Caspar Lavater. Estas, embora tenham sido, posteriormente, consideradas ingênuas e fantasiosas demais, influenciaram a tradição fisionomista moderna nos campos da neurofisiologia, criminalística, antropologia, bem como as obras de Charles Darwin, Johann Engel e Ludwig Klages (Bolle, 2022).

Entretanto, foi no século XIX, que ocorreu um florescimento da literatura fisionômica relativa ao urbano – como os romances policiais de Conan Doyle e os contos de Alan Poe – e também nas matérias folhetinescas dos jornais das grandes cidades (Bolle, 2022). Walter Benjamin, em sua obra, “Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo”, disse que essa literatura urbana tem a ver com o movimento das massas, onde o detetive, o investigador, se camufla na multidão, e não perde de vista o indivíduo procurado, pois seu olhar observador facilmente percebe os vestígios suprimidos pela cidade grande (Benjamin, 1989). Nesse sentido, o movimento e cotidiano urbanos escondem pistas do que está indistinto, mas, para aqueles que a

percorrem atentamente – como fazem o flâneur, ou o detetive – tornam evidente a fisionomia do que se investiga.

Carlo Ginzburg (1989) faz uma analogia a três casos nos quais a percepção e observação de pistas – dados aparentemente negligenciáveis – fornecem ao investigador a narrativa de uma realidade até então desconhecida, ou a solução de um problema aparentemente insolúvel. Para ele, há muito em comum entre os métodos investigativos adotados por um médico, um detetive e um historiador. O primeiro, através da observação de sintomas, chega ao diagnóstico da doença. O segundo – a exemplo de Sherlock Holmes –, de forma perspicaz, se baseia em indícios, imperceptíveis para a maioria, para solucionar um crime. E, por fim, o terceiro, quando se debruça sob o campo da arte, torna-se conhecedor dos traços pessoais do fazer artístico de cada artista, e consegue distinguir as obras originais das cópias através de tais idiosincrasias.

Para chegar a esta reflexão Ginzburg (1989) se baseia no método indiciário desenvolvido pelo médico Giovanni Morelli ao catalogar obras de artes cujos autores não foram identificados, ou ao diferenciar as réplicas das originais:

Para tanto, porém (dizia Morelli), é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para os céus de personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés. Dessa maneira, Morelli descobriu, e escrupulosamente catalogou a forma de orelha própria de Botticelli, a de Cosmè Tura e assim por diante. [...] O conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria. Os exemplos da perspicácia de Holmes ao interpretar pegadas na lama, cinzas de cigarro, etc. são, como se sabe incontáveis (Ginzburg, 1989, pp.144-145).

Ainda segundo Ginzburg (1989), os escritos de Morelli foram lidos por Freud, e seu método indiciário teria influenciado os seus estudos:

[...] ‘A alguns críticos de Morelli parecia estranho o ditame de que ‘a personalidade deve ser procurada onde o esforço pessoal é menos intenso’. Mas sobre este ponto a psicologia moderna estaria certamente do lado de Morelli: os nossos pequenos gestos inconscientes revelam o nosso caráter mais do que qualquer atitude formal, cuidadosamente preparada por nós. ‘Os nossos pequenos gestos inconscientes...’: a genérica expressão ‘psicologia moderna’ pode ser diretamente substituída pelo nome de Freud [...]. Mas o que pode representar para Freud [...] a leitura dos ensaios de Morelli? É o próprio Freud a indica-lo: a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores.

Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, 'baixos', forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano (Ginzburg, 1989, pp. 146-150).

Nesse sentido, o método indiciário de Morelli, ao qual Ginzburg atribui a estas figuras, tem sua relevância não somente na história da arte e na medicina, como também na literatura do romance policial. Entretanto, para explicar as raízes desse método, Ginzburg vai até a antiguidade, ao se referir ao homem caçador primitivo. Este, em suas perseguições, caças e tentativas de sobrevivência no mundo primitivo, selvagem e hostil, “aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelo, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba” (Ginzburg, 1989, p. 151). Assim, os caçadores primitivos, por meio da observação e da perseguição sequenciada de tais pistas “mudas”, e de suas habilidades de leitura do espaço, teriam sido os primeiros capazes de agenciar uma narrativa, de contar uma história, ou uma sequência de eventos. A partir dessa primeira narrativa, o ser humano foi capaz de desenvolver a linguagem escrita e, posteriormente, dentro de uma cultura da polis – o princípio do urbano –, disciplinas como a historiografia, a filologia, a medicina, etc. (Ginzburg, 1989).

Surge, portanto, uma outra figura, a do caçador, como aquele que, como um observador da natureza, consegue não só rastrear sua presa a partir das pistas deixadas por ela, como descrever e narrar a situação percorrida. Infere-se, portanto, que a busca por elementos indiciais é inerente à capacidade de observação e de investigação do ser humano, assim como à capacidade de identificar e narrar a fisionomia dos seres e das coisas – traços e imagens do que elas são. Os estudos de Benjamin sobre a cidade moderna a partir da obra literária de Baudelaire, e a partir do comportamento do *flâneur*, levam em consideração não só as possibilidades de interpretar a cidade com as figuras do escritor, do detetive, e do historiador, como, também, com a figura do caçador.

Conforme Benjamin (1989), ao comparar os conflitos diários do mundo civilizado aos perigos da floresta, Baudelaire qualifica o homem urbano um predador no topo de sua cadeia: “Enlace sua vítima no bulevar ou transpasse sua presa em florestas desconhecidas, não continua sendo o homem, aqui e lá, o mais perfeito de todos os predadores?” (Baudelaire *apud* Benjamin, 1989, p. 37). Seja num bulevar

urbano, seja na natureza hostil, o homem se encontra, para Baudelaire, em sua condição – digamos primitiva – de caçador, cujo conhecimento necessário para sobreviver, diante da insegurança que traz esses dois tipos de ambientes, é aquele que diz sobre o próprio ser humano, mais precisamente, seus interesses (Benjamin, 1989). Desse modo, o homem que se propõe viver uma “experiência assumida” da metrópole – como faz o *flâneur* –, se encontra, como um caçador em uma perseguição, cercado de pistas deixadas por suas “presas invisíveis”, que só podem ser caçadas por terem a fisionomia já conhecida pelo caçador. Este, cujos sentidos atentos e experiência investigativa, ultrapassa a visão dissimulada e superficial da paisagem urbana, construindo, assim, sua própria narrativa sobre a cidade.

É nesse sentido que Benjamin (1989) reconhece no *flâneur* um fisionomista nato da rua (Bolle, 2022), pois, em seu ócio, encarna inúmeros papéis urbanos – se camufla na multidão, como no conto de Poe, “O Homem na Multidão” –, e assim, olha a cidade de forma contraditória, isto é, como um passante desinteressado na superficialidade da paisagem, mas circunspecto nas suas peculiaridades, ou seja, se opondo à maneira corriqueira de ver a cidade, e como consequência, fazendo-se capaz de captar e narrar o invisível urbano no espaço, no tempo e no imaginário. Como faz um detetive, em um romance policial, não somente o *flâneur*, mas também o escritor e o historiador – se não são todos em um só – percebem os vestígios e indícios do invisível na paisagem urbana, interpreta os seus significados, capta e produz suas imagens, e tudo organiza – seja como em uma montagem ou como em uma constelação – de forma a, não somente desenhar uma fisionomia do invisível, mas, também, construir uma narrativa a partir deste. Nesse sentido, a observação é o ponto de conexão crucial entre: a narrativa urbana benjaminiana, o método indiciário descrito por Ginzburg (1989), a relação estabelecida entre natureza e cidade e a busca pelo invisível na paisagem urbana.

Sendo assim, a busca pelo invisível na cidade, com o olhar sensível e atento, deve perpassar por uma investigação sobre as imagens que seus indícios carregam na paisagem. Ler e interpretar esta última dependem, nesse caso, da influência de um determinado imaginário, cuja definição e discussão acerca da relação com objeto de estudo desta pesquisa, serão demonstrados a seguir.

3.3 O IMAGINÁRIO E AS IMAGENS DA CIDADE

O termo “imaginário”, de acordo com Wunenburger (2007), muitas vezes é relacionado com a faculdade psicológica humana da “imaginação”, isto é, a capacidade de conceber e utilizar imagens. Além disso, este termo sofre a interferência de outros, como por exemplo, mentalidade, mitologia, ideologia, ficção, temática, imagética, imaginal etc., cujas definições, diferentemente da definição de imaginário, apresentam determinada delimitação de conteúdo (Wunenburger, 2007). Define-se, portanto, o imaginário como:

[...] um conjunto de produções, mentais ou materializadas em obras, com base em imagens visuais (quadro, desenho, fotografia) e linguísticas (metáfora, símbolo, relato), formando conjuntos coerentes e dinâmicos, referentes a uma função simbólica no sentido de um ajuste de sentidos próprios e figurados (Wunenburger, 2007, p. 11).

Nesse sentido, podem ser muitos os constituintes do imaginário – tempo, espaço, personagens, ações etc. –, dando-lhe um caráter holístico, isto é, de totalidade, e abrindo espaço para interpretações sobre ele – por meio de um conjunto de imagens e narrativas. Tais interpretações dão uma indicativa sobre o sujeito imaginante, bem como sobre seus afetos, valores e ideias. Isso significa que, o estudo do sistema de imagens que compõem um imaginário deve se referenciar em sua dinâmica criativa, sua riqueza semântica, sua eficácia prática e em sua participação na vida individual e coletiva (Wunenburger, 2007).

As imagens, segundo Wunenburger (2007), de forma isolada ou em uma composição, possuem uma vertente representativa (linguagem verbal e textual) e outra afetiva (relativa ao sujeito imaginante, individual ou coletivo). É dessa maneira que o imaginário também se comporta, desde que coerentemente produza sentidos diversos sobre um local ou momento. Nesse sentido, existem duas concepções as quais podem ser atribuídas à definição de imaginário: a primeira diz que este se compõe de forma restrita e estática em relação à imaginação, isto é, “o imaginário é compreendido como um tecido de imagens passivas e sobretudo neutras [...]. Só a imaginação se vê investida de propriedades criadoras” (Wunenburger, 2007, p. 13). Já a segunda diz que as imagens possuem uma força intrínseca que alimenta um princípio de autopoietica, que dão ao imaginário, também, a capacidade de transformações e recriações. Assim, o imaginário, juntamente com o poder de animação da imaginação, adquire criatividade (Wunenburger, 2007).

Esta última indica uma maior amplitude alcançada por determinado imaginário a ser estudado, e, conseqüentemente, um maior campo de busca pelas imagens que o compõem. Dito isto, esta pesquisa se baseia na abertura que esta segunda concepção oferece, e se propõe a encarar as imagens ligadas ao imaginário relativo ao objeto de estudo, tanto como imagens autônomas – possibilitando o reconhecimento deste objeto –, quanto como potências criadoras e transformadoras – contribuindo com o processo de ressignificação do objeto de estudo. Entende-se, portanto, justamente por esta propriedade de dilatação do imaginário, que suas imagens não necessariamente vão se atribuir a um único objeto ou significado, podendo assim engendrar uma constelação infinita de leituras e interpretações. Isto é, no campo aberto do imaginário a ser estudado é necessário ter parcimônia e sensibilidade para selecionar os caminhos para os quais cada imagem nos leva.

Bachelard (1990) adepto à concepção de que as imagens que conformam o imaginário possuem um potencial criativo, afirma que a imaginação está diretamente ligada à mudança e à união inesperada de imagens – definindo uma ação imaginante. Logo, dentro desta ação imaginante, se imagens presentes nos fazem pensar em imagens ausentes – uma explosão de imagens –, a imaginação se torna, no psiquismo humano, uma experiência de abertura e novidade, uma aspiração à busca por novas imagens (Bachelard, 1990). Os caminhos que uma imagem abre para acessar outras definem, para Bachelard, a extensão de uma aureola imaginária desta mesma imagem, sendo possível, a partir dela, medir seu valor. Desse modo, a não estabilidade das imagens denomina, para elas, um caráter de mobilidade, de transitoriedade, isto é, a possibilidade de promover uma “viagem da imaginação” pela de sua capacidade de nos levar a outra imagem, e assim por diante. Esse será denominado por Bachelard como o movimento da imaginação (Bachelard, 1990).

Nesse sentido, ao compreender a definição de imaginário, bem como a amplitude e a mobilidade das imagens que o compõem, o estudo imaginário ligado ao contexto histórico e à realidade urbana do córrego dos Buritis, por meio da leitura e interpretação da paisagem urbana que o envolve, acontece a partir da escolha de três imagens da cidade que podem representá-lo no tempo e no espaço: a imagem da rua, a imagem da natureza na cidade e a imagem das águas urbanas.

Estas são, concomitantemente, indícios na paisagem urbana de Goiânia, possíveis representações do córrego dos Buritis na cidade, e componentes de um imaginário urbano que, de alguma forma, pertence a este corpo hídrico. A

compreensão da amplitude e mobilidade destas imagens abrirá os caminhos para reconhecer e ressignificar o córrego inserido em sua paisagem urbana – do passado e atual.

3.3.1 A imagem da rua

Ao afirmar “A cidade como realidade geográfica, é a rua” Dardel determina a rua como um elemento de localidade urbana, como a imagem que representa a vida citadina em sua materialidade – uma das fisionomias que vem a ter a cidade.

A rua, não só é a face característica da tipologia urbana, como é um indício de sua realidade complexa, pois, a partir de sua essência, há a possibilidade de ler o urbano – através de sua origem e história, seus marcos e monumentos, suas apropriações e ocupações, ou seus trajetos e interconexões na cidade. Como afirma João do Rio – o *flâneur* das ruas cariocas –, a rua é um ser vivo, um fator da vida das cidades – a rua tem alma! Ela é para o homem urbano a sua criação, em imagem e semelhança, pois, na argamassa do seu calçamento, há o suor e o murmúrio humanos; é, também, aquela que dá continuidade ao sentido da estrada – atribuindo-lhe civilidade e urbanidade –, nasce, assim, a partir do fim de um grande caminho e, por isso, está para a cidade como a estrada está para o mundo (Do Rio, 2012). O motivo do seu nascimento é um mistério para o jornalista e escritor, pois, ao caracterizá-lo de forma poética, dá a entender que a origem da rua é tão misteriosa quanto a origem da alma humana:

Há nada mais enternecedor que o princípio de uma rua? É ir vê-lo nos arrabaldes. A princípio capim, um braço a ligar duas artérias. Percorre-o sem pensar meia dúzia de criaturas. Um dia cercam à beira um lote de terreno. Surgem em seguida os alicerces de uma casa. Depois de outra e mais outra. Um combustor tremeluz indicando que ela já se não deita com as primeiras sombras. Três ou quatro habitantes proclamam a sua salubridade ou o seu sossego. Os vendedores ambulantes entram por ali como por terreno novo a conquistar. Aparece a primeira reclamação nos jornais contra a lama ou o capim. É o batismo. As notas policiais contam que os gatunos deram num dos seus quintais. É a estreia na celebridade, que exige o calçamento ou o prolongamento da linha de bondes. E insensivelmente, há na memória da produção, bem nítida bem pessoal, uma individualidade topográfica a mais, uma individualidade que tem fisionomia e alma (Do Rio, 2012, p. 10).

A rua, portanto, parece preexistir ao assentamento, como se já existisse ali, em espírito, aguardando seu encarne, e este, não se concede a partir da primeira

construção humana, mas, sim, da sua própria tendência em interligar um lugar ao outro, que, como uma força sutil, como um sussurro ao vento, provoca a intenção no homem de percorrer tal trajeto. Este último, até então, é a própria natureza, tomado pela relva alta, pelo chão alagadiço – ou um discreto veio d’água – pelas trilhas das formigas e dos cupins, tocas dos roedores e ninhos dos pássaros. Ao abrir um caminho em meio à natureza, o homem induz o nascimento da rua. Daí por diante, como que de forma natural e gradual, seu desenvolvimento acontece, das pequenas às grandes instalações, da lama ao asfalto, do capim ao calçamento, do fogo à iluminação elétrica.

Essa trajetória no tempo, somada às construções e usos estabelecidos no espaço da rua, dá origem ao que João do Rio denomina de uma “individualidade topográfica” da rua, isto é, sua face na paisagem urbana. É a transcrição da rua na cidade que se acumula as camadas de apropriações e transformações da vida urbana, e estas, misturadas às ambições, memórias e fenômenos humanos, condensam, em um elemento – a rua – a capacidade de dar legibilidade à cidade. Desse modo, a imagem da rua, não só indicia a cidade como criação do ser humano, como, também, se torna um campo repleto dos vestígios de suas ações e atuações, uma vez que carrega em si outras imagens que representam sua cosmovisão.

A rua (e a cidade), também foi vista a partir da comparação com características humanas, como em Baudelaire e Benjamin – segundo Bolle –, para relacionar a percepção da cidade à percepção do corpo humano – “o sujeito se inteira da fisionomia da cidade e, ao mesmo tempo, de si mesmo” (Bolle, 2022, p. 53) –, como, também, para caracterizar sua personalidade, dentre tantas possibilidades de interpretar a cidade. À imagem e semelhança de seu criador, a rua possui alma, personalidade, uma história – indiciados pelas suas formas, traços e comportamentos.

[...] Oh! sim, as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, snobs, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga de sangue... [...] Nas grandes cidades, a rua passa a criar o seu tipo, a plasmar o moral do seus habitantes, a inocular-lhes misteriosamente gostos, costumes, hábitos, modos, opiniões políticas (Do Rio, 2012, pp. 10-15).

Assim, a pluralidade da cidade também se relaciona à diversidade de imagens que cada rua cria de si mesma e impõe ao imaginário coletivo de seus habitantes, fazendo com que, em dado ponto, não se distinga mais quem influencia quem. A exemplo disso, a criação de um plano urbano, o surgimento espontâneo de uma nova cidade, ou até mesmo a intervenção em uma metrópole já consolidada, comumente, tem, em geral, como ponto de partida o desenho e estruturação das ruas. Entretanto, um conjunto intrínseco de fatores culturais, sociais, naturais, arquitetônicos, políticos, estéticos e econômicos, parecem predominar sobre os fatores técnicos e projetuais designados para as ruas. Assim, estas tornam-se marcos urbanos: a primeira rua de uma cidade, ou a sua “rua direita”, e, também, a rua do lazer, a do comércio, a da igreja, a da feira, a do teatro, a do colégio, a da praça, a da ponte, a do parque, a do cemitério, a dos bares, ou as das festas de carnaval, desfiles, procissões, carreatas, manifestações políticas, etc.

A imagem da rua, em sua complexidade, abriga em si não só as funções e formas urbanas, como, também, as manias e rotinas das pessoas que as frequentam. Esta relação entre as pessoas e o espaço da cidade só pôde existir a medida que a praça pública passou a provocar uma inversão do privado que se torna público, se aproximando, assim, cada vez mais, e dando lugar, à rua (Ferrara, 1990). Desse modo, a rua, nos grandes centros urbanos, se transforma no espaço da multidão, que passa a se expor como atores e espectadores da vida pública agitada, se colidindo uns nos outros e misturam seus passos e intenções.

Desse espelhamento entre a rua e multidão, o *flâneur* se alimenta e assim, passa a ter profundo conhecimento sobre si mesmo, pois na rua vê não só o retrato da sociedade em que vive, como, também, o seu próprio.

O *flâneur* é ingênuo quase sempre. Para diante dos rolos, é o eterno ‘convidado do sereno’ de todos os bailes, quer saber a história dos boleiros, admira-se simplesmente, e conhecendo cada rua, cada beco, cada viela, sabendo-lhe um pedaço da história, como se sabe a história dos amigos (quase sempre mal), acaba com a vaga ideia de que todo o espetáculo da cidade foi feito especialmente para seu gozo próprio. [...] E de tanto ver o que os outros quase não podem entrever, o *flâneur* reflete. As observações foram guardadas na placa sensível do cérebro; as frases, os ditos, as cenas vibram-lhe no cortical. Quando o *flâneur* deduz, ei-lo a concluir uma lei magnífica por ser para seu uso exclusivo, ei-lo a psicologar, ei-lo a pintar os pensamentos, a fisionomia, a alma das ruas (Do Rio, 2012, pp. 9-10).

Rua e *flâneur* se fundem de tal forma que, por vezes, suas almas se tornam uma só, pois esta primeira, no espírito humano, se comporta como “uma imagem que

se liga a todos os sentimentos e serve para todas as comparações” (Do Rio, 2012, p. 19). A imagem da rua carrega significados ligados à memória e identidade do homem urbano, e, portanto, o desperta para outras possíveis imagens sobre a cidade, e para uma leitura sensível de sua paisagem. A rua, em sua infinita constelação de imagens, carrega o signo do caminho, da passagem, do percurso, da paisagem percorrida. Assim como o rio, ela nasce e desagua, se faz parte e alimenta uma rede maior, que é a trama da cidade, e o seu percurso, seu leito, dão origem as imagens das águas – águas (ruas) correntes, caudalosas, espreiadas, agitadas, tranquilas, rasas, profundas, claras, escuras, quentes ou frias.

As peculiaridades de uma rua são como as águas de um rio, que por um lado, passam sem volta, nunca serão as mesmas, mas, por outro, por onde passam, talham marcas e rugas que são vestígios de uma época e, também, conjuntura inevitável daquelas que virão a correr. Na cidade, as ruas, como metáfora, são como os córregos e os rios de uma bacia, entretanto, são também, no meio físico, com base na topografia do terreno, utilizadas para o escoamento das águas urbanas, ou, até mesmo, aproveitam o percurso já existente de um corpo d’água, para margeá-lo, fazendo assim, o mesmo trajeto deste. Água e rua, muitas vezes, percorrem juntas a cidade, e, nesta imagem encontramos, sinais da existência silenciosa e invisível de um córrego urbano.

Desta forma, a imagem da rua permite que, ao olhar para a cidade, possamos, por um lado, enxergar, no seu traçado sinuoso, o possível caminho por onde as águas, seguindo a topografia natural, escorrem, sendo elas as das chuvas ou de um curso d’água que, embora oculto, continua trabalhando pela bacia hidrográfica na qual está inserido. Por outro lado, esta abordagem pode servir para analisar, também, o traçado que é pragmático, e que não remete à organicidade encontrada na natureza, mas, a depender do contexto topográfico inserido, das condições hidrográficas locais, e dos vestígios encontrados em seu cenário urbano, formam suposições sobre a passagem de um curso d’água, acompanhando ou atravessando seu trajeto na cidade.

Nesse sentido, a partir da imagem da rua, e daquelas que esta desencadeia, podemos realizar uma leitura da paisagem urbana ligada à presença da água, tendo sempre em foco, as relações históricas entre cidade e natureza, e, assim, dando a visibilidade e ressignificando os cursos d’água urbanos.

3.3.2 A imagem da natureza na cidade

Historicamente, o ser humano se enxergou como um ser diferente e à parte da natureza, a partir de três características fundamentais: a fala, a intelectualidade, e a religiosidade. Tais características humanas foram interpretadas como sinônimos de superioridade, e suas distinções para com a natureza como uma justificativa para o seu próprio progresso (Cabral, 2019). Fruto disso, natureza e civilização humana passaram a ocupar polos opostos, dando origem à imagem de uma dicotomia entre o construído/domesticado e o natural/selvagem. Assim, reforçando esta imagem, a natureza na cidade recebeu, cada vez mais, características utilitaristas, responsáveis por estabelecer um controle sobre seu formato e seu papel na paisagem. Como afirma Cabral, há aquela vegetação a ser eliminada, aquela a ser cultivada, aquela que serve de alimento, ou aquela que é somente ornamental e puramente estética (Cabral, 2019).

Entretanto, quando se trata do ambiente urbano, onde os espaços verdes de maior expressão ficam à mercê dessas utilidades, é na sua condição residual e intersticial, que a natureza expressa o seu potencial telúrico, isto é, sua liberdade e seu caráter primitivo (Cabral, 2019). Além disso, infere-se que os espaços verdes das cidades, independente do seu formato, são capazes de se diferenciar na paisagem urbana como indicadores de umidade, permeabilidade, frescor, aromas, e de biodiversidade – minhocas, insetos, pássaros, pequenos mamíferos, anfíbios ou répteis, e o que mais conseguir ali sobreviver. Além disso, apesar das camadas de concreto e asfalto se sobressaírem em quantidade, são os espaços naturais capazes, também, de nos desconectar o olhar do relógio, do semáforo, do celular, dos letreiros, anúncios, fachadas translúcidas, comércios etc. São eles, também, nos mapas das cidades, como fragmentos de uma natureza original – pistas de um complexo natural que foi decrescido, ao longo do tempo, e cada vez mais, pelo avanço da urbanização.

Consideremos, portanto, duas imagens que se sobrepõem, relativas à natureza na cidade: uma que reafirma um espaço seguro, civilizado, ornamentado, limpo e compatível com a racionalidade e intelectualidade da espécie humana; e outra que resgata o espaço selvagem e primitivo, uma natureza incontrolada e, por isso, perigosa, mas com alto potencial de se conectar com o lado subjetivo humano. Embora sejam conceitualmente opostas, estas formas imaginadas para a natureza,

na verdade, se complementam, e estão, o tempo todo, influenciando a presença desta nas cidades contemporâneas.

Como afirma Pimenta (1989), a cidade, incontrolável e excessiva, recorre ao arquétipo do “rural original”, do natural e simples, como uma tentativa de desacelerar seu próprio movimento. Portanto, em suas palavras, no imaginário da civilização urbana, o mito de uma natureza original e intocada – expresso por uma tentativa de retorno à natureza primitiva, ou uma busca humana pela conexão com sua origem primitiva – se transforma em décor, técnica e função, criando espaços funcionais, principalmente ligados às réplicas da natureza (Pimenta, 1989). Em outras palavras, os espaços naturais caracterizados e organizados são, como que de forma subconsciente, regidos pela imagem da natureza primitiva, que representa uma tentativa do homem de restaurar um estado de liberdade original através do contato com a natureza, embora mascarado pela imagem da natureza civilizada – dando origem às réplicas mencionadas por Pimenta. Esta busca pelo essencial e pelo original pode ser interpretado como, de acordo com Dardel, um anseio humano por encontrar uma dimensão existencial na experiência com a paisagem natural e na sua relação com a Terra (Dardel, 2015).

Nesse sentido, acredita-se que o imaginário urbano sobre a natureza esteja permeado tanto pelo fascínio humano por uma natureza intocada e exuberante, tanto quanto pela ambição de ser capaz de controlá-la, representando uma procura por um elo perdido entre o homem primitivo, e o homem cosmopolita e urbano – elo que, como esta pesquisa arrisca a dizer, pode vir a ser uma reconciliação com a natureza. É exatamente esse fascínio que faz o homem idealizar a natureza e não enxergar, nas imagens que ela desperta, as respostas para a construção de uma relação equilibrada para com a mesma.

Portanto, infere-se que, é a presença da natureza na cidade, mesmo que de modo fragmentado e residual, é que vai desenhar e, de alguma forma, permitir ser visível, em meio ao traçado das ruas e dos edifícios, o caminho oculto que percorrem as águas na cidade – pois a trama por elas percorrida é, muitas vezes, responsável, pela existência de espaços verdes na cidade, sejam eles um pequeno aglomerado de briófitas no chão úmido, ou uma mata fechada em algum parque urbano, por exemplo. As águas urbanas, sejam das chuvas, dos grandes rios ou dos pequenos córregos, do lençol freático, das nascentes e olhos d’água, dos poços naturais e das lagoas artificiais, das infiltrações e dos vazamentos nas fissuras das calçadas, paredes e

muros são capazes de dar origem à vida. Dessa maneira, os cursos d'água urbanos podem ser, de antemão, vistos a partir da presença da vegetação, de forma que, suas aglomerações façam sentido de trajeto, ou seja, demonstre aparições recorrentes e em uma continuidade linear na paisagem, evidenciando algum percurso. Entretanto, para aqueles cursos d'água que se encontram em um nível de visibilidade inexistente ou extremamente baixos – como o córrego dos Buritis – a presença da natureza e suas imagens se tornam um indício fundamental de suas existências, pois, de modo isolado, em um primeiro momento, não apresenta um vínculo com presença da água, mas, se observado com minuciosidade, revela-se parte de uma paisagem hídrica mascarada pela cidade.

3.3.3 A imagem das águas urbanas

É a partir da ideia do caminho tecido pela água na terra que Ailton Krenak relaciona a ancestralidade dos rios à sua capacidade de gerar e alimentar a vida por onde passam. Desse modo, entendemos que os cursos d'água, por serem aqueles que sempre habitaram o mundo de variadas formas, carregam em si uma completa noção de tempo. “Caminho” e “tempo” são as linguagens das quais a água usufrui para se comunicar com a vida, e esta, sempre próxima dos rios e dos demais corpos d'água, aprende a escutá-la e respeitá-la. Para Krenak (2022), as grandes cidades fizeram o ser humano perder essa habilidade de escuta, essa conexão com o caminho dos rios, pois espalham-se por cima desses corpos de maneira irreverente e desrespeitosa.

Para os assentamentos humanos, a água representou, ao longo da história, permanência, recreação, beleza, abastecimento e deslocamento; e, nas últimas décadas, devido ao desenvolvimento maciço e irresponsável das cidades, representou, também, sujeira, doenças, odor, perigo, fúria, perdas e catástrofe. Tais imagens reforçam a habilidade da água em se desenrolar: seja qual for seu obstáculo, este é para ela passível de travessia, de adaptação. Krenak (2022) cita os rios voadores como afirmação de que, para os cursos d'água, voar também é possível, assim como percorrer quilômetros, reinventar seus caminhos, mergulhar e aflorar a terra, diluir em si inúmeras substâncias, lapidar a mais dura rocha, transportar o que quiser em suas profundezas, abrigar e proteger uma infinidade de espécies aquáticas, engolir o que estiverem na superfície, etc.

Essa versatilidade em excesso da água torna-se, para o homem, uma mistura de admiração e mistério. Na história, vemos grandes esforços para vencer o desconhecido dos oceanos, e como este meio está permeado de lendas sobre as vítimas da força e dos seres dessas águas; vemos também como a água protagoniza rituais e crenças religiosas, ou como os mitos lhe atribuem significados morais ou esotéricos, como, por exemplo, o mito de Narciso ou o mito da fonte da juventude. É como se somente um ser supremo fosse capaz de controlá-la – a água, ou talvez ela mesma seja este ser – e o homem, não aceitando bem isso, a encarou como um desafio a ser vencido, uma natureza à parte a ser desbravada e dominada.

Assim, nas cidades, canalizando e enterrando rios e córregos, ocupando praias e regiões de cachoeiras e poços paradisíacos com resorts e hotéis de luxo, ou criando barragens colossais nos maiores rios do planeta, o ser humano, criou para si a ilusão desse controle que tanto almejava, aliado ao discurso de seu próprio progresso. A verdade é que a água é ser humilde, e em sua sina não vê o ser humano como adversário, faz os seus caminhos como sempre fez, e se puder, doa de si, fornece meios para matar a sede, irriga o alimento, gera energia, e banha o corpo e a alma, principalmente daquele que ingenuamente se entrega ao seu borbulhar lúdico, como faz uma criança em qualquer fio d'água que encontra.

Entretanto, em sua ancestralidade, a água leva consigo as imagens da vida e da morte, e, assim, se conecta com aquelas que dizem sobre uma busca pelo autoconhecimento humano – sua busca pelo sentido da vida e seu destino. Estas imagens são bem retratadas por Guimarães Rosa, em seu conto “A terceira margem do rio”. Este, relata a história de um pai que misteriosamente manda construir uma canoa reforçada, e decide nela viver, no leito de um rio, sem nunca voltar às margens deste, ou pisar novamente em terra firme:

Nosso pai entrou na canoa e desamarrou, pelo remar. E a canoa saiu se indo – a sombra dela por igual, feito um jacaré, comprida e longa. Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais (Rosa, 2019, p. 33).

Neste conto, o contato com a água representa a busca humana pelo desconhecido, pelo entendimento de si, representados pelo rio, largo e profundo, o movimento contínuo de suas águas e pela sua terceira margem – aquela que não se vê, e também, da qual vai atrás o personagem do pai. Por fim, é também seguir o

curso do rio o anseio do narrador, que pede para ter o mesmo destino do pai quando for o momento de sua morte:

Mas, então, ao menos, que, no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água, que não para, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro – o rio (Rosa, 2019, p. 38).

É como se o caminho da humanidade fosse ao encontro do caminho das águas, e, assim como a alma do *flâneur* se une à alma da rua, a alma do ser humano se une à alma do rio. A imagem da água, mais uma vez, relaciona-se com a percepção e passagem do tempo, pois sua liquidez escoia como este, ambos invencíveis e inevitáveis, ambos capazes de desenhar no espaço sua própria versão da história. Nesse sentido, a água produz a sua narrativa, na paisagem e no imaginário, do nascimento à morte dos seres, e, também, das cidades. Estas nascem e se acabam por conta da água.

Se o caminho dos homens vai ao encontro do caminho das águas, é inevitável que o das cidades também vá. Estas últimas, como na fisionomia das suas ruas, possuem, na fisionomia dos córregos e rios que cortam seu espaço, imagens que contém em suas entrelinhas o passado e o futuro da humanidade. As imagens ligadas às águas urbanas nos contam sobre a passagem do tempo, sobre como as cidades mudam, e a natureza está sempre à espreita para se rebelar e aparecer. Dessa forma, a presença da água no meio urbanizado, seja evidente ou dissimulada, seja fervorosa, bela, ou silenciosa, nos mostra novas possibilidades de caminhos na paisagem urbana, novas possibilidades de cidade, até então invisíveis. O invisível urbano se manifesta, então, nesta imagem, de forma que, o reconhecimento do córrego dos Buritis na paisagem de Goiânia consiste, não só em identificar os indícios de suas aparições, mas, também, naquelas imagens que revelam o caminho das águas na cidade.

3.4 IMAGINÁRIO URBANO DO CÓRREGO DOS BURITIS

3.4.1 Trajetos

Os cursos d'água, o traçado das ruas e o tempo são como fluxos inscritos na paisagem, e, portanto, a categoria “trajetos” é intrínseca a essa condição de

dinamicidade. Desse modo, os trajetos presentes no imaginário urbano do córrego dos Buritis são todas as imagens que remetem aos caminhos, que se cruzam ou seguem juntos, feitos pelas águas, pessoas, ruas, histórias e memórias que, de alguma forma, representam a existência deste córrego na cidade de Goiânia. Trajeto é espaço que pode ser percorrido, e, uma vez dessa forma, pode também ser vivenciado. Mas de que espaços estamos falando? Para imaginar os trajetos trançados pelo Buritis e por aqueles que junto dele também teceram e tecem suas trajetórias, é preciso repensar e ampliar a noção sobre este espaço. Ele não se manifesta somente no meio físico, mas em todos os meios em que se é possível visualizar, percorrer e vivenciar um caminho. Buscou-se desvendar trajetos não só nos trechos que restam visíveis, mas também nas imediações do córrego canalizado, dos espaços lindeiros, dos espaços transformados, onde o transeunte nem sequer desconfia daquela camada urbana. Esses relatos sobre trajetos do córrego se seguem como montagens de uma paisagem complexa, ancorada no sensível. Portanto, as imagens a seguir remetem a este movimento incessante, pertencente não só às águas do Buritis, mas à tudo aquilo que o rodeia.

Figura 155 – Roda d'água que recebe as águas do córrego dos Buritis no lago do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 156 – Enxurrada na Rua 15-A, no Setor Aeroporto, passando por uma vala de captação instalada nesta rua para receber o grande volume de água que desce no local durante as chuvas.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 157 – Moto transitando na Av. Assis Chateaubriand, entre o Tribunal de Justiça de Goiás – TJGO e o Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 158 – Passageiros embarcando em ônibus em ponto na Av. Assis Chateaubriand, em frente ao Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 159 – Passageiros em ponto de ônibus situado na Av. Assis Chateaubriand, no mesmo local que os pontos retratados na imagem anterior (Figura 158), em frente ao Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 160 – Vendedor de frutas próximo ao encontro da Av. 136 e Rua 148.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 161 – Feira da Rua 29, ao lado do Bosque dos Buritis.



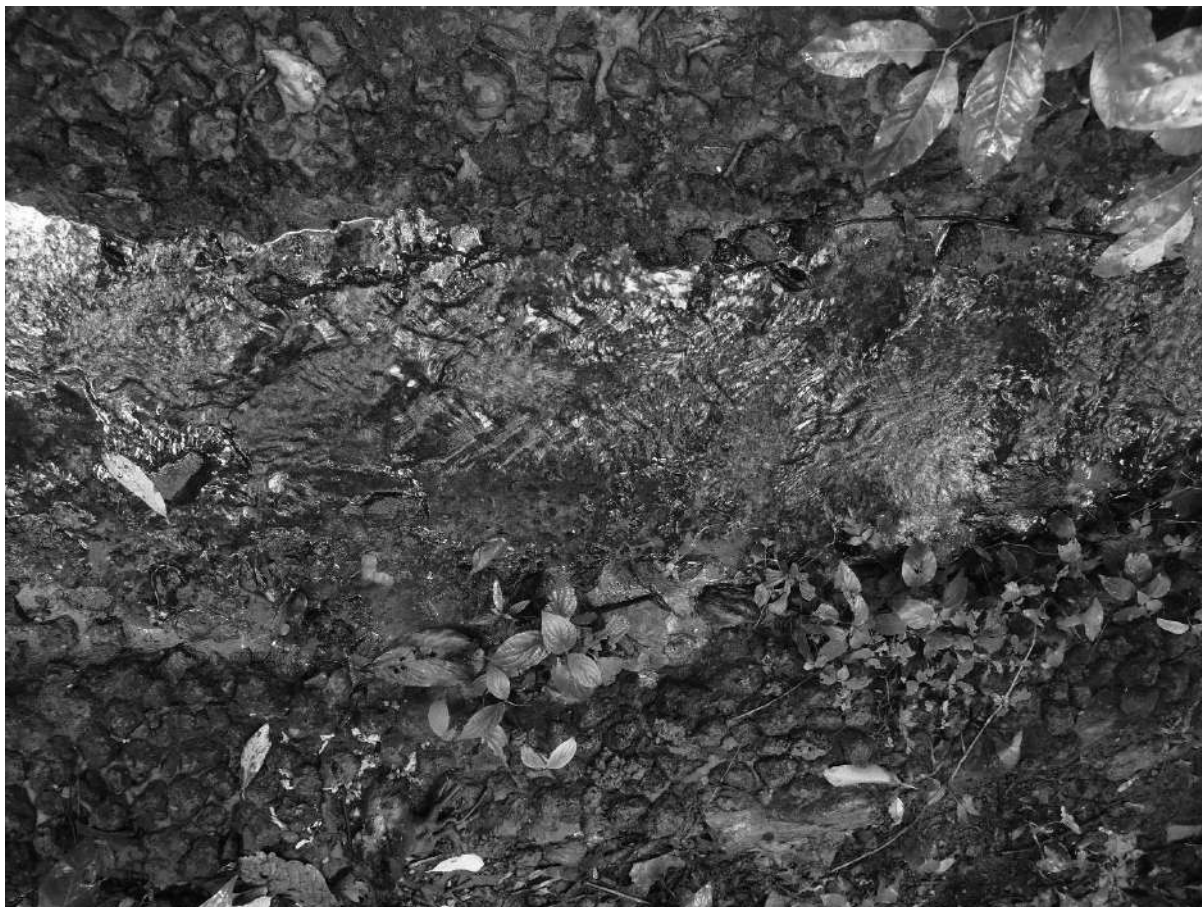
Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 162 – Senhora na feira da Rua 29, ao lado do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 163 – Água corrente em canal artificial, proveniente de nascente no interior da mata do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Relato Elciano Brasiliense Ribeiro. Sua família passou a residir na Alameda dos Buritis no final da década de 1940.

O 'corgo' do bosque dos buritis passava a céu aberto, em frente às casas, e era tudo com pinguela para atravessar. E quando chovia as jararacas saíam todas. Nossa! Como ele não tinha medo de nada, era uma diversão. Quando o asfalto chegou, toda a alameda começou a mudar. E quando seu Arédio construiu, ainda era nesse sistema (sem asfalto). O córrego corria a céu aberto. Foi bem depois que foi construída a casa de seu Arédio, e ele ainda pegou o córrego a céu aberto. Justamente por causa dos fundos da casa e o córrego passava lá é que tinham os degraus. Gozado. A casa de meu pai, do seu Arédio, do seu Adenar tinha degrau e da Dona Ruth. E quem mudou pra lá na época era pioneiro mesmo. Daquele lado do setor Oeste, porque depois do bosque, do lado da igreja, era cerrado. Meu pai foi pra lá nos anos 40. Lembro bem que ele gostava de varrer o quintal. Ah, e toda manhã, ele gostava de acordar cedo, pegava a vassoura e varria o quintal, e depois punha milho para as galinhas. Minha mãe tinha muitas galinhas poedeiras. Dava milho pras galinhas. Tudo tratada. Pajeava umas rolinhas lá no quintal. Ficava cheio de rolinhas. Cevava elas, jogava quirera de arroz e ficava espiando. Uma tradição bem sertaneja. Não gostava que ninguém espantava elas não. 'Num espanta elas' (Cordeiro; Ferreira, 2017, p. 31).

Figura 164 – Canal artificial proveniente de nascente no interior do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 165 – Frente de uma das poucas casas presentes na Rua 01 na atualidade.



Legenda: Na maioria dos lotes desta rua existem (ou estão em processo de construção) edifícios de múltiplos andares. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 166 – Edifícios na Rua 01.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 167 – Alunos do Centro Livre de Artes, no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 168 – Alunos do Centro Livre de Artes, no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 169 – Ponto de alimentação na Av. Cora Coralina, no Setor Sul.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 170 – Quiosque de água de coco no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 171 – Pato andando no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 172 – Pessoas caminhando no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 173 – Caminho da entrada do Museu de Arte de Goiânia – MAG no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 174 – Av. Leste Oeste. Local próximo à primeira foz do córrego dos Buritis no Capim Puba.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 175 – Canal artificial oriundo de nascente no interior da mata do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 176 – Córrego Capim Puba e a foz do córrego dos Buritis, à direita.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 177 – Av. Cora Coralina, Setor Sul.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 178 – Viaduto no encontro da Rua 87 com a Av. 85.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Relato de Maria Evangelista Costa, que se mudou para a Rua 85-C no início de 1953.

No setor Sul não tinha vizinho. No começo só tinha a casa construída no mato e o Palácio. Nos lotes vagos tirávamos até madeira para fazer comida. As ruas ainda não eram abertas. O bairro não tinha infraestrutura. Só tinha a 85 que futuramente se tornaria avenida. Os acessos eram feitos pela 85. Nós tivemos que abrir picadas para chegar em casa. As ruas internas as pessoas abriam acessos para os carros com picareta. Onde hoje é o Externato São José, era uma chacinha, a 85 terminava na Praça do Ratinho, tinha um córrego que cruzava a 85 onde as crianças brincavam de pescar (Caixeta *apud* Gonçalves, 2002, p. 73).

Figura 179 – Rua 26A, setor Aeroporto.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 180 – Córrego Capim Puba. Local próximo à foz do córrego dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 181 – Trecho não asfaltado da Rua 7-A, no Setor Marechal Rondon, ao lado da foz do córrego dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 182 – Trilha no interior da mata do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 183 – Calçada pública do Clube dos Oficiais, setor Sul.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 184 – Caminho externo que dá acesso aos ateliês de artes do Centro Livre de Artes, no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 185 – Corredor de acesso aos sanitários masculino e feminino que atendem os funcionários da AMMA responsáveis pela manutenção do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 186 – Trilha no interior da mata do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 187 – Avenida Leste Oeste, local próximo à primeira foz do córrego dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 189 – Rua 7ª, no setor Marechal Rondon, ao lado da primeira foz do córrego dos Buritis no Capim Puba.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 190 – Vala de drenagem no interior do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 191 – Mulher caminhando em frente à Paróquia São João Bosco.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

“Ruth Tavares Martini era costureira em Sylvania, prestando também, eventualmente, serviços de auxiliar de enfermagem no hospital daquela cidade. Casando-se com José Martini, vieram morar em Goiânia, onde se ingressou de vez na ocupação de enfermagem, exercendo essa atividade dos hospitais São Lucas, Santa Casa de Misericórdia de Goiânia e Santa Maria, até se aposentar. Entre as atividades de costura, enfermagem, dona de casa, cuidadora dos seis filhos e netos, também foi parteira de várias mulheres amigas, vizinhas e parentes, atividade exercida também pela sua mãe Marília (Mariquinha). [...] O casal, José e Ruth, teve seis filhos: Norma, Ivonne, Fábio, José Júnior, Zélia e Antonio, que passaram, praticamente, toda a infância e adolescência na casa da Alameda dos Buritis. Naquela residência, sempre se reuniam a maioria das crianças moradoras da Alameda, onde participavam de diversas brincadeiras e podiam desfrutar das ‘paneladas’ de comidas, preparadas com carinho por Dona Ruth. Na época, nem rua demarcada existia, apenas trieiros e, na porta da casa, corria um pequeno riacho, que nascia acima da hoje Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, passando atrás do Jóquei Clube. Nesse córrego, era comum ver as crianças da região brincando, banhando ou mesmo a pescar alguns lambaris, bagres e

casquados, ou ainda caçando rãs que costumavam aparecer, às vezes, por ali, um dos programas preferidos do filho Fábio. Com a chegada do progresso, logo esse córrego viria a ser canalizado, época em que as crianças dali aproveitavam para fazerem a maioria de suas brincadeiras nas obras do canal do riacho, nos aterros e tubos, quando chegavam a atravessar por dentro de mais de 400 metros de manilhas debaixo da terra, indo do Colégio Ateneu até as imediações do Jôquei Clube. Algumas traquinagens também eram feitas pelas crianças ali da região, como entrar escondidos na torre da Igreja do Ateneu Dom Bosco, puxar a corda e tocar o sino da capela e sair correndo (Cordeiro; Ferreira, 2017, pp. 35-37).

Figura 192 – Homem fazendo algum tipo de reparo ou manutenção na torre da igreja da Paróquia São João Bosco.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 193 – Pessoas na Av. Oeste, Setor Aeroporto.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 194 – Pessoas andando na calçada da Av. Cora Coralina, Setor Sul.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 195 – Pessoas andando na calçada da Av. Cora Coralina, Setor Sul.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 196 – Drenagem em calçada na Av. Cora Coralina, Setor Sul.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 197 – Grelhas de drenagem urbana na Av. Cora Coralina, Setor Sul.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 198 – Homem atravessando a Rua 4, ao lado do Centro de Convenções de Goiânia.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

No momento em que escrevo este artigo, a picareta já deve estar malhando no pavilhão histórico da Santa Casa, construída na década de trinta por Dona Gercina. É mais um edifício histórico de Goiânia que se tomba em nome do progresso, dos arranha-céus que sufocam a cidade e que trazem sérios transtornos à nossa rede de água e esgoto. E Goiânia vai se descaracterizando (Teles, 1988, p. 33).

Dia 5 de janeiro do ano passado, em artigo publicado no jornal O Popular, com o título 'A demolição da Santa Casa', eu denunciei o crime que o governo de Iris Rezende perpetrava contra a memória da cidade. [...] Pois bem, o artigo foi publicado, causou revolta, mas não conseguiu sensibilizar o Sr. Iris Rezende que continuou deitando as picaretas nas paredes da Santa Casa, até que ela veio abaixo dando lugar a uma cratera, um enorme buraco que imediatamente recebeu o nome de 'buraco da saúde', em consonância com o já famoso 'buraco da cultura', que o então governador Leonino Caiado mandou levantar no Bosque dos Buritis (Teles, 1988, p. 40).

Figura 199 – Homem de bicicleta na Av. Independência, Setor Aeroporto.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 200 – Barraca em frente ao Tribunal de Justiça de Goiás - TJGO.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 201 – Mulheres atravessando faixa de pedestre no encontro da Rua 11 com a Av. Anhanguera, próximo ao Jôquei Clube de Goiás.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 202 – Vendedores de frutas no semáforo da Av. Oeste com a Av. Independência.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 203 – Vendedores de frutas no semáforo da Av. Oeste com a Av. Independência.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 204 – Escada de acesso entre Av. Leste Oeste e Rua 7A, ao lado da primeira foz do córrego dos Buritis no Capim Puba.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 205 – Tubulação do córrego dos Buritis no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 206 – Grades sobre caixa de passagem que abriga a canalização do córrego dos Buritis no encontro entre a Rua 87 e a av. Cora Coralina.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 207 – Grades sobre caixa de passagem que abriga a canalização do córrego dos Buritis na Rua 87, em frente ao Instituto Goiano de Oncologia e Hematologia - INGOH.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 208 – Mulher caminhando em calçada pública do Clube dos Oficiais, Setor Sul.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 209 – Homem caminhando sobre ponte no córrego Capim Puba, na Av. Marechal Rondon, próximo à segunda foz do córrego dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 210 – Canal localizado ao lado do Ed. Alfredo Nasser, que leva a água do lago do Bosque dos Buritis à canalização do córrego dos Buritis na Rua 29.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Acampado atrás da Assembleia Legislativa, um bando de indigentes causa apreensão às famílias residentes nas proximidades. Muitos deles ostentam feridas e eczemas pela pele. Por isso várias pessoas procuram a Redação, dando conta de "leprosos no Bosque dos Buritis". A reportagem deslocou-se até o local, visando verificar a veracidade das informações. O flagrante mostra quando alguns desses párias banhavam-se no esgoto que passa pelo bosque. O homem que aparece banhando a cabeça, sofre fogo selvagem, portanto é caso para o Hospital do Pênfigo. Os outros possuem grandes feridas na perna, as quais são expostas para atrair esmolas. À noite, o número de mendigos cresce, ali aparecendo bêbados e malandros, perturbando o sossego público, pois fazem barulho até altas horas. Reclamam os moradores da vizinhança pedindo a OSEGO que tome alguma providência, pois o acampamento situa-se próximo à feira-livre. Assim, se houver doenças contagiosas entre os desocupados, o perigo torna-se maior. Também menores abandonados banham-se e vivem junto a esses doentes, como a foto comprova. É caso para o Juizado de Menores também. Reportagem de jornal e autoria não identificados. Menores, mendigos e doentes no esgoto. Goiânia, segunda-feira, 8 de setembro de 1969 (Acervo Histórico Estadual – GO, [s.d.]).

Figura 211 – Escada na Rua 7-A, Setor Marechal Rondon.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 212 – Escada na Rua 7-A, Setor Marechal Rondon.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Entrevista realizada pela autora em 2023 com Dona Zilda, moradora da rua 15-A, no setor Aeroporto, desde a década de 1950:

(Jessica) “Quando e como a senhora chegou aqui?”

(Zilda) “Eu tenho 72 anos, eu cheguei aqui com 5 cinco anos, então provavelmente eu vivo aqui neste bairro há 67 anos. Quando nós chegamos, aqui estava no começo do loteamento do setor Aeroporto, então o lote foi comprado e a casa foi construída pelo meu pai. Nossa casa era um barracão meio rústico, o córrego passava no meio do lote, onde hoje é o quintal daqui. Meu pai procurou uma árvore bem larga, tirou uma madeira resistente e fez uma ponte para nós passarmos por cima do córrego. Meu pai era ferreiro, a oficina dele ficava aqui, mas hoje o lote que ele comprou virou dois, o meu e o do meu irmão, o Nilton...”

(Jessica) “O que a senhora lembra da paisagem da rua e dos arredores dela?”

“A rua ainda não era rua, era só uma passagem, como se tivesse feito um caminho da roça, e aqui era tudo mata, só se via mato... Não tinha iluminação pública... O buracão, onde ficava a bica, se tornou algo muito grande, começava na ponte da rua 59 e ficava grande mesmo ali onde é o Célio Maria... Na época, já tinha o trecho que o córrego descia, e quando chovia muito, tudo ‘esbarrancava’, o que aumentava mais ainda o buracão e a largura do córrego daqui pra baixo... A água da bica era boa de beber, eu acho que ali era uma mina. Tinha o ‘Toca’, um senhorzinho bem magrinho que carregava a água da bica na cabeça toda enrolada num pano. Essa bica formava o córrego de novo, era muita água, na chuva o poço ficava cheio e fundo, eu nem sei como a gente não afogava lá, porque ninguém sabia nadar

e todo mundo entrava lá (risos)... Aquele poço ajudou muita gente. Nós aqui em casa tínhamos cisterna, então não precisávamos da água do poço, mas quem não tinha água em casa, dependia dessa água, pra beber, tomar banho, lavar roupa...”

Nesse momento Nilton entra na sala:

(Zilda) “Olha esse é meu irmão, Nilton, que mora aqui do lado... ele vai saber, muita coisa. Nilton, ela ta fazendo uma pesquisa sobre o córrego dos Buritis, sabe?”

(Nilton) “Olha, você procurou as pessoas certas para te contar sobre esse córrego, porque nós moramos aqui a mais de 60 anos! O que eu tenho lembrança deste córrego é o seguinte: ali onde é o centro de convenções era a Santa Casa e a Maternidade Dona Gercina, nesse terreno passava um córrego. Esse córrego descia pela Avenida Oeste e passava aqui no meio do nosso quintal... e aqui só tinha buraco, a gente chamava de buracão, e ele só aumentava, rumo onde é ali a loja de pneus, que era onde morava o seu Zé Bolacha, que era um senhor carroceiro... Ai tinha a dona Almerinda que vendia bolo de arroz... tinha também o ‘Mané Carlos’ que eles falavam que virava lobisomem, e na época da quaresma a gente morria de medo, e de noite quando a gente escutava o barulho da cachorrada uivando, falávamos que era ele transformado! (risos)... Ai o que acontece, Goiânia começou a jogar lixo pra aterrar esse buraco, então aqui era um verdadeiro lixão... E ai quando construíram o Célia Maria, ficaram até com medo da quantidade de lixo que tinha lá. Aqui do lado existia o Hospital de Doença do Pênfigo de Goiânia, que é aquela doença de pele popularmente conhecida como fogo selvagem, uma doença autoimune... Os doentes sofriam um certo preconceito, então esse hospital ficava aqui, afastado do centro. Depois o hospital fechou..., mas antes disso, nós pulávamos o muro do hospital pra comer goiaba, a doença não era contagiosa... nós aqui não tínhamos preconceito com eles, diferentemente do restante da cidade, porque nós convivíamos com eles... o que mais que eu posso te contar... o Íris Rezende foi o primeiro prefeito a vir até aqui, me lembro dele fazendo campanha aqui. Tinha também o seu Sebastião, as mangueiras das casas... a rua não tinha asfalto e era um ‘trieirinho’, que dava no hospital. E ai foi acontecendo que foram enchendo o buracão de lixo, poluindo o córrego, até chegar ali no seu Sebastião, até que canalizaram o córrego na avenida Oeste. Era ali que tinha uma ponte, perto do açougue. Tinha também o marido da dona Otília, que tinha um boteco em cima de um monte de lixo, do lado do buracão... O córrego nem era canalizado ainda e nós nem imaginávamos que isso ia acontecer... Nós achamos ruim fechar o córrego, onde brincamos por tanto tempo, mas nós entendemos que foi preciso né... pra nos proteger das doenças e da sujeira..., mas nós tivemos uma ótima infância, era tudo muito rústico, mas em termos de qualidade de vida a gente considera que era tudo melhor... A gente reunia mais com as pessoas, brincávamos juntos aqui na rua, banhávamos no poço do buracão... Tínhamos uma vizinhança aqui, a gente chamava aqui de ‘rua do fogo’, porque tinha muita festa, todo mundo era muito alegre, tinha muita cachaça também (risos)! As pessoas eram mais unidas e compartilhavam mais, as casas não tinham muro pra você ter uma ideia. A gente não tinha medo, isso era bom! Não tinha perigo, vivíamos sem medo de brincar, de correr, de jogar bola, enfim... chegávamos em casa todos sujos e minha mãe punha uma bacia aqui no quintal pra gente tomar banho. Então tudo era bem simples mesmo... A nossa casa, na época da chuva, enchia 1 metro de água, na minha casa mesmo, antigamente, na cozinha minava água... depois eu fui aterrando, subindo a casa pra acabar com a inundação. Fomos resolvendo essas questões com o que tínhamos...”

Figura 213 – Pintura no chão da Rua 15-A onde, no centro de um desenho da bandeira do Brasil, está escrito “Rua do Fogo”.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

3.4.2 Rupturas

Se há transformação, há ruptura de uma continuidade, mudanças de perspectivas, contrastes. Nesse sentido apresenta-se a segunda categoria: rupturas. Dentro do imaginário urbano do córrego dos Buritis, as rupturas são as imagens do que é contraditório, insurgente, inesperado, polêmico, sobrevivente e caótico. Estas

representam o córrego dos Buritis e o contexto urbano que o envolveu em sua trajetória histórica pois, ele, desde o início visto como um instrumento, poluído e suprimido, nunca deixou de se manifestar na paisagem urbana, de uma maneira ou de outra. Seu movimento passa, então, a ser de uma tentativa de rompimento de suas estruturas opressoras, sendo na maioria das vezes, expositora de mazelas sociais e urbanas e problemas ambientais.

Figura 214 – Mina d'água que, no período das chuvas, aflora no interior da tubulação que leva as águas do córrego dos Buritis no Bosque dos Buritis para a canalização da Rua 29 em diante.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 215 – Estrutura de contenção e tubulações no Bosque dos Buritis, que levam as águas do córrego dos Buritis para a canalização da Rua 29.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 216 – Estrutura de contenção e tubulações no Bosque dos Buritis, que levam as águas do córrego dos Buritis para a canalização da Rua 29.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 217 – Ocupações irregulares e vegetação às margens do córrego Capim Puba, no local de desague da segunda foz córrego dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 218 – Margem esquerda do córrego Capim Puba, próximo ao local de desague da primeira foz córrego dos Buritis.



Legenda: O córrego Capim Puba se localiza ao fundo da fotografia, mas não pode ser visto devido ao desnível acentuado entre sua margem e seu leito. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 219 – Moradia precária localizada na Rua 17-A.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 220 – Edifícios residenciais localizados na Rua 148, no Setor Marista, em frente ao Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 221 – Moradias precárias localizadas na Av. Leste Oeste.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 222 – Vista da calçada do tribunal de Justiça de Goiás, em frente ao Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 223 – Edifícios residenciais localizados na Rua 148, em frente ao Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 224 – Anúncio de um edifício de auto padrão a ser construído na Rua 148, Setor Marista.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 225 – Vista da calçada do tribunal de Justiça de Goiás em frente ao Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 226 – Clubes dos Oficiais na rua 87, e, ao fundo, edifícios residenciais da Rua 148.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 227 – Residências às margens do córrego Capim Puba, próximas à Av. Leste Oeste e à primeira foz do córrego dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 228 – Final da Rua 17-A, no Setor Aeroporto.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 229 – Final da Rua 17-A, no Setor Aeroporto.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 230 – Mata do Clube dos Oficiais vista da rua 132, setor Sul.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 231 – Moradias ao longo da Av. Leste Oeste, no mesmo local do trajeto natural do córrego dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 232 – Terreno da quadra da nascente do córrego dos Buritis, localizado na Av. 136, após ser desmatado para a construção de um comércio.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 323 – Terreno da quadra da nascente do córrego dos Buritis, localizado na Av. 136, antes de ser leilado e desmatado.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 233 – Terreno da quadra da nascente do córrego dos Buritis, localizado na Av. 136, após ser desmatado para a construção de um comércio.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 234 – Terreno da quadra da nascente do córrego dos Buritis, localizado na Av. 136, após ser desmatado para a construção de um comércio.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 235 – Tribunal de Justiça de Goiás – TJGO – em frente ao Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 236 – Bosque dos Buritis, em frente ao Tribunal de Justiça de Goiás - TJGO.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 237 – Córrego Capim Puba sob a ponte da av. Marechal Rondon, onde existe um grande acúmulo de lixo e entulho.



Legenda: A ponte é utilizada como abrigo para moradores de rua. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Relato de Eládio Gracia, morador da Rua 15-A, no Setor Aeroporto, concedido à autora em 2023:

“Eu sou dono dessa firma aqui a 63 anos (Rua 15-A), e moro na outra rua abaixo, na 25-A, sou morador do setor Aeroporto desde quando tinha o aeroporto ainda, os aviões desciam aqui. O córrego dos Buritis passa onde era a antiga Santa Casa, desce a Av. Oeste, mas todo canalizado, vira na Rua 26-A (Rua Francisca Costa Cunha), passa por baixo do prédio Célia Maria, esse prédio foi feito em cima do córrego... ai ele segue e desemboca no Capim-Puba. La na Santa Casa ele passava aos fundos, e ainda era aberto, tinha o canal, mas não era fechado... Na Avenida Oeste esse córrego já seguia por debaixo da terra, e quando chegava no cruzamento com a Rua 59, tinha uma ponte, pra atravessar daqui para o outro lado da Rua 59, e aí a

gente conseguia ver ele de novo. Para você ter uma ideia, antigamente tinha um matadouro de gado em Campinas, naquela época era tudo estrada de chão por aqui, o pessoal levava a boiada passando pela ponte, e uma vez uma vaca estourou e caiu lá embaixo, dentro do córrego. A ponte era alta, o barranco era muito alto, e não teve jeito de tirar a vaca de lá. A solução que acharam foi matar a vaca ali mesmo, esquartejaram ela e cada um dos vizinhos levou um pedaço para casa. Isso eu me lembro sobre essa ponte. Mas da ponte pra baixo o córrego seguia canalizado novamente. Lá embaixo tinha uma bica d'água, mas eu acredito que não era o córrego, porque ele já estava canalizado, mas era uma mina de onde brotava uma água limpa que empoçava. O pessoal tomava banho ali, e bebia água dessa mina. Inclusive tinha um homem que vivia de vender essa água, era uma água muito boa, a gente bebia dela. O pessoal chamava ele de 'toca' porque ele colocava uma lata de querosene na cabeça e saía carregando água... Nós daqui de casa não tomávamos muito banho lá, porque eu e meu irmão começamos a trabalhar cedo, e gostávamos mesmo era de, no tempo livre que tínhamos, jogar bola no campinho feito de palha de arroz que tinha ali em cima... O córrego era meio poluído aqui pra baixo, o pessoal jogava muito lixo nele. La pra cima, perto do Bosque dos Buritis tinham um cuidado melhor com ele, mas da Santa Casa para baixo, perderam o controle. Outra coisa que faziam muito aqui era lavar roupa no córrego, algumas mulheres se juntavam, colocavam as tábuas na beira d'água para lavar as roupas do pessoal. Aqui tinha muita gente pobre, que não tinha muita condição sabe? Muitos já até saíram daqui a cidade vai crescendo e vai expulsando os pobres para longe. Daqui pra baixo tinha muita chácara, muita mata mesmo, principalmente na beira do Capim Puba, hoje já não tem mais né... A gente tem umas memórias boas daqui, com a paisagem do córrego, mas quando fecharam ele e enterraram eu não achei ruim não, achei bom, porque significou saúde pra gente. Se morria um gato ou um cachorro, jogavam dentro do córrego, e assim era também com o Capim Puba, o pessoal despejava muito esgoto nas águas... Quando chove, desce muito lixo na enxurrada. Antigamente, era chão de terra, hoje, com o asfalto, tudo mais liso né? Desce mais água."

Figura 238 – Tubulação do córrego dos Buritis no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 239 – Caixa de passagem localizada na Rua 87, em frente ao Instituto Goiano de Oncologia e Hematologia - INGOH.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 240 – Caixa de passagem localizada na Rua 87, entre o Clube dos Oficiais e o Instituto Goiano de Oncologia e Hematologia - INGOH.



Legenda: No fundo, é possível visualizar a canalização do córrego dos Buritis que vem do clube e segue rumo a Av. Cora Coralina. É possível, também, ver a água que incessantemente sai de uma tubulação e segue para outra. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 241 – Caixa de passagem localizada no encontro entre a Rua 87 e a Av. Cora Coralina.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 242 – Caixa de passagem localizada no encontro entre a Rua 87 e a Av. Cora Coralina.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 243 – Grande quantidade de bueiros localizados na av. Assis Chateaubriand, em frente ao Tribunal de Justiça de Goiás – TJGO.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 244 – Sistema de drenagem localizado na av. Assis Chateaubriand, em frente ao Tribunal de Justiça de Goiás – TJGO.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 245 – Fotografia de Y. Maeda do Lago do Bosque dos Buritis transbordando rumo ao Palácio Alfredo Nasser, após grande quantidade de chuva.



Fonte: ALEGO (2018).

Figura 246 – Fotografia de Y. Maeda do alagamento em frente ao Colégio Ateneu Dom Bosco, após grande quantidade de chuva.



Fonte: ALEGO (2018).

Figura 247 – Água de enxurrada que desce através da grelha de drenagem localizada na Rua 15-A e é levada para uma grande tubulação.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 248 – Caixa de passagem localizada na Rua 15-A sem a presença de água, pois a foto foi tirada no período de seca.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 249 – Grelha de drenagem localizada na Rua 15-A.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Relato de Lindalva, moradora da Rua 15-A, no Setor Aeroporto, fornecido à autora em 2023:

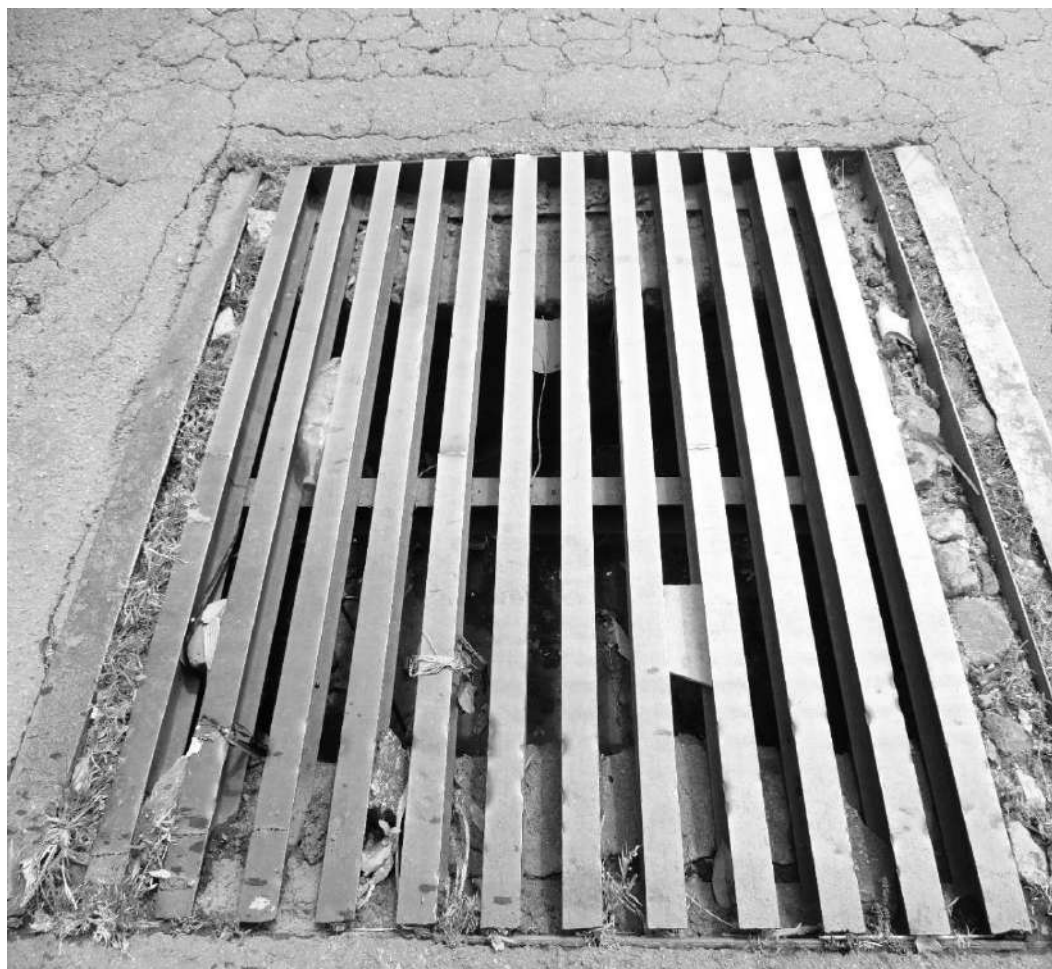
“Eu moro aqui no bairro tem 43 anos... Aqui antigamente tinha muita árvore, dava muita fruta... no local da mina não tinha muita vegetação, era mais arbusto... Aqui era pouca coisa, não tinha nem esgoto, nem iluminação, o povo usava a água da mina ou de cisterna... Depois, veio o progresso, tem pouco tempo, só depois que fizeram o prédio (Célia Maria) em cima da mina é que preocuparam em fazer o asfalto, por a rede de esgoto, essas melhorias... A lembrança que eu tenho era que ali no poço era uma mina, eu não sabia nem que chamava córrego dos Buritis, e minha sogra lavava muita roupa ali... na verdade não só ela, quase todo mundo daqui da rua lavava roupa nessa mina, e nessa época eu ainda não morava aqui, eu morava mais acima, na Rua 57, e só vim pra cá depois que eu casei, porque meu marido, já falecido, morava aqui. Pra mim, quando canalizou o córrego ficou foi pior, porque quando chovia descia muita água... teve uma vez, depois da construção do prédio, que deu uma chuva muito forte, e aconteceu uma inundação aqui na rua, os carros da garagem do prédio ficaram tudo boiando na água. Depois desse acontecimento, fizeram uma reforma aqui na rua, construíram essa boca de lobo grande que tem aqui na porta de casa, ela é tipo um mata burro. Aqui entra muita água mesmo, e dizem que ela vem lá da Assembleia ne, onde também tem uma mina ne? Então a água vem muito forte, a 26-A, que é a rua do prédio, alaga toda, é até perigoso, ninguém passa ali... Quando os meus meninos eram pequenos eles gostavam de escorregar na água dessa rua, pensa o perigo! Isso tudo aconteceu... Com o progresso tudo mudou mesmo e a gente convive com ele... tudo depois que construiu o prédio..., Mas o Setor Aeroporto era um lugar muito bom de viver sabe? Hoje é tudo garagem, foi tudo tomado por garageiros... No geral é isso mesmo. Infelizmente eu não tenho fotos e o pessoal que tem já mudou daqui ou faleceu... Mas na minha memória é muito claro: quando criança eu vinha tomar banho aqui, minha avó que trazia, eu e minhas irmãs, depois que eu casei não tinha mais a mina, mas minha sogra contava muito sobre como ela e as vizinhas dela lavavam roupa nessa mina, ela dizia que era água cristalina mesmo... e depois veio o prédio e ai tamparam tudo... foi isso que aconteceu.”

Figura 250 – Grelha de drenagem pluvial localizada na Av. Oeste.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 251 – Grelha de drenagem pluvial localizada na Av. Independência.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 252 – Grelhas de drenagem localizada na Av. Independência.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 253 – Entrada do subsolo (garagens) do edifício Célia Maria, na Rua 26-A, setor Aeroporto.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 254 – Torres do edifício Célia Maria, na Rua 26-A, setor Aeroporto.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 255 – Buritizais localizados às margens do lago do Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 256 – Coelho visto no interior da mata do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 257 – Terreno concretado do ferro-velho onde foi aberta a capsula de Césio 137, em 1987, na Rua 26-A, setor Aeroporto.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 258 – Terreno concretado do ferro-velho onde foi aberta a capsula de Césio 137, em 1987, na Rua 26-A, setor Aeroporto.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 259 – Estacionamento do Jôquei Clube de Goiás.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 260 – Piscina do Jóquei Clube.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Entrevista feita em 2024 com Maria Aparecida que frequentou o Jóquei Clube desde os seus 11 anos de idade:

“(Jessica) Como é a sua história e a sua relação com o Jóquei?”

(Cidinha) Eu vim de Belo Horizonte para Goiânia na década de 70 e o meu pai comprou um apartamento na esquina do Jóquei, na Avenida B. Ela já foi Avenida Alfredo de Castro e agora ela voltou a ser Avenida B. Então eu e minha irmã ficamos doidinhas para frequentar o clube e então o meu pai comprou uma ação. Foi quando eu comecei a nadar. Fui aluna do professor Moacir lá no Jóquei. Nessa época eu tinha 11 anos. Eu estudei no Colégio Estadual Brasil Central, na primeira, segunda, terceira e quarta série. Quando eu fui fazer o primeiro colegial eu fui para o Ateneu Dom Bosco. Quando eu fui para o Colégio Ateneu eu tinha 14 anos e nós éramos adolescentes ali, então a gente já saía. E eu tinha umas amigas e resolvemos pular carnaval no jóquei. A história do Jóquei começou ali, a nossa vida social no Jóquei começou ali, porque antes eu ia pra lá só pra nadar e ia pra casa, era bem diferente de quando eu frequentava o Jóquei. Então nós resolvemos fazer um bloco só de ‘Emilia’, só as meninas, que era eu, a minha irmã e mais duas amigas. Nós fizemos essa fantasia e esse bloco de ‘Emilias’. Quando chegamos lá, nós conhecemos os meninos do basquete. Logo depois que acabou o carnaval, eles começaram a ir pro Ateneu para encontrar as meninas, mas como eles jogavam basquete, nós começamos a ir para o Jóquei por causa deles. Nós íamos todos os dias de domingo a domingo. Saíamos da escola, íamos para casa almoçar, estudava um pouquinho e ia para o Jóquei ... quer dizer, eu tenho uma história afetiva com o Jóquei, que é a minha vida! A gente ia pro Jóquei no sábado e domingo e passava o dia no Jóquei. Nós levávamos churrasqueira, fazíamos churrasco na mata que havia lá...

(Jessica) Como era essa mata? Era tipo aqui (bosque dos buritis)?

(Cidinha) Era densa, muito densa, tipo aqui no nosso bosque (bosque dos buritis) ... E nós subíamos nas árvores para ficar conversando lá em cima, nós aproveitávamos o bosque. Tinham muitas árvores frutíferas. E assim, era um BOSQUE, a vegetação era densa. E nós íamos para lá porque lá era muito fresco. Íamos, também, todas vezes que precisávamos ter uma conversa mais privada, contar um segredo, ou quando precisávamos chorar porque tínhamos terminado um namoro (risos). Perto das árvores havia umas piscinas rasas, e as famílias com suas crianças se reuniam na beira das árvores e desfrutavam desse ambiente. Eu tenho uma memória afetiva daquele bosque, eu fecho o olho assim e eu lembro dele.... E aí de uma hora pra outra eles fecharam o Jóquei, e nós o perdemos. Naquela época ninguém ficou sabendo o que aconteceu, e daí a pouco se transformou numa faculdade. E de um dia pro outro nós começamos a ouvir um barulho de cortar árvore. Da minha janela da sala eu via o bosque. De uma hora pra outra as máquinas começaram a destruir o bosque!

(Jessica) E o que você lembra de ter sentido nesse momento?

(Cidinha) Eu sinto até hoje, parece uma coisa viva. Quando eu vi, eu olhava na janela, quando eu vi aquelas árvores sendo cortadas, eu lembrava de tudo que eu vivi ali. E não só eu, toda a minha geração sente essa dor.”

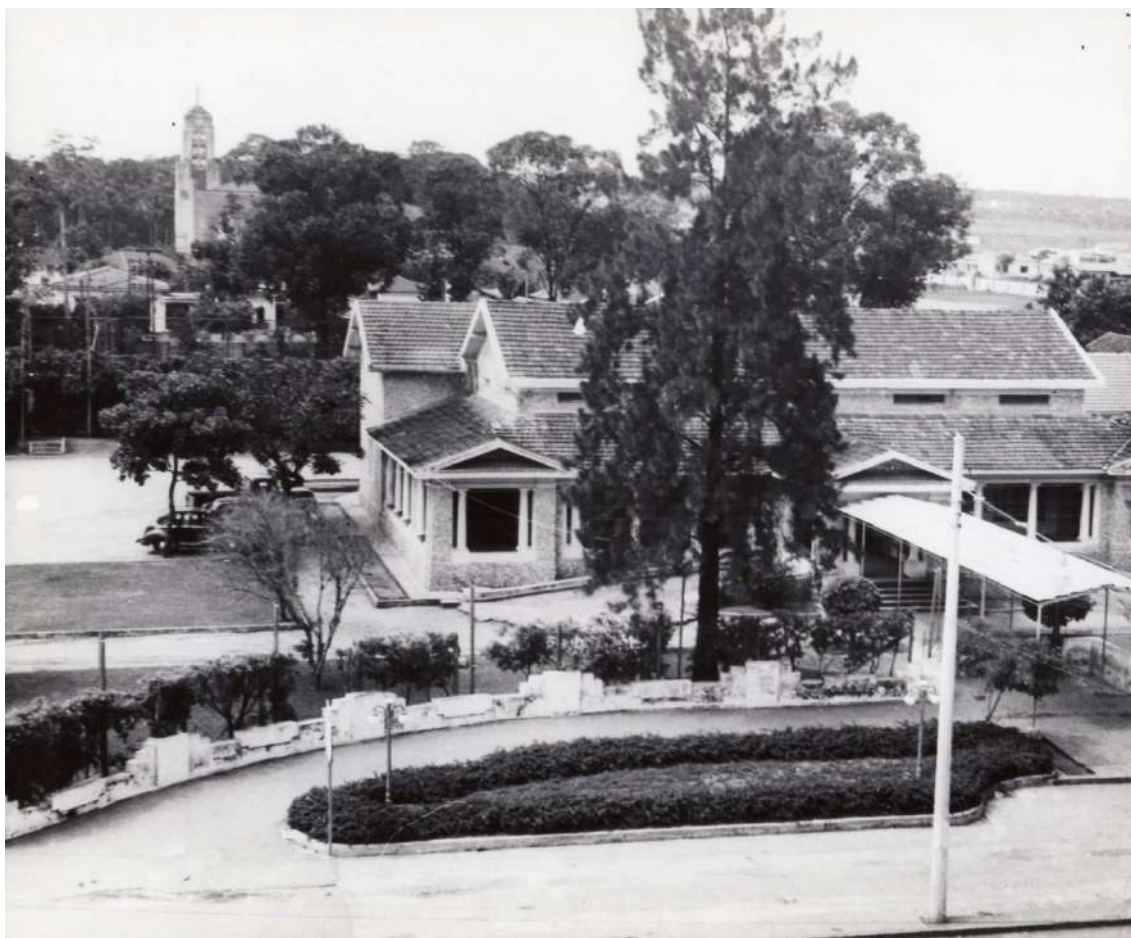
Figura 261 – Quadra do Jockey Clube de Goiás.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

O Jockey, como é carinhosamente chamado, tem hoje 450 sócios proprietários, o outro tanto de sócios contribuintes e o seu Departamento Feminino já distribuiu mais de 500 cadernetas às sócias. São 1500 sócios que dispõem de magnífica piscina olímpica, uma piscina infantil, courts de tênis, moderna quadra de basquete e um bar e cozinha famosos. Uma preciosidade é seu bosque de vetustas árvores, banhado pelas águas do Córrego dos Buritis, local privilegiado para churrascos. [...] E quem todas as manhãs e todas as tardes vê aquele bando alegre de moças e rapazes batendo bola ou nadando nas águas verde-claro da piscina, entende por que dos lábios do velho empregado brotaram aquelas palavras: 'Este Clube crescerá enquanto a cidade progredir' (Guia Geral da cidade de Goiânia, 1951, p. 88).

Figura 262 – Antiga sede do Jóquei Clube de Goiás. Fotografia sem referência de data e autoria.



Fonte: Museu de Arte de Goiânia – MAG (1942).

O Jóquei Clube - A memória correndo solta no nevoeiro do passado, e os dedos martelando nervosamente as teclas da Olivetti. Estou levando ao forno mais uma crônica sobre Goiânia. Desta vez a lembrança busca o Jóquei Clube de meu tempo, quando Goiânia andava de calças curtas e as bicicletas entupiam as ruas da cidade. Eu disse Jóquei de meu tempo, apenas numa visão histórica, porque o Jóquei mesmo estava em Goiânia, e eu estava em Campinas, a Campininha do Colégio Santa Clara com suas musas internas e externas. Campinas de lá, Goiânia de cá, e o Jóquei Clube no meio, no meio do caminho para quem viajava nos ônibus da Empresa Bandeirante, de Felipe Alexandre. O Jóquei no meio, no meio de mim, de minhas lembranças. Eu passando de ônibus e observando a meninada sadia entrando e saindo do velho casarão de pedras, que era o Jóquei de meu tempo. Ali, suntuoso, com seus varandões, a pista de dança no centro, a piscina olímpica com o seu trampolim, a quadra de basquete, tudo no cantinho da memória, com o bosque recheado de árvores e um pequeno riacho cortando o silêncio do silêncio. Das passarelas do Jóquei saiu Jussara Marques conquistando o título de Miss Brasil. Quantos artistas famosos da Rádio Nacional do Rio de Janeiro – Emilinha Borba, Marlene, Orlando Silva — se apresentaram no Jóquei? Tenho tantas lembranças desse Jóquei que não era meu. Minha adolescência eu a curtia pelos botecos e pagodes de Campinas. Nos domingos, o futebol nos campos da Feirinha, da Praça da Igreja ou nos descampados que ficaram no grito da infância. Mas eu via o Jóquei, sentia a sua presença com as suas matinês dançantes aos domingos e, principalmente na época do Carnaval. Ah, vontade de pular aqueles muros e

me esbaldar ao lado das meninas de Goiânia. Parece que todas as moças bonitas estavam ali. Eu passava de ônibus e esticava os olhos rumo ao Jóquei e me via pulando do trampolim, exibindo minhas vaidades de adolescente. Mas tudo isso no sonho mesmo, pois lugar de campineiro era em Campinas, e a piscina do campineiro era a do Peclat, no Toquinho ou a do Lago das Rosas, aos domingos. Mas o Jóquei martelava na minha imaginação e eu me via curtindo uma boa ao lado da namorada. E sonhava alto, me via enamorado daqueles olhos cor de cana, dançando bolero, de paradinha, provocando choque nos joelhos e a música nos ouvidos, e os braços nos abraços, rosto colado, respiração funda, sentimentos grudados, espetados, ofegantes. O Jóquei ficou na esquina de minha imaginação, pois toda vez que passo pela Anhanguera eu o vejo, não o Jóquei de hoje, de cimento armado, onde sou conselheiro, mas o Jóquei de meu tempo, o da ferradura, com suas paredes de pedras roliças, retrato de um tempo que ficou emoldurado na parede de nossos antigos bangalôs (Teles, 1996, pp. 121-122).

Figura 263 – Estrutura abandonada do parque aquático do Centro de Excelência do Esporte, ao lado do Estádio Olímpico, na Av. Oeste.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 264 – Portão de acesso ao parque aquático do Centro de Excelência do Esporte, na Av. Oeste.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 265 – Fotografia de Tiago Aleixo, 2024, do levantamento fotográfico sobre a caixa de passagem localizada na Rua 87.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 266 – Palácio Alfredo Nasser em reforma e todo cercado com tapume metálico devido à saída da Assembleia Legislativa e à nova ocupação pelo Tribunal de Contas do Município de Goiânia.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 267 – Palácio Alfredo Nasser em reforma e todo cercado com tapume metálico devido à saída da Assembleia Legislativa e à nova ocupação pelo Tribunal de Contas do Município de Goiânia.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 268 – Palácio Alfredo Nasser em reforma e todo cercado com tapume metálico devido à saída da Assembleia Legislativa e à nova ocupação pelo Tribunal de Contas do Município de Goiânia.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 269 – Lanchonete existente na pequena praça da Rua 29, em frente ao Colégio Ateneu Dom Bosco.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Relato de Luís dono do quiosque localizado em frente ao colégio Ateneu, o qual foi fornecido à autora em 2023:

“Eu trabalho aqui nesse estabelecimento em torno de 18 anos, quando chove aqui a enxurrada é muito forte. Depende da quantidade de chuva né, mas é muito normal alagar por aqui no período de chuva. A água vem tanto da Alameda dos Buritis quanto do lago do Bosque... uma vez chegou a descer peixe aqui, quando o lago transbordou... Aqui no meu quiosque não alaga porque ele é elevado né, mas água chega bem perto de entrar aqui... Eu lembro do córrego na Santa Casa, mas o restante dele eu só fiquei sabendo que era encanação... Eu lembro de uma vez que o pessoal da associação que cuida aqui do Bosque queria demolir o palácio da justiça, o tribunal ali na Assis Chateaubriand, porque segundo eles, no local de assentamento desse prédio existe um tipo de nascente ou mina do córrego... Isso foi uns 15 anos atrás mais ou menos... Aqui a luta pela preservação é constante, no governo do Iris Rezende, o Bosque era mais bem cuidado, hoje ta meio 'largado'... Eu sei que o córrego passa aqui por baixo do Ateneu e lá no Jóquei também né, eu frequentei o Jóquei uma época e me lembro da mata que havia lá, onde hoje é um estacionamento, todo concretado... esse prédio da antiga Assembleia também é polêmico, porque até onde eu sei ele está construído em uma área de preservação, e agora como ele está há um bom tempo desocupado, estamos começando a sentir o lugar abandonado, com muito assalto, o bosque ficando perigoso de frequentar. A molecada do CESAM vem pra estudar e chega aqui reclamando que foi assaltado. Eles tinham que decidir se ocupa logo o prédio, porque vazio não dá pra ficar né, isso sim é uma coisa pra se relatar.”

3.4.3 Remansos

A paisagem urbana se acalma ou desacelera com a presença de águas. Esta terceira categoria diz respeito não só às imagens com presença das águas, mas também de imagens que ilustrem de um estado de espírito que emane fluidez, descanso e confiança em dias melhores. Os remansos, dentro desta coletânea que contribui com a formação do imaginário urbano do córrego dos Buritis, são aquelas imagens que representam a quietude, o silêncio, a tranquilidade e a discrição deste córrego na cidade. São, também, a representação da sua resiliência e capacidade de sobrevivência, se adaptando, sem alardes, em determinado espaço, até conseguir tomar conta dele, sendo o que lhe é permitido ser naquelas condições. A mansidão e simplicidade do movimento de suas águas influenciam a todos a sua volta, fazendo com que o cotidiano urbano siga o mesmo ritmo e se desperte para uma possibilidade de paisagem e de cidade diferente da que estão todos acostumados.

Figura 270 – Lago e mata do Bosque dos Buritis.



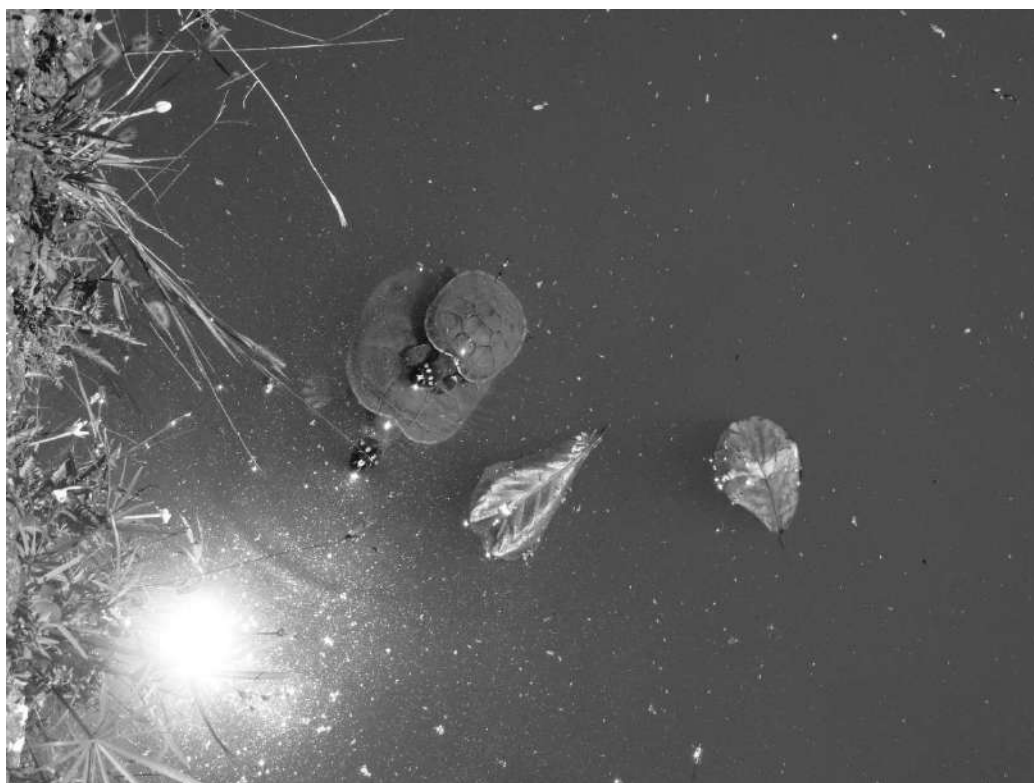
Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 271 – Água corrente que vem do Clube de Engenharia e desagua no interior da mata do Clube dos Oficiais e segue para o lago existente no mesmo local.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 272 – Cágados no lago do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 273 – Lanchonete do Centro Livre de Artes, no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 274 – Tubulação do córrego dos Buritis no Bosque dos Buritis no período de chuvas.



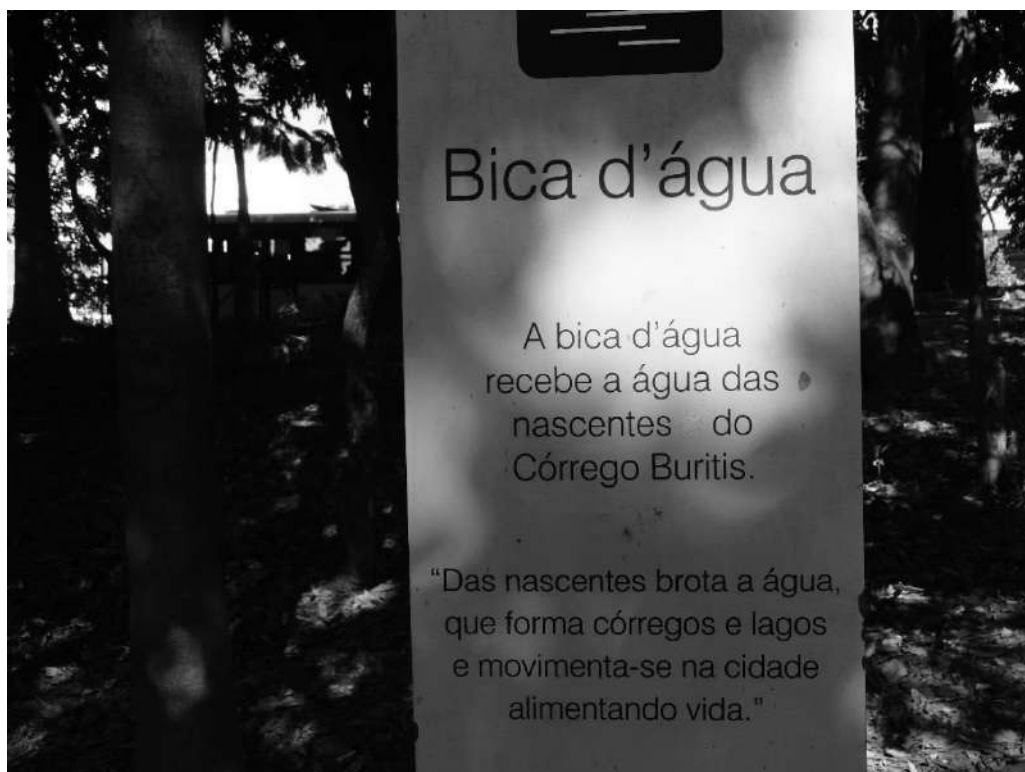
Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 275 – Homem sentado na calçada pública do Tribunal de Justiça de Goiás – TJGO, em frente ao Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 276 – Placa informativa sobre o córrego dos Buritis próximo à bica d'água responsável por desaguar no lago do bosque as águas que vem da nascente no setor Sul.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 277 – Tubulação existente no terreno do Serviço Geológico do Brasil, próximo à divisa com o Clube dos Oficiais. A água oriunda desta tubulação é jogada para o terreno do clube e segue para o lago presente no local.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 278 – Piscina existente nos fundos do terreno do Serviço Geológico do Brasil, onde existe, também, uma pequena área de lazer.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 279 – Tubulação existente no terreno do Serviço Geológico do Brasil, próximo à divisa com o Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 280 – Tubulação existente no terreno do Serviço Geológico do Brasil, próximo à divisa com o Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 281 – Frequentadores do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 282 – Mulher e seu bebê no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 283 – Lago no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 284 – Quiosque de água de coco no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 285 – Vegetação em volta de canal que interliga dois dos lagos do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 286 – Canal que interliga dois dos lagos do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 287 – Frequentadores do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 288 – Cascata no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 289 – Canal que interliga dois dos lagos do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 290 – Pequenos peixes no lago do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 291 – Lago e, ao fundo, Palácio Alfredo Nasser, no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 292 – Água límpida presente no Clube dos Oficiais, oriunda da nascente do córrego dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 293 – Pequena estrutura localizada no interior da mata do Clube dos Oficiais, que abriga saída de água corrente e límpida do córrego dos Buritis.



Legenda: Esta água vem da nascente presente no Clube de Engenharia e segue diretamente para o lago do Clube dos Oficiais Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 294 – Pequenos peixes existentes na parte rasa do lago do Clubes dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 295 – Água corrente do córrego dos Buritis, que alimenta o lago do Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 296 – Água corrente do córrego dos Buritis, que alimenta o lago do Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 297 – Água corrente do córrego dos Buritis, que alimenta o lago do Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 298 – Água corrente do córrego dos Buritis, que alimenta o lago do Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 299 – Água corrente do córrego dos Buritis, que alimenta o lago do Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 300 – Tubulação que direciona a água do córrego dos Buritis para o lago do Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 301 – Tubulação que direciona a água do córrego dos Buritis para o lago do Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 302 – Mulheres sentadas em banco no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 303 – Canal que leva as águas da nascente (interior da mata) até um dos lagos do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 304 – Nascente existente no interior da mata do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 305 – Nascente existente no interior da mata do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 306 – Alagado no interior da mata do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 307 – Lago no interior da mata do Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 308 – Lago que antecede o canal artificial existente no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 309 – Casal tirando foto no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 310 – Lago que antecede o canal artificial existente no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 311 – Canal artificial existente no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 312 – Trabalhadores no Palácio Alfredo Nasser, então sede Assembleia Legislativa de Goiás.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 313 – Trabalhador no Palácio Alfredo Nasser, então sede Assembleia Legislativa de Goiás.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 314 – Palácio Alfredo Nasser, então sede Assembleia Legislativa de Goiás.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 315 – Palácio Alfredo Nasser, então sede Assembleia Legislativa de Goiás.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 316 – Homem seguindo em direção ao Palácio Alfredo Nasser, então sede Assembleia Legislativa de Goiás.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 318 – Piquenique no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 319 – Lago no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 320 – Frequentadores do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 321 – Cascata no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 322 – Frequentadores do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 323 – Frequentadores do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 324 – Exposição de arte no Museu de arte de Goiânia - MAG.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 325 – Exposição de arte no Museu de arte de Goiânia - MAG.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 326 – Exposição de arte no Museu de arte de Goiânia - MAG.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 327 – Aula de pintura no Centro Livre de Artes.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 328 – Feira de artesanato nos pilotis da entrada principal do Palácio Alfredo Nasser.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 329 – Carros estacionados em frente à igreja da Paróquia São João Bosco.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 330 – Crianças no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 331 – Crianças no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Mamãe, como quase todas as mulheres da época, era dona de casa, esposa amorosa, mãe exemplar; católica fervorosa, pertencia à irmandade das Filhas de Maria do Ateneu Dom Bosco, onde, como voluntária, ajudava nas obras de caridade. O padre Giuseppe Della Mutta, nosso querido e inesquecível padre Zezinho, era o pároco da igreja do Ateneu. Em 1953, a Alameda dos Buritis não era asfaltada. No meio dela, corria um córrego, no qual passavam canos de ferro, que conduziam água e manilhas por onde escoava o esgoto. A meninada cruzava de um lado para o outro sobre esses canos. Alguns se atreviam até a atravessar de bicicleta; de vez em quando, um garoto caía e a rua inteira se mobilizava para socorrer o acidentado. Na Alameda dos Buritis, havia muitos brejos e ali estava também o Bosque dos Buritis, que é hoje o Bosque da Assembleia Legislativa. Ele, assim como a praça dos Buritis, que existe em frente ao Ateneu Dom Bosco, receberam esse nome porque o local era cheio de coqueiro buriti. Era muito divertido morar naquela rua. As crianças eram alegres e amigas umas das outras. Às tardes, enquanto os pais se sentavam na porta das casas para conversar com os vizinhos, tocar violão e cantar, a criançada corria, brincava de pique, de esconde-esconde, pulava amarelinha, brincava de esconder varinha, de barra manteiga, jogava beto e se agitava com outras brincadeiras de que as crianças de hoje nunca ouviram falar. Havia tanta união que até parecia que éramos uma só família. [...] Outro episódio que me deixou fortes lembranças, mas bastante saborosas e alegres, foi quando D. Suzana, esposa do Dr. Carlos Dayrell, comprou uma geladeira, era a primeira da vizinhança. Repetidas vezes, ela reunia, depois das aulas, as crianças moradoras da Alameda, sentava-as no chão da garagem e distribuía-lhes cubinhos de picolé feito de suco de fruta. Isso proporcionava-nos uma alegria indizível. [...] Outra vizinha de quem eu gostava muito era D. Lucy, casada com o professor e escritor Eli Brasiliense, meu saudoso e querido professor de Português e Literatura. Dona Lucy era muito estimada devido a sua presteza em servir. Lembro-me que todas as vezes em que eu adoecia, ela estava sempre presente. Chegava de mansinho, com um remedinho caseiro, uma xícara de chá e biscoitos. Sua pamonha, só de lembrar, traz água à boca. [...] Uma vizinha também inesquecível, que considerávamos amiga protetora, era a carinhosamente assim chamada tia Ruth. Costureira de alto gabarito, confeccionava a roupa de muitas famílias daquela época. Enfermeira e parteira fizeram, com exceção do meu e do meu irmão Orlando Junior, o parto de todos os meus irmãos (Suely, Sandra, Orion e Osmir). O médico de quase todos da Alameda era o bondoso Dr. Mário Rizério Leite. Além de serem gratuitas as consultas, fornecia-nos os medicamentos. [...] Nossa rua era mesmo muito especial [...] (Cordeiro; Ferreira, 2017, pp. 63-67).

Figura 332 – Canal artificial do córrego dos Buritis no interior do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 333 – Canal que direciona a água do lago do córrego dos Buritis para a tubulação da rua 29.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 334 – Festa junina do Centro Livre de Artes que, todo ano, ocorre no próprio Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 335 – Festa junina do Centro Livre de Artes que, todo ano, ocorre no próprio Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 336 – Festa junina do Centro Livre de Artes que, todo ano, ocorre no próprio Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

4.4.4 Buritizais

Por fim, a quarta categoria busca nos elementos que compõem o trajeto do córrego as versões e feições de suas paisagens naturais ainda possíveis. A imagem dos Buritizais é, na verdade, uma representação de toda a paisagem natural que segue e envolve e envolve o córrego dos Buritis em Goiânia. Sendo ela mesma a

origem da nomenclatura deste córrego, característica principal que define sua fisionomia, é, portanto, capaz de dar origem a uma série de outras imagens remetentes desta possibilidade de paisagem. Fauna, flora, arquitetura e pessoas convivem nesta “imagem mãe”, e dela se multiplicam para dar novas facetas ao córrego. Lapidar esta imagem consiste em visualizar o córrego em sua invisibilidade, em imaginar a presença da água e seu potencial paisagístico em situações e cenários diversos das cidades a partir da mais simples presença da natureza e toda sua biodiversidade. É através das imagens a seguir que se encerra esta pequena e inicial coletânea do que pode estar presente no imaginário ligado ao Buritis, e que se mantém em aberto às possibilidades que a imaginação do observador sensível pode alcançar ao olhar para a natureza na paisagem urbana de Goiânia.

Figura 337 – Lago e vegetação do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 338 – Fotografia de Alois Feichtenberger das Palmeiras - Estado de Goiás.



Fonte: Acervo MIS|GO ([s.d.]).

Figura 339 – Palmeiras Buritis e copa das árvores da mata do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019)

Figura 340 – Igreja da Paróquia São João Bosco.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019)

Do alpendre, o poeta se deleitava com o pôr do sol por detrás da mata. Em determinado ângulo, o céu rubro emoldurava a cruz da torre do sino da Igreja, a capela do Ateneu Dom Bosco, onde estudavam seus meninos. Considerava aquele espetáculo um privilégio e não se furtava de assisti-lo todos os dias. Havia ali, bem em frente ao sobrado, uma esplendorosa Caraíba. Dona Santinha que o acompanhava com frequência àquele espetáculo lhe pediu, um dia, que fizesse uma poesia para tão apreciada árvore. Quando se iniciaram os preparativos da obra da Assembleia Legislativa, que pôs abaixo grande parte do acervo natural das árvores e palmeiras do bosque, dentre elas, a caraíba, o pedido de D. Santinha, finalmente, foi atendido e surgiu:

Caraíba da Alameda

Este sol-pôr de julho, calmo e frio,
Detém a luz em seus cabelos de ouro
À meiga força do seu amavio,
Eu me confesso preso, sem desdouro.
Guardava o coração, ermo e arredio,
Antes de ver, ao luar, esse tesouro.
Vivo na áurea cadeia, anos a fio,
No mesmo encantamento imorredouro...

Eu os olho... e esqueço que você queria
Fizesse à caraíba esta poesia,
Que, no entanto, saiu sentimental.

E ela abre julho, as amarelas flores,
Buritis a emolduram de verdes,
Recordando a bandeira nacional! (Cordeiro; Ferreira, 2017, pp. 166-167)

Figura 341 – Palmeira Buritis na mata do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 342 – Carrinho de pipoca no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 343 – Pipoqueiro no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 344 – Garça no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 345 – Pássaro no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 346 – Pata e seus filhotes no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 348 – Cágados e pato no lago do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 349 – Pirarucu que habita o lago do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 350 – Entrada do Museu de Arte de Goiânia, no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 351 – Borboleta no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 352 – Borboleta no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 353 – Vegetação da mata do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 354 – Vegetação da mata do Bosque dos Buritis. À esquerda, na foto, está o edifício de apoio aos trabalhadores responsáveis pela manutenção do Boque.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 355 – Lago e vegetação da mata do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 356 – Vegetação da mata do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 357 – Vegetação e ateliês do Centro Livre de Artes.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 358 – Vegetação da mata do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 359 – Pássaro em busca de pequenos peixes (filhotes) em canal artificial no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 360 – Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 361 – Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 362 – Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 363 – Mulher deitada em banco no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 364 – Frequentadores do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 365 – Mata do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 366 – Edifício residencial localizado na Rua 1, em frente ao Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 367 – Vegetação e campo de futebol no Serviço Geológico do Brasil, no Setor Marista.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 368 – Vegetação e campo de futebol no Serviço Geológico do Brasil, no Setor Marista.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 369 – Mico que habita a mata do Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023).

Figura 370 – Buritizal existente na mata do Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

Figura 371 – Quadras de tênis no Clube dos Oficiais e, ao fundo, buritizal existente na mata do mesmo local.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019)

Figura 372 – Fachada frontal do Centro Livre de Artes, no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024).

Figura 373 – Centro Livre de Artes, no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024)

Figura 374 – Centro Livre de Artes, no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024)

Figura 375 – Lago e mata do Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Figura 376 – Frequentador do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019)

Figura 377 – Lago e vegetação do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Interessante lembrar que a Alameda dos Buritis, hoje uma avenida do centro de Goiânia, na época, era a última rua da cidade, passando o Córrego dos

Buritis, aberto, no leito da rua. Atrás do Ateneu Dom Bosco, que fica em frente à casa, existia uma área totalmente vazia, constituída de uma vegetação de campo e cerrado ralo (Cordeiro; Ferreira, 2017, pp. 43-44).

Figura 378 – Palmeiras Buritis e, ao fundo, torre da igreja São João Bosco.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019)

Uma das edificações pioneiras tem a marca do padre Zezinho. Trata-se do Santuário Dom Bosco, no Bosque dos Buritis, onde também foi construído o Colégio Ateneu Dom Bosco. José Della Mutta já contou essa história para

muitas pessoas em Goiânia. Quando a cidade mal começava, ele sabia que muito trabalho teria pela frente. Arregaçou as mangas, subiu em árvores, contratou ajudantes, serrou madeira e recorreu aos mesmos carros de bois que ajudavam a rasgar as ruas da nova Capital. Em dois anos (de 1940 a 1942) a cidade emergente ganhava uma das mais belas e bem construídas igrejas. Até aí, segundo padre Zezinho, as dificuldades não foram poucas. Teve que vencer inclusive as condições alagadiças do terreno. A igreja e o colégio Dom Bosco têm, como padre Zezinho, muita história para contar. Neles, grande parte dos goianienses foi batizada, foi onde muitos se casaram e também receberam instrução. Durante muito tempo, o quintal da Paróquia Dom Bosco (onde residiu padre Zezinho) converteu-se num minúsculo santuário ecológico. Ao lado de várias plantas e árvores habitavam animais como araras, papagaios, pombos, tartarugas, jacaré e paca, entre outras espécies. Mesmo que número menor, o padre continuou a manter animais quando se mudou para o setor Oeste (O Popular, 1991).

Figura 379 – Lago e vegetação do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019)

Figura 380 – Vegetação do Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019)

Figura 381 – Teia de aranha no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Figura 382 – Copa de paineiras no Bosque dos Buritis.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019)

Figura 383 – Corredor entre campos de futebol e mata no Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019)

Figura 384 – Buritizal existente na mata do Clube dos Oficiais.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019)

Figura 385 – Córrego Capim Puba e suas margens no Setor Marechal Rondon.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2024)

Figura 386 – Córrego Capim Puba e suas margens, próximo a Av. Leste Oeste.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019)

Os rios da cidade: Os rios de Goiânia continuam correndo na memória de mim, e eu os vejo sempre, com suas águas límpidas, viveiro de lambaris,

traíras, pias e bagres, mesmo agora em que tenho os olhos embaçados na fumaça dos automóveis e o asfalto deitando sobre o meu chão telúrico de ontem. Meia-ponte, Capim-Puba, Botafogo, Cascavel, Anicuns e João Leite, até quando? Sei que haviam matas circundando os meus rios e por essas matas as brincadeiras de menino — saltando de cipó em cipó, como nos filmes de Tarzan —. Sei que haviam as matas do Anicuns. A gente saía da Praça Joaquim Lúcio, cortava o Cascavel, o "Região dos Padres", passava defronte do Seminário e andava, andava, depois descia, naquela estradinha calçada por pés descalços, e lá embaixo, por entre densas matas, corria o piscoso Anicuns, com suas gameleiras e pau-d'óleo. [...] Os rios continuam correndo na retina daqueles que chegaram primeiro, num tempo em que a felicidade se permutava nas esquinas e nos botecos. Mesmo com o lenço branco (do adeus?) tapando nossas narinas diante do enterro de suas águas pútridas, podemos ainda fechar os olhos por alguns instantes e imaginar que um dia banhamos e reinamos na bacia desse santuário de águas encachoeiradas na memória. E reme-morando, vemos surgir novamente as matas, os animais, e a Goiânia pequenina, vaidosa, com seus prédios suntuosos, o Palácio das Esmeraldas, o Lyceu, o Grande Hotel, e as autoridades e pioneiros austeros, orgulhosos de serem construtores de futuros. Campineiro, habitante da saudosa Chacrinha, eu sou apenas uma alma penada a recordar um tempo que ficou amarrado nas patas do lobisomem, da mula-sem-cabeça e outros bichos que corriam à solta pela minha imaginação. Hoje, os meus rios têm os mesmos nomes e correm nas mesmas estradas. Alguns se marginalizaram em "marginais" — Marginal Botafogo, Marginal Cascavel —, os demais, inofensivos e cômicos de sua fatalidade, vão conduzindo no lombo os dejetos de uma urbs civilizada. Apenas um rio se salvou — o João Leite —, que amamenta a cidade com sua mamadeira explorada nas torneiras das contas incontáveis. Os rios são "seres humanos, têm um ciclo de vida, e conseqüentemente uma história", no dizer de Lysias Rodrigues e, por isso, eu viajo sempre com eles nessa correnteza do passado (Teles, 1996, pp. 59-60).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um estudo sobre a realidade dos cursos hídricos urbanos da atualidade perpassa por uma série de variáveis que vão ditar o rumo da discussão teórica e das ações práticas que envolvem este tema. Isto é, o campo de possibilidades de reflexão e de atuação com o qual podemos nos deparar ao olhar para os rios e córregos das cidades e metrópoles contemporâneas vai estar diretamente relacionado à maneira como decidimos tratar e encarar estes objetos e seus contextos histórico-geográficos, podendo ser através de abordagens técnicas, construtivas, hidro sanitárias, projetuais, paisagísticas, sociais, culturais, econômicas, ambientais, biológicas, ou subjetivas, pessoais ou coletivas, – que envolvem a imaginação, a memória, a poesia, os sonhos, a ficção, as utopias, as distopias, etc.

O que se vê de mais comum para com os cursos d'água urbanos em geral é a adoção de uma abordagem racionalista e tecnicista, que os reduzem às funções de drenagem e abastecimento urbanos. Dentro do planejamento de uma cidade, muitas vezes, as estratégias e propostas voltadas para as águas muito se preocupam em garantir, direta ou indiretamente tais funções, mas falham em elaborar propostas que valorizariam outros potenciais que a presença delas no meio urbano pode ter. Além disso, outros fatores, provenientes de um tensionamento entre forças que disputam a formação, transformação e ocupação do território urbano, são, em muitos casos, responsáveis por ultrapassar os limites do adequado, estabelecido por tais planos e leis ambientais, modificando-os no papel ou desrespeitando-os na prática. Como consequência, tanto da ausência de uma visão mais holística sobre a realidade urbana dos cursos d'água, quanto da priorização de outras questões que interferem negativamente na preservação e manutenção dos mesmos, as cidades brasileiras, de modo geral, se deparam com rios, ribeirões, córregos e pequenos riachos poluídos, assoreados, desmatados, canalizados, e invisibilizados na paisagem em que se inserem.

Esta problemática pode ser identificada no contexto urbano ambiental de Goiânia. Diversos estudos e diagnósticos realizados sobre os cursos d'água locais, como por exemplo o rio Meia Ponte, ribeirões Anicuns e João Leite, os córregos Macambira, Capim Puba, Botafogo, Areião, Sumidouro, Água Branca, entre muitos outros, demonstram uma situação de depredação ambiental destes mananciais. Ao se deparar com tantos exemplares dentro desta conjuntura caótica, destaca-se, no

entanto, o caso do córrego dos Buritis. Este córrego, praticamente todo invisível na paisagem urbana de Goiânia, é pouco conhecido ou lembrado, e, principalmente, pouco ou não mencionado/considerado nos planos urbanos de Goiânia – com exceção do primeiro, elaborado por Atilio Correia Lima, em 1933. Sua participação na cidade muito se deve ao Bosque dos Buritis, que, apesar de na atualidade muito desmatado e reduzido, e de todos os problemas sociais que o envolvem, ainda consegue, devido à um forte caráter histórico e cultural, se manter no posto de uma referência ambiental e paisagística de Goiânia. No entanto, fora do Bosque, sem um conhecimento prévio sobre sua existência, o córrego dos Buritis é dificilmente encontrado e vivenciado no cotidiano da cidade – e quando o é, se dá no formato de adversidades urbano-ambientais ou de pequenas reservas arbóreas imiscuídas em terrenos privados, sem conexões entre si.

Todavia, ao observar fotografias e documentos do passado que retratam a paisagem urbana de Goiânia ao longo do trajeto deste córrego, percebe-se que as reservas verdes a ele ligadas eram não só em maior quantidade como, também, se configuravam em determinada continuidade, isto é, sendo pouco ou nada fragmentadas pela ocupação e traçado urbanos. Além disso, através da investigação de outras fontes históricas, é possível constatar uma maior participação, no passado, deste córrego no cotidiano das pessoas que habitavam e frequentavam locais próximos ao seu trajeto natural, não só por meio do contato com suas águas, mas também com os demais seres e elementos naturais que participavam de sua paisagem. Em outras palavras, o avanço da urbanização de Goiânia significou a invisibilização da maioria de seus pequenos e médios cursos hídricos, através de suas canalizações e da aniquilação de suas paisagens naturais originais. Isso, no entanto, não significa que a realidade passada do córrego dos Buritis era totalmente positiva, e que o contato com o seu trajeto natural somente trazia benefícios. Muitas mazelas sociais eram também vivenciadas, como, por exemplo, o descarte de lixo e esgoto às margens e no leito do córrego e uma maior incidência de doenças devido à contaminação da água. Portanto, antes que aqui se instaure uma visão romantizada sobre o passado, a crítica cai, na verdade, sobre o modo como a urbanização decidiu, solucionar tais problemas típicos de uma ocupação urbana inicial, excluindo gradativamente estas águas da superfície, destituindo ou modelando, seus conjuntos vegetativos – como sinônimo de higiene ou embelezamento urbanos – e abrindo mão

de considerar alternativas que de fato solucionassem os problemas vigentes, sem comprometer a conservação de tais recursos naturais.

Em meio a estas ponderações, é importante destacar o primeiro plano urbano de Goiânia, elaborado por Atilio Correia Lima, que buscou atender aos preceitos de uma cidade moderna com o traçado urbano e a setorização de acordo com funções urbanas básicas, e aderiu como partido a presença e manutenção dos corredores verdes dos córregos Botafogo e Capim Puba, reforçando a importância da preservação de tais conjuntos vegetativos durante o crescimento futuro de Goiânia. Em contrapartida, o córrego dos Buritis, embora muito mencionado e lembrado por este plano, fora desde o início, tratado como canal de drenagem urbana, cujo desenho do trajeto – com exceção do canal artificial que embelezaria o Parque dos Buritis – não chega a aparecer na planta urbana de Goiânia elaborada neste plano – o que já significava e previa seu tamponamento.

Sabemos, no entanto, que não é possível exigir muito do contexto histórico à época da implantação de Goiânia, ocasião em que um projeto urbano moderno, higienista e racionalizador da paisagem era considerado o que havia de mais contundente. Não obstante, sabe-se também que muito do propagado para a nova capital do Estado de Goiás foi fruto de um discurso modernizador elaborado para atender especificamente determinadas demandas políticas e econômicas do país na década de 1930, e que nos anos que se seguiram, com a elaboração de novos planos, as propostas de Atilio (principalmente aquelas direcionada às áreas verdes) foram modificadas. Desse modo, os crescimentos urbano e populacional de Goiânia, ao longo da segunda metade do século XX, como visto, se deu de maneira desordenada e desrespeitosa para com seus elementos naturais, e a canalização de seus cursos d'água foi tomada como uma das soluções para os problemas oriundos deste desenvolvimento exacerbado.

Instaurou-se, assim, uma cultura de negligência ambiental e paisagística para com os pequenos cursos d'água de Goiânia, por sinal muito bem mascarada pelos discursos políticos que, inspirados pelos movimentos ambientalistas insurgentes a partir da década de 1970, rotularam esta cidade como a mais arborizada do país, ou “a cidade das flores”, ou “a cidade verde”. Estes cursos de menor porte, vistos como insignificantes veios a serem canalizados e soterrados para a construção de edificações e aproveitados como vias de drenagem, perderam, juntamente com seus conjuntos vegetativos, suas configurações naturais na paisagem urbana da cidade.

Com a gradativa impermeabilização do solo e a ocupação de áreas de recarga do subsolo, houve, no caso do córrego dos Buritis, um significativo aumento na incidência dos enxurrões urbanos e alterações nas vazões de nascentes, principalmente nos locais coincidentes com seu trajeto já tamponado. Logo, pode-se afirmar que a invisibilidade deste córrego teve seu início juntamente com o nascimento e projeto inicial de Goiânia, e o processo de apropriação de suas águas resultou no seu desaparecimento da superfície urbana – a ponto de, na atualidade, haver quem desconheça sua existência, e de ser extremamente difícil saber o trajeto de sua tubulação, os locais de suas minas d'água e de suas fozes. Nesse sentido, conclui-se que este córrego, que não se resume ao Bosque dos Buritis, sofre, também, um certo apagamento de sua existência na história e na memória da cidade de Goiânia – que, ironicamente, nasceu e cresceu às custas do contexto geográfico e paisagístico já antes estabelecido por ele mesmo e sua sub-bacia hidrográfica.

Pode-se afirmar, também, que, muito antes da(s) invisibilidade(s) estabelecida(s) sobre o Buritis (e sobre outros córregos da cidade), há a problemática da fragmentação e diminuição da presença de espaços verdes no traçado urbano. Estes, hoje, em sua maioria, funcionam como parques e praças desconexos entre si – onde, muitas vezes, se localiza uma nascente ou um córrego, e poucos têm conhecimento sobre. Conclui-se, portanto, que essa realidade é fruto, não somente de um conjunto de planos urbanos tecnocratas, de uma urbanização inconsequente e de disputas sobre o território urbano, como foi visto na historiografia de Goiânia, mas, também, e principalmente, de uma apropriação histórica e cultural da humanidade sobre a natureza. Percebe-se que esta apropriação vem se refletindo de diferentes maneiras nos modos humanos de habitar e transformar a paisagem natural em paisagem construída, bem como no formato e nas relações estabelecidas para e com a natureza presente em seu meio de atuação. Isto ocorre a partir do momento em que o homem gera uma ruptura com a paisagem natural e começa a se enxergar como um ser à parte na natureza, e não a ela pertencente. Desse modo, o ensejo da existência e atuação humanas na Terra culminou-se na formação das cidades, sendo estas, na contemporaneidade, catalisadoras do processo de apropriação do homem sobre a natureza.

Ao refletir sobre trajetória dos assentamentos humanos, vimos que, desde a primitividade até os dias atuais, esta apropriação se deu por meio da criação de imagens que justificassem essa diferenciação feita entre ser humano e natureza. Esta

última foi, em diferentes contextos, encarada como mística, mágica, sagrada, feminina, maternal, hostil, selvagem, símbolo de poder, divina, infinita, fonte de conhecimento, agrícola, pastoril, pagã, doméstica, paisagem, arte, bela, melancólica, transcendental, paradisíaca, mercantil, insalubre, suburbana, industrial, fonte de riqueza, higiênica, pública, privada, e entre outras adjetivações. Todas estas imagens da natureza a partir a experiência humana permanecem arraigadas nos espaços naturais existentes nas cidades contemporâneas, uma vez que cada um deles recebe uma conotação diferente a depender de seu uso, localização na cidade, tipo vegetativo, tipo de usuários, contextos histórico e político aos quais estão envoltos, formatação paisagística etc. Tais imagens são, ora oriundas de estereótipos criados pela própria sociedade e pelas forças hegemônicas que a regem, ora fruto de uma busca do próprio ser humano em encontrar em determinado espaço natural a conexão que perdeu com a natureza.

Dessa maneira, a identificação de tais imagens perpassa pela experiência sensível da natureza na paisagem urbana atual, que, uma vez ligada à intenção de reverter à problemática da invisibilidade e compartimentação dos espaços naturais existentes nas cidades, auxilia no reconhecimento da existência e presença do córrego dos Buritis na cidade de Goiânia. Pois este, apesar de invisível, mantém indícios de sua existência mascarados pela densidade do ambiente urbano construído. Assim, surge a necessidade de uma imersão na paisagem de Goiânia, em busca de uma experiência sensível desta e de seu cotidiano – ausente nas discussões sobre planejamento urbano –, que subsidie a busca por gerar reconhecimento ao córrego dos Buritis.

Vimos que a paisagem, de modo geral, se configura não só pela sua composição material, como, também, pela sua subjetividade e potencial de estabelecer vínculos entre pensamento, imaginação e experiência, se tornando, assim, uma dimensão sensível da vida humana. Já as paisagens das cidades refletem, no entanto, a saturação de um processo de ocupação e apropriação do espaço natural, que ocorre desde os primórdios desta espécie. Isto é, a paisagem urbana é aglutinadora dos objetos e imagens que são criados a partir da relação que o homem estabelece com o meio em que vive.

Nesse sentido, as cidades contemporâneas, e o modo de vida por elas instaurado, são interpretados a partir de três características: a saturação, a complexidade e a dinamicidade. Ao compreender como cada uma destes atributos

influenciam na formação e transformação das cidades, é possível, com uma abordagem sensível para com suas paisagens, identificar nelas mesmas as imagens urbanas que compõem a relação entre o homem e a natureza por ele apropriada. Desse modo, a experiência sensível da paisagem urbana deve fornecer as imagens que definem, dentro do contexto urbano de Goiânia, a relação criada entre esta cidade e este córrego. Em outras palavras, uma vez que este não pode ser visto na paisagem da cidade, ele pode, no entanto, ser imaginado, através de uma consciência de paisagem.

Goiânia, apesar de ser uma cidade nova, em comparação com outras no Brasil, com o mesmo ou maior porte que ela, caminha em direção à saturação de sua paisagem urbana. A busca pelo córrego dos Buritis por meio de seus indícios confirma tal constatação uma vez que, não só fisicamente, mas, também, através da imaginação e da memória, é possível reconhecer este córrego na cidade. Estes indícios, que nos direcionam as imagens presentes na paisagem urbana ligada ao trajeto do córrego, subsidiaram a criação de categorias de reconhecimento: trajetos, rupturas, remansos e buritizais. Desse modo, mesmo quando não se vê diretamente as águas do córrego, é possível ver, sentir, imaginar e experienciar suas diversas maneiras de existir na cidade.

Acredita-se que, desta forma, cumpre-se o objetivo da pesquisa, que é o de gerar reconhecimento a um córrego desaparecido na cidade de Goiânia e que, dificilmente, vai ter sua realidade positivamente modificada. Com um certo pessimismo, talvez, reflète-se que a tendência é que, à mercê da hegemonia de um modo engessado e pouco ampliado de planejar e vivenciar a cidade de Goiânia, o Buritis continue desaparecendo na cidade. No entanto, não só na tentativa de impedir esta previsão, esta pesquisa se arraigou, mas, também, na intenção de propor novas metodologias e abordagens para com os elementos naturais de nossas cidades – a qual acredita-se ser a sua maior contribuição.

REFERÊNCIAS

A REDAÇÃO. **Jóias do Centro**. Tribunal de Justiça de Goiás conta a história do poder judiciário no Estado. Goiânia, mai. 2023. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/colunas/187906/tribunal-de-justica-de-goias-counta-a-historia-do-poder-judiciario-no-estado>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ABREU, Vandr . **Negociações de venda estão paradas**. O Popular, Goiânia, jan. 2018. Artigo não identificado.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil em pauta discute desafios da crise hídrica no país**. Brasília, 19 set. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-09/brasil-em-pauta-discute-os-desafios-da-crise-hidrica-no-pais>. Acesso em: 06 jan. 2023.

ALEGO. **Parecer técnico 015**. Secretaria de Controle de Obras e Engenharia da Assembleia Legislativa de Goiás, Goiânia, 2018.

ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Usos da água**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/usuarios-da-agua>. Acesso em: 05 jan. 2023.

APROSUL - Associação Pró Setor Sul. **Há anos a rua 87 alaga com chuvas fortes. 2021**. Disponível em: <https://aprosul.com/2021/11/a-anos-a-rua-87-alaga-com-chuvas-fortes/>. Acesso em: 08 abr. 2024.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Planta de Vila Boa, capital da Capitania Geral de Goiás**. Levantada no ano de 1782. 1998. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/planta-de-vila-boa-capital/>. Acesso em: 08 jan. 2024.

ASSUNTO, Rosário. Paisagem – ambiente – território. *In*: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia da paisagem**: uma antologia. Lisboa: Edições Colibri - Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação do movimento. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1990.

BARATTO, Romullo. **Ailton Krenak**: Em vez de operar na paisagem, devemos nos confundir com ela. ArchDaily Brasil, 15 out. 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1007266/ailton-krenak-em-vez-de-operar-na-paisagem-devemos-nos-confundir-com-ela>. ISSN 0719-8906. Acesso em: 15 nov. 2023.

BARBOSA, Lucas Jordano de Melo. **Parecer para solicitação de tombamento do edifício sede do J quei Clube de Goiás**. Goiânia, dez. 2017.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes; GONZAGA, Carla Maria Oliveira; DE DEUS, João Batista; HORA, Karla Emmanuela R. O novo Plano Diretor de Goiânia:

a trajetória de um desastre anunciado. *In*: BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes; HADDAD, Marcos Bittar; MOYSÉS, Aristides (orgs.). **Reforma Urbana e Direito à Cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

BARTALINI, Vladimir. A trama capilar das águas na visão cotidiana da paisagem. **Arquitextos**, n. 108.00, ano 09, maio 2009. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.108/51>. Acesso em: 05 jan. 2023.

BARTALINI, Vladimir. Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos. **Arquitextos**, n. 106.01, ano 09, março 2009. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.106/64>. Acesso em: 06 jan. 2023.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas: volume 3. São Paulo: Brasiliense, 1989

BERQUE, Augustin. **O pensamento-paisagem**. Tradução Vladimir Bartalini, Camila Gomes Sant'Anna. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2023.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: representação da história em Walter Benjamin. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

BRAGA, Laura. **Goiânia registra alagamentos e prejuízos após chuva nesta terça**. Metrôpoles, 02 mar. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/goiania-registra-alagamentos-e-prejuizos-apos-chuva-nesta-terca>. Acesso em: 08 abr. 2024.

CABRAL, Arthur Simões Caetano. **Paisagens baldias**: a natureza manifesta nas brechas da cidade. Curitiba: Appris, 2019.

CAIXETA, Eline Maria Moura Pereira. **Setor Sul**: processo de formação do espaço urbano. Goiânia: CegrafUFG, 2021.

CAIXETA, Eline Maria Moura Pereira; MAHLER, Christine Ramos. The young Paulo Mendes da Rocha: Jockey Club of Goiás and a modernity project. **Docomomo Journal**, [S.l.], n. 65, p. 114–117, 2021. DOI: 10.52200/65.A.Z3VXHN16. Disponível em: <https://docomomojournal.com/index.php/journal/article/view/46>. Acesso em: fev. 2024.

CALDAS, Margareth. **O Bosque da polêmica**. O Popular, Goiânia, fev. 1988. Artigo nº 1404.

CAMPBELL, Iphis; REIS, Vitor; AOKI, Valéria; CUNHA, Paulo; FILHO, Gunter Hans; ALVES, Gilvan; ROCHA, Rosicler; FRIEDMAN, Horácio. Pênfigo foliáceo/fogo selvagem. **Na Bras Dermatol**. Rio de Janeiro, v. 76, n. 1, p. 13-33, jan./fev. 2001.

CHAUL, Nars N. Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da Universidade Federal de Goiás – CEGRAF UFG, 1988.

CHAUL, Nars N. Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora da UFG, 2018.

CHAUL, Nars N. Fayad; SILVA, Luís Sérgio Duarte da. **As cidades dos sonhos**: desenvolvimento urbano em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CLUBE DA TERRA E DA VIDA. **A água existente nos seres vivos**. Qual a porcentagem de água nos seres vivos? Disponível em: <https://sites.google.com/site/clubeterravida/%C3%A1gua>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CLUBE DE ENGENHARIA. As águas voltam a jorrar. **Revista do Clube de Engenharia de Goiás**, n. 02, Goiânia, 2006.

COELHO, Gustavo Neiva. **A formação do espaço urbano nas vilas do ouro**: o caso de Vila Boa. Goiânia, 1997. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, 1997.

COELHO, Gustavo Neiva. **Arquitetura da mineração em Goiás**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2007.

COELHO, Gustavo Neiva; ALMEIDA, Leandro de. Arquitectura y Olvido: El Jockey Clube de Goiás de Paulo Mendes da Rocha. **Cuaderno de Notas**, n. 22, p. 104-119, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20868/cn.2021.22>. Disponível em: <https://polired.upm.es/index.php/cuadernodenotas/article/view/4750>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CORDEIRO, Narcisa Abreu; FERREIRA, Rogério Arédio. **Alameda dos Buritis – Goiânia – Goiás – moradores pioneiros – décadas de 1940 e 1950**. Goiânia: Kelps, 2017.

COSTA, Lúcia Maria Sá Antunes. **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley; Ed. PROURB, 2006.

COUTO, Ladislau. **Clube de Engenharia de Goiás**. Goiânia: Kelps, 2016.

CZEPAK, Isabel. **Jóquei vai abrigar curso superior**: Clube emprestará instalações para unidade da Faculdade Padrão, que assumirá dívidas e despesas futuras. O Popular, Goiânia, fev. 2008. Artigo nº 6211.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Área da Santa Casa será um Centro de Convenções.** Goiânia, abr. 1992.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Iris desapropriará a área da Santa Casa.** Goiânia, mar. 1992. Artigo nº 1769.

DIÁRIO DA MANHÃ. **O Brilho do Inferno.** Goiânia, ago. 1989. Artigo nº 1473.

DO RIO, João. **A alma encantadora das ruas.** [Ed. especial]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

DUARTE, Mirela; SANTOS, Luisa Acioli dos. **Pensar paisagem.** Recife: Laboratório da Paisagem UFPE, 2020.

FERRARA, Lucrécia D'aléssio. As máscaras da cidade. **Revista USP**, [S. l.], n. 5, p. 3-10, 1990. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i5p3-10. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25521>. Acesso em: 31 mar. 2023.

FERRARA, Lucrécia D'aléssio. Cidade: imagem e imaginário. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

FERRARA, Lucrécia D'aléssio. **Ver a cidade: cidade, imagem, leitura.** São Paulo: Nobel, 1988.

FERREIRA, Marcus Bruno Malaquias; SALLES, Alexandre Ottoni Teatini. Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. **Revista de Economia**, v. 43, n. 2 (ano 40), maio/ago. 2016.

FILHO, Jamilo José Thomé. **Profundidade do lençol freático e condições de recarga na área "B" situada na Av. 136 entre as ruas 148 e 132 do Setor Sul.** Goiânia: Jamilo Thomé Consultoria, 2023.

FILHO, José Almir Farias; ALVIM, Angelica Tanus Benatti. Higienismo e forma urbana: uma biopolítica do território em evolução. URBE. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 14, 2022.

FOLHA DE GOIÁS. A morte lenta dos Buritis. Goiânia, jan. 1981. Artigo nº 1070.

FOLHA DE GOIÁS. **Imorredoura tradição social.** Goiânia, fev. 1965. Artigo nº 368.

FOLHA DE GOIÁS. **Sra. Ione de Freitas inicia construção do Jóquey.** Goiânia, ago. 1965. Artigo nº 364.

FONSECA, Jânio Carlos. **A síndrome do céσιο.** O Popular, Goiânia, out. 1987. Artigo não identificado.

GERMOM - Gerência de Monitoramento Ambiental. **Parecer técnico nº 06/2022**. AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente. DIRLIN – Diretoria de Licenciamento Ambiental, 2022.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal. Assessoria Especial de Cultura. **Memória Cultural**: ensaios da história de um povo. Goiânia, 1985.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Inquietação em torno do debate sociedade-natureza no espaço da cidade. *In*: O Novo Mapa do Mundo. **Natureza e sociedade de hoje**: uma leitura geográfica. São Paulo: Editora Hucitec, 3. ed., 1997.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GOMIDE, Cristina Helou. Cidade de Goiás: da ideia de preservação à valorização do patrimônio - a construção da imagem de cidade histórica (1930-1978). *In*: CHAUL, Nars N. Fayad; SILVA, Luís Sérgio Duarte da (orgs.). **As cidades dos sonhos**: desenvolvimento urbano em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia**: uma modernidade possível. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Universidade Federal de Goiás, 2002.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. **Rios e cidades**: ruptura e reconciliação. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2013.

IPLAN – Instituto de Planejamento Municipal. **Política de áreas verdes** – Documento básico. Goiânia, mai. 1981.

JUCUPÉ, Kaka Werá. **A Terra dos mil povos**: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LACERDA, Victoria. **MP questiona Prefeitura de Goiânia por derrubada de árvores em obra na Avenida 136**. O Popular, Goiânia, fev. 2023. Artigo não identificado. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/mp-questiona-prefeitura-de-goiania-por-derrubada-de-arvores-em-obra-na-avenida-136-1.2621139>. Acesso em: 20 fev. 2024.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Leburn. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. A natureza e a cidade: rediscutindo suas relações. *In: O Novo Mapa do Mundo. Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica.* São Paulo: Editora Hucitec, 3. ed., 1997.

LIMA, Atílio Ferreira. Goiânia: a nova capital de Goiás. *Revista Arquitetura e Urbanismo*, 1937, p. 32-34. *In: COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena d'Ayala (orgs.). Goiânia: a história em documentos.* Goiânia: Editora Trilhas Urbanas, 2018.

LONGO, Malu. **Projeto recupera nascente sob o Clube de Engenharia.** O Popular, Goiânia, 2006. Artigo não identificado.

MAGALHÃES, Sonia Maria de; CASTRO, Dorian Erich. Estigmas, pesquisas e embates: uma história do pêfigo brasileiro, séculos XIX e XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 28, n. 1, p. 1-20, mar. 2021. Disponível em: <https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/fogo-selvagem-o-estigma-e-a-dor-dos-penfigos-no-brasil/>. Acesso em: jan. 2024.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea - um certo olhar.** Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MAPA TOPOGRÁFICO. **Mapa topográfico de Goiânia.** [sd]. Disponível em: <https://pt-br.topographic-map.com/map-197cz/Goiânia/?center=-16.68063%2C-49.25074&base=6&zoom=15&popup=-16.67086%2C-49.2607>. Acesso em: 20 jan. 2024. Informações acrescidas pela autora.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARTINS, Vanessa. **Mãe e filho ficam ilhados em carro por causa de chuva em Goiânia.** G1 GO, 02 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/mae-e-filho-ficam-ilhados-em-carro-por-causa-de-chuva-em-goiania.ghtml>. Acesso em: 08 abr. 2024.

MARTINS, Vanessa. **Temporal em Goiânia deixa casas e ruas alagadas, muros caídos e moradores com prejuízos.** G1 GO, 05 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/temporal-em-goiania-deixa-casas-e-ruas-alagadas-muros-caidos-e-moradores-com-prejuizos-veja-videos.ghtml>. Acesso em: 08 abr. 2024.

MONTANER, Josep Maria. **Arquitetura e crítica na América Latina.** São Paulo: Romano Guerra, 2014.

MONTEIRO, Ofelia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia.** *Revista dos Tribunais*, 1938.

MOTA, Ana Flávia Rêgo. As transformações do Bosque dos Buritis e a expansão da cidade de Goiânia. **Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagem.** Vol. 08, n. 01, 1º semestre de 2023. Goiânia, 2023.

MOTA, Ana Flávia Rêgo. Bosque dos Buritis: uma investigação sobre a vivência do espaço público em Goiânia. *In*: PEIXOTO, Elane Ribeiro; PALAZZO, Pedro P.; DERNTL, Maria Fernanda; TREVISAN, Ricardo (orgs.). **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo**. XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília: Editora FAU–UnB, 2014.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NAÇÕES UNIDAS. **ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050**. ONU News Perspectiva Global Reportagens Humanas, 2019.

Disponível em:

<https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701#:~:text=Segundo%20a%20ONU%2C%20atualmente%2055,aumente%20para%2070%25%20até%202050>. Acesso em: 04 jan. 2023.

O POPULAR. **Afinal um plano para recomposição das áreas verdes**. Goiânia, jun. 1977. Artigo nº 744.

O POPULAR. **Água de nascente desaparece sob a terra**. Goiânia, nov. 2001. Artigo não identificado.

O POPULAR. **Aos 61 anos, a capital já perdeu muito de seu verde**. Goiânia, out. 1994. Artigo nº 1927.

O POPULAR. **Casa da Cultura mantém a paisagem do Bosque**. Goiânia, ago. 1973. Artigo não identificado.

O POPULAR. **Casa da Cultura**: Um projeto esquecido. Goiânia, dez. 1976. Artigo não identificado.

O POPULAR. **Em defesa das áreas verdes da cidade**. Goiânia, set. 1974. Artigo nº 570.

O POPULAR. **Inaugurado o Centro de Convenções**. Goiânia, nov. 1994. Artigo nº 1892.

O POPULAR. **Mais uma vez prometem recuperar o bosque**. Goiânia, mar. 1977. Artigo nº 760.

O POPULAR. **Sem definição a construção da Casa da Cultura**. Goiânia, ago. 1975. Artigo não identificado.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **Plano Diretor de Goiânia – Luís Saia 1962**. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 1985.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens urbanas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019.

PEIXOTO, Nelson Brissac. Ver do meio – como o mato que cresce entre as pedras. **Instituto Tomie Ohtake – Curadoria**. Disponível em:

https://www.institutotomieohtake.org.br/o_instituto/interna/ver-do-meio-como-o-mato-cresce-entre-as-pedras. Acesso em: 17 jan. 2023.

PELLIZARI, Vivian H.; BENDIA, Amanda G. Origem da vida na Terra. *In: Ocean and Coastal Research (OCR)*. Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.io.usp.br/index.php/ocean-coast-res/29-portugues/publicacoes/series-divulgacao/vida-e-biodiversidade/807-origem-da-vida-na-terra.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em história cultural. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008.

PIMENTA, Alberto. A Cidade N. *In: O imaginário da cidade* – Compilação das comunicações apresentadas no Colóquio sobre o Imaginário da Cidade em Lisboa, 1985. Lisboa: Acarte, 1989.

PIMENTEL, Venceslau. **Centro de Convenções já em construção**. Diário da Manhã, Goiânia, nov. 1992. Artigo nº 1757.

PINHO, Eduardo. **Uma obra para ficar na história**. Diário da Manhã, Goiânia, fev. 1994. Artigo nº 2020.

PONTES, Martinez Pires. **Goiânia**: Verde diminui e ar fica seco. O Popular, Goiânia, out. 1989. Artigo nº 1464.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. **Agência Municipal do Meio Ambiente**: Plano de Manejo: Bosque dos Buritis. Goiânia, 2005.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **Goiânia**: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. *In: Primeiras Estórias*. 1ª ed. digital. São Paulo: Global Editora, 2019.

SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da Natureza. *In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). Estudos Avançados*, [S. l.], v. 6, n. 14, p. 95-106, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9568>. Acesso em: 24 out. 2023.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEPLANH – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanização de Goiânia. **Ficha de identificação do córrego dos Buritis**. Departamento de Ordenamento e Ocupação do Solo Urbano, Goiânia, 2009.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2009.

SITTE, Camillo. **A construção da cidade segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1992.

SODERNA - Sociedade de Defesa dos Recursos Naturais. **Estudo sobre as principais áreas verdes de Goiânia**. Goiânia, mai. 1977.

SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito**: a natureza no desenho da cidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

STRAIOTTO, Samuel. **Leste Oeste**: de grandes projetos a avenida incompleta. Diário de Goiás, jun. 2016. Artigo virtual. Disponível em: <https://diariodegoias.com.br/coluna/leste-oeste-de-grandes-projetos-a-avenida-incompleta/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

TELES, José Mendonça. **Crônicas da Campininha**. Goiânia: Editora Kelps, 1996.

TELES, José Mendonça. **Em defesa de Goiânia**. Goiânia: Ed. do Autor, 1988.

TUNDISI, José Galizia. Ciclo hidrológico e gerenciamento integrado. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 55, n. 4, p. 31-33, dez. 2003. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000400018&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jan. 2023.

VILLAÇA, Flavio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. **O imaginário**. Tradução de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

WWF-BRASIL. **Dia Mundial da Água, um lembrete anual para a vida**. 2021. Disponível em:

https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/pantanal/dia_da_agua/#:~:text=Isso%20porque%20apesar%20de%20mais,apenas%203%25%20s%C3%A3o%20%C3%A1gua%20doce. Acesso em: 10 jan. 2023.